

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Identidade profissional no jornalismo brasileiro:
a carreira dos correspondentes internacionais**

Luciane Fassarella Agnez

Julho de 2014



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Identidade profissional no jornalismo brasileiro:
a carreira dos correspondentes internacionais**

Luciane Fassarella Agnez

Trabalho apresentado à Banca Examinadora de Exame de Defesa de Tese como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Comunicação.

Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade
Orientadora: Dr^a Dione Oliveira Moura

Julho de 2014

Luciane Fassarella Agnez

Identidade profissional no jornalismo brasileiro:
a carreira dos correspondentes internacionais

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Comunicação.

Aprovada em 10 / 07 / 2014.

Banca Examinadora:

Profª Drª Dione Oliveira Moura – UnB
Orientadora

Profª Drª Zélia Leal Adghirni – UnB
Avaliadora Titular

Prof Dr Pedro David Russi Duarte – UnB
Avaliador Titular

Profª Drª Kênia Beatriz Ferreira Maia – UFRN
Avaliadora Titular

Profª Drª Beatriz Alcaraz Marocco – Unisinos
Avaliadora Titular

Prof Dr Fábio Henrique Pereira - UnB
Avaliador Suplente

À minha primeira e maior professora,
Dona Dida, e ao mestre Wantuil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a acolhida que recebi do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), por meio dos professores e funcionários, e a confiança depositada em meu projeto de pesquisa.

Em especial, meu muito obrigada à minha querida orientadora Prof^a Dr^a Dione Oliveira Moura, pela aposta, disponibilidade e generosa partilha de seus conhecimentos, o que me trouxe confiança e apontou os caminhos necessários.

Também registro agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que financiou a maior parte desta pesquisa, por meio de Bolsa de Doutorado, incluindo o estágio de doutorado sanduíche na Université Libre de Bruxelles (ULB), na Bélgica.

Meus agradecimentos à Prof^a Dr^a Florence Le Cam, supervisora do estágio doutoral na ULB, por toda colaboração, preciosas sugestões e recepção, juntamente com os colegas do departamento de ciências da informação e da comunicação da ULB.

Agradecimentos especiais à Prof^a Dr^a Beatriz Alcaraz Marocco (Unisinos), à Prof^a Dr^a Kênia Beatriz Ferreira Maia (UFRN) e aos professores da UnB Dr^a Zélia Leal Adghirni, Dr. Pedro Russi e Dr. Fábio Henrique Pereira que aceitaram o convite para avaliar a tese e colaboraram em diversos aspectos com o resultado da pesquisa. Obrigada também ao Prof. Dr. Eiiti Sato, do Instituto de Relações Internacionais da UnB, que fez importantes contribuições na fase de qualificação da tese.

Obrigada aos mais de 50 jornalistas que, identificados ou anonimamente, foram essenciais para o resultado da pesquisa, disponibilizando parte de seus conhecimentos e compartilhando comigo suas experiências profissionais.

Aos muitos amigos que, de perto ou de longe, torceram, vibraram, aconselharam, tiveram paciência, entenderam alguns afastamentos e deram toda graça que uma vida de fato necessita. Também à minha “família-torta” de Brasília, que com muito amor me acolheu e me fez sentir em casa. Meu amor e gratidão a Júlio César Batista de Melo, por seu apoio e parceria que tanto acalmaram meu coração.

Minha gratidão aos meus pais e irmãs, que me deram asas gigantes e me confortam sempre recordando o caminho de volta. Mãe, pai e irmãs: mais que meus agradecimentos, minha dedicatória. Amo vocês.

"Há quem diga que todas as noites são de sonhos.
Mas há também quem garanta que nem todas, só as de verão.
No fundo, isto não tem muita importância.
O que interessa mesmo não é a noite em si, são os sonhos.
Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares,
em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado."

[*Sonho de uma Noite de Verão, William Shakespeare*]

RESUMO

A presente tese de doutorado tem o objetivo de analisar a estrutura identitária profissional dos correspondentes internacionais brasileiros, observando a correspondência internacional enquanto um posto de trabalho na carreira jornalística. Para isso, procuramos conhecer o percurso do trabalho de correspondentes internacionais no período que compreende as últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, identificando as tensões e possíveis mutações na rotina e no perfil profissional a partir de variáveis intervenientes que possam estar em ação no contexto dos estudos acerca das mudanças estruturais do jornalismo e da globalização da mídia, considerando a realidade dos profissionais e empresas brasileiras. Os papéis exercidos no processo noticioso são tensionados diante das exigências impostas pelo novo contexto tecnológico e empresarial e da imersão a novas demandas das relações internacionais, desafiando estes profissionais. Assim, fases de ruptura podem desencadear mudanças identitárias e processos estratégicos de defesa de uma identidade profissional. A pesquisa, então, se desenvolve com o propósito de compreender a prática e as percepções sobre o posto de correspondente internacional a partir de pontos de vista dos próprios sujeitos. Para tanto, um estudo exploratório mapeou a distribuição dos correspondentes internacionais brasileiros por país de cobertura e tipo de mídia. Indicadores também foram levantados por meio de uma análise de conteúdo que observou as editorias de internacional dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em dois períodos de tempo com um intervalo de 20 anos. Outros indicadores surgiram da aplicação de um questionário online que buscou reconhecer as principais características dos correspondentes internacionais brasileiros. Como núcleo da pesquisa de campo, enfim, realizamos entrevistas com dois grupos profissionais, assim denominados: Correspondentes Atuantes no Século XXI (jornalistas brasileiros que concentraram sua atuação na área pesquisada a partir dos anos 2000) e Correspondentes Atuantes no Século XX (jornalistas brasileiros que exerceram o posto na correspondência internacional entre os anos de 1970 e 1990).

Palavras-chave: Jornalismo Internacional; Correspondente Internacional; Identidade Profissional; Sociologia das Profissões; Carreira.

ABSTRACT

This doctoral thesis objectifies to analyze the professional identity structure of Brazilian international correspondents, noticing the job as a post in the journalistic career. Therefore, we have intended to get to know the course of the international correspondents' work in the period that comprehends the last two decades of the 20th century and the first decade of the 21st century, pointing out the tensions and possible mutations in their routine and professional profile from intervening variables that may be in action in the context of the studies on structural changes of Journalism and media globalization, considering the reality of professionals and Brazilian enterprises. The roles played in the news process are tensioned before the demands imposed by the new technological and business context and by the new requirements of International Relations, challenging these journalists. Thus, phases of rupture may cause identity changes and defense strategic processes of a professional identity. The research was developed with the purpose of understanding the practice and the perceptions on the post of international correspondent from their own points of view. In order to fulfill this task, an exploratory study has mapped the distribution of Brazilian international correspondents underlining the country of coverage and the kind of media. Data were also collected through a content analysis that has observed the international sections of both newspapers *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*, in two periods, with 20 years apart. Other data were originated from an online questionnaire that intended to recognize the main characteristics of Brazilian international correspondents. As the core of the field research, ultimately, we have interviewed two groups of professionals, named this way: Active Correspondents in the 21st Century (Brazilian journalists that have focused their career in the area of interest since 2000) and Active Correspondents in the 20th Century (Brazilian journalists that have worked as international correspondent between 1970 and 1990).

Keywords: International Journalism; International Correspondent; Professional Identity; Sociology of the Professions; Career.

RÉSUMÉ

La présente thèse a pour but d'analyser la structure de l'identité professionnelle des correspondants brésiliens à l'étranger, considérant cette activité comme un poste de travail de la carrière journalistique. Pour cela, on a cherché à connaître le parcours du travail des correspondants à l'étranger pendant les dernières décennies du XXe siècle et la première décennie du XXIe siècle. On a identifié les tensions et les possibles transformations dans leur routine et leur profil professionnel à partir de variables intervenantes qui puissent être en jeu à l'égard des études des changements structurels du journalisme et de la mondialisation des médias, tenant compte de la réalité des professionnels et des entreprises brésiliennes. Les rôles joués au sein du processus informatif sont tendus face aux exigences imposées par le nouveau contexte technologique et commercial et aux nouvelles demandes des relations internationales, défiant ces professionnels. Des phases de rupture peuvent déclencher des changements identitaires et des processus stratégiques de défense de l'identité professionnelle. Cette recherche se développe alors dans le but de comprendre la pratique et les perceptions autour du poste de correspondant à l'étranger d'après les correspondants eux-mêmes. Pour cela, une étude a documenté la répartition des correspondants brésiliens à l'étranger par pays de couverture et type de média. Données ont été collectées aussi par une analyse de contenu des rédactions à l'étranger des journaux brésiliens *Folha de São Paulo* et *O Estado de São Paulo*, tout au long de deux périodes ayant un intervalle de vingt années entre eux. D'autres données ont été obtenues par un questionnaire en ligne cherchant de connaître les principales caractéristiques des correspondants à l'étranger brésiliens. Au noyau de la recherche enfin on a mené des entretiens auprès de deux groupes professionnels: des Correspondants Travaillant au XXIe Siècle (journalistes brésiliens qui ont exercé cette fonction depuis les années 2000) et des Correspondants Travaillant au XXe Siècle (journalistes brésiliens qui travaillaient comme correspondants à l'étranger entre les années 1970 et 1990).

Mots-clés: Journalisme International; Correspondant International; Identité Professionnelle; Sociologie des Professions; Carrière.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1. Fases da Pesquisa.....	84
Figura 2. Perspectivas da pesquisa na pesquisa qualitativa.....	91
Gráfico 1. Correspondentes Brasileiros no Exterior (por tipo de veículo)	134
Gráfico 2. Correspondentes Brasileiros no Exterior (por país)	135
Gráfico 3. Assinatura da produção na <i>Folha de S. Paulo</i>	198
Gráfico 4. Assinatura da produção em <i>O Estado de S. Paulo</i>	198
Gráfico 5. Distribuição da amostra.....	207
Gráfico 6. Perfil dos respondentes.....	208
Gráfico 7. Perfil dos respondentes (grupo racial).....	208
Gráfico 8. Faixa etária dos jornalistas quando se tornaram correspondentes.....	210
Gráfico 9. Tempo de profissão jornalística ao assumir o posto de correspondente.....	210
Gráfico 10. Tempo de atuação como correspondente.....	212
Gráfico 11. Renda (em salários mínimos brasileiros da época).....	214

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Relação de valores-notícia.....	100
Tabela 1. Seleção do <i>corpus</i> da análise de conteúdo.....	99
Tabela 2. Relação de entrevistas realizadas com Correspondentes Atuantes no Século XXI.....	104
Tabela 3. Relação de entrevistas realizadas com Correspondentes Atuantes no Século XX.....	105
Tabela 4. Apresentação das editorias.....	191
Tabela 5. Temas centrais.....	195
Tabela 6. Valores-notícia aplicados ao corpus analisado.....	196
Tabela 7. Competências para exercer a atividade de correspondente.....	215

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PARTE I – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	24
1. Os estudos sobre as profissões.....	25
1.1. Profissões e ocupações.....	25
1.1.1. Os estudos funcionalistas.....	27
1.1.2. O Interacionismo Simbólico e o estudo das profissões.....	30
1.1.3. Terceira lógica para o profissionalismo.....	32
1.2. Papel e identidade profissional: uma abordagem teórica.....	37
1.2.1. Estratégias identitárias.....	42
1.2.2. A Teoria dos Papéis e as profissões.....	44
1.2.3. Construção identitária.....	46
1.2.4. Modelos de valorização profissional.....	48
1.3. O jornalismo como profissão.....	49
1.3.1. O percurso histórico e o processo de profissionalização dos jornalistas.....	53
1.3.2. A identidade profissional dos jornalistas.....	65
1.4. Legitimação profissional dos jornalistas no Brasil.....	72
2. Procedimentos metodológicos.....	84
2.1. Constituição do <i>corpus</i> da pesquisa.....	96

PARTE II – A PROFISSÃO DE CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO NO JORNALISMO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO.....	108
3. Redefinindo o correspondente internacional.....	108
3.1. A mitologia do correspondente internacional.....	109
3.2. Tipos e formas de correspondência internacional.....	114
3.3. Histórico da correspondência internacional.....	118
3.4. O perfil dos correspondentes internacionais e a redução de vagas.....	125
3.5. Brasil: como estão distribuídos os correspondentes internacionais.....	129
3.6. Transformações e desafios para o correspondente internacional.....	136
4. O jornalismo internacional em um mundo de transformações.....	149
4.1. Nova ordem informacional e econômica: global.....	149
4.2. As novas relações internacionais e o papel do Brasil.....	154
4.3. O jornalismo internacional e a <i>geocomunicação</i>	161
4.4. Os correspondentes internacionais no mundo globalizado.....	169
4.5. O jornalismo internacional entre mudanças e permanências.....	174
PARTE III: O TRABALHO DOS CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS BRASILEIROS.....	189
5. Uma análise da editoria internacional dos jornais <i>Folha de S. Paulo</i> e <i>O Estado de S. Paulo</i> (Fase 2).....	190
5.1. Temas centrais e noticiabilidade.....	194

5.2. Produção jornalística.....	197
5.3 Fontes e abordagens.....	200
6. Características dos correspondentes internacionais brasileiros (Fase 3).....	206
7. Entrevistas com correspondentes internacionais (Fase 4).....	217
7.1. Apresentação dos entrevistados.....	219
7.1.1. Primeiro grupo: correspondentes atuantes no século XXI.....	219
7.1.2. Segundo grupo: correspondentes atuantes no século XX.....	223
7.2. Correspondentes atuantes no século XXI: carreira e perspectivas profissionais.....	227
7.3. Correspondentes Atuantes no Século XX: experiência profissional e pontos de vista.....	287
7.4. Leitura dos dados e diálogo entre as fases da pesquisa.....	323
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	341
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	351
Apêndice I: Questionário online com correspondentes internacionais.....	363
Apêndice II: Roteiro-guia das entrevistas em.....	370

INTRODUÇÃO

O termo “correspondência” deriva do latim “*correspondere*”, formado pelas palavras “*com*” (junto) e “*respondere*” (responder), e significava “estar em harmonia, estar em concordância com”. A expressão foi adotada pelo francês e somente na Idade Média passou a ter o sentido de troca de cartas e de respostas escritas (CUNHA, 2001), e na Modernidade ainda se estende para a troca de mensagens por telefone ou pela Internet (REY, 2013). A correspondência por meio de cartas exerceu um importante papel na história antiga por representar as principais formas de se ter notícias sobre novos territórios, sobre batalhas ou sobre comunicados de governantes, por exemplo. O jornalismo moderno se integrou neste circuito e assumiu o papel mediador entre os fatos e as populações de diversas regiões.

O jornalismo internacional, que desde o século XVII se apresenta como alternativa para se obter informações de outras partes do mundo, contou com a evolução tecnológica para acelerar, facilitar e modificar as formas de circulação das notícias do exterior. Primeiramente, as agências internacionais de notícias contribuíram para a expansão de uma rede global de informações (THOMPSON, 1998). Em seguida, os jornais, em iniciativas isoladas ou em cooperação com outros veículos, passaram a investir em escritórios em outras cidades, distantes das sedes.

No século XIX, a figura do correspondente internacional surge como um posto de trabalho na carreira jornalística responsável por manter essa rede de circulação de informações. As origens desta atividade estão na correspondência de guerra (PALMER, 2005; WILLIAMS, 2011), quando jornalistas passaram a ser enviados para cobrir conflitos em regiões distantes. Desta situação, de um profissional ser deslocado para cobrir um determinado episódio, nasceu o *enviado especial*, uma condição temporária do jornalista que se mantém como alternativa para a cobertura do noticiário internacional.

Entretanto, o *correspondente internacional* é definido como um profissional que fica baseado numa cidade estrangeira, distante da sede do jornal, por determinado período de tempo. Isso o difere do enviado especial, que desenvolve um trabalho mais pontual, denominado na língua inglesa como “jornalista paraquedas” (HEMILTON;

JENNER, 2004), justamente por chegar de repente em determinadas localidades e situações. Ao contrário, o correspondente se estabelece na região, conhece a cultura e as características históricas e socioeconômicas e produz material jornalístico com regularidade, independente de episódios factuais.

Assim, a correspondência internacional se configura enquanto um posto de trabalho dentro da carreira jornalística, apontada, inclusive, como o “topo” da carreira de repórter e detentora de grande status profissional (SILVA, 2011). Numa comparação com as chamadas profissões estáveis (como medicina, engenharia e direito), nas quais o prestígio está intrínseco ao fato de se poder exercer tais atividades, Hughes (1960) afirma que no caso das profissões modernas, a valorização ocorre no curso das trajetórias individuais dos profissionais, portanto, de acordo com a carreira que cada um desenvolve, enquanto uma sequência de postos de trabalho e funções assumidas.

Para compreender o jornalismo enquanto uma profissão moderna, buscamos contribuições de autores do Interacionismo Simbólico que propõem estudar as profissões não a partir da autoridade ou das estruturas de organização, mas pelo modo como elas se relacionam, a partir das características próprias. Como Hughes (1963), que defende que o todo social é o resultado de interações que carregam cargas simbólicas e sentidos compartilhados. Deste modo, as profissões podem ser estudadas pelos processos de negociação de sentidos, de profissionalização dos membros e de legitimação. O conceito de mundo social, de Howard Becker, também colabora ao fornecer subsídios para analisar uma profissão a partir da rede de interações que se estabelece entre todos os atores que compõem a organização social (PEREIRA, 2011; TRAVANCAS, 2011).

Pela chamada terceira lógica dos estudos sobre as profissões, na qual se destacam os trabalhos de Freidson (1996), também consideramos necessário analisar uma profissão no contexto histórico, nacional e político de legitimação e reconhecimento enquanto uma categoria, com um mercado de trabalho a ser delimitado. Por isso se fez necessário revisar as condições pelas quais o jornalismo se consolidou no Brasil e se afirma como profissão.

Pelas características próprias do jornalismo, trabalhamos com o conceito de “profissão de fronteira” definido por Ruellan (1993), uma vez que a área não possui limites rígidos de acesso e controle. Isso permitiria ao jornalismo, por exemplo, adaptar-

se mais facilmente a transformações de caráter mercadológico ou tecnológico, incorporando novas práticas e funções. O autor também afirma que a noção de profissionalismo assumiu no jornalismo dois planos centrais que compõem uma mesma *identidade profissional*: o primeiro voltado para o discurso de legitimação e o segundo no que se refere às práticas concretas.

A origem desse jornalismo profissional esteve diretamente vinculada à prática da reportagem, que marcou o campo ideológico da atividade e definiu as práticas por meio de técnicas de coleta e produção das notícias. Contudo, o próprio desenvolvimento do campo e a incorporação de novas atividades fizeram com que não funcionasse mais uma identificação única, cabendo a cada função ou posto de trabalho definir a própria cultura de produção que o diferencia. “Dessa maneira, os repórteres manifestam um profissionalismo ligeiramente diferente dos cronistas políticos ou dos correspondentes internacionais. Algumas características os unem; outras os afastam” (RUELLAN, 1993, p. 97)¹.

Com isso, surge a primeira inquietação que motivou esta pesquisa: haveria o correspondente internacional uma identidade profissional própria? Quais fatores seriam comuns ao profissionalismo jornalístico mais geral, e quais fatores o diferenciam?

As identidades, no contexto social, são compreendidas enquanto um conjunto de significações que abrangem uma realidade ao mesmo tempo física e subjetiva, construída a partir do mundo de experiências dos sujeitos e resultado de sensações (consciência) sobre “si” em relação aos demais atores e ambientes externos (MUCCHIELLI, 2009). De acordo com este autor, as profissões fazem parte das instâncias objetivas (históricas e materiais, verificáveis) que constituem uma identidade social, sendo consideradas entre as referências psicossociais, assim como idade, gênero e status social, dentre outras. Todavia, as profissões também se relacionam com outras classes de categorias, ao influenciarem no potencial econômico e intelectual do sujeito, por exemplo, ou em conjuntos de valores.

A partir da consolidação das sociedades urbanas e pós-industriais, as profissões assumiram cada vez mais um papel determinante para as definições da “consciência de si” e na valorização social (DUBAR, 1999). De acordo com Dubar (1999), a identidade

¹ “Ainsi, les reporters font preuve d’un professionnalisme légèrement différent des chroniqueurs politiques ou des correspondents à l’étranger. Des caractères les unissent, d’autres les éloignent” (RUELLAN, 1993, p. 97).

profissional contribui para a denominação e construção de “si”, de um lado, pela interiorização individual daquela condição e, por outro, pela defesa coletiva de uma imagem de grupo diante de outros atores sociais.

Fazer parte de um grupo profissional significa dividir práticas e conhecimentos, proporcionando um reconhecimento social e uma valorização de quem são esses membros. Especialmente em relação a este ponto, Le Cam (2006) ressalta que a identidade profissional no jornalismo é resultado de uma aquisição histórica, decorrente dos processos de legitimação, e a forma identitária dos jornalistas é coletiva, ou seja, o indivíduo se define a partir da assimilação e interiorização dos valores do grupo. Como um posto de trabalho na carreira jornalística, compreendemos então que o correspondente internacional carrega identificações com o grupo mais abrangente do jornalismo.

Ao analisar as formas como ocorrem a valorização profissional, Dubar (1999) sinaliza o que chama de “modelo de artífice”, no qual o reconhecimento e prestígio de um profissional se dá justamente pela identificação a um posto de trabalho, tornando-se um “operário especializado” em determinada atividade no ramo de atuação. Isso também é particularmente interessante quando nos propomos a estudar a estrutura identitária profissional dos correspondentes internacionais brasileiros.

Contudo, as formas identitárias não são permanentes e estão suscetíveis a dissonâncias entre as convicções internas e as relações com o ambiente exterior, a partir de perturbações que possam gerar dificuldades de autorreconhecimento e de consequente reconhecimento social (MUCCHIELLI, 2009).

Isso é o que se define como crise de identidade, que, para Dubar (1999), está associada ao mal estar provocado pelos momentos de mudanças, quando o referencial do passado é desestabilizado e o futuro ainda não tem parâmetros claros. Dessa perspectiva, buscamos compreender de que modo as diversas transformações sociais que ocorreram a partir do final do século XX e início do século XXI estão afetando a estrutura identitária dos correspondentes internacionais brasileiro.

No conjunto de tais transformações, destacamos fatores econômicos, tecnológicos e geopolíticos que afetaram a prática jornalística de modo mais geral e a correspondência internacional particularmente. No primeiro conjunto, observamos questões relativas aos modelos de negócio das empresas de mídia de todo o mundo,

impactando especialmente no número de jornalistas e escritórios ao redor do planeta. Os quadros estão reduzindo e isto é apontado na literatura tanto internacional, quanto brasileira (NATALI, 2004; MOORE, 2010; SILVA, 2011; WILLIAMS, 2011). As políticas de redução de custos por parte das empresas de mídia operam ao mesmo tempo em que as mudanças tecnológicas permitiram novas formas de cobertura do noticiário internacional, como alternativa à figura mais tradicional do correspondente.

A atividade jornalística da correspondência internacional sempre esteve associada ao desenvolvimento tecnológico (SILVA, 2011), pelas possibilidades de coleta de informações em outros territórios e as formas de distribuição e circulação desse material. No final do século XX, a acelerada evolução das tecnologias da comunicação permitiu a este profissional maior mobilidade e também um acúmulo maior de funções, como a do “profissional multimídia”, que produz um número maior de informações para mais plataformas, levando a uma possível precarização da atividade (KISCHINHEVSKY, 2009). O avanço tecnológico também ampliou as alternativas para se ter acesso ao noticiário internacional, que até mesmo dispensam a necessidade de se manter um correspondente fixo em outro país (HAMILTON; JENNER, 2004).

Em complemento a estes fatores, nesse período o mundo tem passado por um reordenamento geopolítico decorrente de fatores políticos e informacionais. As nações hegemônicas não mais se destacam com absoluta supremacia e novos atores internacionais surgem para impor outros enfoques inclusive da cobertura jornalística. O contexto da globalização tem exigido dos correspondentes internacionais – os jornalistas responsáveis pela cobertura desse ambiente – que eles saibam cada vez mais sobre mais assuntos, ressaltando a importância da atividade enquanto difusor ou não de um cosmopolitismo para as mais diversas regiões (HANNERZ, 2004; WILLIAMS, 2011). Neste cenário, o Brasil, em particular, tem alterado significativamente, a partir do século XXI, a sua posição enquanto um dos atores internacionais que impactam a nova geopolítica mundial.

O **problema de pesquisa** pode ser resumido em torno da seguinte questão: diante de tais perturbações, estariam os correspondentes internacionais brasileiros vivendo um momento de crise de identidade? Assim, quais estratégias identitárias

implementadas por este grupo para alcançar uma vitória identitária (KASTERSZTEIN, 1990) que lhes possibilitem, ainda, um reconhecimento social?

O **objetivo geral** da pesquisa é, então, analisar a estrutura identitária profissional dos correspondentes internacionais brasileiros, enquanto um posto de trabalho na carreira jornalística.

Para isso, procuramos conhecer o percurso do trabalho de correspondentes internacionais no período que compreende as últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, identificando as tensões e possíveis mutações em sua rotina e perfil profissional a partir de variáveis intervenientes que possam estar em ação no contexto dos estudos acerca das mudanças estruturais do jornalismo e da globalização da mídia, considerando a realidade dos profissionais e empresas brasileiras e do próprio país no contexto internacional.

Como **objetivos específicos**, buscamos verificar quais variáveis (sociológicas, tecnológicas, empresariais e profissionais) que impactaram o jornalismo nessa virada de século se aplicam especificamente à realidade dos correspondentes internacionais brasileiros e, assim, compreender o que mudou no exercício deste posto de trabalho. Também objetivamos reconhecer elementos que permitam definir o perfil do correspondente internacional brasileiro por meio da revisão de literatura e das trajetórias dos sujeitos que compõem a pesquisa de campo. Ainda, como objetivo específico, analisar as mudanças que o trabalho de correspondente internacional tem sofrido nesse período complementa a proposta do trabalho, identificando mudanças conjunturais e/ou estruturais no processo jornalístico de produção e circulação de informações e a presença/ausência de tais fatores na realidade profissional dos correspondentes internacionais brasileiros.

Desta maneira pretendemos colaborar com os estudos sobre identidade profissional no jornalismo brasileiro, a partir do recorte dado à carreira dos correspondentes internacionais. Por um lado, as análises psicológicas sobre identidade contribuem para a compreensão os processos de “consciência de si” em interação com o ambiente externo. As profissões são apontadas por Mucchielli (2009) como parte das referências psicossociais que estruturam a identidade dos indivíduos. Em paralelo a esta perspectiva, consideramos a importância dos processos de socialização (DUBAR, 1999) na evolução da nossa estrutura identitária. Assim, a identidade profissional assume

especial importância na construção das identidades dos sujeitos. Aplicando esta compreensão ao jornalismo, em especial no caso brasileiro a partir do posto de correspondente internacional, visamos entender os processos de valorização desta atividade, de identificação ao grupo profissional e de possível diferenciação e de luta por uma identidade supostamente em crise.

O plano de pesquisa engloba diferentes fases e abordagens teóricas e, como apresentado aqui, o trabalho está dividido em três partes. A primeira apresenta o percurso teórico-metodológico da tese, com destaque para os estudos sobre as profissões e as abordagens acerca do papel e da identidade profissional. Dentro do escopo da pesquisa, contextualizamos o processo de profissionalização do jornalismo e de legitimação profissional dos jornalistas no Brasil.

No tocante aos procedimentos metodológicos da pesquisa, descrevemos as orientações do método, embasados pela fundamentação teórica, e a delimitação do *corpus* de análise, pontuando as escolhas e os caminhos percorridos durante o estudo. Definimos quatro fases para a pesquisa de campo, dos estudos exploratórios à aproximação direta com o campo.

A segunda parte deste trabalho aborda a atividade profissional de correspondente internacional no jornalismo contemporâneo. O passo inicial é voltado para a redefinição do que seria a correspondência internacional, a partir da história, da mitologia que a legitima e dos tipos de cobertura do noticiário estrangeiro. Um paralelo é traçado entre o perfil dos jornalistas que atuam neste setor e as possibilidades de atuação. A primeira Fase 1² é apresentada nesta seção, como forma de exploração do universo de estudo, que se refere a um mapeamento da distribuição dos correspondentes internacionais brasileiros em 2013 em relação aos países de cobertura e aos tipos de veículo de comunicação aos quais estavam vinculados.

A etapa seguinte discute o jornalismo internacional num contexto de transformações que inclui a nova ordem global, que é informacional e geopolítica, e as relações internacionais contemporâneas, dentre as quais o Brasil tem se destacado, sobretudo a partir dos anos 2000. Os correspondentes internacionais são compreendidos a partir do processo de globalização e os impactos sobre a prática de fazer circular as

² Fase 1 – mapeamento da distribuição dos correspondentes internacionais brasileiros (estudo exploratório).

notícias pelo mundo, problematizando o próprio jornalismo internacional entre mudanças e permanências e os consequentes desafios para os profissionais da área.

A terceira e última parte do trabalho trata dos resultados obtidos nas Fases 2, 3 e 4 da pesquisa. Na Fase 2³ levantamos alguns indicadores por meio da técnica de análise de conteúdo aplicada às editorias de internacional dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* em dois períodos de tempo, separados por 20 anos (1993 e 2013). Ainda que restrito à mídia impressa, esta etapa da pesquisa possibilitou uma maior aproximação com o produto final do trabalho de parte dos correspondentes brasileiros, no que se refere a formas de abordagem e temáticas mais recorrentes, entre outros fatores.

A Fase 3⁴ também colaborou para o levantamento de indicadores a partir da aplicação de questionários online enquanto instrumento de pesquisa, voltados para jornalistas brasileiros que exercem ou que exerceram a correspondência internacional em algum momento da carreira. Este levantamento permitiu um maior conhecimento sobre o perfil e as características mais gerais dos profissionais que ocupam este posto de trabalho, quais as competências mais valorizadas e como a atividade se desenvolveu dentro das trajetórias individuais.

Por fim, a Fase 4⁵ corresponde ao núcleo da pesquisa de campo, etapa em que foram realizadas entrevistas com correspondentes internacionais brasileiros, divididos em dois grupos, assim denominados: Correspondentes Atuantes no Século XXI (jornalistas brasileiros que concentraram o principal período de atividade na correspondência internacional nos anos 2000) e Correspondentes Atuantes no Século XX (jornalistas brasileiros que exerceram a atividade sobretudo entre os anos de 1970 e 1990).

No primeiro grupo, foram entrevistados oito correspondentes internacionais que exerciam a atividade no ano de 2013. São eles: Bernardo Mello Franco, correspondentes da *Folha de S. Paulo* em Londres; na mesma cidade também Fernando Nakagawa, da *Agência Estado*, Sérgio Utsch, do *SBT*, e Vivian Oswald do jornal *O Globo*; Jamil Chade, de *O Estado de S. Paulo*, fixado em Genebra; Letícia Fonseca, pela *Rádio*

³ Fase 2 – análise de conteúdo das editorias de internacional dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (levantamento de indicadores).

⁴ Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais brasileiros (levantamento de indicadores).

⁵ Fase 4 – entrevistas com correspondentes internacionais (núcleo da pesquisa de campo).

France Internacional, em Bruxelas; Mauro Tagliaferria, que esteve em Lisboa pela *TV Record*; e Marcos Uchôa pela *TV Globo*, em Paris.

No segundo grupo, foram entrevistados sete jornalistas que se tornaram correspondentes internacionais entre as décadas de 1970 e 1990. São eles: Clóvis Rossi, que foi correspondente pela *Folha de S. Paulo* em Buenos Aires e Madri; Carlos Eduardo Lins da Silva, que atuou nos Estados Unidos em três momentos diferentes, pelo *Diário de S. Paulo* e pela *Folha de S. Paulo*; Nelson Franco Jobim, que trabalhou em Londres pelo *Jornal do Brasil*; Silio Boccanera, com uma passagem pelos Estados Unidos, também pelo *Jornal do Brasil*, e um longo período em Londres pela *TV Globo* e pela *Globonews*; Sandra Passarinho, da *TV Globo*, que inaugurou o escritório da emissora na Europa (Londres); Moisés Rabinovici, que atuou em Israel e Washington, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, e em Paris pela revista *Época*; e Cristiana Mesquita, que iniciou sua carreira em Londres, pela *TV Globo*, e teve passagens por diversos países como correspondente da imprensa internacional, estando pela última década na *Associated Press*.

De acordo com o percurso teórico-metodológico e a partir dos indicadores levantados pela pesquisa, as análises das entrevistas foram distribuídas em categorias que abrangeram questões relacionadas ao perfil do profissional, com base nas trajetórias individuais e nas características definidas como ideais; às rotinas produtivas, envolvendo dinâmicas diárias, relação com as fontes, adoção das tecnologias digitais e processos de convergência midiática; à carreira, enquanto sequência de postos de trabalho e na sua relação de prestígio e recompensas profissionais; e aos papéis assumidos no sentido de tarefas desempenhadas pelos correspondentes internacionais na produção jornalística, de missão que os legitime e de tendências futuras para a manutenção ou não desta prática.

A proposta das entrevistas foi de reconstruir o ponto de vista dos próprios correspondentes internacionais a respeito da autoconsciência do papel assumido e da identidade profissional a ele vinculada. O método empregado corresponde a um dos mecanismos mais direcionados aos estudos sobre identidades nas Ciências Sociais, que é o de reconhecer a identidade anunciada pelo próprio ator por meio de técnicas que o interroguem (MUCCHIELLI, 2009). Também a tradição do Interacionismo Simbólico busca pelo estudo dos significados subjetivos e das atribuições individuais de sentidos

pelos atores em relação as suas atividades e seus ambientes (FLICK, 2004). Assim, as formas como os sujeitos investigados nesta pesquisa estruturam seus pontos de vista sobre o próprio mundo de experiências funcionam como ponto fundamental para atingir os objetivos propostos.

PARTE I:

Percorso Teórico-Metodológico

Quem eu sou? O que eu faço? Qual a minha identidade? Responder a tais perguntas nos leva a compreender e legitimar nossa função na sociedade, nossa contribuição, podendo nos oferecer uma espécie de “sentido para a vida”. Não somente a interiorização de tais questões, mas, sobretudo, a representação delas, ou como é que o mundo percebe o que eu sou e o que eu faço. Características biológicas e sociais primárias – como gênero, etnia, idade, religião, local de nascimento e classe social, por exemplo – oferecem respostas parciais com as quais não necessariamente desejamos nos identificar.

Na contemporaneidade, após todo processo de industrialização e de especialização, o que iremos conceber como “profissionalização” das atividades, o “lugar no mundo” que ocupamos está cada vez mais associado à profissão exercida, que legitima o papel desempenhado pelos atores sociais, atribuindo-lhes status e significações sobre e para si. Partindo desta reflexão, a primeira parte deste trabalho adota como referencial teórico contribuições trazidas pela sociologia das profissões (PARSONS, 1939; FREIDSON, 1996; CHAMPY, 2012) no que se refere à socialização pelo ambiente profissional como elemento constitutivo de identidades sociais (DUBAR, 1999). A Teoria dos Papéis, especialmente por meio do conceito de representação de Goffman (1985) complementa a compreensão que relaciona as práticas e a “atuação profissional” enquanto fator que define o próprio “eu”.

O jornalismo enquanto prática profissional é analisado em um contexto específico. A própria expressão “jornalistas profissionais”, amplamente usada pelo grupo, já abre margens para se supor que, então, existiriam os jornalistas “não profissionais” ou “amadores” (FIDALGO, 2005), mas na verdade isso camufla uma necessidade ainda presente de legitimação social e identitária do grupo. O trabalho de Ruellan (1993) é fundamental para a compreensão do jornalismo não como um campo fechado, uma profissão dentro do conceito funcionalista, mas como uma profissão de “fronteira”, pelo fato do jornalismo ter limites imprecisos.

Apresentando, a seguir, os pressupostos teóricos desta pesquisa de doutoramento, a sequência abrange toda metodologia, com as etapas e o percurso que possibilitaram o levantamento e interpretação dos dados que nos permitem questionar o papel e a identidade profissional dos correspondentes internacionais brasileiros.

1. OS ESTUDOS SOBRE AS PROFISSÕES

O primeiro momento nos exige compreender o que é tratado como “profissão” e o que a difere de outros “ofícios” e “ocupações”, especialmente porque a adoção do termo atravessou particularidades linguísticas (RUELLAN, 1993; DUBAR, 1999; FIDALGO, 2005; CHAMPY, 2012).

O estudo sistemático das profissões, no âmbito dos estudos sociológicos, tem origem nos países anglo-saxões, a partir do início do século XX. Na língua inglesa há uma distinção clara entre “*professions*” e “*occupations*”. As primeiras têm como modelo as profissões liberais, nas quais os membros compartilham direitos que envolvem o reconhecimento de entidades associativas autônomas capazes de regular o exercício da atividade e a formação exigida. As ocupações, por outro lado, não desfrutam de tais condições e, quando se organizam, é essencialmente por meio de sindicatos.

1.1. Profissões e ocupações

Dentro desta concepção, as profissões se referem a conjuntos de ofícios aos quais uma competência exclusiva é reconhecida para desenvolver determinadas tarefas ou solucionar certos problemas. O mesmo não se aplica a uma ocupação, assumida ou exercida diante de certas circunstâncias. O maior diferencial talvez esteja na autonomia atribuída aos profissionais. Por exemplo, de acordo com Parsons (1939), os profissionais podem fazer as escolhas no lugar dos clientes. É o caso de um médico, uma vez que é ele quem sabe qual a prescrição mais indicada para o paciente/cliente. Deste modo, “profissões” são compreendidas enquanto ofícios caracterizados por um

alto nível de educação (formação, especialização), uma autonomia na condução do trabalho e um estatuto particular baseado em saberes estabelecidos (CHAMPY, 2012).

Na Europa, os grupos profissionais despertaram interesse de estudo somente a partir da década de 1970. O termo “profissão” recebe uma designação mais abrangente no francês, o que se repete no português. Dubar e Tripier (1998 apud FIDALGO, 2005) estabelecem três instâncias de significação para a palavra:

(1) “qualquer coisa que se enuncia publicamente e que está ligado a crenças político-religiosas” (é a chamada ‘profissão de fé’, o ‘professar certas crenças ou valores’), como (2) “o trabalho que se faz, na medida em que nos permite viver graças ao rendimento que dele retiramos” (esta acepção é próxima da ‘ocupação’ e costuma incluir-se nos elementos básicos de identificação de uma pessoa, a par de nome, estado civil, naturalidade, residência...), ou finalmente como (3) “conjunto de pessoas que exercem o mesmo ofício” (e o sentido, aqui, é próximo do de ‘corporação’ ou de ‘grupo profissional’). Dubar e Tripier acrescentam a estes três sentidos tradicionais um quarto, mais recente, de profissão “como função” ou como “posição profissional num organograma” (FIDALGO, 2005, p. 3).

Os sentidos são similares no idioma português e o uso cotidiano da palavra “profissão” está diretamente relacionado aos itens 2 e 3, portanto, referente à atividade remunerada que permite o custeio das necessidades básicas e, também, o grupo que desempenha as mesmas atividades. O quarto ponto é complementar, quando visualizamos o lugar deste ofício no organograma de uma instituição qualquer.

Paralelos a estes quatro sentidos, há também quatro pontos de vista em relação ao trabalho de um indivíduo, no que se refere à “profissão”: (1) declaração (aponta para uma “identidade profissional”); (2) emprego (corresponde a uma “classificação profissional”); (3) ofício (pressupõe uma “especialização profissional”); e (4) função (significa uma “posição profissional”). Fidalgo (2005) faz essa classificação para destacar que as perspectivas políticas, ético-culturais e econômicas se sucedem nos estudos das profissões, no âmbito da sociologia, ao longo do século XX. Estes quatro elementos se relacionam especialmente nos estudos das identidades profissionais e na definição do “nosso lugar no mundo”, ao observar o modo como declaramos o que fazemos, num exercício de autoconsciência, ou reconhecimento do que estamos

desempenhando, qual a especialização ou que posição está sendo ocupada em determinado momento.

Por um aspecto, as profissões são analisadas enquanto formas de organização social e política que acirram as relações entre Estado e indivíduos. Por outro lado, as profissões também assumem um quadro de expressões de si, por meio de valores éticos e culturais e num processo de identificação subjetiva. Em complemento, os estudos avançam para a análise dos grupos profissionais nas tentativas de garantir um mercado de atuação e clientes próprios, assegurando o monopólio da atividade, seu reconhecimento e remuneração.

Logo no início do século XX, a “cultura do profissionalismo” se mostrou mais importante nos Estados Unidos e na Inglaterra do que para o restante da Europa e do mundo. Os grandes investimentos na industrialização e nos modelos de produção voltados para a expansão dos mercados, o foco em eficiência, desenvolvimento e tecnificação, possibilitaram que as profissões se estabelecessem e os primeiros estudos surgissem entre pesquisadores anglo-saxões. Entre as décadas de 1920 e 1960 os estudos sociológicos nesta área estiveram concentrados na perspectiva funcionalista (DUBAR, 1999; FIDALGO, 2005; CHAMPY, 2012).

1.1.1. Os estudos funcionalistas

Os trabalhos de Carr-Saunders e Wilson (1933), na Inglaterra, e Parsons (1939) e Merton (1958), nos Estados Unidos, são referências no início dos estudos funcionalistas sobre a profissão. Antes de tudo é necessário compreender a própria origem do paradigma funcionalista nas Ciências Sociais, que tem como base o pensamento do francês Émile Durkheim, do final do século XIX, quando este escreveu sobre a educação moral e a divisão social do trabalho.

Esta corrente de pensamento considera o todo social como um organismo, cujas partes (ou “órgãos”) desempenham determinadas funções para manter esse organismo em equilíbrio harmonioso. Quando ele opera com problema, estaria diante de um processo disfuncional de alguma das partes. O interesse principal dos autores funcionalistas ao estudarem as profissões esteve centrado em demonstrar a importância

das profissões a partir da análise das funções que elas desempenhavam dentro do todo social. O que os pesquisadores do paradigma funcionalista fizeram foi desenvolver uma lista de atributos e características que definiriam uma atividade como profissão, excluindo as atividades que não atendiam a tais critérios (RUELLAN, 1993; DUBAR, 1999; CHAMPY, 2012).

Entre os pioneiros, Carr-Saunders e Wilson (1933) destacaram a necessidade de mais estudos no tocante às profissões, considerando que seria a profissionalização dos negócios o caminho para um novo tipo de reforma social. A partir de um levantamento histórico de grupos considerados profissionais na Inglaterra naquele momento, os autores chegaram a alguns fatores essenciais para classificar uma atividade enquanto profissão: a existência de um corpo organizado que controlasse a formação e o acesso ao exercício da atividade, e ter um código de ética e de conduta.

Parsons (1939) diz que a autoridade profissional favorece uma estrutura sociológica peculiar, não por se tratar de uma autoridade imposta, de dominação, mas por ser o resultado de uma “competência técnica” atribuída ao “homem profissional”. Essa autoridade é exercida diante de clientes, da sociedade, e até mesmo diante de superiores hierárquicos dentro de uma estrutura organizacional, pois esta é definida a partir de critérios técnicos previamente estabelecidos pelo campo de atuação. As análises funcionalistas partem, sobretudo, de modelos estabelecidos pelas profissões liberais, como a medicina, o direito e a engenharia. O próprio Parsons (1939) faz referências ao médico para definir este grau de autoridade e, por consequência, de autonomia: é ele quem tem a competência técnica para decidir o que é melhor para o leigo paciente.

Autoridade profissional, da mesma maneira que outros elementos dos padrões profissionais, é caracterizada pela “especificidade da função”. A competência técnica, que é uma das principais características definidoras do status e papel do profissional é sempre limitada a um “campo” em particular de conhecimento ou habilidade (PARSONS, 1939, p. 460)⁶.

⁶ “Professional authority, like other elements of the professional pattern, is characterized by "specificity of function." The technical competence which is one of the principal defining characteristics of the professional status and rôle is always limited to a particular "field" of knowledge and skill” (PARSONS, 1939, p. 460). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

Para o autor, os profissionais são os portadores dos valores racionais do conhecimento técnico-científico, numa sociedade cada vez mais alicerçada sobre esta racionalidade. São eles que dominam o conhecimento prático e teórico que os habilitam a prestar tal serviço para toda a coletividade e a recompensa por esta prestação não está mais relacionada unicamente ao ganho econômico e à remuneração, mas sim, no reconhecimento coletivo da importância da função desempenhada.

Analisando este aspecto da perspectiva funcionalista, Dubar (1999) acrescenta que é estabelecido um processo de “interação utilitarista” entre profissionais e clientes, por meio de um contrato social que habilita uns a atenderem determinadas necessidades de outros.

Dentro de uma lógica que analisa a autoridade profissional, as associações profissionais são estruturas essenciais à manutenção do monopólio dos saberes (*savoir-faire*) de cada profissão, controlando as formas de ingresso na atividade, a transmissão (ensino) das competências, os treinamentos e atualizações, bem como a forma de conduta dos que a exercem, especialmente por meio de códigos deontológicos. As associações profissionais teriam o papel de oferecer aos indivíduos apoio social e moral no exercício das funções como profissionais. Essa forma de organização permite ao profissional perceber que não está “sozinho”, com foco maior na promoção das habilidades dele e de “pontos fortes”, do que no de remediar as fraquezas (MERTON, 1958). As entidades de classe teriam o dever legítimo de defender um mercado de trabalho, uma remuneração que o grupo considere adequada e também trabalhar em prol da credibilidade da categoria profissional diante da coletividade.

Deste modo, os estudos funcionalistas analisam as profissões a partir de um conjunto de atributos restritos que as caracterizam, elevando uma ocupação ao status de profissão, tais como a existência de um corpo de saberes controlado pelo grupo e a forma de transmissão e treinamento dele; o controle do acesso ao exercício da atividade; a constituição de associações profissionais; o estabelecimento de códigos deontológicos e de conduta; a reserva de um mercado de trabalho e uma fiscalização sobre as formas de remuneração; e um grau de autonomia que confere determinada autoridade aos profissionais diante dos demais. Entretanto, os funcionalistas se dedicaram ao estudo de profissões estáveis, como a medicina, a engenharia e o direito, como dito anteriormente,

o que o tornou suscetível a críticas de correntes de pensamento que se desenvolveram na segunda metade do século XX.

1.1.2. O Interacionismo Simbólico e o estudo das profissões

No final dos anos 1950, surge, na Escola de Chicago, nos Estados Unidos, uma linha de estudos aplicada às profissões que rompe com o Funcionalismo, sugerindo estudar todas as atividades do mesmo modo (não somente as profissões estáveis). O trabalho de Howard Becker é um dos pilares do Interacionismo Simbólico, ao criticar que o termo “profissão” vinha sendo carregado de uma valoração positiva, como se referisse a uma atividade que estaria em um estágio superior e por isso mesmo servira de modelo às demais (HAGEN, 2003; CHAMPY, 2012). O que Becker propõe não é estudar as profissões a partir da autoridade ou das estruturas de organização, mas sim o modo como elas se relacionam, a partir das características próprias. “Em outros termos, queremos saber o que as pessoas têm em mente quando dizem que uma ocupação é uma profissão, que está se tornando mais profissional ou que não é uma profissão” (BECKER, 1970, p. 93 apud HAGEN, 2003, p. 2).

Dentro do pensamento interacionista, Everett Hughes (1963) defende que o todo social nada mais é do que o resultado de interações que carregam cargas simbólicas e sentidos compartilhados. O autor propõe estudar as profissões a partir do conceito de mandato ou de autorização (*license*), ao afirmar que as profissões, mais do que outras ocupações, reivindicam para os próprios membros a autorização para exercer determinadas atividades que outros não podem, dizendo de modo coletivo à sociedade o que é certo e o que é errado naquele domínio. E são os legítimos praticantes da profissão que podem definir tais parâmetros, afirma o autor. Hughes (1963) ainda afirma que as profissões são resultado de mudanças sociais e, em época de grande transformação tecnológica e organizacional, novas técnicas e novas demandas sociais estão em interação para produzir novas ocupações, também reconhecidas. O autor sugere então estudar esse movimento que leva ocupações a se tornarem profissões – ou seja, passam pelo processo de profissionalização.

Há outro fator, no que se refere ao desenvolvimento das carreiras profissionais: no caso das profissões estáveis (como medicina e engenharia, por exemplo) o prestígio está intrínseco, enquanto que nas novas profissões, ou nas ocupações que passam pelo processo de profissionalização, o prestígio aparece como resultado de percursos individuais (HUGHES, 1960).

Neste ponto, é importante compreender as carreiras profissionais como uma sequência de conquistas (honorárias, novos papéis) que o indivíduo percorre ao longo da vida profissional, ou seriam as mudanças de posição de um membro dentro do próprio sistema ocupacional (BECKER, 2009 apud PEREIRA, 2012). Por outro lado, as carreiras também passam por uma vinculação coletiva, uma vez que é o grupo que define limites, normas e estatutos.

Ao mesmo tempo as carreiras profissionais são fenômenos coletivos e estruturantes. Ao orientar suas escolhas, antecipando os mecanismos de ascensão previstos em uma carreira, os indivíduos interagem com colegas e concorrentes, com as ideologias e convenções que compõem determinada atividade (PEREIRA, 2012, p. 83).

A abordagem interacionista promoveu três críticas centrais aos estudos funcionalistas: primeiro, por considerar que o paradigma funcionalista na verdade replica o discurso dos atores diretamente envolvidos e com excesso de entusiasmo; segundo, pelo fato dos funcionalistas preservarem os mesmos caminhos de proteção do mercado de atuação que os profissionais desenvolveram; e, por último, por estabelecerem as análises com certa unidade e estabilidade do tempo presente, desconsiderando perspectivas históricas e o recorte cultural de cada região onde as profissões se desenvolveram (DUBAR, 1999; ANGELINI, 2010; CHAMPY, 2012).

Enquanto o paradigma funcionalista traçou uma classificação que chegasse a um “tipo ideal” de profissão, distinguindo e excluindo as ocupações que não se enquadravam, gerando uma categorização de “quase profissão”, “semi profissão” ou “profissões marginais”; os autores interacionistas procuraram estender as análises para todos os domínios, a partir da compreensão da profissão enquanto uma atividade cooperativa, quando surge a noção de “mundo social” (PEREIRA, 2009; CHAMPY, 2012).

A concepção sobre as profissões é alargada a partir do momento que se percebe que a própria divisão do trabalho resulta em processos de interações e construções

sociais, para além da visão de “competências técnicas e autoridade”. O “mundo social”, um conceito interacionista formulado por Harold Becker, pressupõe a existência de um universo ou de uma rede de cooperação a partir de uma ordem negociada entre os atores que fazem parte daquele campo de atuação. “A participação dos indivíduos não depende de um pertencimento institucional. Ela está associada apenas às formas convencionais de atuar na realização dessa atividade” (PEREIRA, 2009, p. 222).

1.1.3. Terceira lógica para o profissionalismo

No período em que essas correntes de pensamento sobre a sociologia das profissões se desenvolviam nos Estados Unidos e na Inglaterra, até a Segunda Guerra Mundial os estudos sobre as atividades profissionais na França estiveram ancoradas nos princípios marxistas enquanto divisão do trabalho, exploração da mão de obra e a posição das atividades dos indivíduos como pertencentes a classes sociais. Somente a partir da década de 1970 novas contribuições surgiram na Europa, inaugurando uma “terceira lógica” sobre o profissionalismo (FIDALGO, 2005; CHAMPY, 2012).

De entre estas, sobressaíram as que destacaram o papel dos **mecanismos econômicos** e do controlo dos mercados nas sociedades modernas (indo buscar contributos teóricos a Marx, nuns casos, e retomando ou relendo Max Weber, noutros) e a questão do **poder** das profissões, bem como as estratégias dos grupos profissionais na conquista e preservação desse poder (FIDALGO, 2005, p. 6).

Enquanto o paradigma funcionalista trabalhava sobre critérios de legitimidade social e a abordagem interacionista com a compreensão das redes de cooperação e as trocas negociadas, a nova linha de estudos se dedica à lógica do poder, seja ele social, económico ou político. Destacam-se nesse período autores como Eliot Freidson e Magali Larson. Esse movimento acarretou em duas mudanças metodológicas centrais (RODRIGUES, 2001 apud FIDALGO, 2005): (1) as profissões não são mais analisadas a partir de tipos ideias estáticos e passam a ser estudadas no processo dinâmico de obtenção de um estatuto profissional; (2) os discursos sobre a profissão despertam interesse no sentido de constituírem estratégias de legitimação social ao fomentar o estatuto profissional enquanto material simbólico.

Freidson, citado por Champy (2012), em um novo caminho de crítica ao Funcionalismo, dispensa o “ideal de serviço” como garantidor do estatuto da “autonomia” do profissional diante dos leigos, para compreendê-lo como um recurso ideológico das próprias profissões. O autor também critica o fato de algumas profissões, como a dos médicos, terem sido tomadas como parâmetro estabelecido, modelo de profissionalismo, sem crítica ou análise da construção de estatutos internos. Por influência do Interacionismo Simbólico, Freidson se preocupou em analisar os contextos históricos e culturais no desenvolvimento das profissões, o que evidenciou diferenças cruciais entre nações como os Estados Unidos e os países europeus. Nas palavras do autor:

De que maneira discurso, conhecimento, disciplina e campo se tornam suficientemente diferenciados e organizados a ponto de se transformarem em instituições distintas e influentes? De que modo podem exercer poder? De que forma seus criadores e elaboradores mobilizam recursos econômicos, políticos e sociais para sustentar seus empreendimentos? Quais são as instituições que selecionam e habilitam elementos particulares da “cultura”, a ponto de torná-los “capital” cultural (e humano)? Sugiro que o conceito sociológico convencional de profissão nos fornece um meio prático de responder a tais questões. Ele liga corpos de conhecimento, discurso, disciplinas e campos aos meios sociais, econômicos e políticos por meio dos quais seus expoentes humanos podem ganhar poder e exercê-lo (FREIDSON, 1996, p. 142.)

Para Freidson (1996), o crescimento dos estudos sobre as profissões a partir da década 70 do século XX é resultado da importância que profissões e profissionais tomaram em países cada vez mais industrializados, além do fato de ter aumentado o número de ocupações com cursos universitários. Sobre os recursos teóricos, o autor critica os neomarxistas que trabalham com um novo conceito de classe, sugerindo que neste momento o mais adequado é mesmo o conceito de ocupação e que este deve vir acompanhando da sociologia do conhecimento e da sociologia do trabalho (FREIDSON, 1996). De uma área para outra, ou de um país para outro, os órgãos e os recursos que fazem uma atividade assumir um grau de profissionalismo vão variar e interagir.

“Qualquer que seja a forma de definir ‘profissão’ ela é, antes de tudo e principalmente, um tipo específico de trabalho especializado. Mas, que tipo de trabalho?

Qual o seu lugar no universo do trabalho?” (FREIDSON, 1996, 143). O autor reconhece que há uma série de trabalhos efetuados em casa ou na comunidade que não são reconhecidos como profissões por não serem remunerados ou porque não se realizam em tempo integral. Em outros casos, o trabalho pode ser remunerado, mas está à margem da economia oficial, atua informalmente. No outro extremo, estão as ocupações e ofícios reconhecidos pela economia formal, afirma o autor. Neste espaço é que se encontram as profissões como tipos especiais de atividades. Entretanto, qualquer estudo sobre profissões precisa levar em consideração este quadro mais amplo do trabalho. “Como qualquer ofício e ocupação, uma profissão é uma especialização: um conjunto de tarefas desempenhadas por membros da mesma ocupação, ou donos do mesmo ofício” (FREIDSON, 1996, p. 144), porém as profissões se destacam de outras forças de trabalho.

A própria concepção social de um conjunto de tarefas e de uma especialização pode variar de uma sociedade para outra. Os autores funcionalistas fizeram a distinção entre o trabalho “qualificado”, que compete às profissões, para os “não qualificados” ou “semiquualificados” de acordo com o tipo de treinamento e de capacitação exigidos. A atividade qualificada se distingue da não qualificada por outro fator: o quanto essas atividades são simples e repetitivas. “Aquilo que Karl Marx chamou ‘divisão de trabalho parcelar’, um número relativamente pequeno de ações simples, repetitivas e invariáveis, representa o que decidi chamar especialização mecânica” (FREIDSON, 1996, p. 144). Já o trabalho especializado, aquele que não pode ser realizado de forma mecânica e varia de um contexto para outro, Freidson denomina especialização criteriosa.

Tanto trabalhos de profissões quanto de ofício são de caráter criterioso, mas o autor afirma que a antiga distinção entre atividades manuais e intelectuais é precária, insuficiente. A diferença, entretanto, é que os ofícios são especializações criteriosas que recorrem ao aprendizado essencialmente prático e à experiência, enquanto as profissões têm uma formação baseada em conceitos e teorias abstratas. “O trabalho das profissões se distingue do trabalho dos ofícios por ser uma **especialização criteriosa teoricamente fundamentada**” (FREIDSON, 1996, p. 144) (grifo nosso).

Na tese do autor, o profissionalismo também desenvolveu um método próprio de organizar a divisão do trabalho, que é feita pelo próprio grupo por meio da negociação

de limites jurisdicionais entre as ocupações. Isso também requer o controle do próprio mercado de trabalho, o que Freidson (1996) chama de “reserva de mercado”, que estabelece uma “credencial” para que determinada função possa realizar um conjunto específico de tarefas.

A credencial para o mercado de trabalho típica do profissionalismo coloca em primeiro plano a importância estratégica do treinamento vocacional para aquilo que é teoricamente distinto no trabalho profissional. O treinamento vocacional é de fato a chave tanto para o controle ocupacional do próprio lugar em uma divisão do trabalho, como do próprio status no mercado de trabalho. Além disso, é a chave para distinguir as formas de controle ocupacional de profissões e ofícios (FREIDSON, 1996, p. 145).

No caso dos ofícios, o treinamento ocorre dentro do mercado de trabalho, durante o desenvolvimento da prática, enquanto que no caso das profissões o treinamento vocacional ocorre fora do mercado de trabalho, em salas de aula ou em instalações que se façam necessárias, mas separado de onde se realiza a prática profissional. Essa diferença na institucionalização do conhecimento e da transmissão dele coopera para a criação e extensão do discurso que envolve a qualificação das profissões.

A reflexão em torno da especialização, do controle da divisão do trabalho e da reserva de mercado, e o treinamento vocacional estão para Freidson (1996) entre as características que compõem um tipo ideal de profissionalismo, “colocando de lado” fatores como a existência de associações ou de códigos de ética, por exemplo. Isso porque ele assume que o profissionalismo, como qualquer trabalho, não pode existir sem um fundamento econômico viável.

Mas o tipo ideal nada nos diz sobre as condições sob as quais suas instituições podem ser estabelecidas e mantidas ao longo do tempo, ou por que suas formas empiricamente imperfeitas variam de uma circunstância histórica e nacional para outra. Para fazê-lo, precisamos examinar o papel de instituições como o Estado e a associação profissional, bem como considerar a influência tanto da ideologia como da substância dos campos ou disciplinas das diferentes profissões. É pela análise da variação nesses fatores que nos tornamos aptos a entender a variação efetivamente alcançada pelas ocupações históricas no grau de profissionalismo e no poder do seu discurso (FREIDSON, 1996, p. 147).

É preciso considerar, então, o tipo de Estado e o conteúdo de políticas, e como a organização que administra a profissão interage com elas; a própria composição e organização da profissão; as ideologias empreendidas por todos os atores sociais, seja dentro do Estado, da profissão, sejam clientes, comunidade, capital privado ou outras partes interessadas; o corpo de conhecimento e a “qualificação de uma disciplina, sua autoridade científica, moral ou cultural e as instituições em que é praticada” (FREIDSON, 1996, p. 153). As variações e interações entre tais fatores determinam como uma profissão se estabelece e se desenvolve em determinado período, país ou cultura.

Para Freidson (1996), grande parte da força de trabalho absorvida pelas nações industrializadas não é composta pelo que é considerado como profissão, uma vez que dispensam um treinamento vocacional relacionado a universidades, por exemplo. Muitos profissionais que encontram empregos na classe média não estão diretamente relacionados a estruturas comerciais, apesar de as servirem de algum modo. Muitos estão em instituições médicas, jurídicas, educacionais, ou na pesquisa, na produção científica, ou ainda se tornam prestadores de serviço autônomos. Neste grupo que o autor insere os intelectuais, os artistas e também os **jornalistas**.

Os profissionais são aquelas pessoas que criam, expõem e aplicam aos assuntos humanos o discurso de disciplinas, campos, corpos demarcados de conhecimento e qualificação. Esse é seu trabalho, que não pode ser desempenhado sem instituições que lhes garantam apoio econômico, poder e organização (FREIDSON, 1996, p. 153).

Já a sociologia das profissões de Larson, como explica Champy (2012), tem forte influência marxista, com algumas contribuições weberianas. Para a autora, a profissionalização é o mecanismo para se conquistar prestígio, poder e renda na sociedade contemporânea. A partir de processos de standardização das práticas e do estabelecimento de cercas, de limites sociais, as profissões são um complemento à burocracia na tarefa de organizar e controlar o trabalho. A profissionalização age em duas frentes: por uma dinâmica econômica, defendendo um monopólio e um mercado de atuação; e por uma ordem simbólica, promovendo o status de uma profissão. Na perspectiva da autora, o controle da base cognitiva, do saber e do ensino, bem como das condições para acesso ao mercado de trabalho são fundamentais para alicerçar o poder

profissional e possibilitar um projeto coletivo de mobilidade social. Esse “fechamento do mercado” gera na sociedade determinadas necessidades que só podem ser satisfeitas pelo grupo profissional. Em comum com o pensamento de Freidson, Larson também analisou as diferenças socio-históricas entre as nações e enfatizou a importância do papel do Estado, uma vez que é ele quem permite às profissões assumirem os estatutos delas e serem reconhecidas (CHAMPY, 2012).

A evolução dos estudos acompanhou o modo como as profissões conquistaram um lugar considerável na sociedade contemporânea. A divisão do trabalho que se estabeleceu entre os grupos profissionais assumiu um importante papel na repartição da riqueza, do poder e do prestígio. Na atualidade, as profissões contribuem – mais frequentemente que a religião, a política e a família – para a definição das identidades individuais (CHAMPY, 2012).

1.2. Papel e identidade profissional: uma abordagem teórica

Os estudos sobre identidade cresceram essencialmente a partir da segunda metade do século XX, período no qual a sociedade tem vivenciado processos de desestabilizações individuais e coletivas, que vão desde mudanças relativas ao papel da religião e de valores morais, às formas de constituição familiar, intensificação dos fluxos migratórios e o impacto sobre a estabilidade das identidades nacionais (CANCLINI, 2003), acirramento do capitalismo e do ideal de consumo, além de novas relações com o tempo e o espaço, que estão mais comprimidos (HARVEY, 1992). Diante de tais transformações, são muitas as tentativas de reformulação do conceito de identidade, seja pela área da psicologia clínica ou social, da sociologia, da antropologia, entre outras.

Os estudos que trabalham com a questão mostram que a noção de identidade é principalmente estruturada em torno de conceitos como estabilidade, permanência, totalidade e singularização. De um modo geral, o termo identidade é frequentemente utilizado como conceito genérico que define um estado da pessoa ou do grupo ao qual a gente pode se referir na explicação de comportamentos individuais ou coletivos (KASTERSZTEIN, 1990).

Nas Ciências Sociais, afirma Mucchielli (2009), as questões sobre a identidade se referem sempre a um “ator social”, seja um indivíduo ou seja um grupo. A identidade é, assim, um conjunto de significações, variáveis de acordo com os atores de uma situação, que compreendem uma realidade ao mesmo tempo física e subjetiva, construída a partir de um mundo próprio de experiências e em conjunto com outros atores. Ela é uma sensação sobre si mesmo (como eu me sinto, eu me percebo) repassada aos demais atores (MUCCHIELLI, 2009).

Essa construção é resultado de um jogo duplo, propõe Dubar (1999): por um lado o sujeito por si mesmo, por outro, como ele se mostra aos demais e é percebido por eles. A identidade é sempre plural, pois envolve diferentes atores, que farão leituras das identidades de si e do outro de acordo com as situações em questão. “A identidade nada mais é que o resultado, ao mesmo tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições” (DUBAR, 1999, p. 111)⁷.

As identidades vivem um processo contínuo de transformação, pois são vários os contextos de referência que as determinam: biológico, psicológico, material, temporal, econômico, relacional, normativo, cultural, político etc. De acordo com Mucchelli (2009), tais contextos de referência podem ser divididos em dois sistemas de causalidades circulares: o primeiro chamado de *autoprocessos* (genéticos, biológicos, afetivos, cognitivos) e o segundo simplesmente de *processos* (relacionais e comunicacionais, históricos, culturais). “Cada identidade é, a todo instante, uma emergência de sentido, que resulta de um conjunto de negociações circulares das identidades de cada um. Cada identidade encontra, então, sua base no conjunto das outras identidades que se expressam através do sistema das relações” (MUCCHIELLI, 2009, p. 36)⁸.

⁷ “L’identité n’est autre que le résultat à la fois stable et provisoire, individuel et collectif, subjectif et objectif, biographique et structurel, des divers processus de socialisation qui, conjointement, construisent les individus et définissent les institutions” (DUBAR, 1999, p. 111). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

⁸ “Chaque identité est, à chaque instant, une émergence de sens, résultant d’un ensemble de négociations circulaires des identités de chacun. Chaque identité trouve donc son fondement dans l’ensemble des autres identités s’exprimant à travers le système des relations” (MUCCHIELLI, 2009, p. 36). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

George Mead, que trabalha a partir da perspectiva do Interacionismo Simbólico, foi um dos primeiros pesquisadores a reconhecer que a autoconsciência (consciência de si, do seu “eu”) está estreitamente relacionada com os processos sociais em que o sujeito está envolvido. Para Mead (apud LIPIANSKY; TABOADA-LEONETTI; VASQUEZ, 1990), o sujeito se sente como ele mesmo não diretamente, mas a partir do olhar do outro ou do grupo social ao qual ele pertence. O “self”, o autorreconhecimento, nasce das experiências sociais e é produzido por meio dos processos de comunicação social e das várias facetas que o “eu” reflete dentro deste processo, ou seja, na interação com os outros.

Até os anos 1970 e 1980 havia uma defesa em torno da busca de uma “identidade única”, o que no início do século XXI se aproximou de um consenso em se supor que cada indivíduo pode dispor, sucessivamente ou mesmo simultaneamente, de múltiplas personalidades cuja materialização depende do contexto histórico, social ou cultural onde ele se encontra (MUCCHIELLI, 2009). Assim, a compreensão sobre a constituição das identidades deve considerar instâncias objetivas (que envolve toda ordem material e histórica que pode ser conhecida e verificável) e subjetivas (que englobam as crenças mais íntimas dos indivíduos sobre si). No primeiro grupo, afirma o autor, é possível reconhecer ao menos quatro faces de uma identidade: *cultural* (tudo que diz respeito à cultura, hábitos e costumes aos quais se está submetido); *grupala* (relações de pertencimento a determinados grupos); *social* (posicionamento social do ator); e *profissional* (aspectos identitários ligados às atividades profissionais desenvolvidas e à trajetória delas, ao currículo).

No segundo grupo, que se relaciona com a instância subjetiva, há outros cinco modos de ver: identidade *ressentida* (o que o sujeito experimenta, o que ele sente); *afirmada* (o que ele anuncia sobre si diante de outros); *apresentada* (o que ele demonstra para os outros); identidade de *circunstância* ou de *fachada* (quando ele apresenta somente partes sobre si); e por fim a identidade de *ação* (que leva o indivíduo a fazer certas coisas que correspondem ao que ele acredita que deva ser feito).

Em todas essas circunstâncias, sejam de ordem objetiva ou subjetiva, a identidade reúne características significantes para definir um sujeito no que diz respeito a leis e regras de uma sociedade, é ela que define os parâmetros de compreensão e os contextos de referências nos quais as situações estão inseridas. Assim, a identidade

social é entendida como a soma de todas as relações de inclusão e exclusão no que diz respeito a todos os grupos constitutivos de uma sociedade.

Segundo Mucchielli (2009, pp. 43-45), são quatro os grupos de categorias de referências para as análises sobre a identidade:

1. Referências materiais e físicas:

- O que se possui (pessoas, objetos, dinheiro);
- O seu potencial (econômico, físico, intelectual);
- A organização material da qual faz parte (traços do território, da habitação, das comunicações);
- A aparência física.

2. Referências históricas:

- As origens;
- Os eventos marcantes (influências, traumas, modelos do passado);
- Os traços históricos (crenças, costumes, educação).

3. Referências psicoculturais:

- O sistema cultural (crenças, religião, ideologias, expressões culturais);
- A mentalidade (visão de mundo, normas grupais, hábitos coletivos);
- O sistema afetivo e cognitivo (traços da psicologia, atitudes, sistemas de valor).

4. Referências psicossociais:

- Status, idade, sexo, profissão, poder, dever, papel social;
- Atributos de valor social (atribuições simbólicas, competências reconhecidas);
- Psicologia (visão de mundo, projetos, envolvimento nas situações);
- Potencialidades do vir a ser (satisfações e frustrações, motivações, estratégias de adaptação, estilo de conduzir as situações).

Tomando por base este quadro de referências, é possível compreender a intenção de Mucchielli (2009) ao afirmar que identidade é qualquer coisa que evolui, que atravessa fases de elaboração, ou seja, é qualquer coisa que amadurece. As identidades

não são estáticas, são resultado de processos contínuos de interação e que acompanham toda a trajetória dos indivíduos ou dos grupos sociais. Para o autor, as análises sobre as noções de maturidade identitária são menos usuais, são mais comuns abordagens que tratam de situações de crises ou reações de identidades imaturas.

No processo de evolução identitária (MUCCHIELLI, 2009), os atores sociais podem se perceber diante de três situações de instabilidade: por meio de dissonâncias da identidade (conflitos que ocorram dentro dos sistemas cultural, cognitivo ou afetivo, levando ao que é comumente conhecido como *crises de identidade*); de perturbações provocadas por sentimentos de exclusão e rejeição, pela desunião familiar, pela falta de afetividade ou pelo rompimento de raízes sociais e religiosas (situação por vezes chamada de *crise da civilização*); e de perturbações de referência identitária (relativização dos valores e dos modelos atrelada à dinâmica de evolução econômica e cultural de um grupo).

Dubar (1999) alerta que se fala muito em “crise das identidades” sem saber ao certo o que isso significa. Muitos fatores, afirma o autor, podem contribuir para esse tipo de perturbação, dos mais íntimos aos sociais: dificuldade de inserção profissional dos jovens, exclusão social, mal-estar em face de todo tipo de mudanças, desagregação das categorias que servem para se definir a si próprio e para definir os outros, etc. No caso de uma sociedade ou de uma civilização, são emblemáticos os momentos de crises econômicas de grandes dimensões: instaura-se a incerteza em relação ao futuro e isso domina toda possibilidade de se desenhar um novo quadro social, pois os modelos do passado já não servem e os do futuro ainda não estão estabilizados.

Entretanto, a identidade de alguém é aquilo que temos de mais precioso: “a perda da identidade é sinônimo de alienação, sofrimento, angústia e morte” (DUBAR, 1999, p. 5)⁹. O autor trabalha com a identidade enquanto produto de sucessivas socializações, uma vez que a identidade humana não é dada, em definitivo, no nascimento: a construção dela se inicia na infância e contínuos processos de reconstrução ocorrem ao longo da vida. Logo, essa construção não é autônoma, independente ou isolada, os indivíduos dependem tanto dos julgamentos dos outros como das próprias orientações e autodefinições.

⁹ “la perte d’identité est synonyme d’aliénation, de souffrance, d’angoisse et de mort” (DUBAR, 1999, p. 5).). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

1.2.1. Estratégias identitárias

Dentro de contextos de transformações, os indivíduos desenvolvem processos psicológicos denominados “estratégias identitárias”, que são conduzidas de duas formas: num primeiro momento o sujeito age a partir da definição de si próprio, no intuito de afirmá-la; no segundo, a identidade é resultado de uma ação dinâmica que depende de negociações de significados (LIPIANSKY; TABOADA-LEONETTI; VASQUEZ, 1990). Os autores explicam que as estratégias identitárias são, portanto, procedimentos implementados (consciente ou inconscientemente) por um ator (individual ou coletivo) para alcançar as metas dele (definidas explicitamente ou no nível inconsciente), de acordo com diferentes determinações (psicológicas, sócio-históricas, culturais) que compõem as situações de interação.

A palavra estratégia pode ser definida como um conjunto de ações coordenadas a fim de se conquistar uma vitória num nível interacional e dinâmico. Deste modo, falar de estratégias identitárias pressupõe a busca por uma vitória identitária, ou seja, os atores sociais utilizam a própria estrutura identitária atual para se fazer aceito, reconhecido e valorizado pela imposição desta estrutura. “É, também, definir quais comportamentos, individuais ou coletivos, conscientes ou inconscientes, adaptados ou inadaptados, são colocados em prática para chegar a essas vitórias contra um adversário que pode ser ele próprio, os outros em interação concreta (família, amigos, colegas...), ou o sistema social” (KASTERSZTEIN, 1990, p. 31)¹⁰.

Taticamente, afirma o autor, os atores irão reagir em função da representação que fazem de si diante de toda situação, levando em consideração o sistema no qual estão inseridos e pelo qual são pressionados a agir nesse ou naquele sentido. O indivíduo definirá objetivos para provar pertencimento ou vontade de integração àquele sistema. Um dos caminhos para isso é pela *conformação* entre o ambiente externo e as opiniões internas, quando muitas vezes pode haver certo grau de tensão. Outra tática é a do *anonimato*, que permite ao sujeito se proteger e reduzir as responsabilidades, ao mesmo tempo em que revela potencialidades individuais. Um terceiro recurso usado é o

¹⁰ “C’est aussi définir quels comportements individuels ou collectifs conscients ou inconscients, adaptés ou inadaptés, sont mis en place pour atteindre ces victoires contre un adversaire qui peut être soi-même, les autres en interaction concrète (famille, amis, collègues...), ou le système social” (KASTERSZTEIN, 1990, p. 31).). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

da *assimilação*, pela qual se “esquece” as características históricas e culturais próprias, que podem lhe fornecer alguma distinção, para assim aceitar os valores e as normas dominantes (KASTERSZTEIN, 1990).

O autor também aponta três estratégias centrais que os atores sociais implementam em busca de uma vitória identitária. O primeiro caminho é pela *diferenciação*: as pessoas buscam novas condutas, novos espaços de vida, inventam novas dimensões de julgamento e de valores, num mecanismo fundamental como a conformação entre o ambiente externo e as convicções interiores. Outro meio é pela busca da *visibilidade social*, pelo reconhecimento, cujo objetivo é ser identificado, escutado e individualizado. A este se complementa a estratégia da *singularização*, um mecanismo mais extremo da diferenciação, definida como uma necessidade psicológica que atua para vencer as barreiras da cultura dominante, que por vezes aceita que um indivíduo é diferente por pertencer (ou ter pertencido) a outra cultura, mas por vezes também reprime fortemente qualquer ato mais individualizado.

Por tudo isso, consideraremos então, a forma identitária enquanto um processo, e não como um estado da coisa. A forma identitária se desenvolve durante toda a vida social, individual ou coletivamente, a partir de negociações que são estabelecidas entre o “eu” interior e as condições às quais o sujeito está submetido. Para isso contribuem diversas instâncias de ordem física e material, psicossociais, históricas e culturais. Consciente ou inconscientemente, os atores desenvolvem mecanismos que são estrategicamente implementados em busca da própria afirmação, percorrendo caminhos que vão do sentimento de pertença a determinado grupo ao processo de singularização. Algo que se produz individualmente, internamente, e também se estabelece a partir de relações com os outros e com as regras do sistema ao qual está inserido.

Nesta dinâmica de interação, afirma Mucchielli (2009), as identidades também se constroem a partir do olhar de terceiros. Algumas vezes, o sujeito diz o que ele crê sobre a identidade do outro (identidade *inferida*); ou afirma o que o outro é, o que ele significa subjetivamente para si (identidade *vivida*). Há também a identidade *desejada*, ou seja, aquilo que o indivíduo quer que o outro seja; ou ainda a identidade *prescrita*, quando ele se comporta para que o outro se comporte como ele quer. E por fim a identidade *atribuída*, quando o ator anuncia ou caracteriza o que o outro deve ser (MUCCHIELLI, 2009).

1.2.2. A Teoria dos Papéis e as profissões

A Teoria dos Papéis tem sido usada para compreender a percepção e a definição de si próprio a partir da representação para os demais. O termo “papel” é geralmente aplicado às situações cujas normas de interação são definidas culturalmente e são independentes de qualquer tipo de relações pessoais ou particulares entre os atores (LIPIANSKY; TABOADA-LEONETTI; VASQUEZ, 1990). Deste modo, os atores sociais são levados, ao curso da vida, a assumir certo número de papéis relacionados a sua idade, sexo, profissão etc., cuja definição sociocultural pode suscitar alguns tipos de conflitos. “Inúmeras pesquisas empíricas mostram que há diversas maneiras de aderir aos papéis, de modo que um sujeito pode se definir por meio de um papel (eu sou médico ou eu sou pai) ou ele pode mencionar esses papéis como uma atividade ou um status, entre outros” (LIPIANSKY; TABOADA-LEONETTI; VASQUEZ, 1990, p. 15)¹¹.

A noção de representação e de identidade de Goffman (1985), a partir da Teoria dos Papéis, permite-nos compreender o mundo como um teatro, sendo a vida social uma grande cena. Os atores sociais (neste caso, de fato “atores”) aderem aos diferentes papéis por meio de aspectos exteriores e visíveis, o que supõe a existência de uma identidade real e uma outra identidade virtual, que não é falsa, mas, na concepção filosófica do termo, é aquilo que existe em potência de ser. “Venho usando o termo ‘representação’ para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 1985, p. 29). Assim, quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita aos observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Por vezes ele é sincero, por outras ele é necessariamente cínico, ressalta o autor.

Na lógica da representação, o cenário é composto de uma “fachada pessoal”: cor, gênero, idade, vestuário, aparência etc., que são, por essência, veículos de transmissão de sinais, de significados. Mas além da fachada (aquilo que se vê), existe a

¹¹ “De nombreuses recherches empiriques montrent qu’il y a plusieurs modes d’adhésion aux rôles, si bien qu’un sujet peut se définir par un rôle (je suis médecin ou je suis père) ou il peut mentionner ces rôles comme une activité ou un status parmi d’autres” (LIPIANSKY; TABOADA-LEONETTI; VASQUEZ, 1990, p. 15).). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

“maneira”, ou seja, uma série de “estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima” (GOFFMAN, 1985, p. 31). Por exemplo, uma autoridade política pode se comportar de maneira arrogante ou de maneira cordial ao encontrar um eleitor que lhe dirige a palavra. O que ocorre é que, normalmente, esperamos compatibilidade entre aparência e maneira, porque, enquanto “plateia”, recorremos a um conjunto de valores e estereótipos que compõem a visão de mundo sócio e culturalmente construída.

Além do fato de que práticas diferentes podem empregar a mesma fachada, deve-se observar que uma determinada fachada social tende a se tornar institucionalizada em termos das expectativas estereotipadas abstratas às quais dá lugar e tende a receber um sentido e uma estabilidade à parte das tarefas específicas que no momento são realizadas em seu nome. A fachada torna-se uma “representação coletiva” e um fato, por direito próprio (GOFFMAN, 1985, p. 34).

Ainda na lógica teatral, os atores necessitam de um grupo de indivíduos que cooperam na encenação de uma rotina particular. Então, por exemplo, para uma mulher exercer o papel de “mãe” ela precisa de outros elementos, como o filho, o pai, o médico que ajudou no nascimento, entre outros. Isso é ainda mais representativo nos ambientes profissionais, quando as equipes são formadas não somente por outros atores que desempenham papéis semelhantes (colegas de profissão), mas, sobretudo, por uma rede de pessoas com as quais se interage e que dá sentido àquele papel: clientes, fornecedores, mercado publicitário, governo, comunidade etc. Por trás da cochia, uma equipe deve ser capaz de guardar os próprios segredos, para que o público (a “plateia”) não tome conhecimento das estratégias de representação.

Mesmo diante de outras equipes, os atores tendem a se manter “a caráter”, a fim de prezar pela credibilidade da encenação. E para assegurar que as técnicas de representação do papel sejam mantidas, as equipes tendem a selecionar para fazer parte membros disciplinados e leais. Importante observar que, nessa lógica, o *self* é o personagem e a representação é a posição do ator enquanto ser social. “Finalmente, verificamos que o indivíduo pode envolver profundamente o ‘eu’ próprio na identificação com um determinado papel, instituição ou grupo, e em seu conceito de si mesmo como alguém que não rompe a interação social ou desaponta as unidades sociais que dependem dessa interação” (GOFFMAN, 1985, pp. 222-223). Porém quando ocorre

uma ruptura, as concepções em torno das quais a personalidade do sujeito foi construída tende a se desestabilizar, provocando consequências também nas interações e nas estruturais sociais. Nas estratégias de defesa, as rupturas, se não evitadas, devem ser rapidamente corrigidas, como numa peça de teatro.

1.2.3. Construção identitária

No curso da vida, assumimos inúmeros papéis, voluntaria ou involuntariamente. Somos filhos, estudantes, esposas/maridos, pais, religiosos, médicos, professores ou jornalistas, entre outros. Neste caminho, Dubar (1999) explica que nossa identidade social passa por diferentes etapas: herdamos da geração precedente aquilo que pode ser chamada de “primeira identidade social”; adquirimos uma “identidade virtual” na nossa socialização primária (escolas); e enfim chegamos às “identidades possíveis”, adquiridas em nossa segunda fase de socialização. Neste momento, as profissões exercem cada vez mais uma influência fundamental.

Imaginemos que estamos diante de um grupo de pessoas, num primeiro encontro, e cada um deverá fazer uma breve apresentação de si. Supomos que esse encontro ocorra em Brasília, podemos simular algumas formas de apresentação: “meu nome é Maria, tenho 30 anos, sou mulher, moro em Samambaia, sou parda, sou católica, sou torcedora do Gama, sou mãe de duas meninas”, e poderia seguir. O ambiente, a situação de interação, oferecerá a chave de sentido que mostrará se, naquele momento, é a minha idade, a minha religião ou a região onde moro, por exemplo, que “melhor” me define ou me representa diante daquela plateia. De um modo geral, na sociedade contemporânea, a profissão exercida assume um papel fundamental nas nossas identidades sociais, conferindo status, reconhecimento e reputação (FREIDSON, 1996; CHAMPY, 2012). Então ao dizer “meu nome é Maria, tenho 30 anos, sou médica”, o sujeito já se coloca num papel que tem toda uma carga de valor atribuída, antes mesmo que o outro possa lhe conhecer mais profundamente.

Não significa que as identidades sociais estão reduzidas ao nível do status do emprego e da formação profissional. Evidente que antes de se identificar o indivíduo a um grupo social ou a um tipo de diploma, ele teve uma infância, a herança de uma

identidade de gênero, da etnia, da classe social, de quem são os pais, etc. Assim, na construção identitária, de acordo com Dubar (1999), articulam-se duas ordens de transações. A primeira é diacrônica, chamada pelo autor de “transação biográfica”, cuja missão é manter a coerência de si ao longo do tempo. A segunda é sincrônica, denominada “transação relacional”, que tem por meta a combinação entre a identidade autopercebida e a identidade atribuída, ou seja, aqueles rótulos atribuídos quando o sujeito pertence a determinados grupos sociais. O simples fato de pertencer a uma categoria profissional oferece uma série de rótulos que emolduram o sujeito na vida social.

A construção da identidade, assim, parte de dois processos, um deles individual (onde buscamos definir aquilo que somos, que gostaríamos de ser) e o segundo dá-se a partir de quadros sociais de identificação (como a gente se define, como a gente diz quem eu sou). Segundo o autor, a identificação psíquica precede e orienta a categorização social que se desenvolve a partir dos processos de socialização. Sociólogos da Escola de Chicago, como Howard Becker e Everett Hughes, trabalham a noção de identidade articulada entre os quadros sociais de identificação (especialmente as profissões) com as trajetórias individuais (DUBAR, 1998). As interações presentes em tais processos sociais interferem nas identificações anteriores.

Ao adotar metodologias que interrogam os próprios atores sobre estas construções, é possível reconhecer a partir das falas os tipos de argumentos, arranjos e categorias significativas que compõem o que Dubar (1998) chama de formas identitárias, que funcionam como tipos ideais para esse tipo de análise. Trata-se de associar as trajetórias objetivas (histórias de vida, identidade herdada, referências primárias) às trajetórias subjetivas de significação e valorização por parte dos atores sociais. No caso de determinadas profissões, como jornalismo, a forma identitária assume caráter coletivo, pela assimilação que os indivíduos fazem dos atributos que definem o grupo profissional (LE CAM, 2006).

1.2.4. Modelos de valorização profissional

Numa síntese entre os trabalhos de Moore (1969) e Rivard (1986), Dubar (1999) apresenta três “modelos de valorização” profissional que são constitutivos dos processos de socialização dentro dos grupos profissionais. O primeiro deles é o *modelo do físico*, cuja valorização se dá pela formação e pela identificação com a disciplina. Trata-se da competência especializada adquirida pela formação de base e pelo saber-fazer (*savoir faire*) somados pelas aprendizagens cumulativas. Por meio disso, estabelece-se uma espécie de mobilidade externa, ou seja, uma possibilidade de progressão na carreira que não depende exclusivamente da organização na qual se trabalha, pois o reconhecimento, que se dá pelos pares, existe por essa competência de formação associada a fatores como vocação e identificação com a área.

O segundo é o *modelo do oficial*, cuja valorização se dá pela função exercida e ofertada por um estatuto que te permite estar ali. Um “oficial” é o detentor da própria patente militar, que lhe foi conferida em virtude das habilidades e da formação inicial. “A carreira pode ser somente a sequência de funções cada vez mais importantes ocupadas no setor” (DUBAR, 1999, p. 167)¹². A identificação principal do *modelo do oficial* é a que liga o indivíduo ao estatuto do grupo, ou seja, à comunidade daqueles que ocupam as mesmas funções.

E o terceiro é o *modelo de artífice*, ou seja, de um “operário especializado” num determinado ramo de atividade. Neste caso, a valorização se dá pelo resultado e a identificação a um *posto de trabalho*: “um conjunto de tarefas (prescritas), de resultados (previstos) e de meios (atribuídos)” (DUBAR, 1999, p. 166)¹³. Volta-se para a capacidade de se produzir resultados a partir da experiência e do domínio da atividade e a classificação dos postos depende justamente da importância deles na produção desses resultados. A identificação principal do *modelo de artífice* é a que liga o indivíduo ao coletivo, à comunidade profissional, que tem regras e linguagem próprias, compartilham dissabores e conquistas.

¹² “La carrière ne peut être que la suite des fonctions de plus en plus importantes occupées dans la filière” (DUBAR, 1999, p. 167). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

¹³ “un ensemble de tâches (prescrites), de résultats (prévus) et de moyens (attribués)” (DUBAR, 1999, p. 166). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

Tais modelos nos remetem ao que vimos anteriormente no que se refere às carreiras profissionais (HUGHES,1960): nas profissões estáveis o status ou o prestígio são intrínsecos ao ato de se poder exercer tais atividades, entretanto, numa série de profissões modernas, a valorização irá ocorrer no curso da trajetória profissional, intercalando os postos e as funções assumidas.

O jornalismo está no quadro de profissões modernas, reconhecido como tal a partir do final do século XIX, quando não somente a atividade passou por um processo de profissionalização, mas, sobretudo, o mercado, a indústria da mídia entrou num novo patamar, fundamental para definir a função social da profissão, com estereótipos, as mitologias e a legitimação enquanto grupo diante dos demais atores sociais. A identidade no jornalismo é adquirida historicamente e indissociável das condições burocráticas e culturais dentro de cada nação. Em comum, veremos que o resultado se dá a partir de negociações entre a identidade reivindicada pelo grupo e a identidade atribuída pelo ambiente externo (LE CAM, 2006), reconhecendo que a forma identitária dos jornalistas é coletiva, assim como a de outros grupos profissionais, por ser construída pela assimilação e interiorização que os indivíduos fazem dos atributos que definem o grupo profissional.

1.3. O jornalismo como profissão

Na história dos estudos da Comunicação, algumas correntes teóricas contribuíram para a compreensão dos jornalistas enquanto prática profissional, o que se torna fundamental para o melhor entendimento do objeto desta pesquisa. Se observarmos o Modelo de Laswell (quem, diz o que, a quem, por qual meio, com que efeito), que esquematizou a estrutura básica de um processo comunicacional, as análises sobre o “quem” vieram contribuir para a compreensão sobre um dos lados do processo (MAIGRET, 2013), ou seja, quem são e como agem os produtores de informação e conteúdos midiáticos. No caso do jornalismo, uma série de estudos, iniciados nos Estados Unidos e pertencentes a uma “sociologia dos emissores” (WOLF, 1999), passou

a questionar por que as notícias são como são, qual o papel do jornalismo na sociedade e, especialmente, qual o papel dos jornalistas na produção das notícias¹⁴.

Ainda no início da *Mass Communication Research*, o modelo dominante do profissionalismo jornalístico era o do selecionador, quando, em 1950, adotou o conceito de *gatekeeping*, estabelecido por Kurt Lewin, na definição da ação do jornalista que seleciona quais acontecimentos se tornarão notícias. Na década de 1960, surge o modelo do defensor (*advocate*) e, na década seguinte, diversos estudos passam a se debruçar para entender os processos de produção das notícias (Newsmaking) e o papel dos jornalistas na dinâmica industrial. De acordo com Alsina (2009), esses três modelos do profissionalismo, que coexistem e não se sobrepõem, foram correlacionados às principais correntes das pesquisas em comunicação: funcionalista, crítica e interpretativa.

Nas primeiras décadas do século XX, as pesquisas americanas que mais se destacaram seguiram a influência do paradigma funcionalista, de bases positivistas, dominante na época em diversas áreas do conhecimento. Sob esse prisma, a noção é do jornalista enquanto cumpridor de uma “função profissional”, que é a de selecionar os acontecimentos que se tornarão notícias. Já a perspectiva crítica enfatiza o papel político dos meios de comunicação e, deste modo, eles não só transmitem informações como também atuam como agentes políticos. Partindo disso, o jornalista assume essa função, comprometido com a realidade social, a fim de perceber as injunções sociais, afirma Alsina (2009). Por fim, a perspectiva interpretativa se dedica a analisar a realidade social, sem pretensões de manter o *status quo* (paradigma funcionalista) ou de modificá-lo (perspectiva crítica). “Portanto, a perspectiva interpretativa observa o jornalista como um construtor da realidade a partir de uma institucionalização do seu próprio papel e de determinados mecanismos de produção” (ALSINA, 2009, p. 214).

É da produção do real que trata o modelo construcionista do Newsmaking. Sobre os modos de produção da notícia, Tuchman (1973) propõe superar a visão das notícias como distorção ou reflexos do real e encará-las como reconstituições do mundo cotidiano, onde o mundo é socialmente construído e o profissional jornalista participa

¹⁴ A “sociologia dos emissores”, no caso do jornalismo, dedica-se à compreensão dos processos de produção dos conteúdos. Um dos expoentes nessa linha de estudo é David White, que em 1950 publicou o artigo *The “Gatekeeper”. A Case Study in the Selection of News*. Dentro da corrente voltada ao estudo dos processos de produção da notícia, destacaram-se na fase inicial os trabalhos de Golding e Elliott, publicado em 1979, intitulado *Making the News*, e os textos de Guy Tuchman, como *Making news by doing work: routinizing the unexpected* (1973) e *Making news. A study in the construction of reality* (1978).

desse processo de construção. Para tanto, organizações e profissionais buscam exercer um controle do trabalho jornalístico por meio de uma rotinização, que muitas vezes é dificultada pela variabilidade da matéria prima (ou seja, dos acontecimentos), e por meio de categorias e tipificações que visam uma classificação dos eventos/fatos como notícias, diminuindo assim essa variabilidade e possibilitando organizar o dia de trabalho e a produção das notícias.

As notícias são, então, desde essa perspectiva construtivista, resultado de um processo produtivo complexo, que envolve da seleção dos fatos aos procedimentos de tratamento da informação, até a narração final. Os próprios valores-notícia oferecem critérios às rotinas de produção da notícia que permitem aos profissionais “decidir rotineira e regularmente sobre quais as ‘estórias’ que são ‘noticiáveis’” (HALL et al, 1999, p. 225). Para os autores, a produção social das notícias abrange três amplos fatores: a organização burocrática da mídia, a estrutura de valores-notícia e o momento da construção da própria notícia. Existe um consenso cultural de que é preciso tornar as informações jornalísticas inteligíveis para a maior parte do público e é a partir desse consenso que são formatados os enquadramentos para interpretar acontecimentos e transformá-los em notícias. Ao contrário do que se pode imaginar, os autores enfatizam que os jornalistas e os meios de comunicação não criam as notícias de modo autônomo, mas sim de acordo com as pressões internas do processo produtivo, a rotinização, onde as fontes, sobretudo as institucionais e ligadas aos poderes político e econômico, assumem uma posição fundamental no estabelecimento do enquadramento e até mesmo na definição do que vem a se tornar notícia.

As empresas jornalísticas precisaram se organizar no tempo e espaço, unificando as práticas e estabelecendo rotinas para a produção da notícia, desenvolvendo técnicas de apuração e redação, critérios de noticiabilidade, dentre outros. De acordo com Ericson, Baranek e Chan (1987), para dar lidar com os limites de tempo e de recursos, os jornalistas desenvolveram três tipos de competências profissionais: o *saber de reconhecimento*, que é aquele que propicia ao jornalista identificar quais fatos têm potencial para serem contextualizados no formato de notícia, com o auxílio de valores como o ineditismo, a localização geográfica, ou a hierarquia dos personagens envolvidos no acontecimento, entre outros; o *saber de procedimento*, por meio de técnicas de investigação, apuração e recolhimento dos dados, e relativas à seleção das

fontes; e o *saber de narração*, que consiste na capacidade de reunir todas estas etapas e transformá-las em uma narrativa noticiosa em tempo hábil e de forma atrativa para o leitor. Tais saberes, em muitos países, foram organizados em conteúdos transmitidos formalmente por meio de cursos universitários, mas muito também se pode aprender na prática, como um operário especializado.

Os processos de rotinização e estandardização da atividade jornalística têm o intuito de atribuir processos estáveis de produção para lidar com um arsenal de fatos brutos que são variáveis e imprevisíveis. Assim, segundo Wolf (1999) a abordagem do Newsmaking está articulada dentro de dois limites: a cultura profissional e a organização do trabalho e dos processos produtivos. A cultura profissional é assim definida:

um inextricável emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções, relativos às funções dos *mass media* e dos jornalistas na sociedade, à concepção do produto-notícia e às modalidades que superentendem à sua confecção. A ideologia traduz-se, pois, numa série de paradigmas e de práticas profissionais adotadas como naturais (GARBARINO *apud* WOLF, 1999, p. 189).

Então, a cultura profissional compreende o conjunto de regras, hábitos e convenções que são compartilhados entre os profissionais e estruturam o campo (SODRÉ, 2009), e ela se reflete e se confirma na prática, quando saberes, tipificações e critérios de noticiabilidade funcionam como processos de padronização, essenciais à organização do trabalho do jornalista. Entretanto, analisar o jornalismo enquanto uma profissão sob a perspectiva funcionalista, em que os papéis (funções) e procedimentos visam um controle social do ambiente de trabalho (redações), mostrou-se insuficiente.

Neveu (2006) questiona se o jornalismo poderia ser enquadrado como uma profissão organizada do ponto de vista funcionalista, que supõe condições formais de acesso à atividade. O autor relata, por exemplo, que na França não há exigência de um curso superior para o exercício profissional – o que no Brasil também foi abolida em 2009. O monopólio sobre a atividade e o mercado de trabalho torna-se frágil, pois a linha que separa o “jornalista profissional” dos “amadores” é tênue, especialmente em tempos de novas mídias quando qualquer pessoa, de qualquer lugar, é um potencial

produtor de conteúdos. Ainda que sindicatos e federações estabeleçam regras e lutem por um piso salarial, sem o controle rígido e formal do acesso, a manutenção do mercado depende mais do discurso e de outros mecanismos de legitimação. Além disso, nem mesmo um estatuto jornalístico, um compilado de critérios éticos compartilhados, garante na prática uma atuação regular (NEVEU, 2006).

Para Ruellan (1993), a adoção do termo “profissional” junto a jornalistas foi realizada para atribuir um sentido de qualidade ao trabalho destes, promovendo uma distinção ou uma exclusão em relação aos “não jornalistas”. Reconhecer um jornalista como profissional é admitir que este respeita uma série de maneiras de produzir e detém os saberes necessários do como fazer (*savoir-faire*).

Todos esses fatores que intervêm na prática profissional do jornalismo nos faz retomar a noção de autonomia profissional, de Parsons (1939). Na relação direta com o cliente (leitor, espectador, ouvinte, internauta), cabe ao “jornalista profissional” decidir no lugar dele o que este deve consumir de informações? Ao longo do desenvolvimento do jornalismo, dentro dos aspectos de produção e dos saberes compartilhados (ERICSON; BARANEK; CHAN, 1987), a área tratou de estipular critérios para se definir o que é notícia, ou seja, como escolher dentre os diversos fatos do mundo aqueles que “merecem” ser noticiados pelos veículos de comunicação. Ainda assim, sabemos que esta definição não é precisa, que os tais critérios de noticiabilidade não contam com uma hierarquia muito clara e, em determinados momentos, outros fatores (como política editorial ou o simples acesso de jornalistas ao local onde ocorreu o fato) podem ser mais substanciais na hora de dar visibilidade midiática aos acontecimentos do que uma potencial relevância social.

1.3.1. O percurso histórico e o processo de profissionalização dos jornalistas

Neste ponto, consideramos imprescindível retomarmos fatores que marcaram a história da imprensa e do jornalismo para compreender como a atividade passou a requerer um estatuto profissional. Como vimos, Freidson (1996) destaca a importância de se considerar os contextos nacionais, de cultura, economia e legislação para a análise das profissões. As primeiras atividades jornalísticas surgiram na Europa pré-industrial,

entre os séculos XV e XVI, com diversas publicações, via panfletos ou impressos em geral, que faziam circular relatos sobre eventos, informações políticas e comerciais, com o intuito de atender a demanda de uma localidade (THOMPSON, 1998). Os primeiros tipógrafos foram, de fato, os primeiros editores, com a árdua tarefa de selecionar, editar e imprimir todo o acervo humano escrito e acessível. Constituíram-se como empresas privadas, às vezes até vistos como alquimistas ou uma classe especializada, com o domínio exclusivo da técnica, mantendo certo segredo entre os que passavam a compô-la (MARTINS, 2002).

Contudo o jornal, como fonte regular de informação, apareceu somente no final do século XVII, período em que encontrou bases técnicas e sociais para isso. Entre as primeiras, estavam a própria difusão e aperfeiçoamento da imprensa, a melhoria dos transportes e das vias de comunicação e o desenvolvimento de um sistema postal estável. Do ponto de vista da sociedade, o terreno estava preparado para a formação de uma “opinião nacional”, com debates políticos públicos, e o surgimento de uma esfera pública, espaço onde os interesses privados poderiam se encontrar (THOMPSON, 1998; BRETON; PROULX, 2006; BRIGGS; BURKE, 2006;). Foi ainda mais importante o nascimento de um sistema de informação desvinculado do Estado, apesar das constantes tentativas de controle do que era publicado, promovendo desde então o debate sobre a liberdade de imprensa.

Foi a partir da Revolução Francesa, no final século XVIII, com o espírito do liberalismo e da participação popular, que o jornalismo se fortaleceu e assumiu o papel de mediar e tornar público o que é de interesse da sociedade. “[...] a nova liberdade do indivíduo-cidadão supunha uma escolha, e essa escolha, a informação. O acesso à comunicação se tornou assim uma necessidade constitutiva da nova democracia” (BRETON; PROULX, 2006, p. 53). Em consequência disso, cada vez mais o campo da comunicação e os produtos midiáticos deste campo vieram a se organizar em torno da mensagem e da circulação dela. A imprensa, desde o início, buscou, por meio de novas técnicas, o registro e a distribuição da informação de forma cada vez mais eficiente. Se a motivação inicial poderia partir do intuito de alcançar o maior número possível de cidadãos, fortalecer o debate político e incluir a participação popular, mais tarde, com a industrialização crescente da mídia, fatores econômicos influenciaram ainda mais o desenvolvimento, na busca por produtividade e competitividade.

Os processos de industrialização que marcaram o século XIX afetaram diretamente a atividade jornalística, como um período de grande progresso técnico e plena integração dos jornais aos circuitos mercantis, especialmente com a entrada definitiva da publicidade (BRETON; PROULX, 2006).

Entre os avanços, que levaram às grandes tiragens de jornais registradas na Europa e nos Estados Unidos no final daquele século, estão a criação da máquina rotativa e do linotipo. “[...] a palavra impressa foi a primeira coisa produzida em massa, foi também o primeiro 'bem' ou 'artigo de comércio' a repetir-se ou reproduzir-se uniformemente” (MCLUHAN, 1972, p. 177). O autor defende que com a tecnologia inventada por Gutenberg entramos na era do surto da máquina, da produção em série, da segmentação das ações e dos papéis a desempenhar, o que seria sistematicamente aplicável a tudo que se desejasse. O mercado de notícias e informações também entrou nesse circuito, como indício de uma sociedade de massa e uma especialização crescente da atividade.

“[...] Desde antes do século XIX, o jornalismo tem sido um negócio e as notícias uma mercadoria que tem alimentado o desenvolvimento de companhias altamente lucrativas” (TRAQUINA, 2004, p. 27). Foi nesse período que as empresas de mídia se organizaram e os jornais passaram a “vender” informação, um novo produto chamado notícia, agora baseado em fatos e não mais em opiniões. Foi quando o jornalismo assumiu em definitivo o papel de mediação, tornando-se ponte entre o público e o que supostamente seria a realidade da vida cotidiana.

Durante o século XVII até meados do XIX, o jornalismo político e doutrinário vigorou, onde os esforços estiveram concentrados na difusão de ideias, na lógica do convencimento e no debate público. A atividade era exercida não como a principal fonte de renda, e muitas vezes sequer conferia algum tipo de retorno financeiro. Mas no século XIX, dois processos fundamentais marcaram a história do jornalismo na passagem da imprensa de opinião à factual: a comercialização da informação (ingresso no processo mercantil e a constituição das empresas de mídia) e a profissionalização, ou seja, a transformação do jornalismo numa atividade remunerada e socialmente reconhecida.

Quando os jornais se transformam em empresas, a “venda de notícias” exigiu novos formatos de produção, industriais, e com foco na rentabilidade e na conquista de

audiências. Os donos de jornais eram então empresários, investidores, que precisavam de uma mão de obra que, a partir de então, faria do jornalismo a principal atividade e fonte de renda. Segundo Traquina (2000), a profissionalização do jornalismo adotou algumas condições, como a formação de associações de classe, elaboração de códigos deontológicos e o desenvolvimento do ensino da atividade. Para o autor, apesar de ainda existir dificuldades para a área delimitar um território profissional, com diversidades de formas de acessos, algumas conquistas já foram alcançadas, como o reconhecimento do sigilo profissional entre fonte e jornalista, assim como entre um médico e um paciente, por exemplo. Na defesa pelo mercado de atuação, discursos ideológicos voltados para uma “imprensa livre” ou a defesa de um “quarto poder”, destinado a servir a uma opinião pública e comprometido com a verdade, buscaram um *ethos* profissional, com valores, linguagens, rotinas e rituais próprios.

O jornalismo se consolidou em definitivo nos Estados Unidos como atividade empresarial e o modelo americano foi, posteriormente, adotado na maior parte dos países ocidentais. Como relata Neveu (2006), a liberdade de imprensa foi consolidada nos Estados Unidos em 1791, na Grã-Bretanha em 1830 e na França em 1881, e essa segurança jurídica foi decisiva para o nascimento de uma imprensa mercantil, sem sanções. A urbanização, o desenvolvimento do capitalismo e a alfabetização em massa foram outros fatores sociais importantes para o crescimento no número de leitores e a ampliação da imprensa e da publicidade. Logo os jornais americanos passaram a adotar técnicas e formatos para atrair a audiência, por meio de textos mais objetivos (diferente dos literários ou manifestos políticos), notícias factuais e a criação de espaços para serviços e entretenimento. “Os *barões da imprensa* são empresários capitalistas antes de ser soldados intermediários de forças políticas, o que dissocia o jornalismo do engajamento partidário. A lógica empresarial contribuiu assim para uma profissionalização forçada” (NEVEU, 2006, p. 25).

A então nova categoria profissional – do jornalista – precisou aprender rapidamente com o processo industrial e a maquinização, adotando a divisão do trabalho, a rotinização da produção e a racionalização burocrática weberiana, assim como outras atividades nesse período (MARCONDES FILHO, 2009). Critérios relacionados à objetividade e à imparcialidade foram inseridos no texto jornalístico, submetido agora a pressões de tempo, de espaço e comerciais. Modelos foram criados

para atender a essa rotina, que por sua vez precisaram ir se adaptando às novas mídias que surgiram (como, por exemplo, a “pirâmide invertida”, padrão textual dos jornais diários que sofreu ajustes para se enquadrar ao rádio e à televisão). O jornalista teve que aprender a narrar, para o rádio, e depois a usar as imagens em movimento. As agências de notícia, definidas por Neveu (2006) como “mídia da mídia”, ganharam cada vez mais espaço como fornecedoras de conteúdos, atendendo veículos com redações esvaziadas, ocupando páginas e oferecendo imagens que não poderiam ser captadas de outra forma.

Se buscarmos o conceito mais geral de “profissão” como um “tipo específico de trabalho especializado” e que abrange “ocupações e ofícios desempenhados na economia reconhecida oficialmente” (FREIDSON, 1996, p. 143), o jornalismo pode se enquadrar. Para o autor, as profissões se distinguem em virtude de uma posição elevada nas classificações da força de trabalho, conferindo status e visibilidade. Além disso, a profissão busca gerar uma “confiança” em torno de si com o uso de artifícios retóricos e institucionais que atestem o compromisso em servir, assim, “parte da defesa que o profissionalismo faz de seu status especial inclui a alegação de compromisso com algum valor *transcendente*: Verdade, Beleza, Esclarecimento, Justiça, Salvação, Saúde ou Prosperidade” (FREIDSON, 1996, p. 151).

No processo de industrialização e profissionalização da atividade jornalística, o recurso da autolegitimação se mostrou uma constante com a evocação de valores relativos à liberdade de imprensa e ao interesse público, apoiados num ideal ilusório de objetividade como garantia de compromisso com a verdade e a suposta neutralidade do jornalista/relator.

Os objetivos empresariais desse jornalismo como negócio levaram a encobrir o caráter ideológico das informações veiculadas, atribuindo a “verdade” aos fatos, que afinal “falam por si”. Moretzsohn (2007) explica que, com isso, veio também a confusão sobre o papel mediador da imprensa na sociedade, levando à concepção de “quarto poder”, do jornalismo como instituição que seria capaz de fiscalizar as demais instituições sociais e falar em nome de todos, evitando abusos do Estado e até mesmo do mercado – como se a mídia pudesse se desassociar de qualquer um deles. Um argumento conveniente para os donos da mídia, que expandiram a partir de então os negócios para além do jornalismo.

A constituição do jornalismo como atividade industrial, ao longo do século XIX, viria a profissionalizar essa prática e submetê-la, embora nunca sem conflitos, às demandas do mercado. Nas últimas décadas do século XX, o chamado processo de globalização, favorecido pelo desenvolvimento exponencial das novas tecnologias da informação, conduziria à constituição dos grandes conglomerados de comunicação, dos quais o jornalismo é apenas mais um dos múltiplos ramos de um negócio que envolve entretenimento, propaganda, telefonia e tantos quantos forem os campos do que se convencionou chamar de “mídia” (MORETZSOHN, 2007, p. 117).

A autora ainda afirma que muito provavelmente esse ideal mediador do jornalismo não passe de nostalgia de um tempo que, na verdade, nunca existiu, uma vez que, desde o início da imprensa, interesses privados estiveram travestidos de interesses públicos – sem negar, contudo, que essa nostalgia ainda persista fortemente.

Para compreender a atuação do jornalismo na contemporaneidade, Gomes (2009) também faz um retrospecto dos processos e discursos de autolegitimação do jornalismo, que “cumpra a decisiva tarefa de convencer a todos de que o jornalismo é uma instituição importante, preciosa e necessária para toda a sociedade e que, portanto, deve ser mantida, protegida e cuidada pelos cidadãos [...] e pelo Estado” (GOMES, 2009, p. 68). O argumento do “interesse público” se encaixa na defesa de muitas atividades e, especialmente na imprensa, ganha eco junto com outras expressões correlacionadas, como o servir à opinião pública, ao cidadão, à sociedade.

Nos últimos dois séculos, com a consolidação do Estado burguês, o mundo mudou, assim como as instituições e valores da sociedade, inclusive a imprensa, que se tornou empresarial e passou a ser entendida como “um sistema industrial de serviços voltados para prover o *mercado de informações* segundo o interesse das audiências” (GOMES, 2009, p. 75). Na visão do autor, devemos observar que o jornalismo não é serviço público, mas nem por isso, enquanto atividade industrial produtiva, é dispensável ou indigno. O jornalismo empresarial contemporâneo tem o propósito de atrair uma audiência distraída, suprir o tempo livre e oferecer informações sobre os mais diversos interesses, apesar de antigos lemas ainda serem evocados, mantendo o discurso de autolegitimação mesmo diante de todas as mudanças nas condições sociais e nos modelos em que é praticado.

Como se ainda estivéssemos dois dias antes das revoluções burguesas, o jornalismo continua falando de opinião pública, liberdade de imprensa e de interesse público praticamente no mesmo sentido em que essas categorias eram usadas há duzentos anos. Parecem vozes de outro tempo e de outro jornalismo: o elogio da opinião pública, a afirmação do jornalismo como a única mediação confiável entre a esfera civil e o Estado, a função do jornalismo adversário da esfera governamental, tudo isso se mantém no imaginário e no discurso por uma estranha e inquietante inércia discursiva (GOMES, 2009, p. 76).

O campo jornalístico, contudo, não é autônomo, como ele próprio tenta defender com o processo de autolegitimação. Diversos estudos mostram as relações do jornalismo com o mercado, com a política ou com a cultura, dentre outros campos, mas também com processos técnicos e tecnológicos. Neveu (2006) resume em três aspectos centrais, ou “pressões”, que influem diretamente no produto jornalístico: o primeiro se concentra nas limitações impostas pela própria rotina jornalística, nas relações com o tempo, espaço, com as fontes etc. O segundo se refere às estratégias comerciais da organização jornalística e os objetivos empresariais e o terceiro envolve as questões relativas à narração e ao estilo textual, ligados ao tipo de meio e plataforma, política editorial e até mesmo nas distinções entre editorias e como diferenciação face à concorrência. Moretzsohn (2007) complementa que a suposta autonomia do campo da mídia é um equívoco, ao desconsiderar os condicionantes econômicos e tecnológicos e investir numa crença que evoca uma liberdade de imprensa independentemente da propriedade do meio.

A passagem do jornalismo pelo processo mercantil e a estruturação enquanto atividade empresarial dentro de um sistema capitalista levaram à adoção da expressão “jornalismo de mercado”, que remete a “um conjunto de evoluções pelas quais a busca de rentabilidade máxima vem redefinir a prática jornalística” (NEVEU, 2006, p. 158). Entre tais evoluções, o autor destaca o foco no interesse das audiências, para a conquista e aumento do público, privilegiando assim as editorias ou temas mais vendáveis. Outro fator dessa preocupação crescente pela rentabilidade recai sobre o tratamento dado ao profissional, que passa por um processo acentuado de precarização (contratos de trabalho instáveis e estágios gratuitos, dentre outros) junto a uma maior exigência de polivalência, desenvolvendo nessa mão de obra a capacidade de atender a um número variado de temas e de ferramentas, mesmo que em detrimento da qualidade. Há ainda a tendência de perda de autonomia das redações, que ficam sujeitas aos departamentos

administrativos e comerciais das empresas de comunicação. Por fim, segundo Neveu (2006), esse emaranhado de fatores objetivos reflete no inconsciente dos próprios profissionais, que acabam interiorizando tais pressões como competências do próprio trabalho: jornalistas que acreditam ser a “rapidez” uma qualidade profissional, por exemplo, ou outros que adotam como missão da prática jornalística o entretenimento, a diversão ou até mesmo o sensacionalismo, devido ao foco no interesse da audiência.

Em alguns momentos houve a tentativa de se definir o jornalista como um profissional liberal, ou seja, aquele detentor de um conhecimento e uma competência técnica e que poderia exercê-los livremente, direto ao consumidor final.

Tratou-se, durante as várias décadas que durou o trabalho de construção e afirmação profissional, de conseguir uma espécie de carta de alforria para uma atividade socialmente desvalorizada, intelectualmente desprestigiada, economicamente maltratada, com marcas de nascença pouco ou nada nobres – mas, apesar de tudo isso, progressivamente disputada por poderes políticos, econômicos, culturais (Mathien, 1995). **O modelo do profissional liberal era o único que poderia conferir ao ofício jornalístico uma respeitabilidade, uma legitimidade e um reconhecimento social que cada vez mais pareciam imprescindíveis** para a adequada valorização de uma atividade tida por essencial ao funcionamento dinâmico de uma sociedade livre e participada pelo maior número possível de cidadãos (FIDALGO, 2005, p. 9) (grifo nosso).

Contudo, vimos que o jornalismo não se desenvolveu desta forma. Ao contrário de profissões liberais tradicionais, como a medicina e o direito, o jornalismo surge como profissão dependente que opera dentro de padrões estabelecidos pelas organizações comerciais de fins lucrativos nas quais está inserido. Ao longo do século XX a prática se firmou como dependente de estruturas burocráticas e capitalistas.

Estabelecer padrões de aprendizagem educacional, por formação técnica e de ensino superior, é um dos mecanismos desenvolvidos ao longo da história do profissionalismo para se manter o controle do conhecimento e só assim existir, enfim, como profissão. “Para fazer isso, uma profissão exige: 1) que um conjunto de conhecimentos esotéricos e suficientemente estáveis relativamente à tarefa profissional seja ministrado por todos os profissionais, e 2) que o público aceite os profissionais como sendo os únicos capazes de fornecer os serviços profissionais” (SOLOSKI, 1999, p. 93). O autor explica que as bases para uma limitação profissional estão na acirrada

disputa entre ocupações concorrentes pelo monopólio do mercado, numa relação estreita com a ideologia capitalista.

Tomando por base o paradigma funcionalista, Soloski (1999) relembra que controlar essa base cognitiva por meio do processo educacional foi uma estratégia adotada pelas profissões liberais para garantir o aprendizado e a aceitação da base cognitiva, que os serviços/produtos sejam estandardizados e para que os ideais e princípios da área sejam compartilhados pelos novos profissionais, colaborando para a manutenção da reserva de mercado. Porém, profissões mais novas e intimamente ligadas à estrutura capitalista, como é o caso do jornalismo, não conseguiram o mesmo sucesso nesse controle do sistema de educação via exigência de um diploma universitário. Na opinião do autor, o caminho mais usual acaba ocorrendo com a combinação de dois fatores: 1) certa aprendizagem profissional, que no caso do jornalismo, sem a exigência de um diploma específico, pode vir de vários caminhos até se chegar à carreira – o que garante às organizações jornalísticas profissionais com uma formação básica necessária; e 2) o estabelecimento de normas e procedimentos (técnicas) que levam à estandardização da atividade e do produto final. Trata-se de normas convencionadas, absorvidas na prática da atividade, na repetição rotineira, e que limitam o comportamento dos profissionais.

Além de defesa de uma competência técnica, fundada por conhecimento adquirido e pela prática, a legitimação defendida pelos profissionais do jornalismo está ancorada no direito do público à informação, defendido desde o início da Modernidade, ou seja, o jornalista não é um *voyeur* para si mesmo (RUELLAN, 1993), já que ele observa, assiste, investiga os fatos, até mesmo com ares de “bisbilhoteiro”, na missão superior de os relatar para a sociedade. A emergência de uma profissão e o reconhecimento dela pela coletividade permitem a identificação de um território, de uma área de atuação, de um conjunto de atividade que podem (e devem unicamente) ser executadas pelos membros deste grupo.

A autonomia e a utilidade social de uma profissão se formam a partir de princípios que agem na estratégia de reivindicar e de conservar o controle da própria atividade. Como explica Ruellan (1993), essas estratégias assumem três dimensões: a formação (organização das formas de preparação dos futuros membros); o controle da

atividade e a delimitação de fronteiras; e a extensão (a conquista de novos territórios, o acúmulo de novas tarefas, a ampliação do mercado de atuação).

A partir de uma análise criteriosa dessa diversidade de fatores que cercam o jornalismo, Ruellan (1993) afirma que o modelo para a área seria o de um profissionalismo de imprecisão. O autor busca na geografia o conceito de *fronteiras* enquanto mecanismos de delimitação de novos espaços, conquistados ou apropriados. A fronteira é algo que pode ser rompido e o fechamento dela é uma etapa decisiva. A noção do jornalismo enquanto uma “profissão de fronteira” traz a compreensão de que a atividade é mais bem definida por uma faixa móvel, e não com limites precisos e controlados. Ora, no caso do jornalismo, ao mesmo tempo em que o grupo defende o próprio campo, o domínio e o mercado, ele deve ser flexível a transformações que fazem parte do jornalismo desde os primórdios: sejam transformações tecnológicas, sejam em relação às estruturas burocráticas das empresas de mídia ou às conjunturas sociais e culturais da sociedade.

Segundo Neveu (2006, p. 39), “[...] a conduta em relação à fronteira consistiu, para o jornalista, em anexar ao longo do tempo novas atividades, ligadas às novas mídias (rádio, TV, internet)”, o que permitiu integrar à profissão uma grande variedade de competências e, além disso, “o jornalista não deve seu prestígio social a um curso longo ou seletivo, mas a outros recursos: qualidade de expressão, visibilidade social, proximidade dos poderosos, coragem do correspondente de guerra”, por exemplo.

As tentativas de fechamento das fronteiras no caso do jornalismo mostraram que os limites são incertos e o domínio do campo é impreciso. Segundo Ruellan (1993), a noção de profissionalismo assumiu então, no jornalismo, dois planos centrais: o primeiro voltado para o discurso de legitimação; o segundo no que se refere às práticas concretas. Estas seriam as duas faces que compõem uma mesma *identidade profissional*. O autor oferece o exemplo do jornalismo francês, cuja identidade profissional é dual: se por um lado os praticantes desfrutam de uma respeitabilidade social e política, enquanto status e reputação, por outro, vivem uma permanente exigência de adaptabilidade devido às indefinições de acesso, de missão e de práticas.

“Discursos e práticas são as duas faces de uma mesma identidade profissional, elas se alimentam mutuamente: os discursos modelam as práticas, e estas influenciam as

representações” (RUELLAN, 1993, p. 98)¹⁵. Assim, para o autor, o profissionalismo deve ser estudado enquanto um sistema de conhecimento, de práticas, de técnicas, de relações, de percepções, de redes culturais, de produtos da história que cristalizam a experiência passada e que são utilizados na prática.

O autor afirma que a origem desse jornalismo profissional e industrial esteve diretamente vinculada à prática da reportagem, que marcou o campo ideológico da atividade e definiu, por meio de métodos e técnicas de coleta, a diferença entre fatos e comentários, entre o jornalismo informativo e o de opinião. A utilização de fontes confiáveis e reconhecidas de informações e a tentativa de se buscar a objetividade no texto, marcas do jornalismo norteamericano que se popularizaram pelo ocidente, acompanharam o desenvolvimento das reportagens e do próprio jornal como empresa. Esse mito do repórter mediador, isento e protegido por técnicas próprias, sobrevive até hoje, mas passa por transformações sensíveis (RUELLAN, 1993). O discurso tecnicista que age como argumento que legitima o jornalismo é uma estratégia de inspiração funcionalista, numa tentativa de definir o espaço do jornalismo. Ainda segundo o autor, no entanto, nem os repórteres identificam os modos de fazer a um corpo fechado de métodos e técnicas específicas: eles também percorrem um caminho de escolhas pessoais que não estão codificadas. Além disso, a expansão do jornalismo no último século abriu uma série de possibilidades de atuação que não se limitam à figura tradicional do repórter.

Nós propomos esta definição do conceito de profissionalismo: não fixo e não universal, fazendo disso uma noção habitada, oriunda de um processo sedimentar, utilizada e reivindicada por um grupo para exercer sua atividade e, sendo assim, coletiva e evolutiva. Assim entendido, o profissionalismo não poderia ter uma definição única e comum a todas as atividades. Pelo contrário, cada atividade define progressivamente sua cultura de produção, que a diferencia das outras atividades. Dessa maneira, os repórteres manifestam um profissionalismo ligeiramente diferente dos cronistas políticos ou dos **correspondentes internacionais**. Algumas características os unem; outras os afastam (RUELLAN, 1993, p. 97) (grifo nosso)¹⁶.

¹⁵ “Discours et pratiques sont les deux faces d’une même identité professionnelle, ils s’alimentent l’un l’autre : les discours modèlent les pratiques, et celles-ci inclinent les représentations” (RUELLAN, 1993, p. 98). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

¹⁶ « Nous proposons de définir de concept de professionnalisme comme tel: non figé et non universel, nous en faisons une notion habitée, issue d’un processus sédimentaire, utilisée et revendiquée par un groupe pour exercer son activité, donc collective et évolutive. Compris ainsi, le professionnalisme ne

Os correspondentes internacionais não compõem um grupo profissional isolado, mas fazem parte de um conjunto maior, que é o dos jornalistas. O jornalismo, pelo que reconhecemos neste trabalho, não pode ser definido dentro dos critérios funcionalistas de profissão, e nem se aplicam aos profissionais subcategorias como “semi qualificados” ou “não qualificados”. Mas dentro da concepção de Freidson (1996), o jornalismo se caracteriza como uma profissão por se configurar enquanto um trabalho formalmente reconhecido pela economia e abranger um corpo específico de saberes e especializações. Todavia, estas características que delimitam o campo do jornalismo são imprecisas (RUELLAN, 1993), as fronteiras são móveis, o que confere à atividade uma permanente luta por legitimação, e ao mesmo tempo possibilita uma flexibilidade indispensável para se adaptar a transformações recorrentes.

Na concepção tecnicista do paradigma funcionalista, o jornalismo desenvolveu um conjunto de técnicas e modos de produção da notícia, para controlar o “dia noticioso” e padronizar a rotina, mas o reconhecimento da sociedade de que eles seriam os únicos capazes de prestar aquele tipo de serviço (o “ideal de serviço”) não é garantido, uma vez que os controles de acesso à profissão e ao mercado de trabalho não são rígidos em muitos países, em especial no Brasil. A relação utilitarista entre profissionais e clientes não garante aos jornalistas o monopólio do mercado de informações: a sociedade tem uma demanda por informações e conteúdos, ela outorga este grupo profissional a produzi-los, mas cada vez mais outras formas de acesso a informações e conteúdos estão disponíveis.

No modelo de profissionalismo que desenvolveu, Freidson (1996) considera, primeiramente, que uma profissão precisa de fundamentos economicamente viáveis, o que inclui: uma especialização – criteriosa e teoricamente fundamentada, no que diz respeito às formações universitárias; uma reserva de mercado; e um controle do treinamento vocacional. O próprio autor considera que analisar o profissionalismo por esses tipos rígidos é insuficiente, pois o sentido estará na análise das interações e

saurait avoir de définition unique et commune à toutes les activités. Au contraire, chaque occupation définit progressivement sa culture de production, qui la distingue des autres activités. Ainsi, les reporters font preuve d'un professionnalisme légèrement différent des chroniqueurs politiques ou des correspondants à l'étranger. Des caractères les unissent, d'autres les éloignent » (RUELLAN, 1993, p. 97). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

variáveis que cada profissão busca para atingir tal padrão. Deste modo, compreendemos o jornalismo, nesta luta permanente por legitimação (reconhecimento, reserva de mercado e controle do acesso e do aprendizado) e em meio a definições de práticas e técnicas específicas.

Dentro do que expomos acima pelo trabalho de Ruellan (1993), o repórter foi o principal (ou primeiro) elemento que se caracterizou como sinônimo de “jornalista profissional”, especialmente pelas técnicas que domina. O autor afirma que, dentro da expansão das atividades, os críticos de política (articulistas) e os correspondentes internacionais, por exemplo, teriam outros papéis e, portanto, outros estatutos que lhe conferem uma identificação profissional própria. No caso dos correspondentes, eles também são, em essência, repórteres, porém em outro país que não o deles ou o do veículo para os quais trabalham. Discutiremos então, ao longo deste trabalho, as variáveis que interagem em torno desta atividade que lhe atribui um reconhecimento diferenciado.

1.3.2. A identidade profissional dos jornalistas

Como vimos neste capítulo, as profissões fazem parte das instâncias objetivas (históricas e materiais, verificáveis) que constituem uma identidade social (MUCCHIELLI, 2009). Assim como idade, gênero e status social, as profissões estão incluídas nas referências psicossociais listadas pelo mesmo autor. Todavia, elas também se relacionam com outras classes de categorias, ao influenciarem na determinação, por exemplo, do que um sujeito possui, no potencial econômico e intelectual, em algumas referências históricas, ou no sistema cognitivo e em conjuntos de valores.

A identidade profissional, portanto, irá contribuir para a denominação e construção de si de dois modos: de um lado, pela interiorização individual por cada membro da definição profissional; e de outro, pela defesa coletiva desta imagem diante de outros atores sociais (DUBAR, 1999). A forma identitária profissional também é resultado da constante negociação entre indivíduo e o mundo exterior, entre o “eu” mais íntimo de como o sujeito se define e o ambiente no qual está inserido.

Os discursos de grupo qualificam a importância da construção do que identifica aquela profissão, é um trabalho coletivo para a delimitação do território e a definição da imagem de si mesmo que será projetada para a sociedade. Fazer parte de um grupo profissional significa dividir práticas e conhecimento e é o reconhecimento de quem são esses membros e a coesão entre eles que irá funcionar como estratégia de defesa de grupo. A identidade no jornalismo é resultado de uma aquisição histórica, relatada na seção anterior, e a forma identitária dos jornalistas é coletiva, ou seja, ela se estabeleceu na busca por uma unidade (LE CAM, 2006). Como a autora coloca, é o resultado da *identidade reivindicada* – aquela à qual o grupo se associa e defende para si, em negociação com a *identidade atribuída* pelo demais atores sociais.

Na concepção de Dubar (1999), as identidades são produtos da socialização dos indivíduos, que passa pela forma herdada, ganha potencial na primeira socialização dos indivíduos (no ambiente das escolas) e se consolida na segunda socialização ao atingir o que ele chama de *identidades possíveis*. A profissão é fundamental neste momento da vida social. Ao falar das formas de valorização profissional, o *modelo de artífice* (DUBAR, 1999) é especialmente interessante ao jornalismo: ele se refere ao “operário especializado” num determinado ramo de atividade, cuja valorização e identificação estão associadas a um *posto de trabalho*.

Ora, o jornalismo, enquanto uma profissão moderna, tem um prestígio social associado a fatores diferentes, mas complementares:

- A progressão na carreira, a trajetória e o acúmulo de funções, ou de postos de trabalho (HUGHES, 1960; PEREIRA, 2012). A condição enquanto repórter, editor, articulista ou correspondente internacional pode ser entendida enquanto um posto responsável por um conjunto de tarefas que irá produzir resultados de acordo com o domínio da atividade e a experiência na área. Esta é a identificação, é o que o liga ao coletivo, a contribuição dele ao grupo profissional;
- Ao poder econômico, político ou social que representam (FREIDSON, 1996; LARSON, 1977 apud CHAMPY, 2012). Com quem se relacionam? Que tipos de fatos testemunham? A quem influenciam e por quem são influenciados?

- Outros recursos reconhecidos socialmente: visibilidade, proximidade com autoridades e poderes, “coragem” especialmente no caso dos correspondentes de guerra (NEVEU, 2006).

Este é, portanto, um grupo que se apoia na forma identitária para existir e ser reconhecido como um grupo de “profissionais” e este foi um caminho importante para essa formatação de conjunto (LE CAM, 2006). A identidade profissional dos jornalistas é construída no local de trabalho, pois está intimamente ligada à cultura da empresa, às práticas (rotinas e processos de produção), às relações entre os empregados e os demais atores que interagem para o desenvolvimento do próprio trabalho. Estes profissionais dividem uma mesma denominação, etiquetas, normas, valores, direitos e deveres, práticas e veiculam discursos que os guiam e participam da construção de uma identidade comum.

Segundo Le Cam (2006), a própria “vocação” jornalística compartilha de atributos comuns, como a defesa da liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, o espírito de um trabalhador “sem hora”, comprometido com a “verdade” e a informação, um apaixonado pela atualidade. Essa representação é resultado de uma história coletiva e de uma expertise fundada neste domínio que atuam como estratégias identitárias, portanto, como mecanismos que buscam a “vitória” desta identidade diante do todo social. Para isso, o caminho percorrido abrange a construção das especificidades profissionais, a defesa do território – ainda que com dificuldades – e a perenização da forma identitária, quando a flexibilidade será especialmente importante para superar momentos de perturbações e transformações.

A forma identitária no jornalismo passa então por quatro processos gerais, de acordo com Ruellan (1993): (1) a construção histórica de grupo; (2) as interações entre a equipe, com o ambiente externo, com as variáveis que percorrem o caminho do profissionalismo; (3) a tentativa de construção e defesa de fronteiras, ainda que móveis ou imprecisas; e (4) os processos de socialização, com instâncias discursivas e de regulação.

A profissão como um “papel” social, ou seja, uma de nossas fachadas e maneiras de representação, envolve o “eu” mais íntimo a uma identificação que é projetada para a sociedade. Ao desempenhar este e outros papéis, buscamos não romper com a interação

social estabelecida porque isso atingiria o próprio conceito de si (GOFFMAN, 1985), ruptura essa que pode desencadear uma crise.

A crise de identidade é compreendida por Mucchielli (2009) como uma dissonância entre as convicções internas e as relações com o ambiente exterior, desencadeando perturbações e conflitos, dificuldades de autorreconhecimento e de conseqüente reconhecimento social.

Para Dubar (1999), uma crise de identidade está associada ao mal estar provocado pelos momentos de mudanças: o referencial do passado está rompido e o futuro ainda não tem uma estabilidade.

Atualmente utilizada de modo indiscriminado, a palavra “crise” primeiramente foi usada pela Medicina para indicar alguma alteração no curso de uma doença. Podia significar uma piora, de alguém que apresentava boa saúde, ou um agravamento súbito de alguma enfermidade. Ainda hoje são bastante usuais expressões como *crise alérgica*, *crise de asma* ou *crise epiléptica*. A Economia, posteriormente, fez uso da palavra para explicar momentos de transição, de um período de prosperidade para outro de depressão. A origem da palavra vem do grego *krisis* (decisão, julgamento), que no idioma português adotou as variações “crise”, “crítica”, “critério” e derivados.

Entende-se por “crise” um momento crítico, decisivo que normalmente sucede a uma ruptura do status quo. [...] Modernamente, a palavra “crise” foi chupada por várias outras áreas – economia, política, sociologia, história, psicologia, etc. – como definição ou representação de momentos nos seus respectivos campos em que as coisas saem dos trilhos – seja na forma de ruptura, ou de desequilíbrios funcionais, ou de alteração de curso, ou de agravamento de situações, ou de desorganização, ou de desarrumação, ou de tensão, ou de conflito ou tudo junto – e que não se tenha total controle sobre os desdobramentos (NEVES, 2002, p.31).

O jornalismo vem passando desde o final do século XX por diversas “crises”: econômicas, políticas, sociais, tecnológicas. Trata-se, sobretudo, de períodos de transformações, algumas conjunturais, outras estruturais, que estão impactando o jornalismo no interior das próprias práticas, rotinas, técnicas, formas de financiamento, narrativas, questionando a própria legitimidade da profissão. A crise faz emergir os traços identitários do grupo profissional e pistas disso podem ser encontradas em meio às estratégias de defesa de grupo e à produção discursiva dos membros e instituições

(LE CAM, 2006). Veremos na segunda parte deste trabalho que dentro do campo maior do jornalismo, em perturbação e transformações, a atividade de correspondente internacional sofre uma série de tensões que podem estar contribuindo para uma crise de identidade profissional.

A profissão jornalística passa por processos contínuos de conquista e adaptação de território, partilhado pelos pares e mediado com os demais atores sociais, que sofre interferências externas permanentes, como a adoção de novas técnicas e tecnologias, questões econômicas (modelos de negócio) e socioculturais contemporâneas (novos modos de consumo da informação, por exemplo). Assim, as convenções e princípios de legitimação que cercam a profissão jornalística não são imutáveis, mas fazem parte de um corpo bem mais seletivo de mudanças consideradas estruturais.

A discussão em torno do paradigma das mudanças estruturais do jornalismo, abordagem de origem sociológica, é marcada pelo trabalho de Brin, Charon e Bonville (2007), no qual os autores estabelecem debates teóricos e metodológicos que levam em conta as variações espaço-temporais do jornalismo, com propostas de conceituações e ponderações que visam explicar os processos que influem em tais variáveis. Brin, Charon e Bonville (2007) sugerem então uma tipificação histórica do jornalismo: o *jornalismo de transmissão*, que remonta ao período do surgimento da atividade, ainda no século XVII; o *jornalismo de opinião*, característico do século XIX; o *jornalismo de informação*, que tem origem na virada do século XX, com a adoção do modelo comercial de imprensa; e, por fim, o que eles chamam de *jornalismo de comunicação*, que emerge a partir das décadas de 1970 e 1980 com a diversificação do mercado de mídia, a multiplicação dos suportes e dos serviços de informação. O que alguns podem chamar de crise, os autores identificam como um novo paradigma, um novo modelo por meio do qual se pode conceber e entender o jornalismo na atualidade.

Segundo Adghirni (2005, p. 51), a emergência de uma nova geração de “jornalistas de comunicação” surge das “lógicas comerciais e de uma hiperconcorrência entre publicações, suportes e mensagens. Este novo profissional não lida necessariamente com a ‘notícia quente’, mas com matérias requeitadas, informações-serviço, conselhos de autoajuda”. Ele é um profissional híbrido e por isso a identificação oscila entre rotinas produtivas, relações empregatícias e novas funções diferentes do perfil tradicional do jornalista de redação (como assessor de imprensa, por

exemplo). “Também pode estar ‘produzindo conteúdos’ para um site na internet, numa empresa privada, numa ONG ou atuando no contexto da ‘advocacia’ de causas públicas ou sócio-humanitárias” (ADGHIRNI, 2005, p. 54).

Em análise sobre esta proposta, Mathien (2001) apresenta um paradoxo: se por um lado esse *jornalismo de comunicação* é resultado da intensa atuação das indústrias culturais nas últimas décadas, dos sistemas privados de mídia e de uma americanização do modelo de imprensa; por outro, na visão do autor, o *jornalismo de informação* não está totalmente abandonado, sobretudo dos discursos profissionais e deontológicos, os quais dialogam com valores como democracia, liberdade de expressão e direito à informação.

Apesar dos sinais de mudanças, o jornalismo como prática social e como profissão também tem apresentado alguma estabilidade ao longo dos séculos, especialmente no que concerne às ideologias fundantes e legitimadoras da atividade. Deuze (2005), por exemplo, lista cinco elementos da ideologia do jornalismo que se apresentam recorrentes no tempo e no espaço: o entendimento do jornalismo como um serviço público; a noção de objetividade e imparcialidade; a autonomia jornalística no exercício do trabalho; os sentidos de atualidade e imediatismo; e, por fim, as questões éticas que validam a profissão. Apesar das transformações que o autor chama de multiculturais e multimidiáticas desse novo século, esses elementos se mostram tensionados, mas, ao menos na esfera do discurso, permanecem nos debates acerca do jornalismo contemporâneo.

Entre as mudanças mais fundamentais, Deuze (2005) aponta as transformações nas relações entre produtor e consumidor de informação. O jornalista profissional, que se consolidou como aquele que determinava o que o público deveria ver, ouvir e ler sobre o mundo, a partir da integração com as redes tecnológicas tem essa posição repensada. Para o autor, dois aspectos diferenciam as relações atuais entre sociedade e tecnologia para além do impacto sobre o jornalismo contemporâneo: questões de controle e transparência. Controle no sentido que é retirada do jornalista a autoridade sobre a agenda de notícias, ou seja, o monopólio sobre a definição do que deve ser noticiado e a experiência no relato de histórias e eventos. E transparência no que se refere a uma maior interferência de forças internas e externas ao jornalismo, no acompanhamento, verificação e crítica do processo jornalístico.

As chamadas ideologias fundantes do jornalismo são relativamente comuns na maior parte dos países ocidentais onde a atividade se desenvolveu. Traquina (2005), por exemplo, defende a tese de que os jornalistas são uma “comunidade interpretativa transnacional”, ou seja, uma tribo que partilha uma ideologia profissional, um conjunto de valores e normas, bem como toda uma cultura profissional rica em representações que ganharam uma dimensão mítica e partilhada por diferentes nações. Esta afirmação parte de uma pesquisa desenvolvida em 1993 sobre a cobertura jornalística da problemática do HIV/SIDA em quatro países (Brasil, Espanha, Portugal e Estados Unidos).

Em 2012, Hanitzsch e Hanusch publicaram o resultado de um estudo que abrangeu o mapeamento da cultura jornalística em 18 países, entre eles o Brasil, com o objetivo de identificar se diferenças de gênero influenciariam nas visões profissionais do jornalismo. Os resultados sugerem não só que homens e mulheres não diferem significativamente sobre o papel profissional, como também há uma semelhança entre os “domínios” da cultura profissional no jornalismo nas diferentes nações. A institucionalização de regras de produção, as bases epistemológicas que buscam definir o próprio jornalismo contemporâneo (como a objetividade e a imparcialidade) e ideologias éticas e de conduta são valores que se repetem com maior ou menor frequência em todos os países pesquisados.

Todavia, a profissionalização da atividade jornalística obedece ainda a particularidades sociais e políticas de cada país. Para além dos mitos e ideologias que perpassam o jornalismo, os estudos sobre as profissões com a influência da abordagem interacionista, bem como as propostas de Freidson (1996) e Larson (1977 apud CHAMPY, 2012), mostram-nos a necessidade de compreender particularidades históricas e culturais que marcam o processo de profissionalização em relação com o Estado, com o poder econômico e com a sociedade de um modo mais geral. Desta maneira, encerraremos esta parte nos dedicando ao contexto brasileiro e em como a profissão de jornalistas se estabeleceu no Brasil.

1.4. Legitimação profissional dos jornalistas no Brasil

A imprensa chegou ao Brasil tardiamente, resultado do modelo de colonização adotado por Portugal. Somente em 1808 que alguma atividade jornalística chegou ao país, quando a Família Real se mudou para o Brasil Colônia levando na bagagem a Imprensa Régia, a qual deteve o monopólio da tipografia até 1821. Data de 1808 o lançamento do primeiro jornal publicado em terras brasileiras: a *Gazeta do Rio de Janeiro* era um semanário oficial, editado pela corte e que 13 anos depois passou a se chamar *Diário do Governo*. No mesmo ano, passou a circular o *Correio Braziliense*, um jornal editado em Londres pelo brasileiro Hipólito José da Costa, favorável aos princípios liberais e crítico ao governo português, que circulou clandestinamente até a independência do Brasil, em 1822 (SODRÉ, 1983; ROMANCINI; LAGO, 2007).

O Período Joanino, quando a Família Real sob o governo de Dom João VI esteve no Brasil, foi responsável por grandes mudanças sociais no país. Consolidou-se nesse momento uma imprensa opinativa, com forte defesa de ideias e doutrinas sobre que tipo de nação o Brasil deveria ser (questões sobre independência e monarquia, por exemplo), o que contribuiu para a formação de uma opinião pública no país (ROMANCINI; LAGO, 2007). O problema ainda estava nos altos índices de analfabetismo, mas passou a ser comum a realização de leituras dos jornais em voz alta, até como forma de entretenimento. A chamada “imprensa doutrinária” de certo modo supriu a carência de livros e de outros meios de informação vivida durante a colonização. Esse foi um período da imprensa no Brasil conduzido por jornalistas não-profissionais, ou seja, pessoas que tinham outra ocupação e atuavam nessas publicações por engajamento político ou militância ideológica. Em 1821 surgiu o primeiro jornal tido como *informativo*, o *Diário do Rio de Janeiro*, que trazia notícias variadas, distanciado das questões políticas, mas com uma publicidade ainda gratuita, sem um modelo de negócio mais organizado.

Ao longo do Império do Brasil, que compreendeu os reinados de D. Pedro I e D. Pedro II, o jornalismo brasileiro viveu uma lenta e gradual transformação. Até ser proclamada a República, em 1889, a imprensa conviveu com traços do jornalismo pré-independência (doutrinário e opinativo) e a emergência de um novo modelo que

creceria e se tornaria hegemônico: o do jornal organizado como empresa (ROMANCINI; LAGO, 2007).

Durante a Regência (período entre a abdicação de D. Pedro I e a maioria de D. Pedro II), surgiram os *pasquins*, um formato de publicação panfletária, crítica e eventualmente satírica, caracterizado pela não periodicidade (publicação de oportunidade, com caráter de ocasião), cuja produção era precária e sem qualquer traço de um profissionalismo organizado. Ainda neste momento, de acordo com Romancini e Lago (2007), a imprensa de opinião exerceu uma grande influência durante as revoltas que ocorreram em todo o país (Cabanagem, Sabinada, Balaiada e Guerra dos Farrapos, por exemplo), insuflando a população, promovendo algum tipo de debate, pregando uma imprensa livre e principalmente como registro histórico dos acontecimentos.

Foi somente no final do século XIX que a imprensa brasileira entrou num processo de modernização e de profissionalização. Entre os fatores marcantes estão a modernização do maquinário, que passou a permitir maiores tiragens e o uso de ilustrações com melhor qualidade; a implantação do telégrafo e dos primeiros cabos submarinos, o que facilitaram o fluxo de notícias internacionais; o desenvolvimento dos correios; e o crescimento da especialização e da divisão do trabalho dos jornalistas (ROMANCINI; LAGO, 2007).

Num contexto literário da época marcado pelo Romantismo, houve a aproximação do jornalismo com a literatura e o desenvolvimento dos *folhetins*: algumas das principais obras da literatura brasileira, como “Memórias de um sargento de milícias” (de Manoel Antônio de Almeida) e “O guarani” (de José de Alencar), foram publicadas em jornais. Muitos dos jornalistas que trabalhavam nesta época eram na verdade escritores, que tinham facilidade para a escrita e apostavam num texto essencialmente literário (SODRÉ, 1983; ROMANCINI; LAGO, 2007). Proliferaram também periódicos segmentados, como os literários, humorísticos, acadêmicos, para a família e para a mulher, por exemplo.

Jornais mais estáveis economicamente começaram a surgir apoiados num modelo empresarial, como o *Diário de Pernambuco* (1825), o *Jornal do Commercio* (1827), o *Correio Paulistano* (1854), o *A Província de São Paulo* (1875, que após a proclamação da República passou a se chamar *O Estado de S. Paulo*); e o *Jornal do Brasil* (1891). Estes veículos implantaram inovações técnicas e melhoraram o sistema

de distribuição, além de investirem cada vez mais no jornalismo informativo e na contratação de uma mão de obra que precisou se especializar neste tipo de produção (ROMANCINI; LAGO, 2007).

A primeira Constituição Republicana, de 1891, já trazia um texto que prezava pela liberdade de imprensa, mas as relações da mídia e do jornalismo com o Estado oscilaram no último século, passando por outras cinco constituições, duas ditaduras e mudanças nos sistema de governo.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi fundada em 1908 e, neste momento, ainda era impossível viver trabalhando como jornalista. “Pagava-se quanto e quando dava. As redações eram divididas em duas castas: repórteres e jornalistas. Enquanto um fazia o garimpo do dia em delegacias e necrotérios, o outro ficava na bancada batucando furiosamente uma Royal preta” (EPOPÉIA, 2008). O autor conta que a entidade, que sempre atuou no país em defesa da liberdade de imprensa e das liberdades individuais, logo conseguiu que a carteira profissional de jornalista fosse reconhecida como documento de identificação e realizou, em 1918, o primeiro congresso nacional da categoria, quando colocou em discussão a criação de cursos superiores para a formação de jornalistas.

O primeiro sindicato de jornalistas do Brasil foi fundado em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1934, denominado “Sindicato dos Intelectuais Proletários Militantes da Imprensa”. Esse foi o início da organização sindical dos jornalistas enquanto categoria profissional, ao menos reivindicando este estatuto, que veio a se concretizar três anos depois com a fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (SJSP). Até então, os jornalistas militavam pelo Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de São Paulo (Sindigraf), fundado em 1923. Mas durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, quando as grandes cidades do país viviam um intenso período de modernização e urbanização, com expansão dos jornais, os jornalistas perceberam a necessidade de uma organização própria. “Na primeira edição do boletim informativo publicado pela entidade constavam algumas bandeiras ousadas para a época: regularização da profissão, criação de cursos superiores de Jornalismo e defesa da Caixa de Previdência (aposentadoria) da categoria” (EPOPÉIA, 2008). A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) foi fundada em 1946, reunindo todos os

sindicatos do país e tendo como foco inicial de discussão os temas do ensino superior, a ética e a regulamentação da profissão.

Guimarães (2006) aponta que, como parte de um conjunto de medidas que visaram regulamentar as atividades profissionais no Brasil, o Decreto Lei 910, de 1939, assinado por Getúlio Vargas e com o apoio dos sindicatos de São Paulo e do Rio de Janeiro, foi o primeiro documento a tratar sobre a duração e as condições de trabalho em empresas jornalísticas. Dentre outras coisas, estabelecia que o jornalista deveria ser brasileiro (nato ou naturalizado) e não poderia ter antecedentes criminais. Mas somente em 1943 foi publicado o Decreto Lei 5.480, que instituiu o curso de Jornalismo entre o ensino superior do país, e no ano seguinte foi a vez da Lei 7.037 dispor sobre a remuneração mínima dos que trabalhavam em atividades jornalísticas. Posteriormente, em 1967, em plena ditadura militar, foi assinada a Lei 5.250, também conhecida como Lei de Imprensa, que tratava da liberdade de manifestação do pensamento e da informação, do registro profissional, do direito de resposta e dos “abusos” que viessem a ser cometidos no exercício do jornalismo, com penalidades e responsabilização penal e civil. Dois anos depois, o Decreto-Lei 972 tratou sobre a profissão jornalística e passou a exigir o diploma universitário para o exercício da atividade no país. Nesta regulamentação, a definição sobre o exercício da profissão teve por base o que já existia em países europeus, sendo compreendida enquanto “atividade intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias” (GUIMARÃES, 2006, p. 186).

Uma das vitórias trabalhistas veio em 1959, com a Lei 3.529/59, decretada pelo presidente Juscelino Kubitschek, determinando que jornalistas com pelo menos 30 anos de atuação em empresas jornalísticas teriam direito a aposentadoria integral. “Considera-se jornalista profissional aquele cuja função, remunerada e habitual, compreenda a busca ou documentação de informações, inclusive fotograficamente, e a redação de matéria a ser publicada” (EPOPÉIA, 2008). Outra importante conquista foi a de um piso salarial, resultado da greve de 1961. Até então, os jornalistas recebiam o salário mínimo de um trabalhador braçal, sem qualquer especialização. Mas ainda hoje não existe um piso nacional, a remuneração é definida por estado e existe uma variação grande de uma região para outra¹⁷.

¹⁷ Os pisos salariais dos jornalistas atualizados e por estado podem ser consultados pela página da Fenaj.

Apesar da lei que criava o curso superior de jornalismo ser de 1943, o primeiro curso só foi aberto em 1947 pela Faculdade Cásper Líbero (uma instituição privada de São Paulo), mas a expansão só aconteceu a partir da década de 1960, com a criação de cursos de jornalismo em universidades públicas e privadas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro.

A obrigatoriedade de exibição do diploma superior para ingresso na carreira não alterou de imediato a forma de recrutamento dos profissionais pelas redações, quer pela resistência das empresas em assimilar este novo perfil, quer pela inexistência de profissionais graduados em número suficiente (GUIMARÃES, 2006, p. 187).

Assim, até os anos 1970, as redações ainda eram dominadas pelos “jornalistas de ofício”, profissionais que aprenderam a atividade na prática, instaurando uma disputa dentro das redações entre os “poetas”, como eram chamados os novatos, e os “dinossauros”, como estes se referiam aos veteranos. “O jornalismo, como o samba, não se aprende nas escolas” era uma frase comum em redações de empresas jornalísticas (GOLZIO, 2009).

As décadas de 70 e 80 do século XX foram marcadas por um período intenso de modificações no interior das redações: a figura do jornalista boêmio e intelectual foi sendo aos poucos substituída pela dos profissionais mais tecnicamente qualificados; as empresas de mídia, transformado-se em indústrias culturais, aderiram em definitivo ao modelo industrial de produção; a forte militância iniciada na década de 1960 em combate à ditadura foi se enfraquecendo, primeiro pela forte repressão, segundo pelo processo de reabertura democrática; e, enfim, as melhorias tecnológicas e o processo de informatização promoveram um enxugamento nos quadros de trabalhadores nas redações. Paralelo ao movimento industrial, os mitos que fundaram as ideologias da profissão foram sendo substituídos pelos imperativos do mercado, conforme descreve Adghirni:

O que já temos como certeza é que ideia de o jornalismo romântico e boêmio, que marcou os primórdios da imprensa no Brasil, passando pelo jornalismo militante e libertário, estão definitivamente mortos e enterrados. A indústria da informação se nivela hoje pelo equilíbrio entre a oferta e a demanda. [...] A idéia do jornalismo como contra-

poder e vigia dos poderes (Aguinaga,1988:25) está ameaçada pela concepção puramente mercadológica das empresas (ADGHIRNI, 2005, p. 46).

Ao mesmo tempo em que a legislação passou a exigir o curso superior para a atividade jornalística e as escolas de comunicação se multiplicaram no país, a oferta de vagas nas redações decaiu. Na década de 1990, passavam de duas centenas o número de cursos específicos na área e em 2013 superavam os 340¹⁸. Paralelo a isso, desde o início dos anos 1990, após a redemocratização do Brasil, o movimento sindical como um todo se enfraqueceu, o que atingiu também o jornalismo. Os jornalistas precisaram buscar novas áreas de atuação.

Na década de 1960 os jornalistas Reginaldo Finotti e Alaor Gomes montaram um dos primeiros departamentos de comunicação corporativa do país, na Volkswagen do Brasil. Em 1971, eles saíram e fundaram a primeira empresa brasileira de assessoria de imprensa, a Unipress, inaugurando um modelo jornalístico de fazer assessoria de imprensa (BITTAR, 2012). Em 1983, a Fenaj fez um acordo com o Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp) para que jornalistas e relações públicas pudessem dividir o mercado das assessorias de imprensa. Assim, o mercado de trabalho de jornalistas se expandiu grandemente para o ambiente extrarredações.

A estimativa é de que, entre 1980 e 2011, cerca de 145 mil registros profissionais de jornalistas foram expedidos no Brasil (MICK; LIMA, 2013). Não há, entretanto, dados conclusivos sobre o total que está em atividade, já que muitos atuam como *freelancers* ou em setores diversos cujos cargos podem receber outra denominação, como no funcionalismo público (“analista técnico”, por exemplo), na blogosfera, em agências produtoras de conteúdos ou de assessorias de comunicação (“gerente de atendimento”, por exemplo) ou ainda nos diversos cargos de “analistas de redes sociais” que têm surgido nos últimos anos e contratam jornalistas para a função.

A pesquisa coordenada por Mick e Lima (2013) é o levantamento mais completo e atual sobre o perfil do jornalista brasileiro, no qual foram ouvidos 2.731 profissionais de todas as regiões do país e também que atuavam no exterior, em 2012, no intuito de identificar características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico (destacando

¹⁸ Dados disponíveis em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 30 out. 2013.

que as respostas foram autodeclarativas). Dentre outros pontos, o estudo comprovou o processo de feminização da atividade no Brasil.

Até meados dos anos 1990, mais de 58% dos jornalistas eram homens (GOLZIO, 2009), enquanto que no levantamento de 2012 as mulheres chegaram a 64% do total. Mas a diferença salarial ainda permanece: “As mulheres são percentual maior em todas as faixas de renda até 5 mínimos. Os homens são maioria em todas as faixas superior a 5 mínimos. Apenas 31,9% das mulheres têm salários superiores a 5 mínimos, 14 pontos a menos que os homens” (MICK; LIMA, 2013, p. 47).

Sobre a área de atuação, a pesquisa aponta que 55% trabalhavam na mídia, ou seja, em veículos de comunicação e produtoras de conteúdo, 5% estavam na docência ou em atividades ligadas ao conhecimento e 40% estavam fora da mídia, nas atividades chamadas extrarredações. Entre os trabalhadores da mídia, 64% estavam nos meios impressos; 45% na internet; 33% em TV, rádio ou cinema; e 20% em outras mídias.

Em relação a características étnicas, 72% dos jornalistas que responderam são brancos, 18% pardos e 5% negros. Apenas um em cada quatro estava filiado a sindicato e 60% recebiam até cinco salários mínimos de renda. Nove em cada 10 respondentes eram diplomados em jornalismo e 90% defendiam a exigência de algum tipo de formação superior para o exercício do jornalismo, sendo que 55% afirmaram que esta deveria ser específica em jornalismo (MICK; LIMA, 2013).

Um ponto importante marcou a história recente dos jornalistas brasileiros: a exigência do diploma superior para exercício da atividade foi revogada em junho de 2009 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). No Brasil, a discussão acerca do acesso à profissão esteve por muito tempo na defesa corporativista, como reserva de mercado, e na discussão sobre a manutenção da exigência do diploma, na contramão do que se observa em outros países ocidentais.

O acesso à profissionalização em países como Espanha, Portugal e França, que possuem características culturais mais próximas do Brasil não passa pelo diploma universitário. Tampouco em países, de características culturais mais distantes da formação brasileira, como Inglaterra e Estados Unidos, existe a obrigação legal de acesso à profissionalização balizada pela exigência do diploma. Embora o desenvolvimento da atividade jornalística como profissão aponte para uma melhor definição das regras de acesso, a exigência do diploma universitário tem enfrentado resistência em boa parte dos países de relativa tradição democrática. Em que pese o bom conceito de sua

produção jornalística, em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, o acesso a profissionalização dos jornalistas parece consolidada e não se fala na vinculação à exigência do diploma (GOLZIO, 2009, p. 6).

Com forte apoio da Fenaj, da Associação Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ), em agosto de 2012 foi aprovada pelo Senado Federal a Proposta de Emenda Constitucional 33/2009 que estabelece a exigência do diploma de curso superior em jornalismo e que em junho de 2014 ainda aguardava a votação pela Câmara dos Deputados.

O fato é que no primeiro vestibular das principais universidades que oferecem o curso de jornalismo após a queda do diploma, houve um tímido recuo no número de inscritos, o que foi recuperado a partir do ano seguinte (RENAULT, 2012). Até 2012, o curso de jornalismo continuava entre os mais procurados e os de maior concorrência em vestibulares de grande parte do país. Dados divulgados pelo Ministério do Trabalho no primeiro ano após a decisão do STF mostram que a cada 10 registros profissionais expedidos pelas Delegacias Regionais do Trabalho, quatro foram para pessoas sem o curso superior em jornalismo. Passou haver uma diferenciação na forma de registro: “jornalistas profissionais” (graduados) e “jornalistas – decisão STF” para os não graduados (RENAULT, 2012). Na prática, até o momento, como o autor aponta, pouca coisa mudou após o fim da exigência legal do diploma de jornalista. No Brasil, o controle do acesso à atividade sempre esteve nas mãos do mercado de trabalho, mais do que nas do grupo profissional. As empresas, em geral, continuam contratando jornalistas formados em um curso superior, a alteração na lei deixou, em definitivo, a decisão totalmente a critério do contratante. Até os concursos públicos permanecem exigindo o diploma em processos de seleção.

Todo este cenário fez emergir, especialmente a partir dos anos 1990, pesquisas que investigam a identidade profissional dos jornalistas no Brasil. Um dos principais trabalhos neste sentido é o de Travancas (2011), cuja primeira edição foi publicada em 1993. Nele a pesquisadora utilizou o conceito interacionista de “mundo social”, de Howard Becker, para descrever o “mundo dos jornalistas” brasileiros, a partir da experiência da imprensa carioca. Por meio de uma pesquisa antropológica, ela participou da rotina de veículos de comunicação (TV, rádio e jornal impresso) e entrevistou

jornalistas iniciantes e outros veteranos no intuito de conhecer quem eram e como pensavam aqueles profissionais. A primeira e talvez principal percepção foi a de que, por trás do *glamour* ostentado e das relações diretas com o poder, o jornalismo real exige bem mais dos profissionais: dedicação exaustiva e comprometimentos da vida pessoal.

O conceito de mundo social adotado pela autora é o de Howard Becker (TRAVANCAS, 2011, p. 18), ou seja, “aquele que constitui uma rede de relações e define a organização social” do trabalho, neste caso, dos jornalistas. Ficou claro no trabalho o quanto a profissão é importante na vida dos jornalistas, ao definir as trajetórias e delinear uma identidade para estes indivíduos. “O trabalho e a profissão dos jornalistas têm especial importância em suas vidas e em seu *mundo*. O *mundo do trabalho* é um domínio que se ligará a outros e constituirá um referencial para várias experiências” (TRAVANCAS, 2011 p. 43).

Entre os veteranos ouvidos pela pesquisa de Travancas (2011), algumas marcas identitárias se sobressaíram: o jornalismo acabou moldando o próprio estilo de vida dessas pessoas e elas se mantiveram ativas na área por longos anos, ou por toda a vida, o que é motivo de orgulho para eles. Reconhecem a importância da prática na formação profissional e não desvinculam o entendimento do próprio fazer de uma discussão ética sobre ele. Outro traço comum foi a militância política desses profissionais, quase sempre com um viés de esquerda, e o quanto as histórias de vida deles estiveram diretamente entrelaçadas à própria história do país. O discurso dos jornalistas mais jovens, com as fronteiras simbólicas e a forte adesão à profissão, mostrou existir uma *identidade comum*, ainda que com algumas diferenças geracionais, geradora de um *ethos* específico para toda a categoria. A diferença entre os dois grupos, na avaliação de Travancas (2011), estava ligada às *trajetórias* de cada um, ao estágio das *carreiras profissionais*, às experiências vividas e aos *postos* de trabalhos assumidos.

Ele (*o jornalismo*) é mais do que simplesmente uma fonte de sustento para seus profissionais. Atingiu um patamar tal na vida dessas pessoas que elas não se veem mais na sociedade senão pelo papel profissional. Ele se tornou o papel principal entre os vários desempenhados diariamente (TRAVANCAS, 2011, p. 140-141).

Contudo, isso não quer dizer que os jornalistas vivam uma identidade única e nem que a profissional solucione os conflitos internos e de autorreconhecimento do *self*

diante de características e biografias individuais. Não há identidades sem oscilações e tensões que farão parte do produto final. No caso dos jornalistas, elementos socialmente construídos, como as noções de status, prestígio, ascensão e papel vão interagir e influenciar na identidade de acordo com as vivências pessoais, com marcas da identidade de grupo. Importante ainda destacar que, pela proporção que a profissão assume na vida destas pessoas, as redes de contatos dos jornalistas (amigos, relacionamento amorosos, entre outros) são povoadas pelos pares. Entretanto, o *mundo do jornal* não é composto somente por jornalista e muito da identidade destes profissionais é formado a partir da interação com outros atores (TRAVANCAS, 2011).

Outro trabalho a adotar a noção de mundo social na análise da identidade profissional dos jornalistas no Brasil é o de Pereira (2011), dedicado a analisar a vida de profissionais que dividem o tempo entre a prática nas redações e atividades intelectuais. A seleção de nomes reconhecidos no país seguiu critérios tais como o duplo ou triplo pertencimento a diferentes estatutos profissionais, o engajamento em assuntos de ordem política ou social, a notoriedade, a dispersão geográfica, a questão de gênero e a disponibilidade em participar do estudo. Além disso, o autor buscou abranger três gerações de jornalistas-intelectuais e, no retrospecto histórico, foi possível afirmar que o jornalismo brasileiro contemporâneo traz marcas de uma profissionalização da intelectualidade, com uma grande especialização.

A partir das trajetórias profissionais dos entrevistados e dos processos de interação por eles estabelecidos, o autor extraiu dessas fontes como eles próprios definem o jornalismo, os jornalistas e os intelectuais, como definem a própria identidade, como negociam o estatuto de jornalistas com as demais atividades e como se processa a intervenção em diferentes espaços. Pereira (2011) aponta como as diversas instâncias participam do processo de construção identitária, atribuindo à questão do “Quem sou eu?” uma dimensão subjetiva. Ele conclui que não há um caminho seguro para se tornar um jornalista-intelectual, mas que há formas comuns de adquirir reputação. São as escolhas desses profissionais e os direcionamentos de carreira que marcam a reputação, sendo esta diretamente dependente do “outro”, das relações que são estabelecidas nos mundos sociais. Algumas transformações no mundo social dos jornalistas marcam na contemporaneidade as mudanças identitárias: ao fim da primeira década do século XXI, o jornalismo está mais associado a competências técnicas, do que

ao romantismo que lhe atribuía um caráter humanístico em décadas anteriores, conclui o autor.

Os jornalistas estão diante de novas exigências tecnológicas e de tempo, seguindo a lógica comercial. Dentro de um mercado global de mídia, com grande volume de investimento e foco em rentabilidade, os profissionais são exigidos cada vez mais por competências técnicas e de produtividade. Além disso, a despeito do modelo fordista de produção, hoje o mercado cada vez menos se rege pela divisão do trabalho e os jornalistas estão se vendo obrigados a acumular funções. Na lógica comercial, o próprio conteúdo dos meios de comunicação está sendo alterado, apostando cada vez mais em serviços de entretenimento e na atração das audiências (FONSECA; KUHN, 2009). Os autores também afirmam que, no caso do Brasil, mesmo com o aumento no número de profissionais formados e atuando na área, os sindicatos não se fortalecem. Já em contrapartida, algumas ideologias do passado, no que diz respeito à função social, como a noção de um *quarto poder* e a de um *fiscal dos interesses públicos*, permanecem alimentando o mito e o pensamento em torno da profissão.

Como resultado destes processos, está havendo uma mudança do perfil desejado para esses profissionais, enquanto um *ethos* de grupo ainda se defende e é defendido pelo discurso social, colocando em xeque os valores e a identidade desta atividade. “Essas múltiplas possibilidades nos colocam diante de uma identidade fragmentária, multifacetada, plural, consoante com a pós-modernidade” (FONSECA; KUHN, 2009, p. 66). Se o jornalismo e os jornalistas se transformam, redefinindo-se e reconfigurando os papéis sociais e assumindo novas funções, a questão identitária (com as estratégias de defesa ou de novas afirmações) ressurge fortemente nos dias atuais.

[...] é que os processos de identificação do jornalista são cambiantes ao longo da história – os membros do grupo já foram identificados como panfletários (à época dos pasquins), como literatos (na segunda metade do século XIX), como políticos (nas campanhas abolicionista e republicana), como intelectuais (nos anos 1950) ou simplesmente como *experts* (FONSECA, 2008, p. 164).

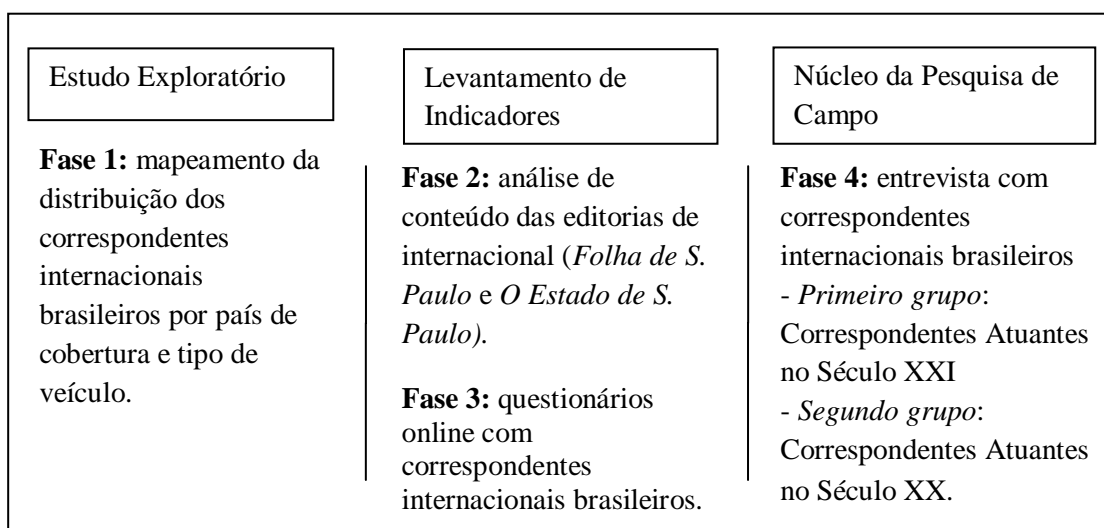
Todo esse processo de alterações nas percepções dos e sobre os jornalistas também está sendo vivenciado pelos correspondentes internacionais, como pertencentes ao grupo profissional, mas avaliamos, como objeto de estudo da presente pesquisa, que estes profissionais carregam traços próprios decorrentes de papéis e postos assumidos. A

coragem do correspondente de guerra e as trajetórias dos correspondentes no exterior, com relatos muitas vezes publicados, tiveram responsabilidades na construção de parte do discurso mais romântico e que mais atribuiu prestígio ao jornalismo profissional (OLIVEIRA, 2005; NEVEU, 2006). O cenário de transformações, que marcou a virada do século XX para o século XXI, é o ponto de partida desta investigação, no aspecto de rupturas e possíveis perturbações identitárias destes profissionais. A comparação geracional, como a realizada por Travancas (2011) e Pereira (2011), será especialmente importante para perceber mudanças ou permanências entre as formas identitárias dos profissionais que atuaram neste grupo até a década de 1990 e outros que estão em atuação na segunda década do século XX.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo desta pesquisa, os procedimentos metodológicos foram divididos em quatro Fases, assim resumidas: (Fase 1) mapeamento da distribuição dos correspondentes internacionais brasileiros, vinculados à empresas de mídia nacionais, no ano de 2013, como estudo exploratório do universo visado; (Fase 2) levantamento de indicadores a partir de uma análise de conteúdo das editorias de internacional dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, num comparativo entre os anos de 1993 e 2013; (Fase 3) também como instrumento para levantamento de indicadores, um questionário online foi aplicado a correspondentes brasileiros em atuação ou que exerceram a atividade em algum momento da carreira, no intuito de levantar informações sobre o perfil desses profissionais e a trajetória profissional; e (Fase 4) como núcleo da pesquisa de campo, foram realizadas 15 entrevistas com correspondentes internacionais brasileiros, divididos em dois grupos, onde o primeiro abrange jornalistas que exerceram a função nas últimas décadas do século XX e o segundo abrange jornalistas que ocuparam o posto nos anos 2000. A Fig. 1 apresenta o quadro geral das Fases da pesquisa que serão detalhadas a seguir.

Fig. 1: Fases da Pesquisa



Fonte: elaboração da autora.

Antes de apresentar a descrição e resultado de cada uma das Fases de pesquisa, iremos expor como se deu a construção do caminho metodológico. Iniciamos relembando como Alsina (2009) expõe a existência de uma tricotomia dos métodos nas Ciências Sociais e relaciona as teorias da comunicação ao emprego das três correntes metodológicas, por ele assim resumidas: *positivista, crítica e interpretativa*. O Positivismo, que por muito tempo foi sinônimo do próprio fazer científico, defende a objetividade metodológica, o isolamento e o controle dos fenômenos sociais, com técnicas de pesquisa que permitam a repetição deles – por isso mesmo, teve a aplicação às Ciências Sociais questionada, pela dificuldade de controle dos fenômenos humanos. A corrente metodológica crítica, por outro lado, procura suscitar a reflexão acerca das distorções que a ideologia (ou “falsa consciência”) gera na percepção da realidade. Trata-se de uma tentativa de ampliar a consciência crítica ante as ideologias dominantes, de caráter político.

Em contrapartida, a corrente metodológica interpretativa, também chamada de hermenêutica, “procura descobrir o significado das ações sociais. Ou seja, um acontecimento em si mesmo não é tão importante, o mais importante é o que os agentes sociais interpretam que ele é” (ALSINA, 2009, p. 27). Por essa perspectiva se busca um viés de análise holístico, de compreensão mais global dos fenômenos e situações estudadas. Há um caráter subjetivo e o propósito da investigação não é a generalização das análises. Com a emergência do paradigma interpretativo, foram desenvolvidas novas maneiras de olhar o objeto das ciências humanas e sociais, dentre elas a Comunicação.

A aplicação do Positivismo nas Ciências Sociais foi criticada desde a ascensão das teorias interpretativas, que postulam que as ações humanas não são governadas por movimentos mecânicos ou por uma ordem imanente e externa aos indivíduos, mas pelos significados que estes atribuem às próprias ações (GUBER, 2005). De acordo com os autores da corrente interpretativa, por um viés antropológico, o pesquisador tem a chance de ser mais um dentro do objeto de análise, podendo copiar e reviver a cultura de dentro, porque os significados são retirados dos usos práticos e verbalizados em cenários específicos.

No desenvolvimento das metodologias de pesquisa nas Ciências Sociais, segundo Boudon (1989), surgiram algumas “falsas querelas” que procuram separar a

validade do método entre as ciências naturais e a sociologia. Nesta dicotomia, as ciências naturais teriam por objetivo a *explicação* dos fatos naturais e físicos, enquanto à sociologia caberia a *compreensão* dos fatos sociais. Na opinião do autor, essas tentativas de divisões nem sempre funcionam. Para ele, a *compreensão* é apenas o primeiro momento, pois a *explicação* dos fenômenos sociais é resultado de ações e de comportamentos que são necessários compreender.

Em análises de fenômenos singulares, a pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais tem se mostrado mais efetiva. Um dos caminhos pode ser o tautológico, quando se busca pelas leis da história a explicação das mudanças pela redundância e repetição. Outro caminho adotado é o de se estabelecer a lógica entre o fenômeno social de natureza geral e o fenômeno que se quer explicar. Neste caso, pode-se buscar por homologias de estrutura, por meio do estabelecimento de “tipos ideais”, por exemplo; ou explicar fenômenos e instituições, costumes e usos sociais considerando as funções ou papéis sociais (análise funcional). O que muitas vezes pode ocorrer, numa pesquisa híbrida, é a utilização de dados quantitativos como “pesquisa-piloto” ou como ponto de partida para a posterior imersão por meio de um estudo qualitativo (BOUDON, 1989).

Para Becker (1993), a pesquisa de campo atravessa três importantes estágios: a definição do problema, conceitos e índices; o controle sobre a frequência e a distribuição dos fenômenos; e a incorporação das descobertas individuais num modelo organizado. E é durante a coleta de dados que algumas hipóteses surgem. As hipóteses, aliás, partem da mitologia científica (devem surgir a partir de axiomas, teoremas e corolários), mas também dependem do uso imaginativo, por parte do pesquisador, da própria experiência pessoal.

O trabalho de campo enquanto método qualitativo proporciona uma grande quantidade de dados e uma riqueza de informações, uma multiplicidade de dados que dependem de procedimentos analíticos (apresentação adequada dos dados, evidências para conclusões, operações por meio de medidas ou categorias, e inferências do pesquisador) para atender aos objetivos da pesquisa. Assim, o estudo de campo oferece uma maior liberdade no processo de investigação do que os métodos quantitativos, como os questionários ou *surveys* (BECKER, 1993).

Nos estudos sobre identidade, sobretudo nas Ciências Sociais, um dos mecanismos metodológicos é o de reconhecer a identidade anunciada pelo próprio ator,

ou seja, por meio de técnicas que o interroguem (MUCCHIELLI, 2009). Também a tradição do Interacionismo Simbólico busca pelo estudo dos significados subjetivos e das atribuições individuais de sentidos pelos atores em relação às atividades e ambientes (FLICK, 2004). As formas como os sujeitos estruturam os pontos de vista sobre as próprias experiências funcionam como ponto de partida para a pesquisa, reconstruindo tais perspectivas e empregando enquanto instrumento para a análise dos mundos sociais. O pensamento interacionista se baseia em três premissas:

A primeira premissa é a de que os seres humanos agem em relação às coisas com base nos significados que as coisas têm para elas (...) A segunda premissa é a de que o significado dessas coisas provém, ou resulta, da interação social que se tem com o outro. A terceira premissa é a de que esses significados são controlados em um processo interpretativo, e modificados através deste processo utilizado pela pessoa ao lidar com as coisas com as quais depara (BLUMER, 1969, p. 2 apud FLICK, 2004, p. 34).

Deste modo, com o objetivo de reconhecer como os correspondentes internacionais brasileiros enxergam e definem o papel e a identidade profissional próprios, a presente pesquisa terá como método central a realização de entrevistas, como um levantamento qualitativo, com correspondentes internacionais acerca do fenômeno em questão. Nesta pesquisa, elas ocorreram de forma individual, com o propósito de recolher respostas a partir da experiência subjetiva dos entrevistados. Basicamente, uma entrevista consiste num encontro e um diálogo entre duas pessoas.

Pode-se dizer que uma entrevista é a interação verbal, uma conversa, um diálogo, uma troca de significados, um recurso para se produzir conhecimento sobre algo. Em geral, entrevistador e entrevistado não se conhecem, logo, é no tempo da entrevista que estabelecem o relacionamento. Mas isso não é uma regra geral. Pode acontecer de entrevistado e entrevistadores já se conhecerem e essa relação é capaz de até facilitar o encontro com o fim precípua de obtenção de informações para um a pesquisa (VERGARA, 2009, p. 3).

Idealmente, as entrevistas podem acontecer pessoalmente, pois assim é possível perceber uma série de elementos verbais e não verbais que estão disponíveis no momento da interação. Neste estudo, os informantes estavam localizados em cidades e em países diferentes, o que gera uma dificuldade extra em relação a custos e deslocamentos. Como será detalhado a seguir, parte desses encontros ocorreram

pessoalmente, e parte se realizou por meio do Skype, uma ferramenta de conversação online que possibilita o uso de áudio e vídeo entre os interlocutores. O que é importante considerar é o conjunto de elementos objetivos e subjetivos que dizem respeito ao universo de entrevistador e entrevistados. “Por conta dessa complexidade, as informações obtidas com a entrevista têm de ser compreendidas no contexto espaço-temporal em que foram solicitadas e fornecidas” (VERGARA, 2009, p. 4).

A autora também afirma que as entrevistas são especialmente interessantes quando se deseja obter informações que estão “dentro” dos sujeitos, no íntimo e nas crenças deles, e que dizem respeito às experiências de vida ou como observam tendências futuras. Nesse trabalho, as entrevistas foram conduzidas por meio de um questionário semiestruturado, que consiste num roteiro-guia¹⁹ para a orientação do diálogo e com certa padronização entre os entrevistados, mas permitindo uma flexibilidade ao pesquisador de conduzir cada conversa a partir dos elementos que são oferecidos pelo entrevistado.

O roteiro é alimentado pela(s) teoria(s) que embasa o estudo, por informações que o pesquisador já tenha registrado sobre o fenômeno social que lhe interessa, bem como pode ser alimentado por “dicas” de pessoas que estejam em determinadas organizações ou que explicitem conclusões a que suas vivências lhe permitiriam chegar (VERGARA, 2009, p. 8).

Para alcançar o complexo acervo de informações que o entrevistado tem sobre o tema estudado, a entrevista semiestruturada articula diferentes tipos de questões. As questões abertas podem ser respondidas imediatamente pelo que o entrevistado tem às mãos. Na sequência, são feitas questões controladas pela teoria e direcionadas para as hipóteses, levando a uma maior elaboração das respostas. Por fim, o terceiro tipo de questões corresponde ao confronto das teorias e relações apresentadas pelo entrevistado até aquele momento, a fim de reexaminar tais considerações, tornando mais explícitas vivências e crenças subjetivas (FLICK, 2004).

Optou-se ainda pela realização de um número restrito de entrevistas, mas com fontes de qualidade, como explica Duarte (2005, p. 69): “A seleção dos entrevistados

¹⁹ O roteiro-guia utilizado nas entrevistas em campo está apresentado no Apêndice II desta tese.

em estudos qualitativos tende a ser não probabilística, ou seja, sua definição depende do julgamento do pesquisador e não do sorteio a partir do universo”.

Quando a pesquisa se estrutura sobre entrevistas individuais, alguns autores consideram que 15 é o número mínimo de entrevistados e 25 seria o máximo, mas esse referencial não é regra, “tudo depende do problema da investigação, da metodologia escolhida e da representatividade dos entrevistados” (VERGARA, 2009, p. 6). O exemplo dado pela autora é de um estudo que queira ouvir ministros de Estado: neste caso, cinco entrevistas já seria um número bom. Deste modo, ao selecionar nosso *corpus* de pesquisa, apresentado na próxima seção, levamos em considerações tais elementos.

Sobre a questão da delimitação do campo de estudo e definições sobre “onde” e “quem” pesquisar, Guber (2005) explica que existe a *unidade de estudo*, ou seja, o ambiente físico da pesquisa, e a *unidade de análise*, que são os sujeitos propriamente que estão sendo estudados.

Em suma, a unidade de estudo refere-se a uma delimitação territorial: um pedaço de terra (uma localidade, um povoado, um imóvel), uma área onde se concentra um grupo humano (um edifício de apartamentos, um bairro de monoblocks) ou uma instituição espacialmente circunscrita (um hospital, uma escola) ou dispersa (um partido político, um culto religioso) (GUBER, 2005, p. 63-64)²⁰.

Uma investigação pode ser realizada em uma área circunscrita (uma organização, por exemplo), mas na maioria dos casos ela irá se referir a cidades, comunidades ou bairros. No entanto, o pesquisador não tem necessariamente de se relacionar com todos os habitantes da área de interesse. A escolha da unidade de estudo inclui, então, indicar qual das partes da grande unidade quer se aprofundar.

Esta tese se propõe a compreender os fenômenos de identidade profissional dos correspondentes internacionais brasileiros, separados por gerações, que atuam ou atuaram nesta função em organizações da chamada grande mídia. Na questão da seleção das *unidades de análise*, focamos numa *amostra significativa* e não representativa. Isto

²⁰ “En síntesis, la unidad de estudio remite a un acotamiento territorial: una extensión de tierra (una localidad, un poblado, un predio), un ámbito donde se concentra un grupo humano (un edificio de departamentos, un barrio de monoblocks) o una institución con correlato espacial circunscripto (un hospital, una escuela) o disperso (un partido político, una grey religiosa)” (GUBER, 2005, p. 63-64). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

quer dizer que obedecem a critérios não probabilísticos, cuja seleção dos informantes se deu pela oportunidade de contato e o conhecimento que estes detêm decorrentes de experiências profissionais e trajetórias de vida. As amostras não probabilísticas, por vezes, são criticadas por não "representarem" corretamente e com precisão a população a que se refere. "No entanto, o critério de representatividade pode se ampliar sem ficar limitado a padrões quantitativos que são, acreditamos, só uma das representatividades possíveis. As amostras não probabilísticas podem responder a outras perguntas, além da distribuição de frequências" (GUBER, 2005, p. 76)²¹.

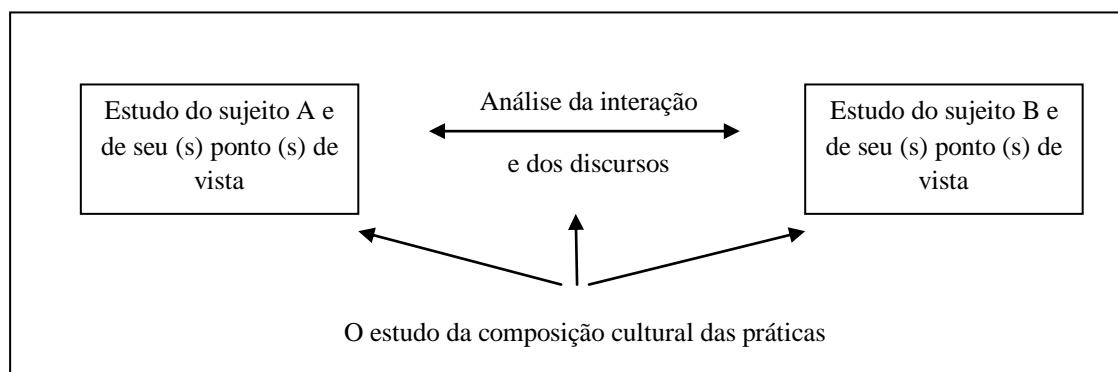
De acordo com Becker (1993), dois outros fatores devem ser levados em consideração nestes tipos de pesquisas: a credibilidade dos informantes selecionados (devem ser representativos ao objeto em questão) e a forma pela qual as declarações foram geradas, se de modo dirigido ou espontâneo. O pesquisador precisa se manter alerta para não se tornar tendencioso a partir de convicções hipotéticas amparadas em referencial teórico e nas próprias experiências.

Entre as limitações das entrevistas enquanto método de pesquisa, reconhecemos que o entrevistado pode se deixar influenciar pelo entrevistador ou, ao contrário, pode fazer da narrativa um posicionamento político ao qual procure adesão ao ponto de vista e à verdade dele (VERGARA, 2009). Há ainda de se considerar outros problemas mais pontuais, como a disponibilidade de tempo exigida do informante, a possibilidade de se manifestarem preconceitos involuntários, esquecimento, articulações imprecisas (por parte do entrevistador, na formulação das questões, ou do entrevistado ao responder). O entrevistado pode também omitir ou mentir em alguns aspectos, distorcer informações ou ser incoerente. Todos estes elementos, previstos na etapa de elaboração e planejamento da pesquisa, podem ser evitados e devem ser considerados na análise e interpretação dos dados.

Dentro da pesquisa qualitativa, tendo como ponto de partida a reconstrução dos pontos de vista subjetivos dos atores entrevistados, buscamos confrontar contextos situacionais, as interações com outros membros e os significados sociais e culturais, como mostra a Fig. 2.

²¹ "Sin embargo, el criterio de representatividad puede ampliarse sin quedar limitado a patrones cuantitativos que son, creemos, sólo una de las representatividades posibles. Las muestras no probabilísticas pueden responder a otras preguntas además de las de distribución de frecuencias" (GUBER, 2005, p. 76). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

Fig. 2. Perspectivas da pesquisa na pesquisa qualitativa



Fonte: FLICK, 2004, p. 41.

A definição de questões claras de pesquisa é um processo contínuo no trabalho de investigação. “A formulação de questões de pesquisa, em termos concretos, é guiada pelo objetivo de esclarecer o que os contatos de campo irão revelar” (FLICK, 2004, p. 63). Do contrário, o pesquisador pode ficar impotente na hora de analisar os dados alcançados ou se limitar a etapa descritiva. Mesmo que a formulação de hipóteses seja dispensada ou questionada na pesquisa qualitativa, na intenção de se manter aberto ao que o campo apresentar, isso não justifica a não tentativa de se formular questões centrais. Tal procedimento norteia a própria escolha metodológica: este método responde às questões formuladas? Qual estratégia mais adequada?

A aproximação com o universo dos correspondentes internacionais, tema central deste estudo, mostrou uma gama de variedades de abordagens que precisaram ser encurtadas, quando alguns aspectos ganharam destaque e outros foram considerados menos importantes, “sendo (ao menos para o momento) deixados em segundo plano ou excluídos. Por exemplo, na coleta de dados, tal decisão é particularmente crucial quando se utilizam entrevistas individuais” (FLICK, 2004, p. 65). A especificação da área de interesse e a delimitação do assunto seguiram, assim, um caminho de estreitamento.

A Fase 1 da pesquisa, enquanto estudo exploratório, possibilitou um mapeamento da distribuição dos correspondentes internacionais brasileiros em dezembro de 2013, por país de cobertura e por tipo de mídia. A Fase 2 – análise de conteúdo de editorias de internacional e a Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais brasileiros permitiram um levantamento de indicadores,

Em conjunto com a revisão da literatura, estas etapas apontaram diferentes aspectos que se relacionam com a prática dos correspondentes e levantaram questões, tais como:

- Os processos de produção da notícia e as transformações a partir da adoção das tecnologias digitais;
- O perfil do profissional e as competências necessárias para exercer a função;
- As condições de trabalho e um possível processo de precarização;
- As novas relações com o público, no contexto das tecnologias digitais, com a figura do cidadão-testemunha que se torna colaborador ou concorrente na produção das notícias;
- Questões relacionadas aos modelos de negócio das empresas de mídia e as prioridades de cobertura em relação ao noticiário internacional;
- Uma nova ordem global que alterou a posição do Brasil nas relações internacionais e, assim, estaria transformando a cobertura do noticiário internacional.

Todos são aspectos relevantes na complexidade que envolve o trabalho de correspondente internacional, sobretudo no jornalismo brasileiro. Tais pontos, em uma ou outra medida, poderiam conduzir à pergunta dicotômica sobre o futuro deste profissional: ele estaria em extinção? O exercício, no entanto, foi de evitar a centralidade neste ponto, apesar da importância da reflexão sobre tendências futuras.

O fechamento dessas questões seguiu um longo percurso, que abrangeu o levantamento bibliográfico, a aplicação de pré-testes de entrevistas, a discussão em seminários de pesquisa e o cruzamento com dados disponíveis, como a quantidade e distribuição dos correspondentes brasileiros em diferentes períodos, e os indicadores levantados pela própria pesquisa. Assim, chegamos ao confronto de conceitos-chave relevantes para o encaminhamento da pesquisa. “A utilização de conceitos-chave para ter acesso a processos relevantes e o uso da triangulação de perspectivas para revelar a maior diversidade de aspectos possível aumentam o grau de proximidade ao objeto na forma pela qual os casos e os campos são explorados” (FLICK, 2004, p. 66).

O tratamento dos dados e interpretação dos resultados foram baseados em dois núcleos de conceitos: 1) *os que tensionam o jornalismo enquanto profissão*, problematizando frente à realidade dos correspondentes internacionais (saberes específicos e rotinas produtivas, autoridade profissional, prestígio como resultado das

trajetórias individuais, carreira e sucessão de conquistas e postos de trabalho); e 2) *as questões ligadas à identidade profissional* (definição do próprio lugar no mundo, dedicação, identidade como elemento de grupo e intimamente ligada às condições burocráticas, o mundo de experiências, a autoconsciência relacionada com os processos sociais em que o sujeito está envolvido, perturbações e incertezas, as estratégias identitárias, a definição de si também a partir da representação para os outros, socialização e modelos de valorização profissional).

A partir disso nos dirigimos ao *corpus*, na tentativa de formular questões de pesquisa voltadas para a descrição de *estados* (tipos de episódios, recorrências, causas, estratégias, estruturas) e de *processos* (como se desenvolveram ou se modificaram).

Como dissemos, as Fases 1, 2 e 3, que serão detalhadas mais adiante, foram preparatórias para que levantássemos indicadores quanto à identidade profissional, rotinas e carreira dos correspondentes internacionais. Isto colocou-nos a ponto de realizar a Fase 4 – entrevistas com correspondentes internacionais brasileiros.

Nesta quarta etapa, as entrevistas foram todas registradas, por meio de gravações e anotações, e transcritas integralmente. O primeiro passo compreendeu uma leitura global das informações, permitindo uma percepção geral e a separação dos textos em blocos, por tipos mais descritivos (CRESWELL, 2010). O segundo passo desta Fase 4 foi na direção de uma análise mais detalhada, numa estratégia de codificação dos dados obtidos. Inicialmente procedemos com a codificação aberta, com o objetivo de “destrinchar” ou “desemaranhar” as falas e impressões, caminho este realizado em cada um dos grupos pesquisados: correspondentes que concentraram a atuação no século XX e, outros, no século XXI. Na sequência, a codificação axial levou a um aprimoramento da codificação aberta, gerando categorias mais específicas, que se relacionam e se subdividem. As subcategorias se relacionam com a categoria por processos de pensamento dedutivo e indutivo, a fim de se avaliar condições causais, fenômenos, contextos, interações e consequências (FLICK, 2004).

O processo de codificação das entrevistas da Fase 4 gerou uma primeira etapa de descrição das pessoas e situações e nos levou a um número mais reduzido de temas ou categorias. Tais informações são apresentadas em uma narrativa qualitativa para assim resultar na interpretação e na extração de significados dos dados (CRESWELL, 2010).

Após a leitura da íntegra da transcrição das entrevistas, procuramos identificar as temáticas recorrentes e, a partir das falas dos entrevistados, os tipos de argumentos, arranjos e categorias significativas (DUBAR, 1998) que comporiam as formas identitárias destes profissionais.

Ao aplicar os núcleos conceituais, citados acima, chegamos primeiramente a 12 itens a serem analisados, que abrangiam: o perfil profissional (real e idealizado), as rotinas de trabalho, os critérios de noticiabilidade diante dos fatos, a infraestrutura, equipe e interações no ambiente de trabalho, o processo de autorização conferido aos profissionais, o prestígio como resultado dos percursos individuais, a carreira enquanto sequência de conquistas, a rede de cooperação da qual faziam parte, os papéis assumidos no processo jornalístico, a lógica do poder (com quem se relacionam, quem influenciam), a conformação entre as convicções interiores e o ambiente externo, e as tendências futuras que visualizavam para a atividade.

A partir deste processo, construímos quatro categorias, com subdivisões, para a análise de dados coletados na Fase 4 – entrevista com correspondentes internacionais brasileiros:

I. Perfil profissional:

- a) Características pessoais e histórias de vida;
- b) Características profissionais ideais.

II. Rotinas:

- a) Dinâmicas diárias e equipes;
- b) Relação com as fontes;
- c) Tecnologias;
- d) Definição do que são notícias;

III. Carreira:

- a) Sequência de postos de trabalho;
- b) Prestígio profissional;
- c) Recompensas e o valor da experiência.

IV. Papéis assumidos no processo jornalístico:

- a) Tarefas e legitimação;
- b) Tendências futuras.

A construção de tais categorias nos possibilitaram identificar, nas entrevistas que realizamos, as estratégias identitárias que foram implementadas em busca de uma vitória de tais identidades, possivelmente ameaçadas. Procuramos identificar, primeiramente, elementos que identificavam os correspondentes ao grupo profissional mais amplo – dos jornalistas – e outros que os diferenciam.

Um dos caminhos para esta identificação foi a identificação das variáveis que impactaram o jornalismo no período analisado as quais também estaria refletindo na prática dos correspondentes internacionais, a exemplo da adoção de novas tecnologias e a situação econômica das empresas de mídia. Outro caminho que empreendemos foi, também a partir das entrevistas, buscar reconstruir os pontos de vista dos entrevistados a respeito das competências e atribuições dos correspondentes internacionais dentro do processo noticioso.

Realizamos estes dois caminhos por compreendermos que, se, por um lado estariam evidenciadas as trajetórias objetivas, como a formação, a idade, o gênero e a história de vida, por outro, precisaríamos reformular as trajetórias subjetivas. Ao fazermos isto, o processo de análise nos levou a compreender as crenças interiores sobre a profissão e como estas crenças interagem com o ambiente de trabalho, estabelecendo negociações com as pressões do contexto externo que pudessem representar estratégias de sobrevivência, diferenciação e flexibilidade para adaptação a novas demandas.

Após esta etapa de definições das categorias, o procedimento foi de análise qualitativa do conteúdo das entrevistas da Fase 4. Foram adotadas estratégias de abreviação, por meio de paráfrases, mas também de análise explicativa, esclarecendo ambiguidades e contradições (FLICK, 2004). Pelo método indutivo, criamos padrões, categorias temas “de baixo para cima”, ou seja, organizamos os dados do universo micro, dos relatos individuais, a níveis cada vez mais abstratos e universalizantes. O foco foi mantido na aprendizagem do significado que os participantes deram aos problemas ou questões propostas, e os conceitos-chave centrais funcionaram como

“lentes teóricas” para estabelecer a interpretação, a partir de múltiplas visões que emergiram do problema (CRESWELL, 2010). Assim, na sequência, realizamos a leitura dos dados e o diálogo entre as fases da pesquisa, a fim de atender os objetivos da pesquisa e responder aos questionamentos centrais.

2.1. Constituição do *corpus* da pesquisa

Tomando por base a definição de Lopes (2010), parte-se do princípio de que a metodologia da pesquisa consiste em um “processo de tomada de decisões e de opções pelo investigador que estruturam a investigação em níveis e em fases, cujas operações metodológicas se realizam num espaço determinado que é o espaço epistêmico” (LOPES, 2010, p. 27). Consideramos, então, que todas as etapas que levaram à construção dos resultados da pesquisa são de extrema importância e conhecer o percurso adotado pelo pesquisador auxilia na compreensão global do estudo e também pode colaborar para futuros trabalhos. Do projeto de pesquisa à apresentação final, a tese é resultado de um processo decisivo de escolhas e de ações criteriosas. Para facilitar a compreensão e melhor expor os dados nos capítulos seguintes, apresentaremos essa aproximação ao *corpus* identificando cada etapa como Fase.

No início do trabalho de pesquisa, num momento de preparação, um pré-teste de entrevista foi aplicado em junho de 2011, ouvindo um correspondente estrangeiro que atuava no Brasil e um jornalista brasileiro que atuava no exterior. Foi realizado, então, o pré-teste, utilizando um questionário semi-estruturado, com os jornalistas Andrei Netto, do jornal *O Estado de S. Paulo (OESP)*, que estava baseado em Paris, e o argentino Aldo Gamboa, da *Agência France Press (AFP)*, que trabalhava em Brasília. Este pré-teste, por sua brevidade e por ter se constituído apenas de dois entrevistados, não foi considerado exatamente como uma fase de pesquisa, mas teve importância como um primeiro passo. A partir dessa análise preliminar foi possível reconhecer melhor o universo em que se daria a pesquisa e delimitar o objeto de estudo empírico, como também identificar a funcionalidade do roteiro e a forma de realização das entrevistas. Conhecendo melhor o universo e as semelhanças e diferenças entre os correspondentes estrangeiros e brasileiros, a primeira decisão foi a de centrar a análise na realidade dos

jornalistas brasileiros (unidade de estudo) que atuam no exterior como correspondentes internacionais e analisar as questões propostas a partir desse cenário. Os resultados destas primeiras entrevistas foram apresentados por Moura e Agnez (2012).

Na evolução do percurso de pesquisa, entrevistamos alguns editores de internacional de veículos brasileiros no primeiro semestre de 2013. As entrevistas tiveram objetivo apenas complementar, para conhecer o funcionamento destas editorias pela visão de quem coordena esta seção. As entrevistas não foram diretamente utilizadas na análise, mas foram fundamentais para a imersão no universo dos correspondentes em questão e decisivas para a formatação do roteiro-guia das entrevistas. Nesta etapa, tivemos a oportunidade de conversar com Fábio Zanini, editor de “Mundo” da *Folha de São Paulo*; com Flávio Lino, subeditor de “Mundo” de *O Globo*; e com Sandro Moreira, coordenador de internacional da *TV Record*.

Fase 1: mapeamento da distribuição dos correspondentes brasileiros

Para avançar em direção ao campo empírico, reconhecemos a necessidade de saber quantos eram os correspondentes internacionais brasileiros em atividade, onde estavam instalados e para qual tipo de mídia trabalhavam. Como estudo exploratório, desenvolvemos a Fase 1 – mapeamento da distribuição dos correspondentes brasileiros, na qual realizamos um levantamento dos jornalistas brasileiros que estavam em atuação como correspondentes internacionais pelas empresas brasileiras dos diversos meios (jornais, sites na internet, emissoras de televisão e agências de notícias). No segundo semestre de 2011, época em que foi iniciada esta etapa da pesquisa, não foi encontrado nenhum registro sistemático que organizasse esses dados nas seguintes entidades: Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e Associação Brasileira das Empresas de Rádio e televisão (ABERT).

Deste modo, fizemos o referido mapeamento a partir de um *mailing list* adquirido pelo Portal Comunique-se (www.comunique-se.com.br), um reconhecido serviço adotado por agências de comunicação de todo o Brasil. A partir dele, entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012, as informações foram checadas junto às seguintes

empresas brasileiras de comunicação, por meio de contato com profissionais e/ou informações disponibilizadas nos sites dessas empresas: *Agência Estado, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Valor Econômico, Brasil de Fato, Veja, Carta Capital, Rádio Jovem Pan, Rádio Bandnews, Agência Carta Maior, RedeTV!, TV Bandeirantes, TV Globo, Globonews, TV Record, SBT e EBC*. A mudança no quadro de correspondentes por parte das empresas nacionais é dinâmico e outras duas atualizações foram realizadas ao longo da pesquisa, sendo a última de dezembro de 2013. Este levantamento foi fundamental para a constituição do mailing de jornalistas convidados a participar da Fase 3 – questionário online com correspondentes internacionais brasileiros.

Fase 2: análise de conteúdo de editorias de internacional

Passamos ainda por outra etapa de caráter complementar, a Fase 2 – análise de conteúdo de editorias de internacional, a qual nos ofereceu alguns indicadores. Aplicamos a técnica de análise de conteúdo para observar as editorias que cobrem o contexto internacional em dois dos principais jornais brasileiros – *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Esta pesquisa não teve como objetivo a análise da cobertura sob a questão da “qualidade” do material produzido. A intenção, portanto, com esta análise de conteúdo foi conhecer mais a fundo o trabalho que estava sendo realizado por correspondentes brasileiros em dois períodos de tempo, antes do contato direto com eles. Optamos por edições de jornais impressos pela maior facilidade de acesso e manuseio.

A seleção do corpus se deu por meio de uma semana composta por dias intercalados, começando pela terça-feira 5 de março de 2013, seguindo para a quarta-feira da semana seguinte, a quinta-feira da semana subsequente, até finalizar os sete dias de uma semana no dia 22 de abril de 2013. As edições das mesmas datas do ano de 1993 foram acessadas por meio do acervo digital²² dos veículos, a fim de se estabelecer uma análise comparativa da editoria de internacional num intervalo de 20 anos.

²² <http://acervo.folha.com.br/> e <http://acervo.estadao.com.br/>, respectivamente. Acesso em: 05 fev. 2014.

Tabela 1. Seleção do *corpus* da análise de conteúdo

Dias analisados	1993	2013
05/03	Sexta-feira	Terça-feira
13/03	Sábado	Quarta-feira
21/03	Domingo	Quinta-feira
29/03	Segunda-feira	Sexta-feira
06/04	Terça-feira	Sábado
14/04	Quarta-feira	Domingo
22/04	Quinta-feira	Segunda-feira

Fonte: elaboração da autora
(Fase 2- análise de conteúdo de editorias de internacional).

A opção por formar uma semana composta tem por objetivo reduzir o impacto da sazonalidade da cobertura. Ainda assim, durante o período analisado foi possível observar a recorrência de temas que determinaram a “temperatura” do noticiário internacional, como a escolha de um novo Papa, as eleições presidenciais na Venezuela e no Paraguai, as investigações sobre o atentado na maratona de Boston e a ameaça de conflito na Coreia do Norte, no caso de 2013. Já em 1993, entre os temas de destaque estavam a crise no governo Ieltsin, na Rússia, as eleições francesas, um ataque ao World Trade Center, em Nova York, e a guerra da Bósnia.

Os dados foram categorizados a fim de se identificar os seguintes aspectos: nome e localização da editoria; número de páginas; país citado na cobertura; temas recorrentes; quem assina os textos; agências de notícias que forneceram informações ou imagens; reprodução de conteúdos de veículos internacionais; formatos de conteúdo (notas, artigos, ping-pong, etc.); abordagem (factual ou analítica); assuntos que foram capa da edição; perfil das fontes; e critérios de noticiabilidade (valor-notícia).

Importante destacar que uma mesma notícia pode abranger mais de um país ou tratar de mais de um tema (como política e economia, por exemplo). Para operacionalizar a análise acerca dos critérios de noticiabilidade, utilizamos a proposta de Silva (2005), apresentada na Tabela 2. Do mesmo modo, uma notícia pode apresentar mais de um valor-notícia e assim consideramos para fins desta análise.

Quadro 1: Relação de valores-notícia

Proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis / noticiado.	
IMPACTO Número de pessoas envolvidas (no fato). Número de pessoas afetadas (pelo fato). Grandes quantias (dinheiro).	PROEMINÊNCIA Notoriedade Celebridade Posição hierárquica Elite (indivíduo, instituição, país) Sucesso / heróis
CONFLITO Guerra Rivalidade Disputa Briga Greve Reivindicação	ENTRETENIMENTO / CURIOSIDADE Aventura Divertimento Esporte Comemoração
POLÊMICA Controvérsia Escândalo	CONHECIMENTO / CULTURA Descobertas Invenções Pesquisas Progresso Atividades e valores culturais Religião
RARIDADE Incomum Original Inusitado	PROXIMIDADE Geográfica Cultural
SURPRESA Inesperado	GOVERNO Intererre nacional Decisões e medidas Inaugurações Eleições Viagens Pronunciamentos
TRAGÉDIA / DRAMA Catástrofe Acidente Risco de morte e Morte Violência / crime Suspense Emoção Interesse humano	JUSTIÇA Julgamentos Denúncias Investigações Apreensões Decisões judiciais Crimes

Fonte: SILVA, 2005, pp. 104-105.

Conhecer parte do trabalho desenvolvido pela editoria internacional desses dois veículos brasileiros possibilitou um mergulho no universo de produção que os profissionais estão envolvidos, mesmo que os correspondentes não produzam

unicamente para esta editoria, como discutiremos no próximo capítulo, mas evidenciou algumas mudanças e permanências na abordagem do noticiário internacional, indicadores que puderem ser mais bem desenvolvidas pelo núcleo da pesquisa de campo.

Fase 3: questionários online com correspondentes brasileiros

Nesta fase, foi realizado um levantamento indicativo de perfis, por meio de questionários fechados online²³, aplicados para jornalistas brasileiros que atuam ou atuaram como correspondentes internacionais durante a carreira, a fim de buscar informações indicativas sobre o perfil sociodemográfico destes profissionais, características sobre as trajetórias individuais e quais as competências que eles mais valorizam para o exercício da atividade.

Questionários são úteis quando: quer-se ouvir um grande número de respondentes; estes estão em regiões geograficamente dispersas; tem-se um tempo mais restrito para a coleta de dados do que aquele necessário para fazer entrevistas; e a presença do pesquisador no ato de coletar os dados não é necessária (VERGARA, 2009, p. 40).

O questionário online da Fase 3 foi formatado no intuito de levantar informações relativas a características como: período de atuação; gênero; renda; regiões de origem no Brasil; região de cobertura no exterior; tipo de mídia para o qual trabalharam como correspondentes; dentre outros. O levantamento dessas informações é inédito no país e conhecer tal perfil possibilitou uma visão mais abrangente daqueles que iriam compor as unidades de análise específicas e qualitativas.

Os questionários da Fase 3 foram aplicados de modo online, por meio da ferramenta gratuita *Google Docs*, entre 17 de dezembro de 2013 e 20 de janeiro de 2014. A divulgação foi feita por uma lista de e-mails de jornalistas que atuam como correspondentes internacionais de veículos de todo o Brasil. O mailing dos possíveis entrevistados foi produzido pela autora da tese, que mapeou os jornalistas brasileiros em

²³ O modelo de questionário aplicado está apresentado no Apêndice I desta tese.

atuação no exterior, vinculados à grande mídia nacional, e o reconhecimento de profissionais que foram correspondentes em algum momento durante a carreira.

Ao todo, foram enviados 92 e-mails convidando a participar da pesquisa, sendo 54 para correspondentes que concentraram a atuação no século XXI e 38 para outros que exerceram a atividade no século XX. As respostas foram voluntárias e autodeclarativas e, ao final, participaram do levantamento 34 profissionais, representando 37% de adesão. Optamos por um mailing restrito, não divulgado amplamente em redes sociais ou em mailing dos sindicatos profissionais, para reduzir a possibilidade de profissionais que não tenham atuado de fato como correspondentes respondessem indevidamente ao questionário, uma vez que adotamos o anonimato dos respondentes, para conferir segurança e conforto na hora de prestar as informações.

O universo dessa pesquisa era desconhecido: todos os jornalistas brasileiros que atuam ou atuaram como correspondentes internacionais. Em mais de cem anos de história na correspondência internacional no jornalismo brasileiro, é quase impossível precisar o número total de jornalistas que exerceram a função. A falta de um registro ou controle desses profissionais, por parte de associações trabalhistas ou ligadas à imprensa também dificultou esse levantamento mais global. Portanto, realizamos um mapeamento dos correspondentes em atuação, como descrito, e identificamos profissionais veteranos e com possibilidade de estabelecimento de contato, pois a maior parte ainda exerce a profissão.

O primeiro mapeamento realizado para esta pesquisa (Fase 1), sobre o número de correspondentes brasileiros em atividade no exterior, ofereceu dados restritos, apenas o nome do jornalista, a mídia que o empregava e o país em que estava trabalhando. Deste modo, decidimos adotar o questionário online fechado na Fase 3 para levantamento de indicadores, pela possibilidade de ampliação das informações, a fim de traçar um perfil sociodemográfico e de estender o questionário a profissionais que exerceram a função de correspondentes internacionais em momentos anteriores.

Fase 4: entrevistas com correspondentes brasileiros

As entrevistas com correspondentes internacionais brasileiros (Fase 4) foram realizadas a partir de dois grupos previamente selecionados:

(1) Correspondentes Atuantes no Século XXI: jornalistas brasileiros que concentraram a atuação como correspondentes internacionais a partir dos anos 2000 e exerciam a atividade no início da segunda década do século XXI, momento de realização da pesquisa;

(2) Correspondentes Atuantes no Século XX: jornalistas brasileiros que concentraram o exercício da atividade de correspondente internacional entre os anos de 1970 e 1990.

Torna-se importante explicar, primeiramente, as razões para essa divisão. A proposta da análise partiu de uma comparação entre duas gerações de jornalistas brasileiros; com outros propósitos Travancas (2011) também utilizou recorte de gerações. Isto porque a revisão de literatura sobre a área indicava uma mudança entre os correspondentes do passado e os da atualidade, assim como indicam Natali (2004), Ash (2010) e Silva (2011), dentre outros.

Além disso, o conjunto de perturbações que impactaram o jornalismo e particularmente a correspondência internacional, apontadas por tais autores como indícios de uma crise de identidade, enquadra-se no marco temporal de virada de século, a partir dos anos 1990 e início dos 2000: crise financeira das empresas de mídia, adoção e avanço das tecnologias digitais, fim da Guerra Fria e novas conjunturas internacionais e, especificamente no caso do Brasil, a redemocratização e o novo papel assumido pelo país no cenário internacional. Dessa forma, a divisão dos jornalistas em dois grupos obedeceu o critério de em qual período (década) eles concentraram a atuação profissional diária, como principal ocupação, na correspondência internacional.

No primeiro grupo, as fontes para as entrevistas foram selecionadas a partir do mapeamento da distribuição dos correspondentes brasileiros (Fase 1) que estavam em atuação no exterior como correspondentes internacionais, ligados a empresas de comunicação, considerando as disponibilidades, permissão para a realização das entrevistas e prezando para que não se repetissem muitos profissionais da mesma empresa ou ao menos abrangendo os maiores grupos de comunicação que mantém

correspondentes no exterior²⁴. As entrevistas ocorreram entre agosto e dezembro de 2013, conforme a Tabela 2 apresenta.

Tabela 2: Relação de entrevistas realizadas com Correspondentes Atuantes no Século XXI

Jornalista	Veículo	Local de cobertura	Modo de realização da entrevista	Data	Duração da entrevista
Bernardo Mello Franco	Folha de S. Paulo	Inglaterra	Presencial (Londres)	28/08/2013	1h35
Fernando Nakagawa	Agência Estado	Inglaterra	Presencial (Londres)	29/08/2013	1h29
Jamil Chade	O Estado de S. Paulo	Suíça	Presencial (Genebra)	06/11/2013	1h54
Letícia Fonseca	Radio France	Bélgica	Skype	08/10/2013	1h15
Marcos Uchôa	TV Globo	França	Skype	21/11/2013	1h30
Mauro Tagliaferri	TV Record	Portugal	Skype	24/09/2013	1h43
Sérgio Utsch	SBT	Inglaterra	Presencial (Londres)	30/08/2013	1h24
Vivian Oswald	O Globo	Inglaterra	Skype	11/12/2013	1h13

Fonte: elaboração da autora (Fase 4 – entrevistas com correspondentes internacionais brasileiros).

Em relação ao segundo grupo, os jornalistas que atuaram como correspondentes internacionais entre os anos de 1970 e 1990, trata-se de profissionais reconhecidos, em sua maioria ainda atuantes na área, que foram contatados e entrevistados conforme a disponibilidade e interesse de contribuição, a partir de uma apresentação prévia da autora da tese, que deixava evidentes os objetivos da entrevista. Portanto, o critério central para participar do estudo foi ter atuado como correspondente internacional no período desejado. Esta etapa foi realizada entre setembro de 2013 e março de 2014, conforme exposto na Tabela 3.

²⁴ Pelo mapeamento quantitativo realizado nesta pesquisa, com última atualização em dezembro de 2013, as empresas brasileiras que mais mantinham jornalistas no exterior eram os jornais impressos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, e as emissoras de televisão *Globo*, *Record* e *SBT*. As maiores empresas, detentoras da maior fatia do mercado e com mais recursos econômicos, que tradicionalmente investem na permanência de jornalistas no exterior.

Tabela 3: Relação de entrevistas realizadas com Correspondentes Atuantes no Século XX

Jornalista	Veículo	Local de cobertura	Modo de realização da entrevista	Data	Duração da entrevista
Carlos Eduardo Lins da Silva	Folha de S. Paulo	EUA	Skype	07/03/2014	1h
Clóvis Rossi	Folha de S. Paulo	Argentina, Espanha	Skype	04/12/2013	1h
Cristiana Mesquita	Associated Press	Brasil, Inglaterra, EUA, Argentina	Skype	31/12/2013	1h
Moisés Rabinovici	O Estado de S. Paulo	Israel, EUA e França	Skype	15/12/2013	1h10
Nelson Franco Jobim	Jornal do Brasil	Inglaterra	Skype	13/12/2013	1h22
Sandra Passarinho	TV Globo	Inglaterra	E-mail	07/01/2014	-
Silio Boccanera	TV Globo / Globonews	EUA, Inglaterra	E-mail	03/09/2013	-

Fonte: elaboração da autora (Fase 4 – entrevistas com correspondentes internacionais brasileiros).

O processo de aproximação e realização das entrevistas também foi importante para a formatação deste quadro final. Em relação aos correspondentes em atuação no século XXI (primeiro grupo), concentramos o contato com jornalistas que atuavam no continente europeu, aproveitando a oportunidade de realização de um doutorado sanduíche na *Université Libre de Bruxelles*, no período de agosto a dezembro de 2013. A própria escolha por esta universidade considerou a experiência da pesquisadora²⁵ que supervisionou o estágio de doutoramento na temática da identidade profissional dos jornalistas, como também a localização estratégica: Bruxelas, capital da União Europeia, conta com um grande fluxo de correspondentes provenientes dos mais diferentes países. No início dos anos 2000, por exemplo, cerca de 900 jornalistas de mais de 50 nacionalidades acompanhavam na cidade as atividades dos mais de 20 mil funcionários, 15 mil lobistas e 625 parlamentares que atuavam na região (PAVY, 2003). Além disso, a centralidade geográfica do país favorecia o deslocamento, privilegiando

²⁵ Profa. Dra. Florence Le Cam, professora do departamento das ciências da informação e da comunicação, *Université Libre de Bruxelles* (ULB).

contatos pessoais com correspondentes brasileiros distribuídos pelas principais cidades do continente. Por este motivo, priorizamos neste primeiro grupo de entrevistados jornalistas brasileiros que estavam em atuação na Europa na segunda década do século XXI.

Tentamos privilegiar as entrevistas presenciais, mas esbarramos numa dificuldade logística: os custos de deslocamento e a dificuldade de conciliar com as agendas destes jornalistas. Experimentamos então o aplicativo Skype como ferramenta de interlocução, ferramenta tecnológica que se mostrou bastante amigável. O uso do vídeo e do áudio, assim como a realização em um ambiente tranquilo (diferente de locais públicos, como cafés e restaurantes) e o agendamento no momento mais adequado para os entrevistados permitiram um diálogo confortável e completamente funcional para os fins desta pesquisa.

Os contatos foram realizados diretamente entre pesquisadora e entrevistado, sem passar por uma intervenção ou autorização dos veículos empregadores, por exemplo. Enviamos o convite por e-mail ou redes sociais (especialmente o Facebook) e tivemos receptividade de quase 100%. Foram poucos os casos nos quais não obtivemos respostas e não houve nenhuma recusa direta em participar – apenas uma jornalista entre os contatados não nos retornou qualquer resposta, após tentativas por e-mail e rede social. Enfrentamos, contudo, dificuldade em conciliar horários dentro da rotina diária extensa de trabalho desses profissionais, com grande índice de imprevisibilidade, ficando inclusive o pesquisador dependendo das intempéries do noticiário. Passamos por sucessivos cancelamentos e reagendamentos de entrevistas. Chegamos, por exemplo, a viajar para determinada cidade, por haver algum encontro marcado, e ele não ser realizado porque o correspondente se envolveu em uma cobertura factual. Mas o que prevaleceu foi a disponibilidade e comprometimento dos participantes, com esforço para que conseguíssemos realizar as entrevistas.

Os encontros presenciais foram realizados nas cidades de Londres e Genebra, em locais públicos, como restaurantes e cafés. Apenas uma das entrevistas aconteceu no apartamento/escritório do jornalista, o que nos permitiu conhecer um pouco desse ambiente de produção. O que todos argumentaram é que não havia um escritório ou uma “redação” de trabalho, uma vez que todos atuam nas próprias residências, ou por vezes até mesmo utilizam os locais públicos com acesso à internet. Em muitos casos,

por meio de notebooks ou smartphones, os profissionais puderam exemplificar o que nos relatavam das rotinas produtivas, mostrando e-mails, pautas e envio de materiais compartilhados com a redação no Brasil.

No caso dos correspondentes atuantes no século XX (segundo grupo de entrevistados), que também foram contatados por e-mail e se mostraram dispostos a colaborar, as entrevistas foram todas realizadas à distância. Alguns desses profissionais ainda residem no exterior e outros estão nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Novamente, o custo de deslocamento e a dificuldade de estabelecer uma agenda de encontros dificultou a realização das entrevistas presenciais. Com a experiência no uso do Skype como uma ferramenta plenamente funcional para este tipo de diálogo, investimos neste procedimento. Houve apenas duas exceções em aceitar respostas por e-mail: os jornalistas Sílio Boccanera, residente em Londres, e Sandra Passarinho, do Rio de Janeiro. Diante da impossibilidade de encontros presenciais, e tentando argumentar pelo uso do Skype, foram os próprios profissionais que optaram pelo e-mail. É evidente a limitação desse recurso: a impossibilidade de réplicas, sobretudo. Mas as respostas foram ágeis e atenderam a todas as interrogações propostas pelo roteiro de entrevista. Mais do que isso, consideramos a importância da trajetória profissional e da experiência desses jornalistas na questão investigada para que tal exceção fosse aceita.

Diante desses procedimentos de escolhas e de sustentação teórica, com delimitação e exploração do objeto de pesquisa, a segunda parte do trabalho está dedicada a compreender, enfim, quem são e o que fazem os correspondentes internacionais e o percurso de profissionalização desta atividade no jornalismo brasileiro, bem como o contexto de produção do noticiário internacional ao qual estão inseridos e as novas formas de cobertura do noticiário internacional.

PARTE II:

A profissão de correspondente estrangeiro no jornalismo internacional contemporâneo

3. REDEFININDO O CORRESPONDENTE INTERNACIONAL

Neste capítulo será apresentada a definição de correspondente internacional compreendida por este trabalho, bem como o universo no qual ele se insere. Este profissional, desde os primórdios, no século XIX, está submerso em uma série de mitos que abrangem muitas vezes uma visão romântica, ora heroica, admirada e glamourizada dentro do jornalismo. A partir de diferentes tipos e formas de cobertura dos acontecimentos internacionais, destacamos a figura do correspondente internacional tradicional, enquanto um jornalista remunerado por determinada organização de mídia e deslocado para cobrir um país ou região no exterior por certo período de tempo.

Dados levantados por esta pesquisa (Fase 1 – mapeamento da distribuição dos correspondentes brasileiros) nos permitem conhecer a distribuição geográfica dos jornalistas brasileiros que trabalham na atualidade como correspondentes internacionais. Este percurso foi fundamental para compreender quem são e onde estão os profissionais aos quais dedicamos este estudo. Não foram identificados dados similares em trabalhos anteriores, o que dificulta um comparativo com o perfil desses jornalistas em décadas passadas. Entretanto, com base em bibliografia é possível reconhecer traços, quantidade de profissionais e principais características das atividades desenvolvidas. Por fim, apresentamos em síntese as mudanças contemporâneas que estão desafiando a correspondência internacional, sobretudo no caso dos jornalistas brasileiros.

Entretanto, não são muitas as referências bibliográficas que tratam deste tema no Brasil. Grande parte dos trabalhos tratam de relatos biográficos ou coletâneas de reportagens de jornalistas que atuaram como correspondentes internacionais. Registro riquíssimo para conhecimento de tais experiências e principalmente de bons textos jornalísticos. Destaca-se o trabalho de Silva (2011) que reúne definições e histórias da correspondência, em meio à própria experiência como jornalista no exterior. Outro

trabalho é o de Natali (2004), como obra de referência sobre o jornalismo internacional no Brasil, que traz contribuições relevantes na questão dos profissionais que atuam nesta área. Em complemento, identificamos alguns trabalhos de conclusão de curso e dissertação de mestrado que tratam da trajetória de determinados profissionais ou recortes dentro da temática do jornalismo internacional. Um destaque foi o trabalho de mestrado de Rocha (2013), uma pesquisadora portuguesa que, em pesquisa desenvolvida na Universidade de Amsterdã, descreveu a rotina de correspondentes brasileiros na Europa.

Internacionalmente, a literatura inglesa e a norteamericana se sobressaem e marcam o estado da arte neste tema. Pioneiros na correspondência internacional tradicional e na correspondência de guerra, são estas regiões também que identificam sinais de transformação e, sobretudo, de declínio no número de profissionais nesta área, com uma alteração significativa nas formas de cobertura do noticiário internacional. Hamilton e Jenner (2004) definem sete tipos de correspondência internacional, para além do correspondente tradicional, que tratam, na verdade, de maneiras diferentes de se obter notícias do exterior, dispensado ou substituindo esta figura mais tradicional. Já a obra de Hannerz (2004) é exemplo de estudo antropológico que mapeou hábitos, costumes e detalhes da vida dos jornalistas internacionais. A partir de tais referências, este capítulo pretende traçar e se aprofundar na realidade dos correspondentes internacionais brasileiros.

3.1. A mitologia do correspondente internacional

O correspondente internacional é o profissional que se estabelece em diversas partes do mundo e mantém abastecida a rede de informações formada pelas agências de notícias. Os meios de comunicação de maior porte, especialmente impressos e televisão, quando desejam uma cobertura internacional de alta qualidade, independente e autêntica, também investem nesta atividade jornalística com profissionais próprios, não dependendo exclusivamente dos conteúdos fornecidos pelas agências. Para Hannerz (2004), o correspondente é um repórter que fica “estacionado” em determinado lugar, enviando notícias para outro. Em complemento, essa atividade profissional também

pode ser compreendida como a de um mediador e um tradutor de culturas (ROCHA, 2013).

“A editoria internacional, por sua vez, não é considerada jornalismo especializado, porque se dedica a todas as editorias, em âmbito internacional. Mas por essa abrangência toda é que o correspondente deve ser especializado em tudo, saber lidar com vários tipos de matérias” (BRITTO, 2004, p. 3). Essa generalidade é, então, uma das marcas do profissional que exerce a função de correspondente.

Na maior parte das vezes, o correspondente define as próprias pautas e deve partir de um conhecimento aprofundado da realidade local, para conseguir expor os fatos de modo detalhado e interessante para o país de origem (BRASIL, 2012). O autor sintetiza o que é e o que faz um correspondente internacional:

O correspondente é um repórter fixado numa cidade estrangeira – muitas vezes a capital de um país –, sendo responsável por uma região, um país ou, às vezes, até um continente inteiro. Ele deve enviar matérias regularmente para a redação da sede de seu veículo. Para isso, ele acompanha toda a imprensa local, mantém contatos frequentes com jornalistas e colegas correspondentes e identifica fontes estratégicas – como entidades, governos, diplomatas, militares e outras que possam fornecer informações importantes (BRASIL, 2012, p. 778).

Outra característica é o amplo repertório cultural que deve conhecer referente ao país que cobre, incluindo noções históricas, geopolíticas e até mesmo a fluência no idioma (ou nos idiomas, dependendo da região). O revés é que, apesar de toda essa imersão na cultura e nos hábitos da localidade onde vive, não deve perder o referencial do próprio país e nem mesmo o olhar estrangeiro, capaz de observar os fatos numa perspectiva mais conjuntural e menos interna. “Se por um lado o correspondente internacional deve conhecer a fundo a cultura do país em que reside, por outro lado, não pode se aculturar” (BRITTO, 2004, p. 10). Logo, é importante manter certo “frescor no olhar”, de quem acaba de chegar a um novo lugar, e em contrapartida a possibilidade de permanecer por um período mais prolongado permite maior domínio da cultura local, compreensão dos fatos e estabelecimento de contatos importantes (HANNERZ, 2004).

Estes são alguns dos aspectos que tornam os correspondentes internacionais um grupo distinto de jornalistas no exercício da profissão (SILVA, 2011; ROCHA, 2013). Para o mercado jornalístico, trabalhar como correspondente estrangeiro pode ser

considerado o ponto alto na carreira, representando um reconhecimento da experiência e realizações como profissional. Os correspondentes estrangeiros representam os melhores e mais brilhantes da profissão nos países de origem (WILLNAT; WEAVER, 2003, p. 404, apud ROCHA, 2013, p. 5).

Há na verdade uma visão bastante romântica em relação aos correspondentes internacionais, que é alimentada pelos próprios profissionais (WILLIAMS, 2011). Os correspondentes de guerra, os heróis, aqueles que se arriscam pela informação, embaixadores dos veículos para os quais trabalham, muitas vezes associados à figura do diplomata, o glamour aparente de se viver no exterior, a autonomia, o status mais elevado dentro da carreira de repórter. São muitos os elementos que estimulam o fascínio pela função. Entretanto, como ressalta Williams (2011, p. 94), “a realidade é menos glamorosa e mais mundana. O jornalismo internacional, assim como o restante da profissão do jornalismo, é entediante, repetitivo e frequentemente preso a uma escrivaninha”²⁶. Em outras palavras, o jornalismo internacional está sujeito a uma série de rotinas e práticas até mesmo burocráticas. Solitário em outro país, o profissional acaba exercendo funções muito além do jornalismo, como pagamento e prestação de contas, orçamentos, contratação de serviços, produção de relatórios para as redações no país de origem, entre outros.

Importante destacar que sempre houve uma diferenciação entre o correspondente internacional fixo, deslocado para fazer coberturas por um longo período de tempo, e o enviado especial (*parachute journalist*) que vai para outra região para cobrir algum acontecimento específico. “As contendas entre os dois tipos de repórteres e seus diferentes *modi vivandi* sempre desempenharam um papel relevante na natureza das coberturas internacionais” (WILLIAMS, 2011, p. 25)²⁷. O autor explica que é como se houvesse dois times de correspondência no exterior: o time A é formado por jornalistas que trabalham integralmente para as grandes corporações de mídia, com salário regular e quase sempre têm acesso às fontes oficiais; já o time B é composto por profissionais contratados em determinadas situações, pelo conhecimento que dispõe sobre a região ou

²⁶ “The reality is less glamorous and more mundane. International journalism, like the rest of the profession of journalism, is dull, repetitious and often desk bound” (WILLIAMS, 2011, p. 94). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

²⁷ “The struggles between the two types of reporters and their different *modi vivandi* have always had a bearing on the nature of international news” (WILLIAMS, 2011, p. 25). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

o acesso que têm a ela, que podem ser jornalistas locais ou estrangeiros que residem no país. A principal diferença é que o *staff* (o time A) obedece a certa “disciplina editorial”, tem um contato permanente com o veículo e mais segurança para trabalhar, enquanto o time B (*freelancers* ou *stringers*) estão mais livres de tal disciplina e trabalham em condições mais precárias. Os *stringers* são colaboradores fixos do veículo, mas sem um contrato formal de trabalho, que residem na região de cobertura; já os *freelancers* são profissionais que produzem para qualquer veículo e são remunerados por reportagem publicada.

Para analisar o percurso profissional dos correspondentes internacionais, Hannerz (2004) adota a noção de “carreira” enquanto um caminho a ser percorrido ao longo da vida, não necessariamente de modo planejado ou previsto, mas sempre de forma ascendente, num equilíbrio entre as intenções e as contingências. O autor afirma ser difícil estabelecer um padrão de como as pessoas se tornam correspondentes, o que as motiva e o que as faz permanecer na profissão. O começo é quase sempre curioso e a permanência dependerá de fatores pessoais, relativos às empresas de mídia e também de um contexto local. Entretanto, ele traça uma lógica dentro das estruturas organizacionais às quais está ligada a correspondência. Há uma tendência de se mover a partir das margens do negócio dos *media* para o centro, com relativa segurança e conforto do emprego estável. Os *freelancers* e *stringers* compõem o que seria o setor informal dentro da carreira de correspondentes (HANNERZ, 2004) e muitos dos profissionais iniciam com essas funções até serem contratados como funcionários regulares. Os termos são frequentemente usados como sinônimos, ou pelo menos com muita sobreposição. Mas o termo *stringer* sugere relações um pouco mais de longo prazo com as organizações de mídia.

O jornalista Fritz Utzeri, que foi correspondente pelo *Jornal do Brasil* na década de 1980 nos Estados Unidos e em Paris, destacou que, para ele, não haveria posição dentro do jornalismo melhor que a do correspondente, ressaltando que a ocupação era vista como uma promoção dentro da carreira de repórter ou até mesmo um “prêmio”. Citando o também jornalista Reali Júnior, correspondente em Paris por mais de 30 anos, ele define a função de correspondente como um “repórter de geral numa cidade que não é a dele”, ou seja, alguém capaz de tratar de todos os tipos de assuntos traduzindo a realidade do país onde está, fazendo o “máximo possível de comparações que permitam

às pessoas identificar o que está acontecendo com os referenciais que estão acostumadas a usar aqui em casa” (UTZERI, 1989, p. 145).

Ele também destaca a autonomia dos correspondentes, apontando estes como os jornalistas “mais livres”, por trabalhar fora das redações, em horários diferentes, quase sempre de casa (realidade da maioria dos jornalistas brasileiros no exterior), sem pautas fixas ou encomendadas pelo veículo para o qual trabalha. A liberdade traz consigo uma grande responsabilidade e disciplina na apuração. O correspondente seria, justamente, os olhos e ouvidos do jornal naquela outra localidade. Naquele momento, o autor destacava que os veículos brasileiros já vinham reduzindo o período de permanência dos correspondentes no exterior, criando um rodízio entre diferentes profissionais.

O prazo adequado para um correspondente ficar no exterior está em torno de quatro a cinco anos. O primeiro ano é um ano de construção, não se sabe de nada. No segundo, já se começa a ficar a vontade, e o terceiro é o ano em que, efetivamente, a pessoa já é conhecida, já tem um alentado caderninho de endereços. Quando chega a esse ponto a pessoa é transferida, pega o caderninho, arquiva na mala, e vai para outro lugar com uma nova folha em branco (UTZERI, 1989, p. 153).

Mais de duas décadas depois do relato de Utzeri (1989), podemos questionar se um correspondente carregue na mala um caderninho de contatos, ou se eles não estão arquivados em *smartphones*, *tablets*, *HD's* portáteis ou até mesmo em espaços de armazenamento virtuais. Enfatizando as mudanças nas rotinas de trabalho, outro que também descreveu o trabalho dos correspondentes no início dos anos 1980 foi o jornalista americano John Hohenberg. Para ele, “a maioria dos correspondentes internacionais acredita que sua primeira obrigação é contar a história do povo do país onde trabalham, e não somente os atos oficiais do governo e os comunicados de seu Ministério à imprensa” (HOHENBERG, 2008, p. 37).

Este trabalho, como relata Hohenberg (2008), exigia longas jornadas e um razoável período para contatos e estabelecimentos de fontes, indo além da leitura de jornais ou das facilidades de comunicação dos países em que estão sediados. Dependiam de telegramas e de relações cordiais com a embaixada, por exemplo. Ele destaca que, para obter as próprias fontes de informação, era necessário tempo e muito dinheiro, ressaltando os custos para transmissão das mensagens. Assim, estar fisicamente no país era essencial para se estabelecer determinados contatos, apesar das

dificuldades de comunicação com colegas de trabalho no país de origem. Em tempos de internet, para os jornalistas mais jovens, essas declarações podem perder um pouco o sentido.

3.2. Tipologia da correspondência internacional

Os pesquisadores Hamilton e Jenner (2004) afirmam que os fluxos de notícias do exterior, sem dúvida, estão cada vez mais complexos e menos dominados pelas elites econômicas. Até mesmo a figura do correspondente estrangeiro tradicional, tido também no Brasil como o topo da carreira de repórter, está diante de mudanças sob aspectos financeiros, editoriais, tecnológicos e relacionados a uma nova ordem global informacional. Para esses autores, a análise da saúde da correspondência estrangeira somente pelo aspecto do número de correspondentes enviados ao exterior é precoce. Precisamos ir além e confrontar diferentes variáveis, a começar pela compreensão das diferentes formas de cobertura do noticiário internacional.

Os autores apontavam, no início dos anos 2000, três grandes transformações que estariam refletindo diretamente na atividade jornalística de correspondência internacional: as pressões econômicas sobre a cobertura de notícias internacionais, sobretudo por parte dos grupos tradicionais de mídia; a interdependência global, inclusive no fluxo informacional; e as inovações tecnológicas, em especial a partir da internet. Diante disso, Hamilton e Jenner (2004) se opõem à afirmação de que os correspondentes estrangeiros seriam uma espécie em extinção. Ao contrário, defendem que, se por um lado, o correspondente enfrenta adversidades ou está em “perigo” no ambiente tradicional, por outro, há evidências de que a atividade possa florescer em novos ambientes. Neste caso, para eles, a metáfora, então, seria a da “evolução”, e não da “extinção”.

O imperativo econômico tem se mostrado preponderante na decisão das empresas de mídia sobre o modelo de cobertura de notícias do exterior, com vistas sempre à redução de custos. Entretanto, as tendências econômicas não significam que os principais meios de comunicação vão necessariamente dispensar a figura do correspondente estrangeiro. Se toda conversa sobre extinção é exagerada, o que as

tendências realmente apontam é para a busca de alternativas economicamente viáveis (HAMILTON; JENNER, 2004). A partir dessas reflexões, tomando por base uma revisão de literatura e pesquisas com jornalistas e veículos de comunicação americanos, os autores sugerem uma nova tipologia de correspondentes internacionais, como estímulo para futuras pesquisas e para a construção de um novo modelo de notícias estrangeiras.

Essa tipologia considera o correspondente tradicional, mais bem treinado e com um custo de manutenção cada vez mais proibitivo, o qual não deve desaparecer, mas sim ser mantido pelos grandes grupos de mídias como parte de uma crescente cadeia de informações com fluxo internacional. Além dele, então, os autores sugerem outros sete tipos de correspondência:

O primeiro é o conhecido *enviado especial*, uma alternativa mais econômica para coberturas sobre acontecimentos específicos. Neste caso, os autores utilizam a expressão de “jornalistas paraquedas” (*Parachute foreign correspondents*), termo usado algumas vezes de modo pejorativo para designar o correspondente deslocado para missões de curto prazo no exterior, que seria menos caros, vistos como “intrusos menos experientes”. No entanto, apontam um desenvolvimento mais positivo, uma alternativa para empresas de mídia que não podem pagar correspondentes em tempo integral.

O segundo tipo é chamado de *Foreign foreign correspondents*, ou seja, cidadãos estrangeiros que trabalham para as organizações de notícias americanas, seriam os “nativos” contratados por veículos de outros países. Uma pesquisa realizada por Hamilton e Denis Wu em 2000 (HAMILTON, 2009) descobriu que 69% dos correspondentes estrangeiros que atuavam para organizações de notícias americanas não eram americanos. Numa relação com a mídia brasileira, esse é um formato não muito comum. Uma hipótese pode ser a dificuldade de se encontrar pessoas de outras nacionalidades que dominem a língua portuguesa. Outro aspecto a ser considerado é o olhar sob o ponto de vista do leitor brasileiro, o que somente um jornalista também brasileiro poderia oferecer. Essa é a principal defesa que aparece entre os entrevistados por esta pesquisa e a bibliografia nacional levantada, para a manutenção do correspondente internacional, mas por que então tal modalidade de cobertura funcionaria em tão grande escala na mídia americana, por exemplo?

O terceiro tipo é o dos *Local foreign correspondents*, jornalistas que cobrem notícias do mundo a partir da cidade natal, sem sair da redação, como, por exemplo, pelo uso de informações divulgadas por organizações, por meio de relatórios, ou pelas redes de televisão de outros países ou em grande parte pela internet. Apesar da aparente incoerência, segundo Hamilton (2009), essa tem sido cada vez mais uma alternativa para veículos locais inserirem informações sobre o mundo no conteúdo produzido. É o que Natali (2004) chama de RAC – Reportagens com Ajuda de Computador, ampliando o papel e a importância dos redatores para a editoria de internacional.

O quarto tipo é o *Premium foreign correspondents*, profissionais especializados, quase sempre analistas, que cobram taxas para a produção de relatórios em profundidade. A origem disso estaria na agência Reuters, que já no século XIX passou a oferecer esse tipo de informações para o mercado financeiro (HAMILTON, 2009). Complementa-se a este o quinto tipo, os *In-house foreign correspondents*: profissionais que reúnem notícias voltadas para um segmento de mercado, trabalho que estaria numa fronteira entre jornalismo, marketing e comunicação corporativa, um serviço hoje já mais popularizado, mas caracterizado como “não-mídia”²⁸, ou seja, entregue direto para o consumidor e não para publicação em algum veículo.

O sexto tipo é o dos *Foreign local correspondents*, quando jornalistas locais de uma mídia também local produzem e disponibilizam conteúdos (sobretudo pela internet) que podem ser assistidos de qualquer parte do mundo. A própria imprensa local pode ser capaz de identificar em um fato um potencial de interesse internacional e, assim, realizar uma cobertura já pensando na circulação pelo exterior (HAMILTON; JENNER, 2004).

Por fim, como o sétimo tipo, os autores também consideram a existência do correspondente amador – os *Citizen foreign correspondents*, a variável mais “demonizada” pelos jornalistas profissionais, quando qualquer pessoa pode publicar notícias e imagens pela internet. Estes seriam “correspondentes casuais”, capazes de testemunhar e registrar fatos, cuja importância é elevada em situações onde o acesso de

²⁸ Ao longo do século XX, as agências internacionais desenvolveram serviços que não visam exclusivamente o setor de mídia, ou seja, a venda de conteúdos jornalísticos para meios de comunicação. Assim, os serviços de não-mídia são aqueles voltados para outros setores da economia, como os produtos setorializados, vendidos diretamente para empresas e governos.

jornalistas é restrito, como em catástrofes naturais, atentados, conflitos e regiões de baixa liberdade para atuação da imprensa.

Diante de todos esses formatos de cobertura do exterior, o que Hamilton (2009) conclui é que essa nova era da correspondência internacional está apenas começando a tomar forma e tais modelos operam ao mesmo tempo. Ainda existem jornalistas experientes que representam as principais agências de notícias e veículos de comunicação, é claro. Mas novas espécies de coleta de notícias do exterior e de distribuição estão aparecendo e, para ele, a maioria delas ainda carregam “algum DNA do passado”.

A tipologia proposta por Hamilton e Jenner (2004) consiste em considerar outras possibilidades de cobertura do noticiário internacional, que vai além da figura do correspondente internacional profissional e mais tradicional. No caso de veículos da imprensa brasileira, podemos identificar, pela própria leitura e análise das publicações, como pela conversa com editores e correspondentes, quais são os modos mais recorrentes de cobertura.

Um deles é a reprodução de conteúdos de jornais e revistas estrangeiros, ou de programas, no caso do rádio e da TV, por veículos nacionais. Isso acontece, por exemplo, quando a *Folha de S. Paulo* republica uma reportagem ou artigo do *Washington Post*; ou *O Globo* do *El País*; ou a *Carta Capital* da *The Economist*; ou ainda quando algum canal de TV reproduz uma reportagem da *BBC*.

Outro mecanismo, tradicional e consolidado, é a utilização de materiais fornecidos pelas agências internacionais. Há também o papel dos redatores das editorias de Internacional, que tem se fortalecido nas últimas décadas pelas tecnologias da comunicação (internet e canais de notícias 24 horas, principalmente), por permitirem que se apure ou se reúna quase todo tipo de informação sem mesmo sair da redação.

A figura do correspondente internacional, como discutimos neste trabalho, ainda está presente nas empresas de mídia brasileiras, bem como a do enviado especial para realizar coberturas específicas em outros países. Os jornais impressos também trabalham com alguns colaboradores fixos (os *stringers*) e em algumas situações com *freelancers*.

A utilização de um ou outro recurso vai depender de qual importância que o veículo atribui à editoria que cobre o noticiário internacional. Ou seja, prioridades em

relação a recursos, divisões de equipes, fluxos e rotinas de produção, entre outros, serão decisões tomadas de acordo com o grau de autonomia que a empresa jornalística deseja levar ao leitor no que diz respeito às informações mundiais. Entretanto, a “qualidade” do noticiário não é objeto desta tese, mas sim o papel e identidade dos correspondentes internacionais nesta engrenagem mais ampla que é a cobertura estrangeira na atualidade. Consideramos ser importante reconhecer os demais tipos de correspondências ou formas de tal cobertura, para compreender em qual contexto o profissional em análise está inserido. Portanto, trabalharemos com a definição de correspondente internacional tradicional: o jornalista profissional contratado por um veículo de imprensa para fazer a cobertura regular de determinado país ou região, por longo período de tempo (ou seja, não é o mesmo que o enviado especial para trabalhar em um evento ou sobre um fato específico).

3.3. Histórico da correspondência internacional

A própria origem do jornalismo levanta como questão se ele nasceu local ou internacional. Por um lado, o surgimento do jornal, no século XVII, representou o atendimento a uma necessidade da população sobre demandas da própria localidade. Notícias sobre eventos, acontecimentos bizarros, catástrofes, decisões governamentais. Desse modo, Los Monteros (1998) afirma que os acontecimentos sobre o exterior entraram nos jornais tardiamente, ou porque não havia formas de apuração e contato com os fatos, ou porque não interessava o que acontecia para além das fronteiras de determinada região. Para o autor, isso se repetiu de um modo geral na história da imprensa em todo o mundo. O jornalismo teria nascido, então, como uma atividade local e com vocação comunitária. “A primeira agência de notícias internacionais se organiza até o segundo quarto do século XIX. As notícias sobre o exterior ganham lugar na imprensa diária, quase um século após a Revolução Industrial” (LOS MONTEROS, 1998, p. 416)²⁹.

²⁹ “La primera agencia de noticias internacionales se organiza hasta el segundo cuarto del siglo XIX. Las noticias sobre el extranjero ganan su espacio en la prensa diaria, casi un siglo después de la Revolución industrial” (LOS MONTEROS, 1998, p. 416). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

De outro modo, Natali (2004) defende que o jornalismo já nasceu internacional, quando, ainda no século XVII, os primeiros boletins noticiosos eram as *newsletters* (chamadas de “corantos”), comuns entre os grupos mercantis dos Países Baixos que trocavam informações com regiões com as quais comerciavam. Assim, o jornalismo internacional não teria nascido apenas no capitalismo, mas já despertava interesse durante o mercantilismo.

Poderíamos supor que o jornalismo surgiu como atividade que fizesse circular informações de interesse local ou paroquial, já que o campo de interesse comum dos mortais, em comunidades compartimentadas, sofria os efeitos de uma infraestrutura precária de comunicações. Pois suporíamos errado. O jornalismo nasceu, isto sim, sob a forma de jornalismo internacional, com o formato de coleta e difusão de notícias produzidas em terras distantes (NATALI, 2004, p. 23).

Os primeiros “corantos”, desde os anos 1620, dedicavam-se exclusivamente a notícias internacionais e eram traduzidos de Amsterdã para o inglês e o francês, ampliando a área de circulação. Na segunda metade do século XVII, a principal rede de contatos entre financeiros foi estabelecida entre os Fugger de Augsburg e Rothchild de Londres, na segunda metade do século XVII (WILLIAMS, 2011). Entretanto, lembra o autor, redes privadas de correspondentes existiam desde finais da Idade Média, sobretudo para o envio de informações militares, diplomáticas e eclesiásticas na Europa.

Se por um lado existia a demanda pela circulação de informações locais, por outro, o expansionismo europeu impulsionou um crescente interesse pelo exterior e as ofertas e possibilidades de negócios. O jornalismo, ainda no início na fase moderna, com a burguesia europeia, precisou então se internacionalizar para atender as demandas e interesses sobre fatos que ocorriam em outras regiões durante o expansionismo colonial europeu. Mas ainda era cedo para se falar numa produção jornalística efetiva, regular (periódica) e profissional. Foi somente no século XIX que as redes de comunicação foram organizadas sistematicamente em escala global. “[...] Isso se deveu em parte ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas a dissociar a comunicação do transporte físico das mensagens” (THOMPSON, 1998, p. 137). O desenvolvimento desses novos meios (telégrafo e telefone, mais de início, e posteriormente o rádio, a televisão, hoje o celular e a internet) expandiu grandemente a

capacidade de transmitir informação através de longas distâncias de maneira flexível e instantânea.

A partir disso, as notícias internacionais ganharam impulso e foram criadas as primeiras agências de notícias, inicialmente como associações entre jornais para enviar correspondentes para cobrir grandes eventos, como guerras e revoluções. Para Thompson (1998), as agências constituíram um dos principais fatores para a formação de redes globais de comunicação, a partir do século XIX, por operar de forma sistemática na coleta e disseminação de notícias sobre grandes extensões territoriais.

As grandes agências de notícias, que surgiram em meados do século XIX, trabalham em conjunto com veículos de comunicação (especialmente o jornal impresso, mas também os meios audiovisuais) para abastecer a imprensa com fatos e imagens que ocorrem em diversas localidades. Com a crescente demanda globalizada, os próprios jornais, ou em iniciativas isoladas, ou em associação com outros grupos, também criaram agências próprias ou instalaram escritórios fora da sede do veículo. Para tudo isso, surgiu a figura do correspondente internacional – profissional que desempenha esse papel como *enviado especial* (para cobrir uma guerra ou um grande evento) ou como *correspondente fixo*, com a missão de abastecer o veículo para o qual trabalha com notícias da região onde está instalado.

O jornal britânico *The Times* é apontado como pioneiro ao nomear Henry Crabb Robinson, inglês que estudava na Alemanha, como correspondente com o objetivo enviar notícias regulares de diferentes regiões da Europa (WILLIAMS, 2011). Mais tarde, o mesmo veículo enviou o jornalista William Howard Russel para cobrir a Guerra da Criméia entre 1854 e 1856 (PALMER, 2005; PERES, 2005; SILVA, 2011; WILLIAMS, 2011). Aliás, o surgimento da figura do correspondente internacional está bastante associado ao correspondente de guerra. Antes disso, eram os próprios soldados que enviavam informações para as cidades sobre os campos de batalha. A partir de então, reconheceu-se a importância de manter a população civil informada de modo mais técnico e profissional. O próprio Russel teria trabalhado ainda na Guerra Civil Norte-Americana, na Guerra Franco-Prussiana, na Comuna de Paris e na Guerra Zulu de 1879. Mas esta era uma forma de cobertura sazonal, focada em um fato específico.

Silva (2011) afirma ser George Washburn Smalley, do *New York Tribune*, o patrono dos correspondentes internacionais tradicionais, ou seja, daqueles profissionais

que seriam deslocados para outro país e permaneceriam por tempo indeterminado não para cobrir um acontecimento isolado, mas uma variedade de temas. Smalley, um jornalista respeitado e experiente, foi transferido para Londres em 1867 para ser o *foreign commissioner* do jornal. A direção do *Tribune* demorou a se convencer sobre o diferencial que o correspondente representaria para a publicação, receosos do excesso de liberdade que o profissional teria fora da redação. Preocupados em explicar ao leitor o que o correspondente fazia em Londres, o jornal publicou uma notícia sobre ele dois anos depois de ter sido transferido:

Seus deveres [...] não são nenhuma sinecura [...]. Ele tem de se familiarizar com o curso dos eventos públicos não apenas na Inglaterra, mas em toda a Europa. Todos os assuntos importantes têm de ser olhados por ele tão cuidadosamente como são os da Câmara de Vereadores de Nova York pelos repórteres locais [...]. O Sr. Smalley tem intimidade com diversos jornalistas e políticos britânicos, que têm sido proeminentes no apoio dos interesses dos EUA e fazem de seu escritório um local de uso frequente (SILVA, 2011, p. 32).

Apesar de nos dias atuais não ser mais necessário explicar aos leitores o que é ou faz um correspondente internacional, Silva (2011) comenta que talvez fosse interessante expor para os próprios colegas de profissão que ainda enxergam a atividade como um “prêmio” ou uma “promoção”. Ele relata a própria experiência como correspondente pela *Folha de S. Paulo*, nos anos 1990, e quando retornava à redação no Brasil, o então diretor Octávio Frias de Oliveira costumava brincar: “E aí, Carlos, quando vão acabar suas férias lá em Washington?” (SILVA, 2011, p. 33).

Mas a história do jornalismo brasileiro traz algumas particularidades. A primeira delas é o fato do primeiro jornal no país, o *Correio Braziliense*, ser editado em Londres a partir de 1808, essencialmente com relatos sobre os acontecimentos do continente europeu numa comparação ou relação com o cenário nacional. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, que passou a circular no mesmo ano e era editada com apoio da Família Real Portuguesa, já no Brasil, também atendia ao interesse da elite europeia com os relatos daquela região. O interesse pelas artes, pela moda, a economia e os conflitos, e também a adoção do modelo europeu de governo como referência para analisar o que acontecia em nosso país marcaram os nossos primeiros periódicos (NATALI, 2004; AGUIAR, 2008).

Ainda assim, para Natali (2004), a notícia sobre o exterior foi menos frequente nesta primeira metade do século XIX. Por um lado, havia uma elite bilíngue, que podia consumir as publicações de outros países, por outro, a dificuldade de transporte retardava o fluxo de informações, mas deve-se considerar o vazio bibliográfico que impede grande precisão sobre a imprensa brasileira neste período, como afirma o autor.

Foi durante o período do Segundo Reinado que a imprensa brasileira passou pelo primeiro processo de modernização e profissionalização. Em parte, devido ao aprimoramento tecnológico, com inovações do maquinário, que permitiu o aumento das tiragens e o uso de ilustrações. A instalação do telégrafo (1852) e dos primeiros cabos submarinos (1874) permitiu um maior fluxo das notícias internacionais: antes, uma informação demorava semanas ou meses para chegar por navios, a partir de então a notícia de um acontecimento na Europa, por exemplo, poderia chegar no mesmo dia ao Brasil (LAGO; ROMANCINI, 2007). Em 1877 a agência inglesa Reuters implantou um escritório no Rio de Janeiro e, no dia 1º de agosto daquele ano, o *Jornal do Comércio* publicava as primeiras notícias internacionais ao mesmo tempo em que eram veiculadas no Europa (NATALI, 2004). A vinda de grandes contingentes de imigrantes para o Brasil, no final do século XIX, foi outro fator a impulsionar o interesse pelas notícias de outros países.

A revista *Semana Ilustrada*, publicada entre 1860 e 1876, é apontada por Nelson Werneck Sodré (1983) como o primeiro veículo nacional a contar com enviados especiais, colaboradores que cobriram a Guerra do Paraguai. Entretanto, tratava-se de militares com habilidades para a escrita e que, assim, mandavam informações e artigos para publicação. Já Alberto Dines (apud SILVA, 2011, p. 28) defende ser Rui Barbosa o precursor da correspondência internacional no Brasil, no período em que Barbosa esteve exilado em Londres e enviava artigos para o *Jornal do Comércio*.

Entretanto, o primeiro correspondente internacional brasileiro, dentro dos parâmetros profissionais (remunerado por um veículo para reportagens regulares de um determinado lugar), foi João do Rio, pseudônimo do jornalista João Paulo Alberto Coelho Barreto, que em 1918 foi enviado pelo jornal *O País* para cobrir a Conferência do Armistício, em Versalhes, e por lá permaneceu por oito meses (SOUZA, 2009).

Pouco depois, em 1919, foi a vez de Assis Chateaubriand ser convidado pelo dono do *Correio da Manhã* para passar um ano na Alemanha, para escrever sobre os

derrotados da Primeira Guerra. Na biografia “*Chatô: o rei do Brasil*”, Moraes (1994) conta que teria sido uma surpresa o convite para Chatô, já que coberturas internacionais deste modo não eram comuns. Normalmente, eram os próprios donos dos jornais, ou amigos e parentes deles que, em viagens ao exterior, escreviam algum relato para publicação. Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, teria feito o convite em novembro de 1919:

Escolhi o melhor. Eu não poderia mandar nessa missão um jornalista médio ou um sofrível. E o melhor que eu conheço é você. A Alemanha é um país central, de onde você poderá circular com desenvoltura pela Europa. Reconheço que o salário não é grande coisa, mas será suficiente para você se manter com dignidade (MORAIS, 1994, p. 76).

Mas Chatô se demitiu antes de completar o período combinado, por não gostar de um texto que foi publicado sobre ele no mesmo jornal no qual trabalhava. Apesar de pioneiros e contemporâneos, ele e João do Rio não marcaram este momento por nenhuma amizade, ao contrário: João do Rio, que acusara Chatô de defender os interesses alemães, recebeu do jornalista uma cascavel viva e embrulhada para presente (MORAIS, 1994).

Mais tarde, Chatô, já como proprietário dos *Diários Associados*, enviou o jornalista Joel Silveira, um dos primeiros repórteres brasileiros a trabalhar num conflito internacional, para cobrir a Segunda Guerra Mundial. Silveira relata no documentário “*Impressões do Brasil*”, de 1987, como o patrão se dirigiu a ele: “Mas não me morra, seu Silveira. Repórter é para mandar notícias, não é para morrer” (GOMES, 1987). Rubem Braga foi o outro correspondente brasileiro que cobriu a Segunda Guerra, pelo *Diário Carioca* (PERES, 2005).

Apesar deste início bem particular, a editoria de Internacional se consolidou no jornalismo impresso brasileiro apenas na década de 1950, após o fim da Segunda Guerra, quando “com a modernização das técnicas e dos processos jornalísticos, é que se destacam equipes especializadas nesta cobertura” (AGUIAR, 2008, p. 5). Na década anterior, foi o radiojornalismo que se sobressaiu na cobertura de fatos estrangeiros, sobretudo pelo sucesso do programa *Repórter Esso*, que era produzido pelo patrocinador, uma multinacional, com base nos despachos de agências internacionais.

Já a televisão demorou ainda mais a ter uma cobertura efetiva dos assuntos internacionais, pela dificuldade no transporte das imagens. Na década de 1970, o modelo de “rede” adotado pela *TV Globo*, primeiramente por meio do *Jornal Nacional*, concentrou a produção das notícias do exterior no eixo Rio – São Paulo (NATALI, 2004). Concentração esta que se observa até hoje, e não apenas pelos telejornais. São os jornais, revistas ou agências dessas duas grandes cidades que realizam basicamente todo o trabalho de produção da cobertura internacional, por meio de correspondentes, enviados ou outras formas de cobertura. Os veículos do restante do país, basicamente, reproduzem o conteúdo de agências, dos noticiários oriundos do eixo Rio – São Paulo ou, mais atualmente, de agências de notícias públicas que fornecem conteúdos gratuitamente³⁰.

O período áureo do jornalismo internacional brasileiro foi durante a Ditadura Militar, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980: pela imprensa não poder retratar com liberdade todos os assuntos internos, sobretudo os de ordem política, dedicava-se então espaço para se falar sobre o que acontecia no mundo. Em geral, a editoria de Internacional era uma das que menos recebia pressão por parte da censura (NATALI, 2004; PERES, 2005).

Deste modo, a Guerra do Vietnã teve uma particularidade por aqui: os jornalistas sabiam que se posicionar contra ou a favor da guerra era uma forma de se posicionar politicamente em relação ao regime militar no Brasil – algumas vezes, artigos contrários à guerra eram censurados devido a este motivo especificamente (PERES, 2005, p. 28).

Foi neste período que um dos mais famosos jornalistas brasileiros foi enviado especial pela revista *Realidade* para cobrir a Guerra do Vietnã: José Hamilton Ribeiro. Em busca de uma fotografia emblemática para a reportagem, acabou sendo ele próprio personagem, quando perdeu uma perna ao pisar em uma mina e teve o momento registrado pelo fotógrafo japonês Keishaburo Shimamoto, que trabalhava com ele (PERES, 2005).

Outros jornalistas de renome no país se tornaram correspondentes internacionais nesta época, ou por terem sido exilados, ou porque, limitados pela censura, preferiam ir

³⁰ Especialmente a *Agência Brasil*, controlada pela *Empresa Brasil de Comunicação (EBC)*.

ao exterior e produzir textos mais opinativos e analíticos. Deste momento, podemos citar nomes como os de Paulo Francis, Cláudio Abramo, Clóvis Rossi, Reali Júnior, entre outros. Nomes como estes marcaram a consolidação da correspondência internacional brasileira e também um perfil muito específico de profissional: eram jornalistas já experientes na cobertura nacional, com uma formação ampla, alguns intelectuais reconhecidos, com um vasto repertório cultural. Os textos deles, muitos publicados em coletâneas e em relatos biográficos, eram bem mais do que apresentação de fatos, carregavam o comentário e certo lirismo ainda presente no jornalismo brasileiro da época.

3.4. O perfil dos correspondentes internacionais e a redução de vagas

A partir de um levantamento demográfico feito por Stephen Hess em 1992, Silva (2011) traça qual seria o perfil mais comum entre os correspondentes brasileiros, uma vez que não há nenhum estudo conhecido que faça isso especialmente com jornalistas de nosso país. Alguns traços deste perfil são facilmente reconhecidos: as mulheres eram em geral mais jovens (pois grande parte seria *freelancer*) e minoria, enquanto os homens seriam mais experientes quando elevados ao cargo de correspondente.

Entre os jornalistas, que do ponto de vista social já caracterizam uma fatia da elite em nosso país, os correspondentes seriam a “elite da elite” (SILVA, 2011, p. 54), por estudarem em geral em colégios melhores que os demais, pertencerem a famílias de classe média alta, dominarem fluentemente ao menos uma língua estrangeira, além de terem tido a experiência de morar em outro país quando crianças ou jovens.

Estudos desenvolvidos nos Estados Unidos entre as décadas de 1950 e 1990, citados por Rocha (2013), também indicavam que o correspondente típico neste período era um homem branco, bem educado, com idades de 30 a 40 anos e que teria um número considerável de anos de experiência na profissão.

Essa posição de “elite” ou de “topo” da carreira de repórter viria acompanhada ainda de salários mais altos que dos demais colegas, uma autonomia profissional superior e um estilo de vida frequentemente associado a pessoas famosas, autoridades e de relativo prestígio social.

É verdade que essa descrição, embora possa ser relativamente fiel à realidade, é ilusória, porque todas essas vantagens são provisórias (se existem, só existem enquanto o beneficiário exerce suas funções) e porque elas não constituem mais do que meras aparências. Mesmo assim, elas são o fulcro do fascínio que a correspondência internacional exerce sobre muitas pessoas e do prestígio que se costuma associar a ela (SILVA, 2011, p. 54).

Mas esse perfil mais tradicional de correspondente, caracterizado como uma espécie de “tipo ideal”, apresenta no presente estudo indicativos de mudança: observamos que a figura do correspondente internacional, glorificada entre as décadas de 1970 e 1980 como o topo da carreira de repórter, está ameaçada. O profissional experiente, letrado, imerso a diferentes culturas e capaz de análises conjunturais está dando lugar a jovens correspondentes motivados por boas experiências profissionais, mas submersos em um cenário de precarização da atividade (estrutura e remuneração, por exemplo).

Em estudo realizado com correspondentes brasileiros na Europa, Rocha (2013) identificou que a "nova geração" parece estar dominando o campo de correspondência, considerando que os repórteres mais novos estão disponíveis para trabalhar mais horas do que os repórteres seniores e têm um melhor conhecimento sobre as tecnologias. Além disso, esta nova geração de correspondentes brasileiros poderia ter mais desenvoltura em termos de línguas estrangeiras do que os colegas antecessores. Os correspondentes brasileiros também representam o jornalista brasileiro típico: uma pessoa branca e de classe média, altamente educada, satisfeita com a posição profissional e não muito envolvidos com os sindicatos de jornalismo (ROCHA, 2013). Dos 10 jornalistas brasileiros ouvidos na pesquisa, um tinha apenas a graduação, um pós-graduação, seis eram mestres e dois tinham doutorado. Em relação à carreira, o estudo ainda identificou que os correspondentes brasileiros não tinham nenhuma formação específica para a área e que o acesso ao cargo foi uma junção de oportunidade, com contatos profissionais anteriores, qualidade do trabalho que desenvolvia no Brasil, mais o domínio de uma língua estrangeira (ROCHA, 2013).

Do ponto de vista da cobertura, cada vez menos se exige do correspondente atualmente textos opinativos, eles exercem bem mais a função de repórter, na apuração e relato dos fatos (NATALI, 2004). Além disso, alguns autores sugerem uma

redefinição do que seria o trabalho de correspondência, por modelos que podem substituir a figura do profissional instalado em outra região (HAMILTON; JENNER, 2004).

Entretanto, esta não é uma reflexão exclusiva do jornalismo brasileiro, apesar das particularidades que encontramos por aqui. Em 2012, Cristina Archetti publicou os resultados de um estudo sobre o futuro dos correspondentes internacionais a partir da realidade de jornalistas que trabalhavam em Londres, traçando o perfil, a identidade e as rotinas dos profissionais e comparando a uma pesquisa realizada 30 anos antes.

A problemática apresentada é comum ao jornalismo do novo século, independente da região. A autora destaca questões como o advento da internet que, para ela, dificilmente poderia ser vista como uma “bênção” para o jornalismo. O fato de qualquer pessoa poder emitir um “relatório” de fatos e disponibilizá-lo pela web seria um dos maiores desafios para o jornalismo contemporâneo. A velocidade crescente do ciclo de notícias, combinada com uma concorrência comercial mais feroz, estaria reduzindo a qualidade do jornalismo praticado e, pior ainda, a “reciclagem” de materiais online estaria substituindo a informação em primeira mão (ARCHETTI, 2012). A autora ainda comenta que a disponibilidade das notícias online levou tanto audiências como anunciantes para o ciberespaço, desencadeando uma crise da indústria de jornal que, especialmente nos Estados Unidos, está se voltando para a cobertura local como última fonte de lucro.

Diante de todo este cenário está o correspondente internacional. O estudo de Archetti (2012) partiu então para investigar a identidade e as rotinas de correspondentes estrangeiros em Londres. O objetivo foi analisar quais as mudanças, se houve, após o advento da Internet e o “encolhimento” do mundo, fato quase sempre associado à globalização. Foram ouvidos 25 jornalistas, entre eles três brasileiros. Três décadas antes, a média de idade dos correspondentes que atuavam na capital britânica passava dos 40 anos, sendo que mais de 80% tinham mais de 18 anos de experiência profissional. Em 2012, pelo que identificou a pesquisa, apesar de casos pontuais, era a geração mais jovem que tinha dominado a correspondência internacional também no contexto de Londres.

Mais um fator identificado foi a diminuição do número de correspondentes por organização, o que estaria relacionada aos avanços nas tecnologias de comunicação.

Outra mudança é o fato de que, atualmente, é possível para o correspondente trabalhar absolutamente sozinho por meio de um *laptop* e outros equipamentos portáteis, usando a própria casa como escritório. O estudo também sugere que, onde ocorreu redução de jornalistas estrangeiros havia relação com problemas financeiros que afetaram a indústria de jornais (ARCHETTI, 2012).

Outros estudos (HAMILTON; JENNER, 2004; HAMILTON, 2009; LEWIS, 2010) também apontam para uma redução do número de correspondentes internacionais nas mídias dos Estados Unidos. E a justificativa é recorrente: corte de custos. As notícias do exterior têm um alto custo de produção e, no geral, são as que menos vendem. “Os gatekeepers das notícias nacionais recusavam uma pauta internacional depois da outra porque ‘notícias internacionais não vendem’. (A resposta óbvia para tanto – Não vai vender, até que você ‘venda’ – raramente foi dita.) Era um círculo vicioso” (FENTON, 2005 apud LEWIS, 2010, p. 121)³¹.

A situação financeira também vem sendo apontada como o principal motivo para a redução no número de jornalistas brasileiros no exterior, o que pode ter sido ainda facilitado pelas tecnologias digitais. São poucos os estudos que tratam dessa realidade no Brasil, mas as duas principais obras são editadas por jornalistas que vivenciaram esse período de cortes na prática: um é João Batista Natali (2004), que foi editor de internacional da *Folha de S. Paulo*; e o segundo é Carlos Eduardo Lins da Silva (2011) que foi por duas vezes correspondente nos Estados Unidos pelo mesmo jornal. Especialmente nestes dois trabalhos, é possível reconhecer que houve uma redução no número de correspondentes internacionais brasileiros a partir da década de 1990, momento de forte crise nas organizações de mídia devido, entre outros motivos, às mudanças de moeda e aos altos investimentos nas tecnologias do cabo e nas novas plataformas tecnológicas, que estavam surgindo naquele momento.

A década de 1990 traz ainda outras importantes particularidades para o caso brasileiro. A redemocratização e a primeira eleição direta para presidente, seguida pelo impeachment dele, fez com que o noticiário retornasse fortemente para o cenário interno, com a imprensa agora livre da censura. No âmbito internacional, o momento

³¹ “The gatekeepers of national news turned down one foreign story after another because “foreign news doesn’t sell.” (To which the obvious answer, It won’t sell until you “sell” it, was rarely heeded.) It was a vicious circle” (FENTON, 2005 apud LEWIS, 2010, p. 121). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

também era de mudança: a queda do Muro de Berlim, em 1989, marcou o fim da Guerra Fria. Nos anos seguintes, eclodiu a Guerra do Golfo e o contexto de tensão se voltou para o Oriente Médio. Do ponto de vista do mercado de mídia, surgiu o fenômeno CNN, fundando o formato de notícias 24 horas ao vivo, de todo o mundo. Somou-se a isso a abertura da internet para o mercado comercial e a entrada dos veículos de comunicação nesta plataforma. Para compreensão, assim, da atualidade do jornalismo internacional, consideramos ser importante observar, a seguir, dois aspectos: 1) a distribuição dos correspondentes internacionais brasileiros, ao longo das últimas décadas; 2) e o perfil desses profissionais hoje.

3.5. Brasil: como estão distribuídos os correspondentes internacionais

Como vimos, o jornalismo internacional está diante de desafios impostos à prática do profissional, que vão da introdução de novas tecnologias, a crises econômicas dos grupos empresariais e transformações no enfoque de cobertura da pauta internacional. Um dos caminhos para análise desse fenômeno é a verificação da quantidade e da distribuição dos correspondentes brasileiros no exterior. Os veículos nacionais estão investindo na cobertura internacional? E quais são as regiões de maior interesse, permanecem sendo os centros hegemônicos?

Na década de 1950, o material das agências correspondia a aproximadamente 90% do noticiário internacional publicado em jornais brasileiros. Desde então, a proporção vem diminuindo, mas ainda é bem alta. Pesquisa realizada nos anos 1970 analisou o noticiário internacional de *O Estado de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil* durante uma semana.

O Estado teve 55,8% da editoria preenchida com material das chamadas “grandes agências” – Agence France Press (AFP), United Press International (UPI), Associated Press (AP), Reuters, a italiana ANSA, a alemã DPA e a espanhola EFE. Reproduções de jornais estrangeiros, como *The New York Times* e *Washington Star*, somavam 9,4%; 4,8% de outras fontes externas e apenas 30% dos textos publicados era de seus correspondentes internacionais. No JB, 42,5% da editoria era ocupada com reportagens e entrevistas dos correspondentes, enquanto os mais de 50% restantes eram alimentados com despachos de agências (CASTRO, 2006, p. 53).

Castro (2006), em meados dos anos 2000, realizou o mesmo levantamento durante uma semana em dois jornais cariocas – *O Globo* e *Jornal do Brasil* – e dois paulistas – *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. A conclusão apontou que os noticiários de agências estrangeiras ainda ocupavam mais de 50% da editoria de internacional nesses veículos.

Esse volume tem a ver com a forma como os veículos nacionais têm acesso às informações do exterior, se por profissionais próprios ou não. “Até a década de 70, quase todos os correspondentes fixos que se reportavam ao Brasil eram jornalistas estrangeiros. Eles garantiam o envio do noticiário internacional, com uma perspectiva voltada às questões brasileiras, mas não com um olhar nacional” (PUFF, 2005, p. 68). A década de 1970 é considerada a fase de ouro do jornalismo internacional brasileiro. Em meio à ditadura militar, quando pouco se podia noticiar sobre o que acontecia no país, as informações de outras regiões ganhavam ainda mais destaque. Além disso, foi o período em que o país mais manteve correspondentes no exterior, que tinham mais do que a missão de reportar os fatos, mas, sobretudo, de atuar como comentaristas, estabelecendo análises conjecturais. Destacam-se nesse período a figura de grandes jornalistas, como Paulo Francis, Reali Júnior, Cláudio Abramo, entre outros. “Há cerca de 25 anos o Estado de S. Paulo possuía dez correspondentes permanentes. A Folha de S. Paulo possuía sete, enquanto o Jornal do Brasil e O Globo andavam com equipes em número equivalente” (NATALI, 2004, p. 56).

Na década de 1990, entretanto, a crise financeira dos grupos de comunicação brasileiros resultou numa redução de despesas – e manter profissionais expatriados deixou de ser uma prioridade. Além disso, o período corresponde ao de ascensão das tecnologias da comunicação, que, em certa medida, permitem ter acesso mesmo das redações, com rapidez, às notícias de diferentes partes do mundo. “Se há trinta anos, empresas mantiveram até suntuosas sucursais em capitais como Paris e Londres, hoje, o número de profissionais, atuando em pequenos escritórios, foi bastante reduzido” (CASTRO, 2006, p. 62). Em 2006, a autora afirma que a *Folha de S. Paulo*, por exemplo, contava com um único correspondente fixo, em Washington, e passou a adotar o modelo de “bolsistas” – jovens repórteres ou redatores que passam um período de nove meses no exterior, em sistema de rodízio – então alocados em Nova Iorque,

Londres e Buenos Aires. Naquele momento, a maior equipe de correspondentes era do jornal *O Globo*, com seis profissionais (Buenos Aires, Nova York, Washington, Paris, Londres e Pequim) (CASTRO, 2006).

A partir de dados levantados em nossa pesquisa de doutoramento³², verificamos que a *Folha de S. Paulo* continua com o formato de “bolsistas” associado ao de correspondente sênior. Em dezembro de 2013, o jornal contava com oito colaboradores distribuídos entre Estados Unidos, Inglaterra, Espanha, China, Argentina, Israel e Irã. Em *O Globo* eram dez, abrangendo Japão, França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Espanha e Israel, entre correspondentes e colaboradores fixos. *O Estado de S. Paulo*, que por muito tempo comportou a maior cobertura internacional (NATALI, 2004) contava com quatro profissionais distribuídos entre Estados Unidos, França e Suíça, mas pela *Agência Estado* (do mesmo grupo) havia mais três profissionais, alocados na Argentina, Inglaterra e também Estados Unidos.

Cabe aqui uma observação: as três principais agências de notícia brasileiras estão vinculadas a esses três jornais – *Agência Estado*, *Agência Globo* e *Folhapress*. O sistema de trabalho é cooperado, ou seja, o material produzido por esses correspondentes é compartilhado por todas as empresas do grupo, entre impresso, internet, agências e rádios, quando é o caso. Já a *Agência Carta Maior*, publicação online lançada após a primeira edição do Fórum Social Mundial, em 2001, dispõe de colaboradores na Inglaterra, França, Alemanha, Espanha, Egito e México.

Os jornais impressos, em conjunto com as emissoras de televisão (Gráfico 1), continuam sendo os que mais enviam jornalistas brasileiros para o exterior, acompanhados pelas empresas de televisão. Além dos três diários já citados, *Valor Econômico* (gestão compartilhada entre *Editores Globo* e *Folha de S. Paulo*) também possui um colaborador na Argentina e na Suíça, e o *Brasil de Fato* (jornal semanal

³² Como apresentado no primeiro capítulo da tese, não foi encontrada pela autora desta pesquisa nenhuma compilação ou organização que registre o total de correspondentes brasileiros no exterior. Foram contatadas entidades como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e a Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT). Os dados foram levantados pela primeira vez em dezembro de 2011, atualizados em julho de 2012 e a última versão, apresentada nesta tese, é de **dezembro de 2013**. O processo se deu a partir de dados coletados no mailing list do Portal Comunique-se (www.comunique-se.com.br), confrontados com dados coletados junto às seguintes empresas brasileiras de comunicação, por meio de contato com seus profissionais e/ou informações disponibilizadas em seus sites: Agência Estado, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Valor Econômico, Brasil de Fato, Veja, Carta Capital, Rádio Jovem Pan, Rádio Bandnews, Agência Carta Maior, RedeTV!, TV Bandeirantes, TV Globo, Globonews, TV Record, SBT e EBC.

lançado em 2003) mantém correspondentes na Venezuela, na Itália e no Oriente Médio. Entre as revistas semanais o quadro atual é bem mais “magro”. A *Veja* que chegou a ter cinco correspondentes internacionais, hoje só conta com um, em Paris. Além da publicação da *Editora Abril*, a *Carta Capital* tem dois colaboradores (França e Inglaterra).

No caso das rádios brasileiras, foram poucas as experiências na adoção de correspondentes internacionais. O caso emblemático, e inicial, é a do programa *Repórter Esso*, que exerceu uma grande importância principalmente na cobertura da Segunda Guerra Mundial. Mas a produção ficava a cargo do departamento de marketing da patrocinadora do programa.

Natali (2004) relata que a primeira transmissão por correspondente realizado por uma rádio brasileira foi pela *Jovem Pan*, na década de 1970, com a colaboração do jornalista Reali Jr. Em 2013, a *Jovem Pan* continuava com um colaborador nos Estados Unidos e a *Bandnews* com um em Paris. As emissoras de rádio que pertencem a outros grupos de comunicação, como é o caso da *Rádio Eldorado (Grupo Estado)* e a *CBN (Grupo Globo)* adotam participações de correspondentes dos veículos da mesma empresa.

As televisões, principalmente por conta da concorrência, passaram a investir ainda mais, a partir de meados da primeira década do século XX, em novos territórios de cobertura, inclusive em regiões tidas, antes, como periféricas. A primeira a ter um escritório fora do país foi a *TV Globo*, em 1973, em Nova York. No início de 2009, a *TV Globo* colocou correspondentes no Japão, na África do Sul e em Portugal, motivada pela concorrência da *TV Record*, que já possuía profissionais nesses locais. No caso da África do Sul havia outra motivação: a Copa do Mundo de 2010. Mas, encerrado o campeonato, o correspondente já não se encontrava mais no país. No final de 2013, a maior emissora do país permanecia com escritórios na Inglaterra e nos Estados Unidos, além de profissionais situados na Argentina, Itália, Portugal, Japão e França. Já a *Globonews*, que no início dos anos 2000 chegou a contar com uma rede maior de correspondentes, no momento desta pesquisa dispunha de colaboradores somente na Alemanha, Argentina, Estados Unidos e Inglaterra.

A principal concorrência vem da *TV Record*, que desde 2008 tem investido no jornalismo, inclusive o internacional. De acordo com o presente levantamento, a

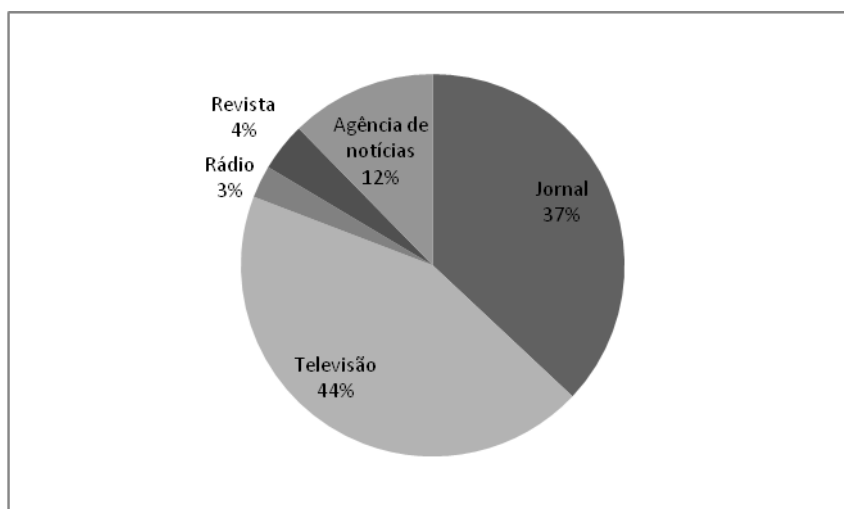
emissora tem correspondentes nos Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Israel e Portugal. Com menos tradição no jornalismo, a *TV Bandeirantes* (Estados Unidos e França), o *SBT* (Argentina, Itália, Inglaterra e Estados Unidos) e a *Rede TV!* (Estados Unidos, França e Itália) também trabalham com jornalistas fora do país.

Por fim, a *TV Brasil*, sistema público que integra a *Empresa Brasil de Comunicação (EBC)*, mantém um correspondente fixo na Argentina e outro na Colômbia que, além da televisão, colaboram para a Rádio e a Agência que integram o mesmo sistema. Em 2012, a *EBC* apresentou no plano de trabalho o propósito de ampliar o quadro de correspondentes no exterior, a depender do orçamento da empresa. A iniciativa começou com a contratação de um jornalista para Moçambique³³, que ficou cerca de um ano por lá. A primeira base da *EBC* na África havia sido em Angola, em 2008, mas a mudança de país se deveu à necessidade de redução de custos, segundo comunicado divulgado pela organização³⁴.

O Gráfico 1 ilustra a distribuição dos correspondentes internacionais brasileiros por tipo de veículo, mapeamento realizado pela autora na Fase 1 da pesquisa.

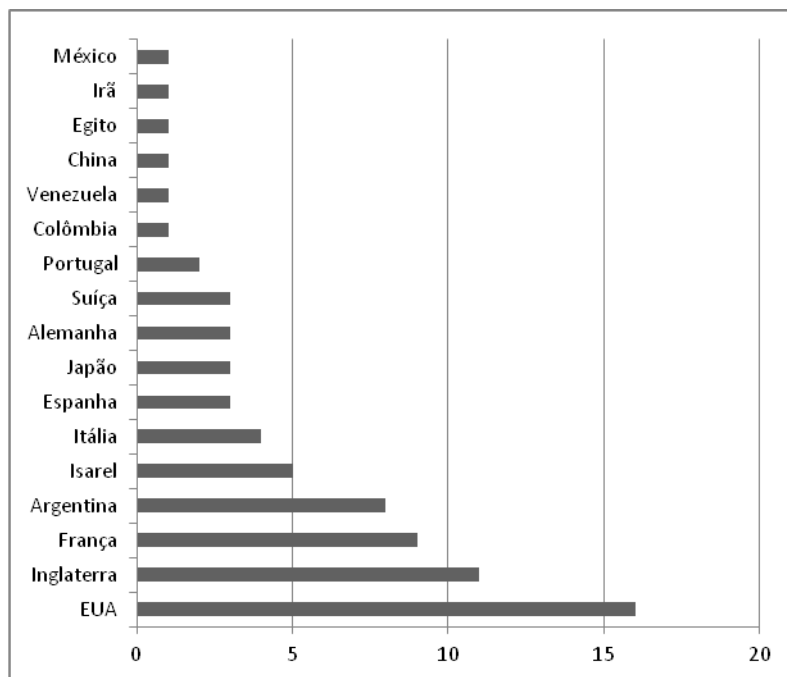
³³ A contratação de um correspondente para estar baseado em Moçambique gerou polêmica e foi alvo de reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia 23 de fevereiro em 2012. A controvérsia se deu pelo fato da *EBC* não ter enviado nenhum dos seus 192 jornalistas do seu quadro de funcionários e o contrato não ter passado por licitação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/27275-tv-do-governo-quer-ter-jornalistas-em-todos-os-continentes.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2014.

³⁴ Nota de esclarecimento publicada pela *EBC* no dia 23 de fevereiro de 2012, em resposta à reportagem publicada no mesmo dia pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sobre a contratação de um jornalista para atuar em Moçambique. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/sala-de-imprensa/2012/02/nota-de-esclarecimento-da-ebc>. Acesso em: 27 mar. 2014.

Gráfico 1: Correspondentes Brasileiros no Exterior (por tipo de veículo)

Fonte: elaboração da autora. Dezembro de 2013.
(Fase 1 – mapeamento da distribuição dos correspondentes brasileiros)

Do ponto de vista de distribuição geográfica, está evidente que Estados Unidos, França e Inglaterra, os centros hegemônicos da economia e da política internacional, ainda concentram o maior número de jornalistas atuando pelas empresas brasileiras. A vizinha Argentina aparece como a principal zona de cobertura por parte dos veículos nacionais na América Latina. Israel também permanece no centro da cobertura quando o assunto é Oriente Médio, com uma experiência pioneira da *Folha de S. Paulo* no Irã a partir de 2011. O mesmo jornal é o único a manter um colaborador na China, apesar de experiências anteriores também de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. O *Brasil de Fato* responde pelo único jornalista brasileiro fixo na Venezuela e a *Agência Carta Maior* é responsável pelas experiências no Egito e no México.

Gráfico 2: Correspondentes Brasileiros no Exterior (por país)

Fonte: elaboração da autora. Dezembro de 2013.

(Fase 1 – mapeamento da distribuição dos correspondentes brasileiros)

Vale destacar novamente que este quadro de distribuição dos jornalistas no exterior por parte das empresas brasileiras é bastante dinâmico. Ao longo dos três anos de desenvolvimento desta pesquisa, percebemos uma oscilação. Portanto, estes dados são datados, de dezembro de 2013, mas há uma estabilidade entre as principais nações. Em conversas exploratórias com os editores de internacional da *Folha de S. Paulo*, de *O Globo* e da *TV Record*, reconhecemos que a decisão para o envio de correspondentes ainda está vinculada aos grandes centros políticos e econômicos, além de uma análise da viabilidade financeira. Além disso, como muitos dos veículos trabalham com colaboradores, e não funcionários contratados nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por vezes o que determina a instalação das bases é a disponibilidade do repórter que vive ou se muda por motivos pessoais para estas regiões, como veremos no decorrer das análises dos demais dados pesquisados. Ressaltamos ainda que este levantamento se refere a jornalistas brasileiros contratados ou *stringers* que colaboram com veículos nacionais, dada a impossibilidade de mapear o número total de jornalistas brasileiros no exterior atuando na imprensa internacional ou sem vínculo, como *freelancers* eventuais.

3.6. Transformações e desafios para o correspondente internacional

O profissional correspondente tem enfrentado nesse início de século os desafios de se adaptar a um novo cenário tecnológico, comercial (modelos de negócios das empresas de mídia) e até mesmo editorial, com alterações nos enfoques das regiões de cobertura na conjuntura internacional. Do ponto de vista tecnológico, Silva (2011) destaca que hoje é possível fazer o trabalho jornalístico, em qualquer lugar do mundo, com um *smartphone*, um carregador de bateria e um cartão de crédito. “Com o tempo, além de diminuir a quantidade e o peso do que se achava recomendável levar para uma missão jornalística, também mudou essencialmente a prioridade desse equipamento: do que é necessário para coletar informação para o que é preciso para transmiti-la” (SILVA, 2011, p. 59).

Para o autor, as tecnologias do final do século XX ajudaram bastante o trabalho do correspondente, que precisou ir se adaptando e adaptando a rotina de produção às novas possibilidades que surgiram. O desenvolvimento das tecnologias acompanhou toda a história dos correspondentes internacionais, das cartas que atravessavam os continentes em navios aos canais de notícias 24 horas e a internet, que permitem ao profissional hoje saber o que está acontecendo em toda parte.

John Maxwell Hamilton reflete em seu livro sobre os correspondentes internacionais: “A tecnologia poupa tempo na transmissão, mas o devora de outras maneiras”. A exigência passou a ser por matérias “ao vivo”, imediatas. Diminuiu a possibilidade de tempo para pesquisar informações, procurar fontes diversas, confrontar opiniões, pensar. É óbvio que a pressa é inimiga da profundidade. O imediatismo que se exige do jornalista nessa segunda década do século XXI, inclusive do correspondente, pode ser um dos grandes problemas para o futuro de credibilidade (SILVA, 2011, p. 66).

A introdução das tecnologias digitais está influenciando na transformação das rotinas dos jornalistas, de um modo geral, com reflexos diretos na realidade dos correspondentes internacionais. A atividade, que sempre esteve associada ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação, tem na internet uma aliada, ao aproximar o profissional da redação, dos colegas de trabalho e das fontes, mas também desafia ao mantê-lo conectado por longas jornadas, estimulado a produzir conteúdos para múltiplas plataformas.

Em relação à infraestrutura, os correspondentes brasileiros trabalham em casa ou, no máximo, em “escritórios modestos” (SILVA, 2011, p. 57). O autor relata que a Rede Globo ainda conta com escritórios em Nova York e Londres, a Editora Abril e outras redes de televisão também tiveram algo parecido. Ele, como correspondente, desfrutou do privilégio de um escritório em Washington, pela *Folha de S. Paulo*, nos anos 1990, quando o periódico investiu fortemente no noticiário internacional, passando a editá-lo num caderno diário a parte, produzido por uma rede de quase 30 jornalistas entre correspondentes seniores, juniores, bolsistas e *stringers*³⁵. Teve ainda o caso do jornalista Paulo Sotero, que conseguiu um espaço para trabalhar dentro da sucursal do jornal inglês *Financial Times*, em Washington, primeiro pela *Gazeta Mercantil* e depois por *O Estado de S. Paulo* (SILVA, 2011).

Nas rotinas de produção, o correspondente acaba trabalhando muito tempo sozinho e exercendo as funções de toda uma redação, o que contradiz a figura idealizada e glamourizada da atividade. “[...] temos que ser o produtor, o telefonista, o contínuo. Isso é um pouco angustiante, porque se chega numa cidade desconhecida com um caderninho em branco. É como ser ‘foca’ de novo” (UTZERI, 1989, p. 146).

Para transmitir o material que produzia para os veículos nos quais trabalhou, alguns avanços tecnológicos foram fundamentais, como o telex, no final dos anos 1970, e o fax uma década depois. Ainda assim, como relata Silva (2011), esses serviços que dependiam de um sistema de telefonia eficiente, como a própria ligação internacional (sinal de voz), eram instáveis no Brasil, devido à precariedade dos serviços naquele momento.

Até meados dos anos 1990, o correspondente era “os olhos e os ouvidos” do veículo naquela região. Pautava-se muitas vezes pela imprensa do país onde estava e conduzia o trabalho com bastante autonomia. Alguns fazem a comparação com o papel do embaixador de um país em outra nação (SILVA, 2011). A metáfora do diplomata encaixa-se muito bem, ainda nos dias de hoje. Como afirmou o pesquisador Eiiti Sato³⁶, o diplomata há bem pouco tempo atrás atuava com relativa autonomia, uma vez que ele era o representante do próprio país naquele lugar. Até que uma negociação chegasse ao

³⁵ Os *stringers* são colaboradores fixos do veículo, mas sem um contrato formal de trabalho, que residem na região de cobertura..

³⁶ Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, em banca de qualificação desta pesquisa, em Brasília, no dia 5 de julho de 2012.

conhecimento do Presidente da República, alguma decisão já deveria ter sido tomada. Hoje não, ele é um profissional bem mais “amarrado” à gestão do país dele. Por conta da rapidez e facilidades trazidas pelas tecnologias da comunicação, em alguns momentos o embaixador pode vir a ser o último a saber, depois de um contato por telefone, por exemplo, entre os líderes das nações envolvidas.

Com o correspondente também aconteceu algo parecido: o surgimento dos canais de televisão conhecidos como *all news* (24 horas de notícias no ar) e a expansão da internet comercial na segunda metade da década de 1990 permitiram que as redações dos veículos no Brasil tivessem um maior conhecimento sobre os acontecimentos no mundo, reduzindo a autonomia dos correspondentes (SILVA, 2011; ROCHA, 2013).

Silva (2011) relata que o primeiro *laptop* que recebeu da *Folha de S. Paulo* foi em 1987 e precisou de adaptar com dificuldade – e alguma ajuda – ao novo equipamento. Já o jornalista argentino Aldo Gamboa, da *Agência France Press*, que atuou por anos no Brasil, conta³⁷ que a primeira cobertura que realizou com um computador portátil foi a Copa do Mundo de 1994, nos Estados Unidos, mas ainda para se ter acesso à internet e transmitir o material era necessário ir até redações de veículos locais, sem os recursos da telecomunicação móvel.

O telefone, durante boa parte do século XX, funcionou como extremo recurso de comunicação quando todas as alternativas melhores falhavam. E agora se tornou um minicomputador que se conecta com a rede sem fio e permite a transmissão de relatos e imagens instantaneamente do próprio local onde os fatos ocorrem. Um instrumento tão completo com que nem os pioneiros da correspondência internacional poderiam sonhar (SILVA, 2011, p. 62).

Para Natali (2004), a principal contribuição trazida pela internet foi o fato do redator poder sair da posição passiva, ou seja, de só receber material das agências de notícias, para uma posição mais ativa na busca por informações. Na visão do autor, os informes das agências internacionais são pasteurizados, iguais para todos os veículos: a internet permite hoje colocar a “cereja do bolo”, com o redator, mesmo da redação, coletando dados que possa complementar e fazer algum diferencial. Antes da internet, isso seria inviável ou muito demorado e caro.

³⁷ Em entrevista concedida à autora da pesquisa, para este trabalho, na fase de pré-teste, no dia 8 de junho de 2011, em Brasília (MOURA; AGNEZ, 2012).

Esse é o cenário de crescimento da chamada RAC – Reportagem com Ajuda de Computador, quando se combina os despachos de agências e outros órgãos de imprensa a informações obtidas pela internet, com informações acessadas diretamente da fonte, como, por exemplo, o texto integral de uma lei, um relatório ou um balanço financeiro, a íntegra de uma pesquisa, a declaração de uma autoridade em uma rede social, entre outros. Um trabalho que, se bem elaborado, pode render reportagens de qualidade. Ainda assim, isso não substitui a rede de correspondentes internacional, na opinião de Natali (2004).

As novidades tecnológicas têm gerado, ainda, mudanças nos hábitos de consumo de informação, com migrações dos usuários, especialmente os mais jovens, para plataformas digitais e a busca por maior participação e interatividade nos processos de produção da notícia (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011). O novo cidadão, munido com tecnologias digitais, torna-se cada vez mais um potencial produtor de informação de qualquer lugar, a qualquer momento. Este fato não apenas supõe uma concorrência para a atividade do correspondente internacional, mas tem sugerido uma série de trabalhos de cooperação para a produção entre profissionais e amadores (DEUZE, 2008).

Em relação ao “jornalismo cidadão³⁸”, ele tem se mostrado uma alternativa à cobertura da imprensa convencional, profissional, especialmente em situações de conflito. Facilitado pelas mídias sociais, esse tipo de circulação de informações tem aproximado cidadãos de todo o mundo de fatos que ocorrem, quase que instantaneamente. No caso do jornalismo internacional, essa realidade pode se sobrepor à atividade do correspondente, especialmente pela redução de custos (ASH, 2010).

Na defesa deste formato, Lewis (2010) argumenta dois pontos centrais: o primeiro deles é o fato do cidadão, na condição de produtor de conteúdos, teria o domínio necessário do idioma e o entendimento do contexto local, até mesmo superior do que o de um jornalista enviado pontualmente para cobrir o fato; além disso, uma vez que as organizações de mídia estão em processo de fechar escritórios no exterior e

³⁸ Utilizamos neste trabalho a expressão “jornalismo cidadão” por ser mais frequentemente citada em trabalhos que tratam de mudanças sofridas pelo jornalismo contemporâneo (ADGHIRNI, 2013; MORETZSOHN, 2006) e de uma nova tipologia para definição das formas de correspondência internacional (HEMILTON, JENNER, 2004). Não se trata do sentido também atribuído a ‘jornalismo cidadão’ como o jornalismo voltado para a cidadania e temas humanitários, por vezes denominado “jornalismo cívico”. A expressão “jornalismo cidadão”, aqui, retoma o que Bowman e Willis (2003) definem como “participativo”: o ato de um cidadão ou grupo de cidadãos desempenhar um papel ativo no processo de coleta, elaboração, análise e divulgação de notícias e informações; quando qualquer cidadão, mesmo que não seja jornalista, é capaz de produzir e divulgar conteúdos informativos.

reduzindo o número de correspondentes, o “jornalismo cidadão” aparece como uma alternativa para que as pessoas saibam o que ocorre ao redor do mundo. Sobre questões relacionadas à ética e a veracidade das informações, sites como o *GlobalPost*³⁹, *The Huffington Post*⁴⁰ e *Citizenside*⁴¹ apresentam modelos de controle de publicação e esforços para se garantir altos padrões jornalísticos.

Em regiões de baixa liberdade de imprensa, o trabalho dos amadores tem se destacado. Desde as eleições presidenciais do Irã, em 2009, muito das informações que chegaram ao conhecimento do mundo ocidental e da grande imprensa foi produzida por cidadãos comuns e disponibilizadas pela internet (AGNEZ, 2009). Em algumas partes do mundo, internet e celulares desempenham um papel vital em informar o mundo sobre o que está acontecendo, compensando as restrições sobre os meios de comunicação (WILLIAMS, 2011).

Fatos recentes, sob este aspecto, marcaram a Primavera Árabe⁴². No assassinato do ditador líbio Muammar Kadafi, por exemplo, em outubro de 2011, as informações sobre a morte circularam mundialmente pelas redes sociais, produzidas por amadores anônimos, e ganharam maior visibilidade pela emissora árabe *Al Jazeera*. O fato foi observado até mesmo no trabalho de correspondentes brasileiros no exterior. O jornalista Andrei Netto, correspondente de *O Estado de S. Paulo* na França, teve acesso a um vídeo produzido por opositores do regime de Kadafi, no qual pessoas comemoravam ao lado do corpo do ditador e do filho dele, morto na mesma ocasião, e tal material foi elemento base para uma das reportagens dele sobre o episódio (AGNEZ, 2012).

Independente da colaboração ou concorrência do “jornalismo cidadão”, a depender do ponto de vista, o correspondente internacional tem características próprias na rotina de trabalho, que diferem dos colegas na redação e são fortemente impactadas pelas tecnologias de comunicação. Ele não participa de momentos cruciais da rotina diária de um jornal (seja em qualquer plataforma): pauta e fechamento, por exemplo. Não desfruta do contato diário com colegas, da troca de ideias, e nem do *feedback*

³⁹ <http://www.globalpost.com>. Acesso em: 12 nov. 2013.

⁴⁰ <http://www.huffingtonpost.com>. Acesso em: 12 nov. 2013.

⁴¹ <http://www.citizenside.com>. Acesso em: 12 nov. 2013.

⁴² Movimento político em diferentes países no mundo árabe, iniciado em 2010, que tem levado à deposição de governos ditatoriais, como aconteceu em países como Tunísia, Egito e Líbia.

imediatos dos superiores. Por conta do fuso-horário, está a frente ou atrás da dinâmica que acontece no país de origem e, por isso, quase sempre trabalha por longas jornadas.

No caso do jornalismo brasileiro, variáveis mais relacionadas às rotinas das empresas jornalísticas também são verificadas. Questões financeiras são apontadas como um dos principais motivos que motivam uma redução no quadro de jornalistas expatriados (NATALI, 2004; SILVA, 2011) e tem levado as empresas de mídia a buscarem outras formas de cobertura das notícias internacionais. O próprio fluxo produtivo, associado às tecnologias digitais, tem sido alterado, possibilitando (quando há o interesse) uma cobertura efetiva por parte do veículo, mesmo que os profissionais estejam na redação. Há ainda que se levar em consideração fatores relativos ao acesso aos locais de cobertura fora do país: liberdade para atuação da imprensa e infraestrutura, por exemplo, podem determinar o deslocamento ou manutenção desses profissionais.

Para Silva (2011), a ocupação profissional de correspondente internacional, glorificada entre os séculos XIX e XX, passa por uma profunda crise de identidade nesse início de século, assim como toda a atividade jornalística. A questão das transformações no modelo de negócio aparece como um problema estrutural básico, impondo uma redução de custos, por um lado, multiplicando a oferta de serviços e, por conseguinte, o trabalho dos jornalistas. “As novas tecnologias de comunicação, além disso, possibilitam acesso muito mais fácil e rápido aos fatos ocorridos no exterior do que nunca. A pressão para que as notícias internacionais sejam colhidas de modo virtual em nome da contenção de despesas torna-se enorme” (SILVA, 2011, p. 169). Menos correspondentes atuando diretamente na cobertura internacional pode acarretar uma perda de qualidade. Ainda se exige dos profissionais uma maior habilidade com as tecnologias, uma produção ainda mais ágil, com maior volume e, agora, visando diferentes canais, como os tradicionais texto, imagem, áudio e vídeo, e os mais atuais serviços de SMS (celular) ou comercializado para segmentos fora da mídia.

Além disso, com a volatilidade da web, informações de quase todo lugar circulam rapidamente pelo mundo. Mais do que isso, qualquer cidadão, munido de um celular ou um computador, torna-se um potencial produtor de informação de qualquer lugar, a qualquer momento. Há ainda de se considerar que as tecnologias da comunicação tiraram do jornalismo o monopólio quase exclusivo sobre a produção e

circulação das informações internacionais, forçando uma reavaliação do papel do correspondente estrangeiro (WILLIAMS, 2011).

O jornalista Timothy Ash, em artigo publicado no final de 2010 no *Observatório da Imprensa*, afirma que o correspondente internacional é uma espécie ameaçada. Ele aponta três características essenciais do trabalho dos correspondentes que deveriam ser preservadas: testemunhar (ver e acompanhar, de modo independente, eventos, pessoas e circunstâncias), decifrar (contextualizar e explicar os fatos) e interpretar (o que o fato representa, num quadro comparativo e histórico mais amplo). Sobre testemunhar, Ash destaca que há uma variedade muito grande de maneiras de fazer isso na atualidade, decorrente do desenvolvimento tecnológico (câmeras digitais, celular, *laptops*, internet móvel, etc.), entre os quais se destacam as testemunhas oculares e amadoras (não jornalistas), que relatam o que presenciaram por meio de blogs e redes sociais. Mas, na visão do autor, isso não substitui o que é exercido pelo correspondente.

Quanto à sucursal estrangeira enxugada de hoje, com um único correspondente multitarefa correndo como uma lebre maluca, tentando desesperadamente cumprir os prazos diferenciados para online e impresso, o problema é que o pobre jornalista tem pouquíssimo tempo para pesquisar a fundo qualquer matéria – nem dá para parar para pensar. [...] O perigo reside em fazer uma separação muito rígida entre o intérprete e a testemunha. Por mais que se tenha milhares de filmagens, blogs e transcrições online, nada se compara a estar lá (ASH, 2010).

Pode ser um exagero dizer que a correspondência estrangeira está em extinção, mas é evidente que a forma como os correspondentes estrangeiros reúnem, interpretam e transmitem notícias de e sobre lugares distantes vem passando por uma transformação. A tecnologia está conduzindo grande parte desta mudança e o impacto das novas mídias no jornalismo internacional pode ser visto como benéfico e prejudicial ao mesmo tempo (WILLIAMS, 2011). Elas permitem que os repórteres possam ter um acesso facilitado a fontes de notícias e a uma ampla gama de informações, enviar relatos e imagens mais rapidamente e de forma mais eficiente durante a reportagem de campo, bem como fornecer notícias instantâneas do que está acontecendo. No entanto, a nova tecnologia também leva a uma diminuição na capacidade e tempo que os repórteres têm de avaliar a veracidade e a qualidade das informações que recebem, por exemplo.

Ciente de que a opinião de muitos profissionais e pesquisadores apontam para a extinção do correspondente internacional, Silva (2011) defende outra posição: ainda existe um papel para este profissional. “Minha convicção é de que o correspondente é necessário agora, tanto ou mais do que foi no passado” (SILVA, 2011, p. 170). Assim, fontes e mediações de credibilidade, como os jornalistas, tornam-se ainda mais essenciais diante do alto volume de informações, quase sempre caóticas, que estão disponíveis na web. Para ele, nem o intelectual comentarista (capaz de análises de grande qualidade, relativas ao cenário internacional, agora disponíveis a grandes parcelas da população por meio de blogs e perfis em redes sociais), nem o chamado “jornalismo cidadão” (os testemunhos de cidadãos comuns que circulam em diversas plataformas de comunicação) substituem a atividade do correspondente internacional. Numa visão de futuro, Silva (2011) aposta no que Michael Schudson define como “reportagens subjuntivas”, “como um dos gêneros a que os profissionais dessa atividade deveriam se dedicar a fim de reconquistar o prestígio perdido ou prestes a ser perdido” (SILVA, 2011, p. 174). Trata-se de trabalhar com o futuro possível, com as tendências, com as análises de conjectura, mais do que com o fato ocorrido, como mero relato.

Comentando a obra de Silva (2011), Antônio Brasil (2011) considera o livro saudosista, abordando um tipo específico de correspondente internacional que poderia estar diante de uma extinção. Dessa maneira, aproveita a oportunidade para discutir um ressurgimento do jornalismo internacional.

O correspondente da era digital está mais próximo das novas tecnologias e de novos desafios. Está cada vez mais distante dos velhos modelos e das velhas capitais [...], mas buscando novas pautas, novos veículos de comunicação e novos públicos. O correspondente da era digital vive e sobrevive espalhado pelos "buracos" do mundo como freelancer e operando seu kit-correspondente virtual (BRASIL, 2011).

Brasil (2011) destaca o que considera ser outro mito saudosista do perfil dos jornalistas: o aventureiro e ousado, que não teria como único caminho os grandes veículos de prestígio. Para ele, o correspondente internacional tradicional está pagando pela crise financeira que atinge as empresas de comunicação. Além disso, critica a postura dos profissionais e veículos que encaravam a correspondência como um “prêmio”, mais uma questão de *status* do que de compromisso com o público.

[...] proliferam novas formas de fazer jornalismo internacional. E não só os jornalistas freelancers ou stringers trabalham de forma solitária para pequenas empresas, muitas vezes em condições precárias. Hoje, muitos leitores se cotizam e fazem doações para enviar seus blogueiros especializados ou "novos" correspondentes para cobrir os grandes eventos internacionais (BRASIL, 2011).

Na visão do autor, as diversas formas que sobressaem hoje para se cobrir as notícias do exterior não são excludentes, mas sim complementares, ou alternativas aos correspondentes tradicionais. “Sem dúvida, eles merecem continuar existindo e garantindo seus privilégios. Que não são poucos. Mas, cada vez mais, terão que enfrentar um novo mundo com mais competição e menos privilégios” (BRASIL, 2011).

Sobre as mudanças das práticas de trabalho na correspondência internacional, Archetti (2012) identificou que nem sempre trata-se de simples “corte” de profissionais no exterior. Correspondentes que atuavam em Londres, ouvidos na pesquisa, sugerem que os correspondentes fixos, tradicionais, estão sendo substituídos por *freelancers*. As organizações de mídia ainda mantém uma rede de correspondência mas, cada vez mais, tem se adotado outros modelos, como a de trabalhar com colaboradores. A região, entretanto, pode interferir neste aspecto. Como o próprio levantamento aponta, Londres, por exemplo, ainda parece ser uma região importante para o investimento em correspondentes fixos, mas a possibilidade de *freelancers* é crescente para regiões menores ou menos centrais. Ela observou que pode haver impacto disso na qualidade e enfoque de cobertura:

Uma correspondente dinamarquesa, por exemplo, explicou que, se você for freelancer ou pago por peça, você não tem interesse em pesquisar exaustivamente as matérias: “você tende a se concentrar em pautas rápidas para conseguir colocar algo no papel o mais rapidamente possível”. Tendo um salário mensal e sendo parte de um staff, neste caso, garante um jornalismo de maior qualidade e a oportunidade de seguir as pistas para pautas que demandam maior insight. Ela conta como seus editores estão cientes disso e revisaram os contratos dos correspondentes estrangeiros de modo a assegurar que eles supram um bom conteúdo (ARCHETTI, 2012, p. 850)⁴³.

⁴³ “A Danish correspondent, for example, explained that, if you are freelance and paid per piece, you do not have any incentive in thoroughly researching stories: “you tend to focus on quick news stories to get something in the paper as quickly as possible”. Having a monthly salary and being a staff reporter, in this respect, supports better quality journalism and the opportunity to follow leads for more insightful stories. She tells of how her editors are aware of this and have revised the contracts of foreign correspondents

Ao contrário da visão preliminar e subjacente na literatura sobre o jornalismo contemporâneo, de que os cortes financeiros estão acontecendo à custa do bom jornalismo e em detrimento do serviço ao público, que recebe relatórios apressados e superficiais, a pesquisa de Archetti (2012) também evidencia uma imagem muito mais dinâmica e flexível da correspondência estrangeira em um momento de crise econômica, sobretudo. Essa forma de praticar jornalismo é muito mais variada na natureza do que os estudos atuais levam a imaginar. Na verdade, a luta pela sobrevivência econômica em um ambiente extremamente competitivo, que está causando o encolhimento das equipes também está levando a uma maior dependência de jornalistas estrangeiros. Em alguns casos, eles são *freelancers*, que, mesmo pagos por reportagem, ainda tentam fazer o melhor com cada história, numa forma de zelar pelo próprio nome na profissão (ARCHETTI, 2012).

Ainda de acordo com a autora, a tendência atual mostra que os meios de comunicação estão em busca de diversificar a oferta de conteúdos para atrair uma audiência cada vez mais dispersa, sobretudo no ciberespaço, e algumas vezes até mesmo localizada em mais de um país. Por um lado, a demanda por um conteúdo mais leve pode estar relacionada ao interesse do próprio público. Esse conteúdo não é necessariamente “razo”, superficial. Não precisa ser. “De fato, se o papel de um correspondente é de ‘abrir os olhos’ e mentes do público, uma matéria sobre o que as pessoas do Reino Unido fazem durante o verão [...] não é uma contribuição para o mútuo entendimento entre os britânicos e os franceses?” (ARCHETTI, 2012, p. 854)⁴⁴.

Outros profissionais estariam buscando um jornalismo mais empreendedor e criativo, porque, em um mundo globalizado, há igualmente uma forte demanda por cobertura em profundidade de países estrangeiros. Este seria o caso, por exemplo, dos jornalistas *freelancers* ou de produção independente. Por fim, o que o estudo detecta é um consenso entre os correspondentes ouvidos de que já não é possível simplesmente “traduzir os fatos”. A contribuição do jornalista está na criatividade e potencial de

accordingly to ensure they supply good content” (ARCHETTI, 2012, p. 850). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

⁴⁴ “Indeed, if the role of a correspondent is “to open the eyes” and minds of audiences, is a piece about what people in the United Kingdom do during the summer [...] not a contribution to mutual understanding between British and French?” (ARCHETTI, 2012, p. 854). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

oferecer algo diferente daquilo que está disponível no ambiente online. “Este resultado parece mais, de um modo geral, com notícias internacionais, com insights mais variados e singulares, em diferentes plataformas” (ARCHETTI, 2012, p. 854)⁴⁵.

Trabalhando com o conceito de singularidade proposto por Genro Filho, Adghirni (2013) afirma ser o olhar do repórter a matéria prima do jornalismo, mediando a compreensão de fatos complexos e propondo uma interpretação dos sentidos dos acontecimentos. “É pelas narrativas dos correspondentes que o singular aflora” (ADGHIRNI, 2013, p. 38). Por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas realizadas com quatro correspondentes internacionais brasileiros, a autora afirma que que, na visão dos próprios correspondentes, eles estão fazendo um trabalho diferenciado das agências de notícias. O foco está em reportar mais do que o fato em si, eles querem ir além e “revelar as facetas do cotidiano daquela sociedade estrangeira onde estão imersos por tempo limitado às agendas de suas empresas matrizes. Os correspondentes buscam os valores-notícia que são raramente explícitos e têm que ser encontrados nas entrelinhas” (ADGHIRNI, 2013, p. 46).

Entretanto, na prática, os tempos atuais trouxeram um aumento no volume de trabalho para os jornalistas, estando a questão do “diferencial” possibilitada pelo profissional *in loco* muito mais no nível do discurso. É o que afirma a jornalista Claudia Trevisan (apud ADGHIRNI, 2013), correspondente de *O Estado de S. Paulo* na China, no momento da pesquisa, e logo depois transferida para os Estados Unidos.

Com a internet, há uma tensão permanente entre as notícias em tempo real e o trabalho que o jornalista fará para o jornal do dia seguinte. É impossível atender bem às duas demandas: alimentar o fluxo de notícias na internet e fazer boas reportagens para o jornal escrito. A menos que trabalhe em uma agência de notícias, acho que a prioridade do correspondente é o “diferencial”, para usar um jargão repetido, mas pouco aplicado em nossas redações (TREVISAN apud ADGHIRNI, 2013, p. 47).

Na percepção da repórter, sem uma receita disponível para grandes investimentos em reportagens, sobretudo no exterior, muitos jornais acabam publicando na versão impressa o mesmo que foi divulgado pela internet no dia anterior, sem nenhum novo valor agregado. “Acredito que a melhor saída é usar o material de

⁴⁵ “The result appears, overall, to be more foreign news, with more varied and unique insights, across more platforms” (ARCHETTI, 2012, p. 854). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

agências de notícias em portais e deixar o correspondente solto para produzir um material de qualidade para o dia seguinte” (TREVISAN apud ADGHIRNI, 2013, p. 47).

O correspondente em Teerã pela *Folha de S. Paulo*, Samy Adghirni (apud ADGHIRNI, 2013) destaca outro ângulo, o de que seria um equívoco a ideia de que a internet democratizou a informação, transformando qualquer pessoa num potencial jornalista:

Correspondentes custam caro e são, em tese, facilmente descartáveis diante da fartura de fontes de substituição, como agências de notícias e os chamados jornalistas cidadãos, que poluem a internet com conteúdo militante. Mas o mundo precisa mais do que nunca de profissionais capazes de ajudar a entender o mundo. Um correspondente representa um olhar próprio e às vezes exclusivo sobre um determinado país. É um valor agregado imenso em termos de informação diferenciada (ADGHIRNI apud ADGHIRNI, 2013, p. 44).

Há, portanto, uma variedade de formas de cobertura das notícias internacionais, em complemento ou em concorrência ao correspondente tradicional. Como exposto neste capítulo, os desafios são muitos e não há dúvidas de que o jornalismo, enquanto uma atividade econômica, precisa encontrar alternativas economicamente viáveis.

O jornal português *Público*, por exemplo, adotou recentemente uma estratégia comercial aparentemente inédita: o programa *Público+* consiste num modelo parecido ao de mecenato, no qual empresas se cotizam para criar um fundo que será utilizado pelo periódico para a realização de reportagens especiais, sobretudo no exterior, como alternativa à redução de verbas para este tipo de trabalho. Os investidores não teriam o poder de interferir sobre a pauta e veriam os próprios nomes citados em anúncios publicados pelo próprio jornal em agradecimento ao incentivo, o qual fariam pelo interesse de ver conteúdos diferenciais e de qualidade sendo produzidos. A estratégia completou dois anos em julho de 2013 e, de acordo com a direção do veículo, 50 reportagens foram publicadas (FRANCO, 2013). Ainda é recente para uma análise mais macro dos efeitos reais na escala produtiva do jornalismo, mas trata-se de uma iniciativa econômica para viabilizar a produção de notícias no exterior.

Não só a experiência, mas também alguns estudos desenvolvidos com a imprensa de outros países (HAMILTON; JENNER, 2004; ARCHETTI, 2012) auxiliam como parâmetros, mas é fundamental considerarmos o contexto e a realidade do jornalismo no Brasil. Os tipos de correspondências apresentados por Hamilton e Jenner

(2004) ou o crescimento do número de *freelancers* (ARCHETTI, 2012), por exemplo, podem se adequar ao cenário midiático norteamericano ou europeu, mas temos particularidades históricas, profissionais, sociais e econômicas que exigem uma análise própria.

O que o levantamento até este momento nos permite reconhecer é que, por um lado, ainda há traços do passado que permanecem na definição e identidade profissional do correspondente internacional, que o coloca numa posição privilegiada diante de outras formas de cobertura; e, por outro, sinais de mudanças profundas no papel desempenhado por esse jornalista dentro de um contexto mais amplo de circulação de informações e da própria cadeia produtiva e econômica do jornalismo.

4. O JORNALISMO INTERNACIONAL EM UM MUNDO DE TRANSFORMAÇÕES

A globalização é uma temática de grande abrangência, que envolve aspectos não meramente comunicacionais e tecnológicos, mas também fatores de ordem cultural, política, econômica e social. O objetivo deste capítulo, portanto, não é esgotar esta problemática, o que extrapolaria os objetivos deste trabalho. Trata-se de uma aproximação com o contexto de uma nova ordem global, de uma “comunicação-mundo” (MATTELART; MATTELART, 2006), cujo status dos atores internacionais são alterados. Esta é a conjuntura na qual o jornalismo contemporâneo está inserido, sobretudo na figura dos correspondentes internacionais. Deles é cada vez mais exigida a competência de saber mais, aprender mais para explicar fatos cada vez mais complexos e interligados (WILLIAMS, 2011). Contudo, reconhecemos que existe um desafio maior: ao mesmo tempo em que a globalização é um fenômeno estabelecido e proeminente, sobretudo para os países ocidentais, é constatada a redução do noticiário internacional inclusive em países como a Inglaterra (MOORE, 2010) e os Estados Unidos (WILLIAMS, 2011).

4.1. Nova ordem informacional e econômica: global

Quando falamos de “jornalismo internacional”, torna-se impossível desconsiderar a conjuntura internacional, sobretudo no que tange aos aspectos informacionais e geopolíticos que caracterizam a chamada nova ordem global a partir da segunda metade do século XX. Nas três últimas décadas, quatro fatores macros se articulam dando origem a esta que está sendo considerada a era global: 1) advento das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's); 2) no aspecto econômico, a consolidação das empresas transnacionais e de redes de capitais interligadas mundialmente; 3) do ponto de vista político, constatam-se mudanças significativas nas relações internacionais, com a emergência de novos atores e temáticas para além das nações hegemônicas; 4) e, por fim, a existência de um multiculturalismo, acirrado não

só pela circulação de capitais simbólicos (indústrias midiáticas e culturais), mas também de pessoas.

Na esfera econômica, os conceitos que tratam do processo de globalização são introduzidos a partir da década de 1980, versando sobre a mundialização dos negócios e as interdependências entre as nações. No aspecto político, especialmente após o fim da Guerra Fria, o debate questiona o fim dos estados nacionais ou suas condições para tratar temáticas que, agora, são de interesses universais. Há ainda a visão dos neo-marxistas, como Wallerstein (2007), na qual a questão estaria em cima de um universalismo europeu ou, dito de outro modo, de uma ocidentalização do mundo.

Diferentes autores fazem esforços para explicar o fenômeno numa perspectiva histórica. Giddens (1991) identifica três momentos: o primeiro, o da *internacionalização* da economia e da cultura, data ainda do período das navegações; em decorrência disso, a primeira metade do século XX seria palco da *transnacionalização* de organismos e empresas, cujas áreas de atuação não necessariamente correspondem às das sedes; por fim, então, estaríamos vivendo a *globalização*, resultado dos dois processos anteriores, mas com uma crescente interdependência entre povos e nações. O autor ainda argumenta que as experiências locais estariam sendo minadas por forças distantes, ou seja, imaginários locais “contaminados” por ideias e imagens vindos de regiões afastadas. Outro fator de igual importância é uma maior compressão do tempo e espaço, atribuídos, em grande medida, aos meios de comunicação (GIDDENS, 1991; HARVEY, 1992).

Por sua vez, Castells (2008) descreve a sociedade contemporânea como globalizada, centrada no uso e aplicação de informação e conhecimento, cuja estrutura material está sendo alterada aceleradamente por uma revolução tecnológica baseada na tecnologia da informação e em meio a profundas mudanças nas relações sociais, nos sistemas políticos e nos sistemas de valores. Essa “reorganização planetária” envolve bem mais que questões técnicas, pois está ligada à expansão e reestruturação do capitalismo, a partir da década de 1980. Para examinar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação, o autor utilizou como ponto de partida a revolução da tecnologia da informação, pela penetrabilidade desta em todas as esferas da atividade humana.

O surgimento dessa sociedade em rede, que reagrupa empresas, organizações e indivíduos, forma um novo paradigma sociotécnico, mostrando que a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação. Castells (2008) afirma que essa nova economia é *informacional*, porque ela passa a girar em torno de informação produtiva, ou seja, da capacidade de gerar, processar e aplicar dados de forma eficiente. Ela também é *global*, pois a circulação e o consumo ocorrem cada vez mais amparados por redes globais de comunicação. E, assim, também é em *rede*, por se apoiar em interconexões mundiais entre empresas, governos, organizações civis e pessoas.

Esse mundo de fluxo circulante, interligado em rede, veio permitir uma maior horizontalidade da comunicação, reforçada pelas informações disponíveis no ciberespaço, o que na visão de Stockinger (2003) torna os sistemas componentes dessa sociedade capazes de funcionar em melhores condições de mudança e criatividade. Com o advento dos meios de comunicação e, mais especificamente, da comunicação digital, a influência da opinião pública no rumo de sistemas sociais democráticos se torna cada vez mais visível e preponderante. Para a autora, tal transformação leva a um abrandamento do controle social centralizado e aumenta a responsabilização social dos microssistemas participantes da sociedade.

De fato, as novas tecnologias da comunicação permitiram esse maior e mais acessível fluxo de informação, mas cabe ponderar. Especialmente nas duas últimas décadas, com o crescimento da internet e das telecomunicações, a tensão entre o público e o privado está cada vez mais presente na sociedade, por meio da comunicação em rede sem fronteiras, que leva espaços individuais ao chamado espaço-mundo, com diferentes produtores de informação e conteúdo, sendo cada indivíduo um emissor em potencial. “As grandes redes de informação e comunicação, com seus fluxos ‘invisíveis’, ‘imateriais’, formam ‘territórios abstratos’, que escapam às antigas territorialidades” (MATTELART; MATTELART, 2006, p. 168).

Como apontam os autores, a internacionalização não é mais o que era na época em que os conceitos de dependência e imperialismo cultural ainda permitiam entender o desequilíbrio do fluxo mundial de informação, pois novos atores aparecem no contexto internacional. Isso não significa, contudo, que as diferenças deixaram de existir, mas a hierarquia se altera nesse novo status da “comunicação-mundo”. Eles alertam que “a

lógica pesada das redes imprime sua dinâmica integradora, ao mesmo tempo em que produz novas segregações, novas exclusões, novas disparidades” (MATTELART; MATTELART, 2006, p. 170).

Fatores econômicos, políticos e relativos às tecnologias de comunicação, portanto, interagem não mais associados à essência de uma cultura local, mas a fim de eliminar ou reduzir os sentidos de tempo, espaço e lugar. As interdependências crescentes entre os estados-nações têm sido citadas como umas das principais causas para nutrir o sentimento de homogeneização. Hoje, a comunidade internacional não pode mais ignorar problemas que antes ficavam restritos a governos nacionais, como o desmatamento, a crise econômica, questões humanitárias ou de saúde, como a disseminação da Aids (WANG; SERVAES, 2000). De tudo isso decorre uma reestruturação mundial das indústrias da comunicação, que também se globalizam.

Interação e interconexão estão na base da emergência de uma sociedade global. Para além do turismo e das migrações, não se pode falar de globalização sem mídia e comunicação, com todo o crescimento do volume de informações, imagens e entretenimento acessíveis em todo lugar por dia, hora ou minuto. O termo “globalização” é controverso, por vezes contestado, numa divisão entre visões positivas e pessimistas (WILLIAMS, 2011). Segundo o autor, entre as primeiras está a crença no fenômeno enquanto um movimento de transferência de valores, de recursos, de tecnologias etc., levando ao trabalho de indivíduos em conjunto para a criação um “mundo de cidadãos cosmopolitas”. Entre os argumentos mais pessimistas, está a constatação de que o mundo está menos diverso e mais homogenizador, decorrente de uma interação global desigual, focada na extensão do capitalismo, do poder corporativo e da influência norte-americana ou ocidental (WILLIAMS, 2011, p. 29).

Numa perspectiva relativa a países subdesenvolvidos, dois autores se destacam. Um deles é o indiano Arjun Appadurai (2004), que aponta os meios de comunicação e as migrações como decisivos para a construção das subjetividades modernas, ou seja, “os sentimentos de identidade” de cada um, ao colocar imagens e espectadores em circulação global e simultânea. Os meios de comunicação eletrônicos, ao alterar os campos mais vastos dos meios de comunicação tradicionais, transformaram também o campo da mediação de massas ao oferecer novos recursos para a construção de mundos imaginados.

Graças à mera multiplicidade de formas que assume (cinema, televisão, computadores e telefone) e à maneira rápida como se move no seio das rotinas da vida quotidiana, a comunicação eletrônica é uma ferramenta para que cada indivíduo se imagine como um projecto social em curso (APPADURAI, 2004, pp. 14-15).

Outro autor é Canclini (2003), que compartilha dessa ideia e propõe que, especialmente em regiões periféricas, o desafio da globalização é de coexistência entre demandas mundiais, estimuladas por um capitalismo acirrado, e problemas locais ainda de cunho essencialmente regionais. Ao entender que a globalização foi o destino inevitável da modernidade, o autor discute como mudaram as aproximações e discrepâncias entre Europa, América Latina e Estados Unidos ao longo do século XX. Ele cita inclusive as indústrias midiáticas, que se tornaram empresas “sem nome”, transnacionais, que falam de lugares inacessíveis e se direcionam a públicos ou audiências “sem rosto”.

Entre as consequências dessa comunicação mundializada, das redes globais de informação, está a redução de fronteiras rígidas e da capacidade de ação dos Estados Nacionais, como se as instâncias de decisão da política nacional fossem transferidas para uma vaga economia transnacional. Disso, segundo Canclini (2003), decorre um esvaziamento simbólico e material dos projetos nacionais, acentuando nos países periféricos a dependência econômica e cultural em relação aos centros globalizadores. Contudo, ao mesmo tempo em que favorece a expansão de indústrias culturais com capacidade de homogeneizar, a globalização possibilita contemplar de forma articulada as diversidades setoriais e regionais.

No contexto da globalização, as interações se tornam mais complexas e interdependentes entre focos dispersos de produção, circulação e consumo. Em complemento, o autor aponta o papel facilitador das tecnologias da informação e da comunicação e a intensificação de fluxos migratórios. Nada indica, contudo, que as culturas locais vão desaparecer, nem que a globalização irá substituir as nações e que viveremos num mundo sem fronteiras. O que ocorre é que as mudanças globalizadoras alteram a maneira de conceber a cultura (CANCLINI, 2003), ou seja, os processos globais vêm sendo constituídos pela circulação mais fluida de capitais e mensagens, e também de pessoas, chamando a atenção para o suporte humano desse processo.

O final do século XX foi marcado pelo desenvolvimento tecnológico também por profundas transformações ocorridas nas relações internacionais, especialmente com o fim da Guerra Fria, que culminam no momento atual de globalização das relações que transcendem as estruturas nacionais. Nessa perspectiva, Sato (2000) analisa o quanto tais transformações refletiram na agenda internacional. “A agenda internacional caracteriza-se pela mudança contínua. Essa característica é uma decorrência da própria natureza do meio internacional, composto de atores em contínua transformação, e também altamente sensível a mudanças nos padrões econômicos e sociais” (SATO, 2000, p. 138). Mudanças tecnológicas ou de ordem político-econômica, recursos naturais ou disponibilidade de mão de obra, por exemplo, afetam diretamente a agenda internacional – à qual o jornalismo internacional, obviamente, está diretamente relacionado.

4.2. As novas relações internacionais e o papel do Brasil

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a imprensa internacional esteve em volta a temas ligados à segurança internacional, conflitos regionais e movimentos de libertação, políticas de instituições como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e o FMI (Fundo Monetário Internacional), além da própria articulação geopolítica em torno da bipolarização gerada pela Guerra Fria. A partir dos anos 1990, a derrubada do Muro de Berlim representou mais do que a queda do sistema socialista e o fim da Guerra Fria: representou a multiplicação de polos de poderes políticos e econômicos, com a emergência de novos atores na agenda internacional.

Neste final de século, a agenda internacional se apresenta muito diferente. A separação entre *high politics* e *low politics* deixou de existir e novos itens passaram a ocupar lugar de destaque: meio ambiente, narcotráfico, as novas bases da competitividade internacional, direitos humanos, conflitos étnico-religiosos, entre outros. Na verdade, as questões relativas à segurança estratégica não deixaram de ocupar posição de destaque, mas passaram a ser vistas de modo cada vez mais integrado a esses novos temas da agenda internacional (SATO, 2000, p. 139).

Uma das abordagens mais políticas argumenta pela substituição dos estados nacionais, uma vez que a concepção de nação vem se tornando pequena demais para resolver temas cada vez mais de ordem global. As redes de comunicação e os fluxos de migrações estariam no centro dessa questão: indivíduos e organizações se globalizam não apenas devido à emergência de problemas com dimensões planetárias, “mas também em razão do estreitamento das distâncias e dos mercados, pela permanente revolução nos meios de comunicação e transporte” (SATO, 2000, p. 152). Desde a década de 1960, países tidos como periféricos, como o Brasil, já vinham demonstrando o descontentamento em relação ao fluxo de informação se ater à problemática do Leste-Oeste, muito em decorrência da Guerra Fria, já comentado no relatório da Unesco (1980) sobre a Nova Ordem Global. Entretanto, somente a partir da última década do século passado que a agenda internacional se desdobrou em temas de maior abrangência, à qual a agenda midiática está atrelada.

O final do século XX foi marcado pelo que Gonçalves (2011) considera como um processo de democratização das relações internacionais, por meio de uma multipolarização do sistema internacional que passou a refletir uma nova distribuição do poder mundial. Tal multipolarização do sistema internacional, que veio a se cristalizar na primeira década do século 21, é caracterizada, especialmente, pela ascensão dos grandes países em desenvolvimento. Com a desconcentração do poder num único polo hegemônico, como os Estados Unidos, as decisões de interesse coletivo passam a ser cada vez mais dependentes dos países emergentes (GONÇALVES, 2011).

“Os mercados emergentes aumentaram de forma importante sua representatividade no desenvolvimento econômico mundial e no sistema financeiro global. Houve um amadurecimento dos mercados emergentes, seja pela economia real, seja pelas flutuações financeiras” (OLIVEIRA, 2009). Desde as décadas de 1960 e 1970 havia uma expectativa de criação de uma agenda política e econômica elaborada pelos países subdesenvolvidos, também chamados de Terceiro Mundo ou de Países do Sul, pois além da bipolaridade comunismo *versus* capitalismo, existia uma tensão entre os países do Norte e do Sul e a busca por uma “interação construtiva” que propiciasse um diálogo entre os dois hemisférios. “Almejava-se a substituição de práticas econômicas, comerciais e financeiras em vigor desde a metade da década de 1940 por uma Nova

Ordem Econômica Internacional (NOEI)” (KOCHER, 2011, p.158). A NOEI se tornou uma verdadeira agenda econômica somente a partir da segunda metade dos anos 1970.

O pensamento liberal, entretanto, limitava a transformação da ordem internacional, por considerar que esta é imutável e a posição periférica dos países em desenvolvimento é uma fatalidade histórica. Assim, “como nenhum país em desenvolvimento reúne condições para, individualmente, alterar a ordem internacional, essa orientação política exige a participação em coalizões com países com objetivos convergentes” (GONÇALVES, 2011, p. 18).

Neste momento, o associativismo dos subdesenvolvidos, entre ex-colônias da Ásia, da África e da América Latina, foi apresentado como alternativa para a proposta de criação de uma NOEI no interior do Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA). O diagnóstico do MPNA também apontou que predominavam na economia mundial “privilégios, regras injustas e distorções que tornavam o caminho dos subdesenvolvidos em direção ao desenvolvimento praticamente inviável” (KOCHER, 2011, p. 161). O autor ainda explica que, até os anos 1980, a Guerra Fria e o terceiro-mundismo foram tratados como atores equivalentes para promover, na economia e na política internacionais, o refortalecimento da posição norteamericana. Entretanto, passados mais de 20 anos do fim da bipolaridade, um conjunto complexo de contínuas mudanças – como os atentados de 2001 a Nova York, a crise do sistema financeiro dos Estados Unidos em 2008 e a emergência de novos focos de poder econômico – fez com que a tão proclamada hegemonia norteamericana não se viabilizasse.

Neste contexto, o Brasil desponta como um dos novos atores internacionais, tendo assumido a posição de sexta maior economia do mundo em 2011. Após a reabertura política do país, em 1989, o governo Fernando Henrique Cardoso projetou o país na cena internacional, pela reputação de um presidente com status de intelectual. Fiel aos princípios do neoliberalismo econômico, a herança deixada por esta gestão foi a estabilidade econômica (LESSA; GAVIÃO, 2011). Mas no governo sucessor, de Lula da Silva, chamaram atenção o ativismo da política externa e a ampliação do raio de ação da geopolítica brasileira. Foram mantidas posturas clássicas, como a não intervenção em assuntos internos de outros países, o respeito às soberanias nacionais e ao direito internacional e a defesa da autodeterminação dos povos.

Contudo, para além do crescimento econômico, uma série de iniciativas colocou o Brasil em evidência no cenário internacional e destacou a estratégia de associação com demais países em condição de desenvolvimento. Em 2002, por exemplo, havia 150 representações brasileiros no mundo, enquanto que em 2010 esse número saltou para 216, das quais 35 foram de novas embaixadas, 16 delas na África (LESSA; GAVIÃO, 2011). Destacou-se também a defesa da integração sulamericana, com forte prioridade ao Mercosul. Junto com a Índia, o país fortaleceu a importância do G-20, ajudando-o a se transformar no principal conselho permanente de cooperação econômica em 2008, acima do G-8. Em 2003 foi criado o Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS) para estreitar as relações políticas e comerciais entre as três nações. A Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) foi outra iniciativa proposta pelo Brasil, em 2003, a fim de estimular uma aproximação Sul – Sul, por meio de diálogos entre lideranças e a sociedade civil (LESSA; GAVIÃO, 2011; KOCHER, 2011).

No mesmo contexto, surgiu outro bloco denominado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), como um novo modo de organização política que agrega estados soberanos para atingir fins comuns. Para Kocher (2011), iniciativas como o BRIC e o IBAS assumem uma dupla filiação: por um lado, a retomada do associativismo terceiro-mundista dos anos 1970; e, por outro, o preenchimento de um hiato que perdura na organização do sistema internacional. Para alguns críticos, esses dois tipos de coalizão não têm consistência econômica, pois os países são mais competidores do que complementares (GONÇALVES, 2011). Numa outra visão, “[...] a análise crítica dos BRICs induz à compreensão da união dos quatro países mais em função da fraqueza do que da força dos participantes” (KOCHER, 2011, p. 166). Mas para os dois autores, esses países possuem potencial expressivo para intervenção no cenário internacional e se impõem como necessários no processo de decisões.

O objetivo ao se formular a ideia de um grupo como o BRIC é de que haveria uma identidade “natural” entre estes países. Na política externa, o grupo inovou em diversos fatores do que existia até então: não formam um grupo homogêneo; não há um objetivo duro para a existência dele; não se enquadram numa história clássica das relações internacionais para a formação; possuem uma geografia própria; parte de uma cooperação Sul-Sul; e organizam-se fora de instituições multilaterais (como ONU, OMC e MPNA) (KOCHER, 2011). Esse tipo de agrupamento foi, na verdade, o

resultado da tríplice descolonização – subdesenvolvimento – terceiro-mundismo. O Itamaraty define o bloco como um “agrupamento”:

Como agrupamento, o BRIC tem um caráter informal. Não tem um documento constitutivo, não funciona com um secretariado fixo nem tem fundos destinados a financiar qualquer de suas atividades. Em última análise, o que sustenta o mecanismo como tal é a vontade política de seus membros. Ainda assim, o BRIC tem um grau de institucionalização que se vai definindo, à medida que os quatro países intensificam sua interação⁴⁶.

Após o fim da Guerra Fria, ficou evidente a incapacidade de manter um modelo econômico que não viabilize o desenvolvimento das nações periféricas. Apesar dos BRICs não ter diretamente se mostrado, ainda, suficientes para influenciar as principais decisões nos fóruns internacionais, “o consórcio poderá elaborar canais de vocalização e formulação intelectual e política da pauta histórica da NOEI. Tal ideário, sufocado nos anos 1980, ainda ecoa na realidade internacional, demarcado pela desigualdade e pela aguda competição econômica entre as nações” (KOCHER, 2011, p. 170). Para o autor, a razão de ser desse tipo de agrupamento é o de solucionar a crise de hegemonia e contribuir para uma governança global, não se tratando de uma oposição pura e simples ao poder norteamericano ou ao G-8. Existe uma multipolaridade no sistema internacional que se desenha há décadas, mas não se consolida institucionalmente. “Países do Sul podem ter encontrado nos BRICs uma das suas possíveis formas efetivas de representatividade” (KOCHER, 2011, p. 177).

Ideia similar é compartilhada por Kurečić e Bandov (2011), que destacam o crescimento econômico e, conseqüentemente, político dos países emergentes no contexto internacional. No mundo dominado pela ideologia neoliberal, os países do norte, que sempre tiveram o poder econômico e político mundial, querem manter a posição dominante. Contudo, como afirmam os autores, os adversários das nações hegemônicas usam essa mesma ideologia econômica e geoeconômica para explorar as próprias vantagens competitivas sobre os estados mais desenvolvidos (bem como sobre os estados mais fracos e pobres), para ganhar poder, tanto quanto possível, o que lhes

⁴⁶ Site do Itamaraty. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>. Acesso em: 09 dez. 2013.

permitem deslocar o centro de poder econômico e político para si mesmo. Os países do BRIC são desafiantes para os estados mais desenvolvidos. No caso do Brasil, os autores destacam a posição estratégica e a liderança exercida na América do Sul, o crescimento econômico rápido nos últimos anos, a autossuficiência em petróleo, a abundância de recursos naturais, o grande mercado de mão de obra e o bom desenvolvimento da indústria de consumo como pontos primordiais que tornam o país uma das principais potências mundiais.

Enquanto alguma mudança parece ocorrer do ponto de vista econômico, forçando uns primeiros passos em relação a uma reestrutura do poder político, do ponto de vista informacional as desigualdades persistem. Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, a multipolarização do mundo e a expansão das tecnologias da comunicação aumentaram a euforia em torno de um possível livre fluxo de informação. Entretanto, o que se observa é uma avalanche informativa, ainda liderada pelos países ocidentais desenvolvidos. O que não significa, contudo, que a abordagem acerca dos países do chamado Terceiro Mundo permaneça a mesma. No início da segunda década do século XXI, o modelo econômico das nações hegemônicas está diante de um colapso, enquanto que são os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que lideram as taxas de crescimento e se apresentam como novos atores na ordem internacional.

Na afirmação de Williams (2011), desde a Segunda Guerra Mundial a maior parte das notícias internacionais esteve dominada por eventos e pessoas dos Estados Unidos, pois a geografia das notícias internacionais é absolutamente enviesada para as nações e as pessoas de elite. Algumas tendências se tornam evidentes, como as que levam a cobertura para determinadas regiões e países, e para certos tipos de histórias: poder, influência e status são determinantes para se definir o que e quem são notícia (WILLIAMS, 2011). “Quem é” esta elite poderá variar no caso das *soft news* (ou *features*), quando as celebridades assumem os postos de protagonistas, ao contrário das *hard news*, que colocam em evidência autoridades políticas ou lideranças econômicas. As nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento ocupam espaço no noticiário em acontecimentos que envolvem dramas, conflitos e negatividade em geral.

Elliott e Golding (1973 apud WILLIAMS, 2011) listaram na década de 1970 os cinco componentes mais comuns da imagem dos países periféricos na mídia ocidental: recorrentes crises políticas e militares; interesses e preocupações das potências

ocidentais; a Guerra Fria, como parâmetro para o noticiário internacional; simplificações das estruturas econômicas, sociais e políticas do Terceiro Mundo; e ciclos de notícias pré-existentes, que marcavam uma sazonalidade entre as temáticas que poderiam colocar a periferia em evidência.

Contudo, algumas mudanças são sinalizadas. A projeção do Brasil, por exemplo, levou o ex-presidente Lula a assinar uma coluna mensal no importante jornal *The New York Times* a partir de 2013. A cobertura internacional sobre o país também pode estar menos estigmatizada pela condição de subdesenvolvimento. Na opinião do jornalista Aldo Gamboa, que foi correspondente internacional no Brasil por mais de 15 anos, a cobertura relativa ao país se transformou neste período:

[...] se antes os principais temas eram violência, corrupção, instabilidade econômica, carnaval e esportes, na atualidade o papel político-econômico do Brasil em âmbito internacional é o que dominado a pauta, além de temas que permanecem gerando interesse, como carnaval, esportes e tudo que se relaciona com a Amazônia. “Nos últimos seis anos tenho escrito mais matérias sobre economia do que nos 15 anos anteriores somados”, afirmou (MOURA; AGNEZ, 2011).

Já em 2005, Puff identificou entre os correspondentes estrangeiros que atuavam no país, que o interesse pelo Brasil nas pautas internacionais sofria picos, como uma “atenção perecível”, mas já indicava que os grandes veículos internacionais estavam aumentando o número de correspondentes no nosso território.

O diretor editorial da Agência Reuters para a América Latina, Mário Andrada e Silva, afirmou que o Brasil expandiu o interesse internacional além das fronteiras econômicas e de temas recorrentes. Os estrangeiros estariam cobrindo outras áreas, como a **política** e a **diplomacia**, sobretudo depois da liderança brasileira em Cancun, na 5ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC). De fato, o Brasil vem ganhando espaço no cenário internacional, seja pela presença de empresas como a Vale do Rio Doce e a Embraer no mercado financeiro, pela disputa por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU ou pelo **destaque como representante dos países em desenvolvimento**. O potencial exportador em vários mercados confere atenção ao país, assim como aspectos culturais diferenciados. No Encontro com Correspondentes Estrangeiros de 2004, o correspondente do jornal Financial Times, Jonathan Weathley, afirmou que o Brasil está em pauta na imprensa internacional, principalmente quando o assunto é **Economia** (PUFF, 2005, p. 59) (grifo nosso).

Mais recentemente, no entanto, as novas mídias proporcionam diferentes oportunidades para que as pessoas, grupos e organizações possam produzir conteúdos e chamar a atenção da grande mídia. Hamilton e Jenner (2004) chegam a destacar que a habilidade que o público hoje tem de acessar notícias estrangeiras por conta própria, oferece um tipo de solução ou alternativa para a quebra do monopólio que era exercido pela mídia tradicional. O entusiasmo, entretanto, é limitado. “As novas tecnologias de mídia parecem não ter tido impacto significativo no retrato de países não ocidentais” (WILLIAMS, 2011, p. 162)⁴⁷.

A partir desse cenário, que engloba um reordenamento político e econômico mundial, onde o Brasil se destaca nas novas relações internacionais, marcadas pelo fim da Guerra Fria e o surgimento de novas potências, analisaremos as demandas que são impostas ao trabalho dos correspondentes internacionais, inseridos nos fluxos internacionais de informações.

4.3. O jornalismo internacional e a *geocomunicação*

Como toda prática social, o jornalismo não pode hoje ser completamente entendido fora do contexto da globalização. Este processo refere-se à intensificação das interconexões sociais, que permite apreender o mundo como um lugar único, criando uma maior consciência do nosso próprio lugar e a localização relativa dentro da gama de experiência do mundo (REESE, 2010). Assim, cabe questionar como o jornalismo tem contribuído para estes novos espaços, reunindo novas combinações entre as elites transnacionais, os profissionais da mídia e os cidadãos.

O jornalismo, desde o início, internacionalizou-se para atender as demandas e interesses sobre fatos que ocorriam em outras regiões durante o expansionismo colonial europeu. Contudo, foram as inovações das telecomunicações que deram um impulso às notícias do exterior, criando as primeiras agências de notícias, que trabalham em conjunto com veículos de comunicação (especialmente o jornal impresso) para abastecer a imprensa com fatos e imagens que ocorrem em diversas localidades. Com a

⁴⁷ “The new media technologies do not appear to have had a significant impact on the portrayal of non-western countries” (WILLIAMS, 2011, p. 162). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

globalização, os próprios jornais, ou em iniciativas isolados, ou em associação com outros grupos, também criaram as próprias agências ou escritórios fora da sede do veículo. Somente na década de 1990 que, em complemento, surgem os canais de televisão dedicados a fazer circular 24 horas de noticiário por pelo globo, em diversos idiomas.

Para a televisão brasileira o ano de 1992 é, também, importante, pois marca o começo das TVs pagas, quando entra em operação a TVA. Assinantes poderiam ter acesso direto a canais jornalísticos, como DW (Deutsche Welle), a CNN, a BBC e a Fox News. O primeiro canal de jornalismo 24 horas produzido nacionalmente entrou no ar em 1996, a Globo News. O noticiário internacional do canal é alimentado, basicamente, por imagens recebidas dos outros canais de notícias e por agências de imagens. Um diferencial é a manutenção de alguns repórteres espalhados pelos Estados Unidos, América Latina, Europa, Israel e Ásia, que complementam as reportagens ao vivo e a qualquer momento, por telefone (CASTRO, 2006, p. 24).

Oliveira (1998) também chama atenção para outro fenômeno, que ela denomina de “imprensa global”: trata-se da reprodução regional, especialmente a partir dos anos 1980, de grandes jornais e revistas estrangeiros e das redes mundiais de rádio e televisão, como a inglesa *BBC*. A prática vem sendo adotada por veículos brasileiros, por exemplo, que assinam páginas e colunas de redes internacionais de informação e reproduzem o conteúdo nos meios locais.

A difusão de informações em escala mundial levou Aronchi (2003) a adotar o conceito de “geocomunicação”, termo que agrega os valores da comunicação estratégica e da geopolítica. Inspirada na geoinformação, que trata da reunião de informações geográfica por meio de aparatos tecnológicos, a geocomunicação estaria relacionada à manutenção da posição das nações hegemônicas feita principalmente através dos canais de TV e das agências internacionais de notícias.

A geopolítica pode ser conceituada como as ações planejadas pelas nações para manter sua hegemonia sobre territórios e atividades de interesse nacional ou corporativo. A geocomunicação é uma palavra polissêmica e seu significado pode ser interpretado também como uma forma de comunicação utilizada para atingir os objetivos traçados pela geopolítica. Reside numa comunicação estratégica para a manutenção da hegemonia de acordo com os interesses geopolíticos. Sua

viabilização se concentra nas agências de notícias internacionais e nos canais de notícias 24 horas, mas vislumbra a reprodução na pequena imprensa (ARONCHI, 2003, p. 11).

De acordo com o Relatório Final da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, editado pela Unesco em 1980 (conhecido também como Relatório MacBride), o trabalho pioneiro das agências provocou o surgimento da imprensa de massas, por permitir a circulação de um alto volume de informações, para uma grande parcela da população, possibilitando o barateamento da produção dos jornais. Entretanto, o domínio desse mercado por três ou quatro agências europeias e norte-americanas contribuiu para um fluxo desigual de informações entre o hemisfério norte-ocidental e o restante do mundo. As agências brasileiras, que surgiram entre as décadas de 1960 e 1970 se enquadram no que o relatório da Unesco chamou de “agências regionais de informação”, estando ligadas às agências internacionais, com quem mantêm parcerias para troca de notícias, fotografias e serviços. “Diferentemente do que aconselhava o relatório MacBride, não surgiram [*as agências regionais*] para ‘reduzir a dependência’ cultural, mas como fonte de negócios para os já existentes grupos de comunicação brasileiros” (MARQUES, 2005, p. 20).

No final do século XX, as agências regionais passaram por um acelerado crescimento, fornecendo informações de regiões periféricas, mas em franco crescimento econômico, como a América Latina, a Ásia e o Oriente Médio. Ainda assim, segundo Boyd-Barrett (2010), o desequilíbrio no fluxo internacional de informações permanece, com uma concentração entre a Europa e os Estados Unidos. O autor afirma que a partir das décadas de 1980 e 1990 as agências regionais começam a ganhar espaço, devido a novos modelos de negócios e possibilidades tecnológicas, para abastecer os mercados nacionais, que possuem necessidade de informações próprias, e para trabalhar em parceria com as agências internacionais, que cada vez mais buscam informações localizadas dessas regiões que têm ganhado importância política e econômica.

O desenvolvimento tecnológico foi primordial, mas não é garantia de uma comunicação verdadeiramente global. Para Reese (2010), o fluxo internacional de notícias é um componente chave para uma esfera pública mundial, mas pode incorrer às mesmas críticas que existem ao jornalismo nacional: foco nas elites, conflitos e sensacionalismo. Se 'global' significa ter vozes dialógicas, seria necessário ao

jornalismo ter a chance de promover o debate de uns com os outros sem reproduzir etnocentrismos nacionais. Se for entendido assim, na opinião do autor, a mídia mundial ainda não está à altura de uma globalização de fato.

O processo de globalização de uma esfera pública está exigindo novos papéis para os jornalistas, que se tornam mediadores entre o local e o global em um novo espaço político mundial. “Quem se qualifica como ‘jornalista global’ e seria isso apenas um novo termo para ‘correspondente estrangeiro’? Este pode, no fim das contas, ser um conceito mais provocativo do que uma categoria empírica estritamente definida” (REESE, 2010, p. 347)⁴⁸. Antigas e novas mídias continuam coexistindo e se interpenetram, criando novas estruturas de comunicação através do qual o jornalismo acontece. Reese (2010) ainda afirma que as conexões tecnológicas permitem uma redistribuição das relações, a criação de novas comunidades e o crescimento de novos espaços subnacionais, supranacionais e transnacionais. O jornalismo, ou seja, as “informações que as pessoas precisam para se governar”, como define, está em transformação para atender essas comunidades recém constituídas.

O noticiário do pós Segunda Guerra foi fortemente marcado pelo contexto da Guerra Fria. Sobretudo nos anos 1980, as notícias internacionais estiveram submetidas ao “filtro” da mídia norteamericana, ou seja, do anticomunismo, e após o fim do antagonismo, ficou mais difícil entender e explicar um mundo cada vez mais complexo (WILLIAMS, 2011). O fim da bipolaridade, em 1989, fez sobressair uma só grande potência – os Estados Unidos, que, segundo Natali (2004), seria a “pedra no sapato” do jornalismo internacional. Acontecimentos que se seguiram mantiveram a forte presença norteamericana no noticiário: a Guerra do Golfo, o mandato do democrata Bill Clinton, depois de George W. Bush e os episódios do 11 de Setembro de 2001. Se o cenário do final do século XIX e início do século XX colocava a Europa no centro do noticiário, especialmente pela adoção de um “modelo europeu” para análise das conjunturas locais (AGUIAR, 2008; SILVA, 2011), o pós-Segunda Guerra é marcado pela tensão imposta pela Guerra Fria e, no final do século XX, pela ascensão dos Estados Unidos como potência mundial.

⁴⁸ “Who qualifies as a ‘global journalist’ and is this just a new term for ‘foreign correspondent’? This may ultimately be more of a provocative concept than a strictly defined empirical category” (REESE, 2010, p. 347). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

Um fenômeno em específico marcou a década de 1990 no que se refere à globalização da mídia, que ficou conhecido como efeito CNN (*CNN effect*). A expressão foi usada pela primeira vez por Steven Livingston (1997) e se refere ao impacto das novas mídias globais e em tempo real sobre a diplomacia e a política internacional. A iniciativa da emissora significou a implantação de uma rede de televisão, presente em mais de 200 países, com conteúdo jornalístico transmitido ao vivo, 24 horas por dia, via satélite. O empreendimento envolvia repórteres espalhados pelas principais cidades do mundo e parcerias com redes de TV locais que já transmitiam via satélite. Esse formato de noticiário *all news*, além do padrão estético adotado pela CNN, influenciou o telejornalismo do mundo todo a partir da década de 1990, inclusive no caso do Brasil (ARONCHI, 2003). Analisando o fenômeno, o autor também afirma que os canais de TV 24 horas, junto com as agências internacionais, tornaram-se responsáveis pela *geocomunicação* (ARONCHI, 2003). Para o autor, a estratégia dessas emissoras reforça a manutenção da hegemonia de acordo com interesses geopolíticos.

O auge das coberturas da CNN foi nos períodos de guerras envolvendo os Estados Unidos, a partir da Guerra do Golfo (1990 e 1991), considerado o primeiro conflito a ser acompanhado ao vivo, em escala global. De acordo com Livingston (1997), um dos efeitos potenciais desse modelo de mídia global e em tempo real é o encurtamento do tempo de resposta para a tomada de decisões. Os formuladores de políticas passaram a ter de tomar decisões de modo mais apressado, às vezes perigosamente. Para o autor, há ainda outros dois efeitos do modelo CNN: um relacionado ao poder de agendamento (*agenda-setting*) da mídia, de impor à sociedade temáticas com apelo emocional e de cunho humanitário, por exemplo, pressionando a agenda governamental, aumentando a proeminência de um problema e colocando-o em evidência antes dos formuladores das políticas externas; e o outro relativo ao impedimento para a realização de objetivos políticos desejados. Por exemplo, com a cobertura de algum evento traumático ou a divulgação de informações taticamente importantes, a mídia poderia (ou poderá) impedir o desenvolvimento ou a implementação de políticas destinadas a resolver o problema.

O século XXI já iniciou impondo fortes mudanças na pauta e na prática do jornalismo internacional. Os atentados de 11 de Setembro de 2001, em Nova York,

tiveram implicações não só na ordem global, do ponto de vista político e de relações internacionais, mas também no jornalismo. Zellizer e Allan (2002) sugerem que o impacto do 11 de Setembro foi tão poderoso que transformou as situações do quotidiano do jornalismo, tanto em relação à forma, conteúdo, quanto à prática jornalística. Na cobertura de situações traumáticas, o que se identifica é a difícil separação entre o profissional e o pessoal, o cidadão comum. Outras questões levantadas pelos que analisam o jornalismo após os atentados em Nova York evidenciaram, entre outros, a inabilidade do jornalismo em descrever situações em que não há uma adesão das fontes oficiais, num período em que elas ou não sabiam ainda o que estava ocorrendo ou não poderiam, por estratégias políticas, manifestarem-se.

Os analistas ainda descrevem que a grande mídia fomentou a propagação de um patriotismo acrítico, enquanto que na internet proliferou um volume de informações falsas, descontraídas, e ampliou a divulgação de relatos testemunhais ou de posicionamento político por parte de cidadãos comuns, aumentando uma curiosidade da audiência sobre o jornalismo e o papel social dele, mexendo com a noção das pessoas sobre o papel dos jornalistas profissionais no relato de traumas (ZELLIZER; ALLAN, 2002).

A multipolarização do mundo, no pós Guerra Fria, e o enfraquecimento da hegemonia do ocidente, especialmente após os atentados à Nova York, fizeram com que as atenções se voltassem para o oriente. A emissora de TV *Al Jazeera*, com base no Qatar, é o primeiro exemplo de reação e de mudança desse ponto de vista (ZINGARELLI, 2010). O importante papel da *Al Jazeera* começou, sobretudo, nas guerras do Afeganistão (2002) e do Iraque (2003), fazendo um contraponto da visão americana sobre os conflitos. A emissora ainda se destacou em dois momentos: no final de 2001, quando divulgou um vídeo de Osama Bin Laden, negando participação nos atentados de 11 de Setembro; e em 2004, quando, às vésperas das eleições presidenciais americanas, divulgou outro vídeo no qual Bin Laden admitia pela primeira vez ter participado da ação em Nova York.

Para Zingarelli (2010), a estratégia da *Al Jazeera* pode ser comparada ao “efeito CNN”, pois a emissora utiliza as mesmas “armas”, porém para apresentar o ponto de vista do oriente. As novas mídias e o surgimento de uma sociedade global propiciaram isso, no que a autora chama de um mundo pós-americano, onde há um declínio da

soberania mundial dos Estados Unidos. Com correspondentes espalhados por todo o mundo e forte atuação nas redes sociais, a *Al Jazeera* lançou o serviço em inglês em 2006, ampliando ainda mais o raio de atuação. Os efeitos *CNN* e *Al Jazeera* são símbolos da realidade geopolítica contemporânea.

Essa análise do *efeito CNN* vinha sendo estudado como uma forma da mídia influenciar os formuladores de políticas (*policymakers*). Trata-se de novos paradigmas de dominação da mídia, que se apoiam na ideia de uma democracia midiática ou um diplomacia suportada pelas telecomunicações (GILBOA, 2005). A influência é direta nas relações internacionais e essa percepção surgiu há mais de um século.

De acordo com Hamelink (2008), a política de comunicação global surgiu ainda no século XIX, com o avanço das telecomunicações, dos direitos de propriedade intelectual e da comunicação de massa. Os primórdios da comunicação de massa, com a expansão dos jornais impressos, já despertaram a preocupação sobre o impacto dela no meio social. “A contribuição positiva e construtiva da mídia às relações internacionais pacíficas gerou considerável agitação. Tais expectativas positivas foram expressas na Convenção de 1933 para facilitar a circulação internacional de filmes de caráter educacional” (HAMELINK, 2008, p. 13). Entretanto, o impacto negativo também foi percebido das relações diplomáticas, especialmente com o intenso uso do rádio na Primeira Guerra Mundial. Nas vésperas da Segunda Guerra, ainda discutia-se pela Liga das Nações um tratado sobre a contribuição da imprensa internacional para a paz. Após 1945, a política de comunicação global recebeu um novo impulso com o estabelecimento das Organizações das Nações Unidas (ONU) e as agências especializadas do órgão, como é o caso da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (Unesco). A partir dos anos 1990, a comunicação global confrontou a arena política mundial com interesses complexos e controversos, demandando soluções por meio de negociações multilaterais.

Quando pensamos numa mídia global, estão incluídos todos os tipos de conteúdo midiático, como o cinema, a indústria fonográfica e as telecomunicações. Especialmente o jornalismo, por todo espectro de credibilidade e reputação que possui, por tratar de assuntos de interesse público e estar originalmente associado aos conceitos de “verdade” e “realidade”, exerce uma influência ainda maior sobre as relações internacionais. O jornalismo internacional, ao trabalhar com uma ampla gama de

assuntos (de políticos, aos culturais, entre tantos outros), influi numa construção complexa do imaginário (APPADURAI, 2004; BOMFIM, 2012).

Desta forma, o cuidado com o objeto da notícia é ainda mais delicado quando se trata de fatos internacionais, pois o enquadramento dado a estes pela imprensa será, em última análise, determinante para formar a visão de mundo – no sentido mais literal possível – do leitor (AGUIAR, 2008, p. 20).

Os enquadramentos são tratados por Bomfim (2012) enquanto “moldes midiáticos”, instâncias comparativas que oferecem um referencial para que o leitor entenda o noticiário a partir de determinados prismas. Ao tratar de uma realidade estrangeira, a necessidade de contextualização é ainda maior para o profissional que desempenha o papel de relatar os acontecimentos do mundo. Neste ponto, a figura do correspondente é primordial, ao trabalhar a partir de um olhar nacional sobre os fatos e oferecer aos leitores uma chave de interpretação a partir de ângulos que lhe são comuns (UTZERI, 1989). Mas devemos considerar, como afirmou Williams (2011), que os próprios correspondentes se pautam em grande medida pela mídia dos centros hegemônicos, sobretudo dos países anglo-saxões.

Como observou Hester (1980 apud BOMFIM, 2012), é no mínimo irônico que países da América Latina recebam informações sobre regiões vizinhas por meio das agências baseadas em outros países, especialmente nos centros econômicos como Estados Unidos, Inglaterra e França. O surgimento das agências regionais, como proposto pelo relatório da Unesco (1980) e a manutenção de correspondentes próprios, por parte de veículos regionais, é uma forma de garantir pontos de vista menos hegemônicos, como os oferecidos pelas grandes agências internacionais. Por exemplo, “o investimento feito pelo governo norte-americano no início do século XX para o desenvolvimento de suas agências representa a preocupação em relação à imagem construída sobre os EUA pelas empresas de outros países” (BOMFIM, 2012, p. 34).

Seguindo a lógica desigual de produção e distribuição de conteúdo e informações em escala global, Steinberger (2005 apud BOMFIM, 2012) afirma que o jornalismo internacional repercute as configurações de uma hierarquia do próprio sistema internacional, logo, regiões periféricas serão tratadas como “menos importantes” e, assim, estarão mais suscetíveis a generalizações por parte das empresas

de mídia, em especial das agências internacionais provenientes dos países hegemônicos (e, conseqüentemente, dos veículos que farão as reproduções).

Com as agências sediadas destacadamente em nações com poderio econômico e político, as notícias utilizadas por empresas do mundo inteiro reforçarão o entendimento da existência de Estados fortes ou fracos, países culturalmente ricos ou exóticos, exitosos ou fracassados, como algo natural, visto que tanto a estrutura do sistema quanto o jornalismo “refletem a realidade” (BOMFIM, 2012, p. 35).

O autor conclui ainda que, ao se apoiar nas concepções das relações internacionais (sobre países hegemônicos e periféricos), o noticiário internacional alimenta a manutenção do *status quo*, mantendo as desigualdades. Entretanto, reconhecemos neste capítulo que as mudanças geopolíticas que marcaram a virada de século, com a emergência de novos atores internacionais (especialmente, no caso, o Brasil) começa a influir na cobertura internacional. Entre os indicativos, podemos citar a presença de correspondentes em regiões não tradicionais e periféricas; o surgimento de uma emissora *all news* como a *Al Jazeera*, permitindo um ponto de vista não mais unicamente ocidental; e a mudança do enfoque de cobertura dos países subdesenvolvidos, como o que está ocorrendo com o Brasil (PUFF, 2005; MOURA; AGNEZ, 2011). Toda a discussão em torno da era global (sob aspectos tecnológicos, políticos, econômicos e culturais) é pano de fundo da atuação do jornalismo internacional, com destaque para o papel exercido pelos correspondentes internacionais.

4.4. Os correspondentes internacionais no mundo globalizado

Os correspondentes internacionais gozam de um prestígio dentro da profissão jornalística e podem ser reconhecidos, inclusive, pelos formuladores das políticas públicas. Deles vem sendo cada vez mais exigida a capacidade de aprender mais, mais rapidamente, sobre mais lugares, por meio de uma variedade maior de fontes, o que está mudando a própria natureza da correspondência internacional. A globalização é usada para explicar o desenvolvimento que está ocorrendo no jornalismo internacional e as mudanças na capacidade e competência dos correspondentes estrangeiros para

compreender e interpretar os eventos mundiais. Na opinião de Williams (2011), neste contexto, o papel do correspondente estrangeiro dentro do sistema internacional de notícias diminuiu e a distinção entre “nós” e “eles” (no que se refere a nações e povos), que sempre caracterizou o jornalismo internacional, está desaparecendo.

Dentro do cenário contemporâneo, como relatamos, Appadurai (2004) enfatiza que a imaginação se transformou num “campo organizado de práticas sociais”, despertando para novas “paisagens” e novas maneiras de olhar e se reconhecer no mundo. Ao afirmar que vivemos hoje em “mundos imaginados”, o autor reforça as relações existentes entre as experiências vividas e os fenômenos que povoam nossas mentes. Sob esse aspecto, particularmente, os meios de comunicação vêm exercendo grande influência nas diversas maneiras pelas quais podemos “ver” e imaginar o mundo.

Desde a Guerra do Vietnã, que foi a primeira a ser televisionada, passando pela Guerra do Golfo e outros eventos desde então, a mídia vem contribuindo para o que Hannerz (2004) chamou de “empatia eletrônica” e, assim, para o crescimento de um cosmopolitismo passivo.

Quando você vê crianças morrendo na tela, ou corpos emagrecidos por detrás de arame farpado em um campo de concentração recentemente descoberto, ou um grupo de fanáticos voluntariamente derrubando um avião de passageiros em um arranha-céu cheio de pessoas, você se comove fortemente com isso, e você pode querer fazer algo a esse respeito ou insistir para que alguém responsável tome uma atitude (HANNERZ, 2004, pp. 28-29)⁴⁹.

O cosmopolitismo é definido pelo autor como uma orientação, uma vontade de interagir com o outro, ou seja, uma abertura intelectual e estética em direção a experiências culturais divergentes. Ao ver, escutar, intuir ou refletir sobre outras culturas estamos desenvolvendo uma competência neste sentido cosmopolita. O próprio conceito de notícia estrangeira é questionado por Hannerz (2004), por ser ambíguo: pode se referir a algo que tenha acabado de acontecer, em outra região; ou pode ser algo noticiável simplesmente porque nos é desconhecido, porque nós não nos deparamos

⁴⁹ “When you see dying children on the screen, or emaciated bodies behind barbed wire in some newly discovered concentration camp, or a crew of fanatics willfully crashing a passenger plane into a crowded skyscraper, you feel strongly about it, and you may want to do something about it yourself or insist that some responsible party take action” (HANNERZ, 2004, pp. 28-29). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

com isso em nossa localidade. A mídia informativa tende para o primeiro tipo, para as chamadas *hard news*, e os correspondentes estrangeiros no geral são estimulados (e se orgulham disso) a estarem presentes quando e onde “a história é feita”. Entretanto, outro tipo de notícias abre algumas possibilidades para estes profissionais, que podem contribuir para o aprendizado e para o conhecimento sobre diferentes sociedades e culturas. Se observarmos, as tecnologias da comunicação, tão apregoadas pela instantaneidade, nem são realmente importante neste segundo caso (HANNERZ, 2004).

A decisão sobre as *hard news* (as notícias fortes, factuais, de grande atualidade) e as *features* (notícias mais leves, amenas, sobre hábitos ou curiosidades), ou as chamadas “notícias de interesse humano”, vai depender das decisões editoriais. Além desses dois cenários, os correspondentes também são, por vezes, demandados a fazer análises e comentários. Mas como ler este mundo tão complexo, em constante transformação? O fato é que, por meio das histórias que nos contam, os correspondentes podem contribuir para o que vem a ser chamado de cosmopolitismo. São eles que chamam a nossa atenção para alguma coisa que ocorre em algum lugar, neste momento. Trata-se de nossos contemporâneos, seja em Nova Deli ou em Nova York, não de alguém distante em alguma outra ordem temporal. “Isso também se parece com uma contribuição ao cosmopolitismo e o sentimento do mundo como um único lugar” (HANNERZ, 2004, p. 34)⁵⁰. Para o autor, alguns correspondentes têm essa consciência e uma convicção em prol do cosmopolitismo, na esperança de vir a contribuir para a educação e o conhecimento sobre o mundo em que vivemos.

Em comum, temos que as notícias internacionais são definidas pelo olhar doméstico e aos correspondentes cabe o papel de estabelecer um “elo” entre a cobertura jornalística do exterior e a agenda nacional, transportando referências e preocupações domésticas para a compreensão dos fatos internacionais (HAHN; LONNENDONKER, 2009 apud WILLIAMS, 2011). Se os cosmopolitas são aqueles que buscam “mergulhar” em outras culturas, reforçando um sentido de responsabilidade cívica global e favorecendo arranjos inclusivos de compaixão, direitos humanos, gestão de riscos, da solidariedade e da paz (HANNERZ, apud WILLIAMS, 2011), os correspondentes internacionais podem ser identificados como parte de uma elite que nos

⁵⁰ “That also seems like a contribution to cosmopolitanism and to the sense of the world as a single place” (HANNERZ, 2004, p. 34). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

forneem aparatos conceituais, referências para a atribuição de novos significados através de distâncias espaciais e culturais.

Entretanto, Williams (2011) destaca que, se por um lado estes profissionais podem estar acostumados a transitar por diferentes fronteiras e a viver e a trabalhar em diversos lugares, por outro, eles não são necessariamente cosmopolitas nas perspectivas que estabelecem, naquilo que relatam. Uma das razões para isto é a própria origem das informações trabalhadas: a maior parte dos jornalistas estrangeiros são consumidores da mídia anglo-americana. Outra hipótese colocada pelo autor é que eles fazem parte de um negócio altamente competitivo, ainda mais após a chegada da internet e dos canais de notícias 24 horas, tornando a atividade uma luta constante contra o tempo e reduzindo as possibilidades de desenvolverem a tal “empatia eletrônica” mencionada por Hannerz (WILLIAMS, 2011).

O jornalismo está estandardizado nas práticas e valores e as notícias internacionais estão cada vez mais similares. Williams (2011) afirma que a expansão do modelo anglo-americano de jornalismo é uma das razões, com a expressão “Murdochização” sendo adotada, em referência ao magnata das comunicações Rupert Murdoch, como forma de explicar o fato de que na mídia em países não-ocidentais tem ocorrido um aumento dramático da notícia orientada para o entretenimento, do jornalismo sensacionalista e da mercantilização da notícia. “A ‘morte da distância’ significa que a mídia nacional pode se tornar ‘global’ em seu alcance e com leitores, espectadores e ouvintes no mundo todo que estão adaptados para responder às necessidades de uma audiência global” (WILLIAMS, 2011, p. 42)⁵¹. Assim, essa audiência global é cada vez mais homogeneizada a um padrão adotado pela também *global media*.

Há, portanto, diferenças na compreensão de como os correspondentes internacionais estão se tornando mais “globais”. Um dos caminhos é o de analisar as mudanças dentro dos limites da profissão, considerando, por exemplo, avanços tecnológicos, a expansão das agências internacionais e das empresas multinacionais e a formação de uma audiência desterritorializada como formas de transformação do papel de mediador que era exercido pelos correspondentes.

⁵¹ “The ‘death of distance’ means that national media can become ‘global’ in their reach and with readers, viewers and listeners across the world their product will be adapted to respond to the needs of a global audience” (WILLIAMS, 2011, p. 42). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

Outro caminho é o que destaca a emergência de novos atores no contexto de produção das notícias internacionais, que podem agora ser produzidas de qualquer lugar, potencialmente por qualquer pessoa. A internet possibilita que um grande volume de informações seja manuseado sem a necessidade de viajar para outro país. Uma nova espécie de “correspondentes não intencionais” estaria emergindo dessa forma (BERGER, 2009, apud WILLIAMS, 2011, p. 43). A mídia estrangeira está acessível online em todo o mundo e se torna fonte de notícias, assim como governos ou entidades não governamentais.

Diante do contexto global, interconectado e em rede, intensificado pelos fluxos de pessoas e mensagens, chama atenção o declínio no volume de notícias sobre o exterior em alguns países, mesmo no momento em que as pessoas têm uma maior oportunidade de conhecer, aprender e entender mais sobre o mundo.

A publicação de notícias internacionais está diminuindo em algumas regiões. No caso da Inglaterra, estudo realizado com os jornais *The Guardian*, *Daily Telegraph*, *Daily Mirror* e *Daily Mail*, comparando o volume de notícias internacionais, mostra que o percentual caiu em 40% entre 1979 e 2009, apesar do tamanho das edições terem aumentado (MOORE, 2010). O *The Guardian* triplicou de tamanho no período, o *Daily Mirror* dobrou, e os outros dois cresceram em mais de 80% no número de páginas. Isso no momento em que a internacionalização é crescente e mais de cinco milhões de britânicos vivem em outros países. Segundo o autor, as agências internacionais e as publicações especializadas, como *Financial Times* e *The Economist*, perceberam ter percebido a importância do noticiário internacional e mantém uma produção alta. Mas será que o interesse por isso tipo de informação será cada vez mais voltado para nichos e afastado das mídias de massa? Ainda não é possível saber.

Um dos argumentos apresentados para a diminuição das notícias sobre o exterior nos jornais analisados é a redução no número de correspondentes pelo mundo, devido aos custos de se manter profissionais no exterior. Citando o caso do *Daily Telegraph*, por exemplo, há registros que o jornal tinha 20 correspondentes no exterior em 1979, enquanto em 2009 eram sete. Outro argumento é a mudança no enquadramento do cenário internacional: após o fim da Guerra Fria, em 1989, o número de notícias internacionais reduziu 60% no *The Guardian*, tendo o noticiário se voltado mais para os acontecimentos internos. Outro fator foi o surgimento dos canais de notícias 24h e em

seguida a internet, que tornou o acesso às informações internacionais mais fáceis e rápidas, dificultando a concorrência para os jornais impressos (MOORE, 2010).

Nos Estados Unidos, a cobertura internacional também está em declínio desde o fim da Segunda Guerra, por razões parecidas. De acordo com dados levantados por Williams (2011), em 1945 havia 2,5 mil correspondentes norteamericanos ao redor do mundo, tendo caído para 430 em 1970. Na década de 1980, algumas regiões, como a África, deixaram de ter profissionais fixos e, aos poucos, os jornalistas foram ficando cada vez menos tempo nos lugares. Nos anos seguintes, com o avanço das tecnologias, enquanto estamos tecnicamente capazes de sermos cada vez mais bem informados, ao contrário, corremos o risco de nos tornarmos menos informados, por cada vez menos pessoas (HARRISON, 1986 apud WILLIAMS, 2011).

Para Williams (2011), a redução do noticiário internacional especialmente a partir da década de 1990 levanta a questão da extinção do jornalismo internacional. Dentro do contexto de crise e de mudanças estruturais do jornalismo, a internet e as mudanças nos modelos de negócios estariam tornando o jornalismo obsoleto, na visão dos mais pessimistas. No entanto, ao autor destaca que é necessário ampliar o olhar sobre um cenário mais complexo de transformações. Durante a década de 1990, a agenda internacional e a discussão em torno das superpotências foi amplamente afetada e novos atores entraram em cena nas relações internacionais. Williams (2011) afirma que os atentados de 11 de Setembro em Nova York voltaram a despertar certo interesse pelas notícias internacionais que não ocorria desde a Segunda Guerra Mundial (WILLIAMS, 2011).

4.5. O jornalismo internacional entre mudanças e permanências

O jornalismo internacional nada mais é que uma especialização dentro de um campo maior – o do jornalismo – que, assim como os mais diversos setores e instituições, tem vivenciado uma série de transformações nas últimas décadas. A profissão jornalística passa por processos contínuos de conquista e adaptação de território, partilhado pelos pares e mediado com os demais atores sociais, que sofre interferências externas permanentes, como a adoção de novas técnicas e tecnologias,

questões econômicas (modelos de negócio) e socioculturais contemporâneas (novos modos de consumo da informação, por exemplo). Assim, as convenções e princípios de legitimação que cercam a profissão jornalística, não são imutáveis (DEUZE, 2005; PEREIRA, 2011), mas fazem parte de um corpo bem mais seletivo de mudanças consideradas estruturais.

As transformações socioeconômicas no final do século XX e a emergência do paradigma sociotécnico de uma sociedade em rede refletiram na estrutura das empresas e profissões, de um modo geral, a partir do surgimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e da reestruturação do capitalismo mundial. Associadas às TIC's, o período do pós fordismo veio desencadear mudanças profundas tanto na organização social de forma geral, como nas rotinas de trabalho e de trabalhadores. A década de 1970 (especialmente a partir da crise do petróleo de 1973) marcou a transição do regime fordista de acumulação para o que alguns autores definem como regime flexível de acumulação, ou pós-fordista. Em resumo, esse novo regime se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões do consumo (HARVEY, 1992; DRUCK, 1999).

Essa sociedade capitalista contemporânea também está marcada pelo movimento de compressão espaço-temporal, “que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural” (HARVEY, 1992, p. 257). Como descreve o autor, os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação mundializada e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço mais amplo e variado. Junto a isso, os processos de mecanização e, posteriormente, de automação modificaram as formas de estruturação do trabalho desde o século XIX. A difusão maciça das tecnologias da informação se tornou um catalisador da aceleração dos processos produtivos, com efeitos em fábricas, escritórios e organizações de serviços, sendo o avanço tecnológico um importante fator para a reestruturação do capitalismo em escala global.

Na década de 1990, vários fatores aceleraram a transformação do processo de trabalho: a **tecnologia** da computação, as tecnologias de rede, a internet, e suas aplicações, progredindo a passos gigantes, tornaram-se cada vez menos dispendiosas e melhores, com isso possibilitando sua aquisição e utilização em larga escala; a **concorrência global** promoveu uma corrida tecnológica e

administrativa entre as empresas em todo o mundo; as organizações evoluíram e adotaram novas formas quase sempre baseadas em **flexibilidade e atuação em redes**; os administradores e seus consultores finalmente entenderam o potencial da nova tecnologia e como usá-la, embora, com muita frequência, restrinjam esse potencial dentro dos limites do antigo conjunto de objetivos organizacionais (como aumento a curto prazo de lucros calculados em base trimestral) (CASTELLS, 2008, p. 306) (grifo nosso).

Outro aspecto relacionado por Castells (2008) a essa nova economia se refere ao aumento da importância de profissões com grande conteúdo de informação e conhecimento nas atividades, assim como as atividades de jornalistas, professores e administradores, entre outros, que sofreram e ainda sofrem os impactos diretos dessa nova ambiência informacional. As empresas de mídia, assim como a de todos os segmentos, tiveram que se reorganizar a partir dessa nova conjuntura, período em que observamos processos de fusões, de concentração de propriedade e capital e formação de grandes conglomerados. Transformações de ordem econômica, que correlacionam perfil organizacional, rotinas e profissionais que estão dentro dessa realidade.

No que se refere propriamente às rotinas de produção no jornalismo, entre muitas outras inovações, observa-se o surgimento do jornalismo digital e a exigência crescente da instantaneidade e do “tempo real” (compressão espaço-temporal). Também surge o movimento de convergência das mídias tradicionais para a rede mundial de computadores. No trabalho sobre o “fetichismo da velocidade” no jornalismo contemporâneo, Moretzsohn (2002) aborda a questão da velocidade enquanto uma característica do próprio sistema capitalista (com a máxima “tempo é dinheiro”), contexto no qual está inserido o processo de produção industrial da notícia. Com isso emerge a utopia de interligar o mundo aos fatos em “tempo real” e em fluxo contínuo (24 horas, sete dias por semana), assim como opera o mercado financeiro. A instantaneidade se fortalece como principal valor-notícia, levando ao extremo a “corrida contra o tempo”, que existia desde o primórdio da profissão como um elemento da atividade jornalística. Se o imperativo é saber de tudo “o quanto antes”, o papel do jornalista enquanto mediador legitimado é reduzido.

O ritmo veloz de produção gera ainda outras consequências importantes: obriga o repórter a divulgar informações sobre as quais não tem certeza; reduz, quando não anula, a possibilidade de reflexão no processo de produção da notícia, o que não apenas aumenta a

probabilidade de erro como, principalmente e mais grave, limita a possibilidade de matérias com ângulos diferenciados de abordagem, capazes de provocar questionamentos no leitor; e, talvez, mais importante, praticamente impossibilita a ampliação do repertório de fontes, que poderiam proporcionar essa diversidade (MORETZSOHN, 2002, p. 70).

Quanto ao profissional de imprensa, emerge a figura do jornalista multimídia, que deve apresentar múltiplas habilidades e ser capaz de produzir informação com estrutura e linguagem apropriadas para todos os suportes técnicos, num espaço de tempo cada vez mais reduzido. Dessa forma, desde o início da informatização, as redações ficaram mais vazias, ao mesmo tempo em que se agilizou a produção e se passou a exigir dos profissionais novas competências no processo de produção da notícia. Além disso, aumentou a participação do público, com câmeras digitais, celulares ou blogs, que monitoram, criticam, até mesmo se antecipam ao trabalho da própria imprensa. A sobreposição de tarefas e a permanente corrida contra o tempo pode afetar tanto a qualidade do produto quanto a satisfação do profissional que o desenvolve.

Os pesquisadores Zélia Adghirni e Fábio Pereira (2011) apresentam uma compilação dos cenários e abordagens teóricas que debatem nas últimas décadas esse processo de transformações pelas quais o jornalismo tem passado, o que abrange das novas formas de produção da notícia, à convergência digital e a suposta crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócio. Em torno dos estudos contemporâneos, os autores ainda apontam temáticas que propõem repensar a identidade e a legitimidade do jornalista profissional, a flexibilização dos valores-notícia, entre outros. No geral, o que há é a permanente “sensação de que o jornalismo tradicional se encontra em um momento de crise. Crise de valores, crise de identidade, crise financeira” (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011, p. 3).

Mesmo diante desse momento de indefinições, cabe ponderar que há distinções entre o que seria um escopo de alterações conjunturais, ou seja, relativas ao contexto que envolve o final do século XX e a primeira década do XXI, e o que poderiam representar mudanças verdadeiramente estruturais: “Para que uma mudança seja considerada estrutural é preciso, portanto, que ela seja suficientemente abrangente e profunda para alterar radicalmente o modo como determinada atividade é praticada e simbolicamente reconhecida/definida pelos atores” (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011, p. 5). Os autores

sugerem, então, a organização de tais mudanças estruturais em três eixos, que resumimos abaixo, em diálogo com as especificidades dos correspondentes internacionais, apontada previamente nesta pesquisa:

- 1) **Produção:** segundo os autores, corresponde às alterações nas rotinas e nos padrões estandardizados, principalmente a partir da introdução das tecnologias digitais, convergências entre mídias e processos, supressão de etapas produtivas, aceleração do tempo, mudanças nas relações com as fontes de informação, entre outros.

Para fins dessa pesquisa, observamos que a atividade do correspondente internacional, sempre associada ao desenvolvimento tecnológico (SILVA, 2011; NATALI, 2004), encontra-se desafiada pela convergência digital, até certo ponto gerando facilidades, mas também determinando novos padrões de produção.

- 2) **Perfil profissional:** decorrentes, sobretudo, do aumento no número de atribuições dos jornalistas, transformando-os nos chamados “profissionais multimídia”. Nesse aspecto, encontram-se questões relacionadas à precarização da atividade profissional, mudanças na formação e ingresso na carreira, redefinições sobre o papel enquanto ator social, além de migrações para outras atividades da área de comunicação (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011).

Para fins dessa pesquisa, observamos que a figura do correspondente internacional, glorificada entre as décadas de 1970 e 1980 como o topo (ou elite) da carreira de repórter, está ameaçada (SILVA, 2011). O antes profissional experiente, letrado, imerso a diferentes culturas e capaz de análises conjunturais, parece estar sendo substituído por jovens ávidos por boas experiências, mas envolvidos por uma precarização da atividade (estrutura e remuneração, por exemplo). Além disso, alguns autores sugerem uma redefinição do que seria o trabalho de correspondência, por modelos que podem substituir a figura do profissional instalado em outra região (HAMILTON; JENNER, 2004; MOORE, 2010; BRASIL, 2011);

- 3) **Novas relações com o público:** trata-se de mudanças nos hábitos de consumo de informação, com migrações dos usuários (especialmente os mais jovens) para

plataformas digitais e a busca por maior participação e interatividade nos processos de produção da notícia (ADGHIRNI; PEREIRA, 2011).

O novo cidadão, munido com tecnologias digitais, torna-se cada vez mais um potencial produtor de informação de qualquer lugar, a qualquer momento. Este fato não apenas supõe uma concorrência para a atividade do correspondente internacional, mas tem sugerido uma série de trabalhos de cooperação para a produção entre profissionais e amadores (DEUZE, 2008).

Como destacado no primeiro capítulo deste trabalho, apesar do momento ser de tensão e desestabilidade dos padrões tradicionais, o jornalismo como prática social e como profissão também tem apresentado algumas permanências, sobretudo relacionadas aos conceitos legitimadores e fundadores da atividade. Ideologias que encaram o jornalismo como um serviço público, noções de objetividade e imparcialidade, a defesa da liberdade de imprensa (autonomia jornalística), os sentidos de atualidade e imediatismo e questões éticas são citados por Deuze (2005) como elementos que permanecem imutáveis, em contrapartida.

Entretanto, enquanto um setor econômico, o processo de mudanças tem afetado diretamente os negócios da mídia e, com o propósito de reduzir custos e aumentar as vendas, o caminho nem sempre passa pelo jornalismo de qualidade, responsável, pelo papel de filtro ou mediador confiável. “Maximizar as audiências e os lucros e ao mesmo tempo reduzir os custos de produção significa diminuir o tamanho das salas de redação e redes de correspondentes, reduzir orçamentos para a reportagem e recrutar jornalistas autônomos perigosos” (NEVEU, 2010, p. 36).

O conceito de “qualidade” no jornalismo não tem fronteiras claras e cada vez mais tem estado associado à velocidade e ao desempenho com as tecnologias. Para Righetti e Quadros (2009), a alternativa possível para a sobrevivência dos jornais é o investimento na tríade *qualidade* (bons jornalistas e boas pautas), *credibilidade* e, conseqüentemente, *lucro*.

No entanto, observa-se que as empresas têm seguido caminhos opostos: com a crise, demitem os grandes jornalistas e diminuem as redações. Por falta de recursos, “enxugam” as grandes, trabalhosas e mais interessantes pautas. Com texto de menos *qualidade*, os jornais perdem *credibilidade* [...]. Com menos *credibilidade*, diminui-se a

receita em vendas e em publicidade (e o *lucro*) (RIGHETTI; QUADROS, 2009).

Com as redes sociais, as opiniões abertas em blogs, as câmeras escondidas e celulares, o cidadão comum passa a atuar também como um vigia, alguém que monitora a própria sociedade em que vive, com os poderes públicos e instituições privadas, não deixando de fora nem mesmo o jornalismo. Os “monitores da mídia” estão em toda parte, fornecendo tanto informações em primeira mão, antes dos jornalistas, como fiscalizando a atuação desse profissional, comentando, criticando, contestando ou até mesmo fazendo sátiras. Os meios de comunicação, como as demais empresas e políticos, organizações civis e o cidadão comum, todos, estão mais expostos. Uma notícia incompleta, com uma apuração não tão criteriosa, pode facilmente, na mesma velocidade da web, ser desmentida e a própria produção questionada. O que fará um leitor pagar por uma informação? Qualidade, credibilidade, relevância, afetividade, velocidade – enfim, empresas jornalísticas de todo o mundo estão em busca dessa resposta.

A crise financeira tem atingido em maior gravidade a mídia impressa, pela mudança da plataforma para a internet. Para sobreviver, os jornais impressos buscam por modelos de atuação na internet, desenvolvendo uma nova linguagem, fazendo experiências, diversificando os recursos, mas também que garantam a rentabilidade no meio. Ao mesmo tempo, como a maioria dos veículos não optou até o momento pela extinção da versão impressa, eles estão adotando novas rotinas produtivas que deem conta das duas plataformas.

O grande volume de informações disponibilizadas pela internet, com velocidade e a lógica de conteúdo gratuito tem sido um desafio para as empresas de mídia. *The New York Times*, por exemplo, em relatório interno⁵² divulgado em maio de 2014, avaliou que o “apego” que ainda existe à versão impressa tem deixado a empresa em desvantagem no ambiente digital. Apesar de ter mais leitores do que tinha há 10 anos, a receita vem caindo. O relatório informa que o serviço digital de alerta noticioso do jornal chega a 13,5 milhões de pessoas, 12 vezes mais do que o número de assinantes. O documento ainda informa à direção que estão perdendo a vantagem comparativa em

⁵² O relatório foi divulgado pelo site BuzzFeed e noticiado pela edição digital e brasileira do jornal *El País*. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/16/sociedad/1400271382_290935.html. Acesso em: 19 mai. 2014.

termos jornalísticos, à medida que novas empresas de comunicação, como *First Look Media* e *Huffington Post*, “estão ampliando suas redações”. A autoavaliação se resume no relatório: “Sempre nos preocupamos com o impacto e o alcance de nosso trabalho, mas não fizemos o suficiente para decifrar o código da era digital”. A experiência do jornal norteamericano, entretanto, não pode ser tomada como parâmetro para a realidade dos jornais brasileiros, considerando que lá a penetração da internet é realmente alta, enquanto por aqui ainda passamos pelo processo de inclusão digital ainda engatinha.

Como consequência de todo esse cenário, o fazer jornalístico passa por mutações e as empresas de mídia sinalizam que estão revendo as estratégias. Especialmente no caso da mídia impressa, têm sido frequentes as discussões em relação ao “futuro do jornalismo”. As empresas jornalísticas no Brasil e em diversas regiões do mundo, sobretudo nos países ricos, têm discutido mecanismos de geração de receita com a internet e apresentado tentativas de estabelecer novos modelos de negócios para o jornalismo. Em 2009, o rompimento da *Associated Press* e da *News Corporation* com o serviço agregador de notícias do *Google* (o *Google News*) gerou debates e ofereceu indícios da falta de concordância entre os grupos empresariais em disponibilizar gratuitamente na web os conteúdos jornalísticos. No Brasil, outro entrave ganhou repercussão em 2010. A Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) reivindicaram – sem sucesso – no Congresso Nacional que o artigo 222 da Constituição Federal, que determina que o controle dos meios de comunicação deve ser exercido por brasileiros e limita a participação de capital estrangeiro nessas empresas, seja estendido também para os portais de internet e buscadores que indexam conteúdos jornalísticos. Mais recentemente, em 2013, a ANJ também questionou se seria legal a versão brasileira digital do jornal espanhol *El País*. A concorrência também se globalizou e os limites da internet não são territoriais.

Em um polêmico artigo publicado em 2009 no *The Wall Street Journal*⁵³, o magnata das comunicações Rupert Murdoch defendeu a cobrança por conteúdos disponíveis na internet e disse que alguns jornais não conseguirão se adaptar a realidade digital contemporânea e irão acabar. Para ele, o futuro do jornalismo é mais promissor do que nunca, desde que as empresas jornalísticas encontrem as melhores maneiras de

53 “*Journalism and Freedom*”, *The Wall Street Journal*, 8 dez. 2009. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748704107104574570191223415268.html>. Acesso em: 19 jun. 2010.

satisfazer as necessidades dos telespectadores, ouvintes e leitores. O empresário aponta alguns elementos que seriam fundamentais para garantir a sobrevivência dos jornais. Entre eles estão a busca por novos meios de distribuição (como por meio de dispositivos móveis), a definição de um modelo de negócio para o ambiente digital e uma regulamentação mais livre. Afirma: “Conteúdo de qualidade não é gratuito. No futuro, bom jornalismo dependerá da habilidade de uma organização de mídia para atrair consumidores oferecendo notícias e informações pelas quais eles estejam dispostos a pagar”⁵⁴. Conteúdo de qualidade tem um preço e no futuro, sugere, o “bom jornalismo” será aquele capaz de organizar informações relevantes (no universo caótico da *web*) para clientes dispostos a pagar por isso.

O cenário financeiro, associado à introdução das tecnologias digitais na produção jornalística, afeta direta e especialmente o jornalismo internacional. Se por um lado ele demanda uma prática mais dispendiosa, por outro, possui um público mais restrito interessado nesse tipo de informação. Manter escritórios e correspondentes atuando em diferentes regiões do mundo tem alto custo, ao passo que as tecnologias digitais tornam o acesso mais prático e barato de informações de todo mundo, algumas vezes produzidas gratuitamente por cidadãos. A consequência disso, além da redução do número de correspondentes internacionais pelas empresas de mídia, é uma homogeneização crescente do noticiário, que se baseia nas mesmas fontes virtuais ou nas agências internacionais de notícias (WILLIAMS, 2011).

As agências internacionais também enfrentam novos desafios. Pioneiras, elas já representavam, 150 anos antes da internet comercial, as primeiras práticas de jornalismo em redes tecnológicas, com foco na ação de circular notícias. “É um cenário que remonta ao século XIX, quando o interesse dado pela expansão dos mercados, do público leitor, e a potencialidade de uma rede de comunicação, o telégrafo, reúnem condições de emergência das agências na intermediação de notícias e informações” (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 2). Com a internet e toda evolução das telecomunicações, atribuindo cada vez mais mobilidade ao processo de comunicação, a atividade vem enfrentando diversos desafios, tanto do ponto de vista da atuação do profissional, quanto do modelo de negócios. Dois impactos foram marcantes: a multiplicação de formas de

⁵⁴ “Quality content is not free. In the future, good journalism will depend on the ability of a news organization to attract customers by providing news and information they are willing to pay for”. O trecho em português é versão livre da autora da tese.

acesso a informações do exterior e a difusão do conteúdo produzido pelas agências por sites, portais e blogs de todo o mundo, sem representar lucro direto para as produtoras. O resultado foi a busca por novas receitas. As agências passaram então a usar a tecnologia em favor próprio e se especializaram na oferta de conteúdos em tempo real, mas agora não exclusivamente para a mídia, mas voltado para o setor financeiro e diversos outros setores econômicos, serviço que ficou conhecido como não-mídia (BRANDÃO, 2000; MÁRCIA, 2005). Para ilustrar, já em 1995, apenas 5,5% do negócio da *Reuters* era proveniente da venda de conteúdos para veículos de comunicação (BRANDÃO, 2000). Por tudo isso, as agências estão com foco maior nas informações financeiras e nos serviços direto aos clientes (WILLIAMS, 2011).

No caso dos demais tipos de mídia, ter uma produção autônoma de notícias internacionais, contando com correspondentes próprios, tem se tornando um luxo. No Brasil, somente os grandes veículos de comunicação, concentrados nos principais centros econômicos do país, ainda contam com profissionais no exterior. As emissoras de televisão e rádio regionais fornecem pouco ou nenhum conteúdo internacional, e os jornais impressos regionais, ainda que mantenham a editoria intitulada “Mundo” ou “Internacional”, abastecem essencialmente com material extraído da internet, comprado de agências nacionais (como a *Agência Estado*), internacionais ou ainda públicas (como a *Agência Brasil*), neste último caso de conteúdo gratuito.

Associada a empresas capitalistas, a questão da produção de noticiário internacional precisa de alternativas economicamente viáveis. Ao relatar a queda do número de notícias estrangeiras em jornais britânicos, entre 1979 e 2009, Moore (2010) aponta algumas tendências para o futuro da cobertura internacional naquele país: alguns grandes grupos ainda deverão manter correspondentes no exterior, como a *BBC* ou o *Financial Times*, ainda que no formato de *stringers* ou *freelancers*. Ou ainda deverão se proliferar os jornalistas “one-man bureau”, ou seja, apoiados por um aparato tecnológico, mais flexíveis e baratos, farão sozinhos o trabalho de uma equipe (como produzir, filmar e editar ao mesmo tempo). Os enviados especiais parecem ser uma alternativa para um número maior de companhia, que deverão manter o que ele chama de um “*SWAT team*” para cobrir os grandes eventos, como desastres e guerras. Outro caminho é o da parceria com outras empresas para a troca de conteúdos, como, por exemplo, com as emissoras *Al Jazeera* e *France 24*.

Moore (2010) cita também a existência dos “correspondentes virtuais”, função que no Brasil muitas vezes é exercida pelos redatores, que produzirão as reportagens sem sair da redação, com base em materiais acessíveis pela internet. As organizações não-governamentais aparecem como fortes produtoras de conteúdo, quase sempre fiável, disponível gratuitamente pela internet, tornando-se importantes fontes. O autor ainda acredita na evolução do modelo *Wikileaks* e, com a facilidade da rede, será cada vez mais comum no futuro o vazamento de dados e a existências de empresas capazes de analisar e sintetizar estes dados, tornando-os relevantes para o cidadão. E, por fim, os próprios cidadãos tendem, cada vez mais, a se tornarem produtores de informações com velocidade e até qualidade crescentes. Seria o retorno dos relatos e da própria origem do termo “correspondência”.

Nos próximos anos, as pessoas provavelmente vão receber notícias internacionais via e-mail, por seus colegas, ou por meio de seus amigos de Facebook, ou sua rede no Twitter, da mesma maneira que de fontes tradicionais. De certo modo, isto representará um retorno às origens da “correspondência estrangeira” – cartas e relatórios enviados do exterior para receptores específicos, mas não necessariamente disponíveis ao público em geral (em oposição à rede de contatos do Facebook ou do Twitter) (MOORE, 2010, p. 46)⁵⁵.

Algumas dessas modalidades, no entanto, sequer podem ser definidas dentro do conceito de jornalismo profissional, mas nem por isso deixam de se caracterizar como práticas sociais para produção e divulgação de informações de interesse coletivo. De um modo ou de outro, as fontes estão tendo maior oportunidade de influenciar o trabalho dos correspondentes internacionais, além de ser significativo o fato de que elas têm cada vez mais habilidade em disponibilizar informações diretamente na web, passando por cima das mídias tradicionais e dos profissionais vinculados a elas (WILLIAMS, 2011). De acordo com este autor, todas essas mudanças organizacionais estão acompanhadas por uma transformação significativa na cultura dos correspondentes estrangeiros. Primeiro, as tecnologias estão possibilitando que as redações controlem mais o trabalho

⁵⁵ “In the years to come, people are likely to pick up international news via email, through their colleagues, and via their Facebook friends, or via their Twitter network, as well as via traditional sources. In some ways this will represent a return to the origins of ‘foreign correspondence’ – letters and reports sent from aboard to named recipients but not necessarily available to the wider public (as opposed to a Facebook or Twitter network)” (MOORE, 2010, p. 46). O trecho em português é versão livre da autora da tese.

desses jornalistas que estão no exterior, diminuindo a autonomia que era característica central da função. Depois, os “antigos heróis do jornalismo”, reconhecidos pelo heroísmo de cobrir situações de guerra ou de desastre, ou pela análise e magnitude dos fatos históricos que acompanham, estão se tornando, na atualidade, trabalhadores anônimos.

Ainda pode haver uma demanda para o jornalismo internacional, na figura do correspondente. Há um papel para o especialista em coletar e apresentar as notícias na ordem que surgem. Não só a quantidade de informações que emergem, mas também a qualidade significa que leitores, telespectadores e internautas precisam de alguém que o ajude a fazer uma seleção, pois eles próprios não têm, na opinião de Harding (2009 apud WILLIAMS, 2011), desejo, tempo e conhecimento necessário para isso. Na questão da qualidade diante do caos informativo de hoje, parece ser vantajoso ter alguém do local do evento para que possa explicá-lo e colocá-lo no contexto da audiência, pois, mesmo que o modelo universalizado de jornalismo seja o norteamericano (com a homogeneização da estrutura da notícia e da agenda midiática), o enquadramento, a interpretação e a explicação necessitam do olhar das culturas nacionais (WILLIAMS, 2011).

Diante do momento conturbado e de transformações, dentro do campo mais vasto do jornalismo, diversos autores recorrem à posição de mediador privilegiado, capaz de interpretar e relatar os fatos com a qualidade que a sociedade precisa, como antídoto ao cenário de crise que poderia supor o fim do jornalismo ou do jornalista (MORETZSOHN, 2007; SODRÉ, 2009; WOLTON, 2010; PALÁCIOS, 2010; LEMOS; LÉVY, 2010). O mesmo apelo já é observado em autores que defendem a permanência da função de correspondente internacional como vital para a cobertura de um jornalismo internacional de qualidade e com independência (NATALI, 2004; ASH, 2010; SILVA, 2011; WILLIAMS, 2011). Do ponto de vista do discurso, para não haver dúvidas que a presença do profissional é sinônimo de garantia de qualidade e autonomia de cobertura. Entretanto, na prática os correspondentes internacionais estão imersos a um complexo emaranhado de desafios.

Como discutimos ao longo do capítulo, o olhar nacional e a oportunidade, especialmente no caso de países periféricos, de “virar” o enquadramento e poder conhecer e interpretar os fatos por meio da experiência local, podem ser transformador

na lógica assumida até então ante um fluxo desigual de informações. Países que passam a assumir determinados protagonismos no cenário internacional demandam ainda mais de uma cobertura contextualizada. Paralelo a isso, o mundo está mais complexo e mais difícil de ser entendido e explicado desde o fim da Guerra Fria. Os correspondentes internacionais são então exigidos a se tornarem cidadãos cosmopolitas, com o conhecimento de diferentes idiomas e culturas, ao mesmo tempo em que são pressionados pelo corte de gastos e pelas tecnologias digitais.

Neste último aspecto, os jornalistas de um modo geral passam a ser exigidos, nas atividades diárias, a produzir conteúdos para diferentes plataformas e formatos, o que, na avaliação de diversos autores, pode comprometer a qualidade do material informativo. Kischinhevsky (2009) afirma que a preocupação das empresas de comunicação no Brasil e no exterior tem se mostrado muito mais no sentido de constituir jornalistas travestidos de “banda-de-um-homem-só” ou em “malabaristas das ferramentas digitais”, do que questionar e atender a função social da atividade na contemporaneidade. “As novas rotinas de trabalho põem em xeque o papel de mediador do jornalista, sobrecarregado de tarefas que comprometem a qualidade informativa do noticiário entregue a leitores, ouvintes, telespectadores e/ou internautas” (KISCHINHEVSKY, 2009, p. 57).

No caso dos correspondentes, a atividade, que sempre esteve associada ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação, tem na internet uma aliada, ao aproximar o profissional da redação, dos colegas de trabalho e das fontes, mas também desafia ao mantê-lo conectado por longas jornadas, reduzindo a autonomia e sendo estimulado a produzir conteúdos para múltiplas plataformas. Como “vítima” desse processo de convergência, o jornalista também enfrenta questões relativas à precarização do trabalho, ameaças de demissões, além da queda da qualidade do produto e necessidade de formação de uma nova autoimagem para a identidade profissional.

Kischinhevsky (2010) afirma que a convergência não molda somente a prática jornalística, mas a própria identidade do profissional de imprensa, em conflitos permanentes entre os ideais da profissão e as dificuldades trabalhistas, formação que não atende as demandas do mercado, frustrações e desmotivação. A solução estaria no entendimento do cenário e a absorção a partir da cultura e *habitus* da atividade, não por determinação mercadológica. “A convergência nas redações só poderá prosperar quando

se forjar uma nova cultura profissional, em que o trabalho colaborativo seja uma construção coletiva, e não uma imposição do departamento financeiro” (KISCHINHEVSKY, 2009, p. 72).

Neveu (2010) também trata da convergência como modelo de negócio adotado pelos grupos de mídia em consequência dos impactos da internet no jornalismo impresso, acarretando no fato dos profissionais não trabalharem mais para um veículo ou um tipo específico de mídia, mas passam a produzir notícias para todos os canais ou toda mídia dos empregadores. “A convergência piora as condições de trabalho e questiona a autoestima, que é um dos pilares da satisfação com o emprego” (NEVEU, 2010, p. 39). Pare ele, grande parte da desmotivação desse profissional vem justamente da frustração de não ter sido treinado e nem estar sendo remunerado para se tornar um malabarista das ferramentas digitais. O autor resume assim toda a problemática:

[...] o efeito da Internet pode ser resumido em um paradoxo. Nunca na história tantos dados têm sido disponíveis às audiências de massa. Nunca a produção de notícias responsáveis e analíticas – o jornalismo – tem sido tão enfraquecida pelo desmoronamento dos seus recursos de financiamento (NEVEU, 2010, p. 40).

Outro ponto a se considerar é o exposto por Kischinhevsky (2010), quanto à precarização do trabalho e a escassez de emprego na área, que tem levado jornalistas a aceitar situações abusivas ou desconfortantes, sem protestos, chegando até mesmo a naturalizá-las como inerentes à atividade. “Com um mercado de trabalho redesenhado pelas novas TIC's e pela precarização, ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades” (KISCHINHEVSKY, 2010, p. 67). Como também vimos, a crise financeira das empresas de mídia, como de diversos setores econômico desde a década de 1990, tem levado as mesmas a buscarem a redução de custos, o que tem implicado na redução no número de correspondentes no estrangeiro, enxugado as equipes e levado às editorias de internacional a buscar outras formas de cobertura das notícias estrangeiras (HAMILTON; JENNER, 2004; NATALI, 2004; ASH, 2010; MOORE, 2010; SILVA, 2011).

Dados extraídos de realidade como a dos Estados Unidos e da Inglaterra, como a tendência apontada para o noticiário internacional nestes países servem de referência,

mas não explicam a realidade encontrada no Brasil. Em comum, estamos diante de um dilema: no momento em que o cenário internacional está cada vez mais interligado aos contextos nacionais, menos investimento esse tipo de jornalismo recebe por parte da mídia tradicional. Isso também está relacionado com o público que esse setor do jornalismo atrai: no caso do Brasil, Natali (2004) descreve o leitor da editoria de internacional como as pessoas de maior nível intelectual, com mais estudos, interessadas no noticiário diferenciado. Não há números sobre o total de leitores deste segmento na mídia brasileira, mas a editoria é voltada para um público restrito, porém com mais alto padrão de consumo, mais exigente e composto por formadores de opinião.

A partir da revisão da literatura, seguimos para a terceira parte da tese, onde apresentamos os dados empíricos que abrangem as Fases 2, 3 e 4 da pesquisa, respectivamente: o levantamento de indicadores a partir da análise de conteúdo das editorias de internacional de dois jornais brasileiros; os questionários online aplicados para jornalistas brasileiros que atuam ou atuaram como correspondentes internacionais, ampliando o conhecimento sobre o perfil e a trajetória de carreira destes profissionais; e as análises descritivas e interpretativas das entrevistas realizadas com os dois grupos de profissionais selecionados, que compõem o núcleo da pesquisa de campo.

PARTE III:

O trabalho dos correspondentes internacionais brasileiros

O Brasil vive particularidades no contexto internacional especialmente a partir da primeira década do século XXI. Entender esse novo cenário brasileiro nos ajuda a melhor nos aproximar da realidade dos correspondentes internacionais. Apesar de não serem encontrados estudos parecidos com os realizados na Inglaterra e nos Estados Unidos, sobre a diminuição ou aumento do espaço dedicado à cobertura internacional, na prática, profissionais e autores (NATALI, 2006; SILVA, 2011) relatam uma redução desse tipo de cobertura após a redemocratização do país. Buscamos nesta terceira parte realizar um demonstrativo, que não pode ser estendido ao conjunto das mídias brasileiras, mas que, a partir de uma análise de conteúdo, estabelece uma comparação entre as editoriais internacionais de dois dos maiores jornais impressos brasileiros (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) em um intervalo de tempo de 20 anos (1993 e 2013). Tal levantamento nos oferece indícios sobre possíveis mudanças ou relativa permanência entre características de cobertura desse setor perceptíveis no conteúdo manifesto destas publicações (Fase 2 – análise de conteúdo de editorias de internacional).

Na sequência, apresentamos os dados coletados a partir da aplicação do questionário online a jornalistas brasileiros que atuam ou atuaram como correspondentes internacionais em algum momento das carreiras (Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais). O propósito foi o de melhor conhecer o perfil dos profissionais que exercem essa atividade e a trajetória de carreira que os levaram a assumir tal posto, por meio de questionários online. Por fim, as análises descritivas e interpretativas dos resultados das entrevistas (Fase 4 – entrevistas com correspondentes internacionais) realizadas com os dois grupos de profissionais selecionados, estruturadas de acordo com as categorias e subcategorias explicadas nos procedimentos metodológicos.

5. ANÁLISE DA EDITORIA DE INTERNACIONAL DOS JORNAIS FOLHA DE S. PAULO E O ESTADO DE S. PAULO (FASE 2)

Antes de partir para a experiência empírica central deste trabalho, buscamos uma análise da cobertura de internacional dos dois dos maiores jornais brasileiros, a fim de levantar indicadores de transformações ou permanências entre a cobertura de dois períodos de tempo, num intervalo de 20 anos: 1993 e 2013. Essas informações foram tratadas como análise de indicadores, reconhecendo um “terreno” ocupado por parte dos jornalistas brasileiros que se dedicaram à cobertura internacional – pela mídia impressa, neste recorte.

A *Folha de S. Paulo (Folha)* é um jornal paulista editado desde 1921, inicialmente com o nome de *Folha da Noite*. Em 1945, após mudanças acionárias, o título se fundiu com as edições diurna e vespertina do mesmo grupo dando origem, enfim, a *Folha de S. Paulo*. A editoria internacional é denominada “Mundo” e surgiu no mesmo ano de fundação do jornal. De acordo com o livro “Folha de S. Paulo Primeira Página: Uma Viagem Pela História do Brasil e do Mundo nas 223 Mais Importantes Capas da Folha Desde 1921”, publicado em 2006, 40% dessas principais capas se referem a notícias internacionais (BAHIA; RIGUEIRA, 2010).

A editoria “Mundo” é publicada diariamente, sendo que em 1993 estava localizada no Segundo Caderno e em 2013 no Primeiro Caderno do jornal. O número diário de páginas dedicadas ao noticiário internacional varia de acordo com o próprio noticiário, dependendo inclusive dos temas mais importantes nas outras editorias e, também, de acordo com o fechamento comercial (anúncios) de cada edição. Em 2013, conforme análise de conteúdo da Fase 2 da pesquisa, a média foi de 2 a 6 páginas, mas em três ou mais dias da semana, a *Folha* dedicou 5 páginas ao noticiário internacional. Já em 1993, a editoria variou entre 2 e 5 páginas, sendo que o tamanho mais recorrente foi o de 2 páginas. Nos sete dias da semana analisados, foram coletados nesta editoria 96 textos (em 2013), sendo 11 com chamadas de capa, e 148 textos (em 1993), dos quais 7 receberam chamadas de capa.

O jornal *O Estado de S. Paulo (Estadão)* foi criado em 1875 na capital paulista, ainda com o nome de *A Província de S. Paulo* e, após a proclamação da república,

adotou o título pelo qual é conhecido até hoje. A editoria “Internacional” existe desde que o jornal foi criado.

Fabbri (2002) cita as principais manchetes que o jornal apresentou em sua trajetória e se pode destacar que várias delas foram de notícias referentes à editoria Internacional. De 76 manchetes listadas pelo autor, 40 são de Internacional. Já no livro *Páginas da História: uma coletânea das primeiras páginas do Estado nos seus 125 anos de história* (2000), 45% das manchetes são de internacional (BAHIA; RIGUEIRA, 2010, p. 70-71).

Nos dois períodos analisados, a editoria “Internacional” esteve publicada no Primeiro Caderno do *Estadão*, variando de 3 a 5 páginas em 2013 (sendo 3 páginas o tamanho mais recorrente) e de 2 a 6 páginas em 1993 (sendo 4 páginas a maior repetição). Ao todo, foram coletados 98 textos em 2013, dos quais 13 receberam chamadas de capa, e 102 textos em 1993, com 11 chamadas principais.

Tabela 4. Apresentação das editorias

	Folha		Estadão	
	2013	1993	2013	1993
Nome da editoria	Mundo	Mundo	Internacional	Internacional
Localização da editoria	Primeiro Caderno	Segundo Caderno	Primeiro Caderno	Primeiro Caderno
Tamanho da editoria	3 a 6 págs.	2 a 5 págs.	3 a 5 págs.	2 a 6 págs.
Tamanho mais recorrente	5 págs.	2 págs.	3 págs.	4 págs.
Total de textos coletados	96	148	98	101
Chamadas de Capa	11	7	13	11

Fonte: elaboração da autora (Fase 2 – análise de conteúdo de editorias de internacional).

Em todo material coletado⁵⁶, identificamos quais os países foram citados na cobertura, considerando que um mesmo texto pode tratar de mais de uma região. Aqui,

⁵⁶ O material foi coletado em uma semana composta, conforme apresentado nos Procedimentos Metodológicos deste trabalho (Fase 2). A semana composta foi elaborada selecionando dias entre os meses de março e abril de 1993 e nos meses de março e abril de 2013. Para conferir as datas, ver Tabela 1, página 99.

já é importante fazer uma ressalva: na semana composta de 2013, o período de análise abrangeu a fase de escolha do Papa Francisco. Na *Folha*, o tema foi trabalhado pela editoria “Mundo”, mas o *Estadão* fez a opção de cobrir o assunto pela editoria “Vida”, que abrange meio ambiente, ciência, educação, saúde e sociedade (o que inclui “religião”). Isso fez com o que a Itália e até mesmo o tema religião aparecesse de modo diferenciado entre os dois veículos. Por exemplo, a Itália foi mencionada em 18 textos coletados da *Folha* na semana composta de 2013, enquanto que em o *Estadão* a referência aconteceu apenas 5 vezes.

A despeito de proximidade (geográfica ou cultural) e de qualquer acontecimento mais destacado, os Estados Unidos pautaram a maior parte dos textos coletados nos dois jornais. Na semana composta de 2013, o país foi tema, sobretudo, por conta da agenda e pronunciamentos do presidente Barak Obama e das relações com o Oriente Médio e a Coreia do Norte. Foram 17 referências feitas aos Estados Unidos pela *Folha* (o que equivale a 17,7% de todo material coletado) e 19 pelo *Estadão* (19,4%). No volume bruto, na semana composta de 1993, os Estados Unidos foram ainda mais noticiados (*Folha*: 38 notícias, 25,5%; *Estadão*: 28 notícias, 27,7%).

A diferença mais considerável está relacionada a três potências internacionais: França, Inglaterra e Rússia. Na semana composta de 1993, pouco tempo após o fim da Guerra Fria, os conflitos internos à ex-União Soviética indicavam o tom do noticiário internacional naquele momento. A crise do governo Ieltsin, principalmente, colocou a Rússia em evidência em 16 textos da *Folha* e 14 do *Estadão*. Enquanto que na semana composta de 2013, no período analisado, a *Folha* sequer fez qualquer cobertura dessa região e o *Estadão* dedicou apenas quatro textos.

A queda em relação à França e à Inglaterra também foi acentuada. Na semana composta de 1993, o envolvimento da Inglaterra em conflitos internacionais e os bastidores da família real britânica foram alvo de 14 textos da *Folha*, contra apenas 3 no *Estadão*. Na semana composta de 2013, a cobertura da Inglaterra caiu para apenas 1 na *Folha* e 5 no *Estadão*, em temas relacionados a saúde da rainha e ao plebiscito feito na Argentina sobre as Ilhas Malvinas.

Já o enfraquecimento do Partido Socialista na França, sobretudo, fez com que o tema fosse noticiado em 17 (*Folha*) e 14 (*Estadão*) textos na semana composta de 1993, enquanto que na semana composta de 2013 o número caiu para 2 e 3, respectivamente,

essencialmente com assuntos relativos ao forte inverno, que fechou aeroportos na Europa neste ano.

Mais próximo geograficamente do Brasil, dois países da América do Sul receberam destaque por conta de eleições presidenciais em 2013: Venezuela e Paraguai. Neste ano, por exemplo, a *Folha* dedicou 11 textos à Venezuela e o *Estadão* 7, sendo que na coleta de 1993 o país foi citado apenas duas vezes pela *Folha* (sobre manifestações e a abertura do setor petrolífero) e nenhuma pelo *Estadão*. O mesmo observamos no caso do Paraguai: 4 (*Folha*) e 5 (*Estadão*) textos em 2013, e apenas 1 (*Folha*) na semana composta de 1993, na ocasião, sobre a indicação de uma das chapas à disputa presidencial.

Na semana composta de 2013, a vizinha Argentina também foi alvo de reportagens, tanto pela escolha do novo Papa argentino como pelo plebiscito envolvendo as Ilhas Malvinas e a disputa do território com a Inglaterra. Foram 8 textos pela *Folha* e 3 pelo *Estadão*. Na semana composta de 1993, coletamos apenas 2 textos pela *Folha* – notas relacionadas à inflação no país.

A Coreia do Norte também recebeu um relativo destaque entre os textos coletados na semana composta de 2013 (6 na *Folha* e 10 no *Estadão*), todos relacionados à ameaça de um confronto com a Coreia do Sul e o uso de armas nucleares, enquanto que na semana composta de 1993 houve apenas 1 texto em cada jornal analisado, sobre a desistência do país, já naquele momento, de participar do acordo internacional antinuclear.

Outro país que registrou um aumento no interesse de cobertura foi o Irã: na semana composta de 1993, identificamos apenas uma notícia sobre o país, no *Estadão*, sobre uma mudança na moeda. Já na semana composta de 2013, foram 4 textos no *Estadão* e 1 na *Folha*. Neste último, uma reportagem de página inteira sobre um brasileiro que se tornou mulá islâmico no país, enquanto o *Estadão* deu destaque às relações internacionais, sobretudo no que dizia respeito ao uso de armas nucleares, além de uma tentativa de processo contra a indústria cinematográfica de Hollywood.

A China manteve um equilíbrio: 6 (*Folha*) e 4 (*Estadão*) textos em 2013 e 7 e 4, respectivamente, na semana composta de 1993. Há 20 anos, os principais interesses da cobertura foram a escolha do primeiro ministro chinês, a transferência de soberania de Hong Kong dos ingleses para os chineses e algumas curiosidades, como hábitos

alimentares. Na semana composta de 2013, os assuntos foram mais variados: a repressão à Coreia do Norte em relação ao uso de armas nucleares, terremoto, comportamento, relações com a Rússia e investimento em gastos militares.

Em 1993, a Guerra da Bósnia, iniciada em 1992 envolvendo a República Federal da Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) e a Croácia, fez com que o país fosse noticiado em 12 (*Folha*) e 9 (*Estadão*) textos naquele ano, e nenhuma única vez entre o material coletado na semana composta de 2013.

Por fim, entre os países citados na cobertura da editoria de internacional, destaque para um episódio registrado na *Folha*: no dia 29 de março de 2013 (feriado da Paixão de Cristo), a notícia “Jovens internos se agridem diante de arcebispo de PE”, que é nacional, foi publicada na editoria “Mundo”, ao lado da reportagem que falava sobre a cerimônia de lava-pés celebrada pelo novo Papa.

5.1. Temas centrais e noticiabilidade

Os temas não devem ser confundidos com valores-notícia: na nossa análise (Fase 2), buscamos identificar os macrotemas mais recorrentes, considerando a divisão por editorias que tradicionalmente existe no noticiário brasileiro. Alguns autores e profissionais (UTZERI, 1989; BRITTO, 2004; SILVA, 2011) definem a seção de internacional como uma editoria de “geral” (que em algumas publicações recebe o nome de “Cidades”), só que numa cidade estrangeira. Ou seja, o repórter que realiza esta cobertura como correspondente ou como enviado especial precisa ter a habilidade de trabalhar assuntos diversos, de Polícia à Comportamento, por exemplo.

Assim, neste trabalho, consideramos os seguintes macrotemas: Política; Religião; Cidades; Economia; Polícia; Educação; Sociedade; Saúde; Tecnologia; Meio Ambiente; Esporte; e Cultura. Vale destacar que um mesmo texto pode se enquadrar em mais de um tema. Por exemplo: um tratado internacional sobre a política de emissão de gases tóxicos poderia estar enquadrado, ao mesmo tempo, nos temas Política e Meio Ambiente.

O tema mais presente no noticiário internacional foi Política. No caso do *Estadão*, 63,2% dos textos coletados na semana composta de 2013 estavam

relacionados a esta temática, percentual que foi de 72,2% na semana composta de 1993. Na *Folha* o índice registrado foi menor, mas ainda assim a Política foi tema recorrente em 50% (2013) e 54,7% (1993) dos textos. Aqui parece ser a espinha dorsal do noticiário internacional para os jornais brasileiros, onde encontramos fatos relacionados a eleições, pronunciamentos, tratados e acordos internacionais, conflitos armados ou diplomáticos, sanções, políticas públicas internas aos países, entre outros.

Outras temáticas, como Esportes, Cultura e Turismo, em geral, após a estratégia de “cadernalização” dos jornais brasileiros, são mais frequentemente encontradas nos cadernos especializados, mesmo em se tratando de fatos internacionais. Já o noticiário de Economia pode variar, entre as editorias de Internacional/Mundo e a que trata especificamente de economia, finanças e negócios. Ainda assim, a *Folha* foi o jornal que dedicou um maior espaço para os fatos econômicos. Já em Polícia e Cidades estavam acontecimentos como infraestrutura, transporte urbano, atentados, manifestações ou crimes. Na Tabela 5 é possível visualizar de que forma os macrotemas foram identificados no corpus analisado.

Tabela 5. Temas centrais

Temas	Folha		Estadão	
	2013	1993	2013	1993
Política	48	81	62	73
Religião	22	2	1	-
Economia	20	28	2	3
Cidades	6	11	16	2
Polícia	3	12	4	20
Educação	1	-	1	-
Sociedade	1	10	5	4
Saúde	2	3	2	1
Tecnologia	-	1	3	1
Meio ambiente	-	1	1	-
Esporte	-	-	1	-
Cultura	-	2	2	1

Fonte: elaboração da autora
(Fase 2 – análise de conteúdo de editorias de internacional)

Ao aplicar a proposta de valores-notícia para operacionalização de análises (SILVA, 2005), identificamos que acontecimentos relacionados a Governo são os que têm maior probabilidade de se tornarem notícia pelas editorias internacionais dos jornais

analisados, seguido por Conflitos, como guerras. A Proeminência é outro fator importante, especialmente no que concerne à hierarquia dos personagens envolvidos (no geral, líderes e autoridades). Em 2013, o critério Conhecimento/Cultura, que de acordo com a classificação abrange acontecimentos relacionados à religião, teve uma maior recorrência pelo período de escolha do Papa Francisco. Estes foram os critérios de noticiabilidade mais recorrentes em 2013, conforme apresentado na Tabela 7, em valores brutos. Impacto (*Folha*) e Tragédia (*Estadão*) também foram destaques nas respectivas publicações.

Em contraponto, na semana composta de 1993, apesar de Governo, Conflito e Proeminência também receberem grande importância, constatamos uma maior participação de outros critérios. Impacto, por exemplo, foi identificado em 39 textos coletados da *Folha* na semana composta daquele ano. Tragédia, Polêmica e Justiça também representaram critérios importantes de noticiabilidade dos acontecimentos. Por fim, observamos que o quesito Proximidade, ou seja, assuntos que tenham alguma proximidade geográfica ou cultural com o Brasil, teve uma maior relevância na *Folha* na semana composta de 2013, mas a representatividade foi baixa no geral.

Tabela 6. Valores-notícia aplicados ao *corpus* analisado

Valor-notícia	Folha		Estadão	
	2013	1993	2013	1993
Governo	40	36	30	49
Conflito	24	35	48	22
Proeminência	23	18	7	16
Conhecimento/Cultura	22	3	6	2
Tragédia/Drama	6	21	9	18
Impacto	10	39	2	7
Polêmica	5	19	3	17
Proximidade	6	3	2	1
Justiça	3	23	6	21
Raridade	5	13	3	5
Surpresa	1	5	4	-

Fonte: elaboração da autora
(Fase 2 – análise de conteúdo de editorias de internacional)

5.2. Produção jornalística

Um aspecto importante que esta análise nos traz é o reconhecimento de quem assina os textos da editoria de Internacional/Mundo. Na semana composta de 2013, conforme levantamento da Fase 2, a *Folha* apresentou o maior número de textos assinados por correspondentes ou enviados especiais (40,6%), ou seja, repórteres do veículo produzindo o material do exterior. Neste mesmo veículo, as agências de notícias aparecem como responsáveis por 29% do material coletado.

A *Folha* foi também o jornal que apresentou o maior número de colunistas na seção (12,5% dos textos assinados) e o menor percentual (2,1%) de textos reproduzidos da imprensa internacional. Por fim, pouco mais de 7% dos textos não estavam assinados ou não informavam de onde foram extraídas as informações e 8,3% deles foram assinados (e assim identificados) por profissionais que produziram o conteúdo do Brasil (“de São Paulo”, por exemplo).

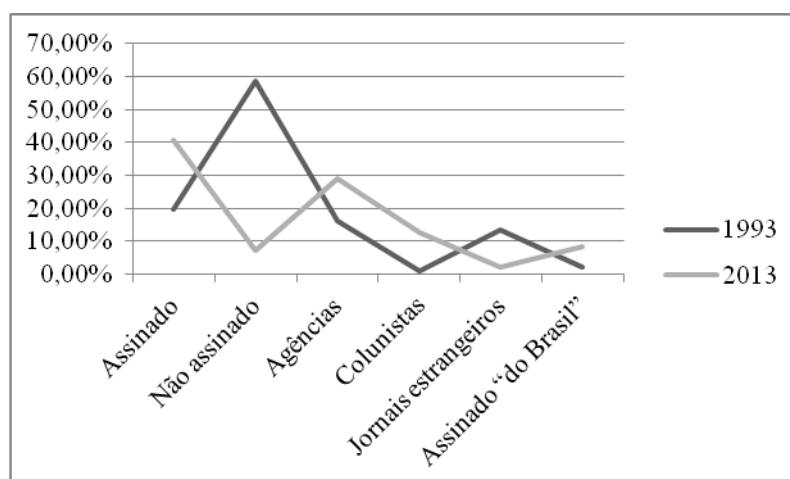
Ainda na semana composta de 2013, no *Estadão*, há um equilíbrio proporcional: 23,5% dos textos estavam assinados por correspondente ou enviados especiais do veículo, e o mesmo percentual não estava assinado, portanto, sem identificação do autor ou da fonte de informação. Um pouco mais, 24,5% correspondem a informações identificadas como das agências internacionais e 26,5% são reproduções da imprensa estrangeira. Para completar, apenas 2% desse material foram assinados por colunistas.

Os números indicam uma mudança bastante significativa em relação ao encontrado no corpus de 20 anos antes. Na semana composta de 1993, 19,5% dos textos da *Folha* e 31,6% do *Estadão* estavam assinados por correspondentes internacionais. Em compensação, em 58,7% (*Folha*) e 60,4% (*Estadão*) do material não havia qualquer identificação de quem produziu as notícias. A *Folha*, em 16,2% dos textos, adotou a estratégia de identificar como “Das agências internacionais”, ao contrário do *Estadão*, que em nenhum caso fez essa advertência de modo explícito. Neste ano, um único artigo publicado em “Mundo” (*Folha*) foi assinado por um profissional “Da equipe de articulistas”. Na semana composta de 1993, a *Folha* foi ainda o jornal que mais publicou textos traduzidos da imprensa estrangeira, com 13,5% do material, contra apenas 4% no caso do *Estadão*. Nos dois anos em questão, somente a *Folha* apresentou

material assinado do Brasil e, no caso de 1993, os textos foram identificados, ao lado do nome do profissional, como “Do Banco de Dados”.

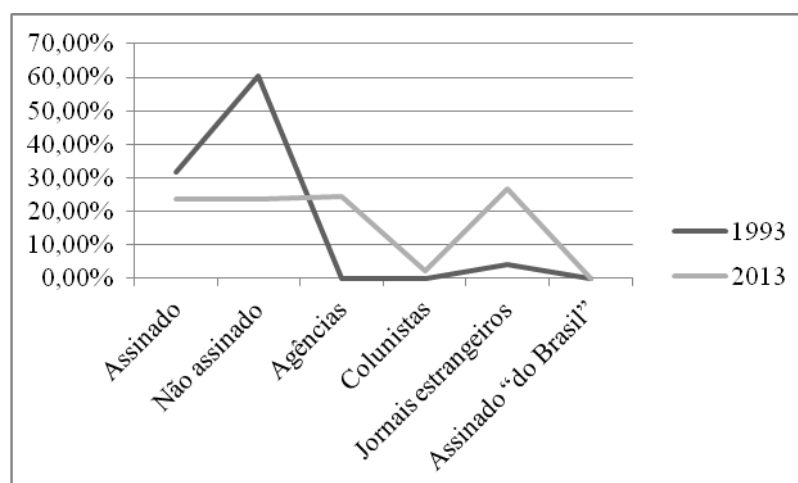
Os gráficos 3 e 4 ilustram essas mudanças sobre a assinatura do material publicado pelas editorias de internacional de cada veículo.

Gráfico 3. Assinatura da produção na Folha de S. Paulo



Fonte: elaborado pela autora
(Fase 2 – análise de conteúdo de editorias de internacional).

Gráfico 4. Assinatura da produção em O Estado de S. Paulo



Fonte: elaborado pela autora
(Fase 2 – análise de conteúdo de editorias de internacional)

Também relacionada à produção jornalística, identificamos uma alteração no projeto editorial dos jornais analisados entre os dois períodos. Na semana composta de 1993, a editoria “Mundo” (*Folha*) publicava uma coluna fixa chamada, naquele momento, de “Multimídia”: tratava-se da reprodução de notas, manchetes, charges e infográficos que foram destaque (no dia anterior) na imprensa internacional. Deste modo, 45,2% das unidades de texto coletadas na *Folha* naquele ano correspondem a Notas, 4% a Charges e 2% a Infográficos. Notícias e Reportagens, neste caso, representaram 42,5% do material. Ainda em 1993, a *Folha* publicou quatro Artigos na editoria, sendo um assinado por um articulista da própria equipe e os outros três traduzidos da imprensa internacional. Números bem diferentes do coletado na semana composta de 2013: 68,8% do material da *Folha* correspondem a Notícias e Reportagens, enquanto 13,5% a Notas. Neste ano, identificamos ainda a publicação de quatro Entrevistas Pingue-pongue e um aumento no número para 12 os Artigos publicados na editoria.

Já no *Estadão*, o movimento parece ter sido o inverso: na semana composta de 1993, 67,3% dos textos deste jornal estavam no formato de Notícias ou Reportagens, ante 19,8% de Notas. Nas edições da na semana composta de 2013, o jornal trouxe uma coluna diária chamada “Websfera”, dando destaque a pequenas notas que foram notícias em sites de veículos do mundo inteiro. Deste modo, as Notas passaram a representar 45% do material coletado nos sete dias da análise, cabendo às Notícias e Reportagens 39%. Enquanto na semana composta de 1993 o *Estadão* publicou apenas um Artigo em “Internacional”, 20 anos depois este número subiu para 14, na maioria artigos reproduzidos da imprensa estrangeira. Encontramos ainda, no ano de 2013, uma Entrevista Pingue-pongue (foram duas em 1993) e um Perfil nesta editoria.

Em relação à produção de fotos publicadas em “Internacional/Mundo”, nos dois períodos ficou evidente a predominância de imagens fornecidas pelas agências internacionais *Reuters*, *Associated Press* e *France Press*. Na semana composta de 2013, a agência espanhola *EFE* também aparece nos créditos das imagens. Identificamos ainda 5 fotos assinadas pela *Folhapress* (2013) e 2 pela *Folha Imagem* (ambas do *Grupo Folha*). Em um caso em cada ano a imagem foi creditada a algum jornal internacional (*The New York Times* pelo *Estadão* em 2013; *The Sun* pela *Folha* em 1993).

Seis imagens publicadas pelo *Estadão* na semana composta de 2013 e quatro pela *Folha* na semana composta de 1993 não apresentaram nenhum crédito. Na amostragem de 1993, ainda, dois retratos foram reproduzidos pelo *Estadão* em bico de pena. Mas a diferença mais considerável se deve a novos créditos apresentados nos materiais coletados em 2013: Divulgação (em dois textos da *Folha*, em referência a imagens cedidas); Reprodução da web (com imagens retiradas da internet ilustrando dois textos do *Estadão* e um da *Folha*); e uma fotografia publicada no *Estadão* assinada por um correspondente do próprio jornal.

5.3. Fontes e abordagens

Para finalizar a análise do conteúdo selecionado (Fase 2), consideramos o tipo da abordagem realizada em cada texto coletado: se era factual, ou seja, atrelada a uma agenda de eventos ou fatos pontuais, ou se era uma informação mais trabalhada e atemporal, conhecida no jargão jornalístico como *feature*. No caso da editoria de internacional, ficou evidente o quanto a cobertura está atrelada à agenda de eventos, nos dois momentos observados. Dentro da diversidade de acontecimentos ao redor do mundo, fatos pontuais como eleições, conflitos e polêmicas, como vimos em relação aos critérios de noticiabilidade, exercerão uma grande influência. Ao mesmo tempo em que o noticiário internacional exige uma dose de contextualização e interpretação, para inserir os leitores distantes dos acontecimentos, por outro, o pouco espaço e o acelerado fluxo de informações das diferentes regiões tornam as notícias mais factuais.

No material colhido na *Folha* em 1993, 88,5% dos textos estavam caracterizados como *hard news*, ou seja, com forte apelo temporal e atrelada a fatos recentes. Esse percentual caiu um pouco em 2013, para 76%. Os dados são bem parecidos com os do *Estadão*: 81% em 1993 e 80,6% em 2013.

Como as agências internacionais respondem por grande parte do material publicado nessa editoria, elas produzem uma quantidade de informações, do mundo inteiro, em proporções maiores do que a equipe de um jornal regional, isso de acordo com os acontecimentos. O espaço para o *feature* ou para a análise, a contextualização, dependerão de outros recursos. Nos dois períodos, observamos que cabia aos

correspondentes internacionais ou enviados especiais dos próprios veículos a produção de reportagens especiais e ou textos opinativos, mais analíticos. Mas há diferenças.

No material analisado em 1993, os correspondentes pareciam ter um maior espaço para a análise. Era comum observar textos factuais assinados com material das agências e um texto complementar, de um correspondente, analisando o episódio ou contextualizando o fato. Um exemplo disso foi o texto assinado pelo jornalista William Waack, correspondente na Alemanha pelo *Estadão*, no dia 21 de março daquele ano. A reportagem principal foi “Yeltsin quer presidencialismo com base na lei soviética, diz assessor”, com informações da *Reuters* e da *France Press*. Abaixo, o repórter assinou o texto “Possibilidade de golpe parece real e iminente”, no qual analisou a crise no governo Russo no formato opinativo.

Outro nome reconhecido do *Estadão* na década de 1990 foi do jornalista Paulo Francis, correspondente em Nova York. No dia 5 de março o jornal publicou uma reportagem, com base em informações da imprensa internacional, sobre a morte de civis na Guerra da Bósnia. Em paralelo, Francis assinou o texto “Clinton vai entregar a Bósnia a Sérvia”, no qual comentou, com ironia e contextualização, a campanha eleitoral do então candidato à presidência dos Estados Unidos e a promessa de intervir no conflito.

Na *Folha* o processo era parecido, como no texto assinado por João Batista Natali no dia 29 de março de 1993. Em “Socialistas começam a ‘travessia do deserto’”, o correspondente comentava da França a derrota do Partido Socialista nas eleições. A reportagem principal foi assinada pelas agências internacionais, com os títulos “Esquerda é guilhotinada no 2º turno da França” e “PS tem sua cúpula decepada”.

Percentualmente, o *Estadão* apresentou mais textos assinados por correspondentes ou enviados especiais em 1993, mas no caso da *Folha* foi o contrário. Neste último jornal, o número de textos assinados por profissionais próprios dobrou de 1993 para 2013. É necessário considerar que, no período analisado em 2013, houve o episódio de eleição de um novo Papa, o que fez com que os veículos deslocassem jornalistas para cobrir o evento.

Mas foi possível observar que os correspondentes em 2013 assinam mais reportagens factuais, mesmo que o acontecimento receba cobertura das agências internacionais. É o caso da notícia “Em visita, Obama reafirma aliança ‘eterna’ com

Israel”, publicada pela *Folha* no dia 21 de março de 2013 e assinada pelo correspondente em Israel, Diogo Bercito. O texto é pontual e objetivo e tem por base informações oficiais e declarações públicas das autoridades. O mesmo observamos no texto “Bersani dá ultimato por coalizão e Itália se aproxima de novas eleições”, assinado pelo correspondente Andrei Netto, da Itália, para o *Estadão*. A notícia traz declarações oficiais e dados divulgados pela *Reuters*.

Outra constatação, ao analisar todo o material, é a de que os correspondentes em 1993 exerciam mais o gênero opinativo, em textos no qual expressavam a avaliação, às vezes com ironia e adjetivação, mas destacando o olhar estrangeiro, de quem estava no local. Na atualidade isso é pouco comum, os correspondentes continuam assinando uma parcela considerável das notícias publicadas na editoria de internacional, porém no gênero informativo, na maioria guiados pelo *hard news*.

Contudo havia espaço para o *feature* em 2013. Muitas vezes, apoiado em um gancho factual, mas com uma abordagem em profundidade ou apresentando outros ângulos do acontecimento. Um exemplo foi a reportagem “Brasilguaios esperam fim da era de invasões”, publicada pelo *Estadão* no dia 22 de abril de 2013 e assinada pelo enviado especial Roberto Simon. O texto tem como pano de fundo as eleições presidenciais no Paraguai, mas traz uma reportagem especial em torno da realidade de brasileiros que vivem na área da fronteira. Outro caso que se destacou foi a reportagem “Mulá à brasileira”, de Samy Adghirni, publicada na *Folha* de 13 de março de 2013: como único jornal brasileiro a ter um correspondente no Irã, a notícia do primeiro brasileiro a se tornar um clérigo xiita foi destaque de página inteira na editoria.

Ao reconhecer as diferenças de abordagens entre os dois períodos analisados, buscamos identificar quais foram as principais fontes citadas ou que forneceram informações para os textos coletados. As principais fontes de informações nos dois veículos foram as consideradas “oficiais”, sobretudo por meio de pronunciamentos ou comunicados oficiais de presidentes, primeiros ministros, autoridades, candidatos e líderes religiosos. Essas são fontes raramente ouvidas diretamente por um repórter, seja no Brasil ou no exterior. Parte de porta-vozes, anúncios oficiais, são falas proferidas em encontros ou reuniões. Em 1993, 16% dos textos coletados da *Folha* contavam com esse tipo de fonte e no *Estadão* esse dado foi de 25,7%. Em contrapartida, em 2013, o volume foi de 33% na *Folha* e 28% no *Estadão*.

Destaque para a quantidade de textos que se referem à imprensa internacional, ou seja, comentam aparições em canais de televisão locais, rádios ou agências governamentais ou até mesmo o que a mídia impressa de determinado país está publicando sobre o assunto em questão. No material coletado em 2013, 14,5% (*Folha*) e 11,2% (*Estadão*) faziam esse tipo de citação. Vinte anos antes, esse número foi menor na *Folha* (6,7%), porém foi mais que o dobro no *Estadão* (27,7%).

Sobre as fontes diretas, aquelas ouvidas pela própria reportagem, dividimos em dois grupos: o de cidadãos e fontes envolvidas, que abrange testemunhas ou pessoas ligadas diretamente aos fatos; e os especialistas, recorrentes para fazer análises no noticiário internacional, tais como cientistas políticos, sociólogos e economistas. Estes dois casos aconteceram em proporções diferenciadas, em ambos os jornais, na semana composta do ano de 2013:

a) Cidadãos e pessoas envolvidas: 21,8% (2013) e 2,7% (1993) na *Folha*; 15,3% (2013) e 4% (1993) no *Estadão*.

b) Especialistas: 9,3% (2013) e 4% (1993) na *Folha*; 5% (2013) e 25% (1993) no *Estadão*.

Na semana composta de 1993, encontramos um fato curioso: correspondentes dos próprios jornais sendo citados como fontes em reportagens. Foi o caso da notícia “CE acena com mercado livre para a Rússia”, publicada no dia 6 de abril no *Estadão*, sem que ninguém assinasse. No quarto parágrafo, a seguinte referência: “Segundo observa o correspondente em Paris, Reali Júnior, o pacote de ajuda oferecido pelos EUA [...]”.

Situação parecida também ocorreu na *Folha*, no dia 5 de março de 1993, no texto “Barclays tem primeira perda em 300 anos”. A fonte da notícia de balanço negativo do banco apareceu como “informa Leão Serva, de Londres”.

Por que os próprios correspondentes não assinaram as notícias? Seria necessário investigar o modo de produção dessas edições, mas é possível que a informação tenha sido complementada pelos jornalistas para a equipe da redação, por telefone, por exemplo.

Já na semana composta de 2013, uma nova fonte de informações chamou atenção no *corpus* analisado: as referências feitas a redes sociais, de declarações ou informações tiradas deste espaço. No dia 6 de abril deste ano, por exemplo, a notícia

“BNDES dará novo empréstimo à Venezuela”, cita uma declaração feita pelo candidato à presidência da Venezuela, Henrique Capriles: “No Twitter, disse ter recebido mensagens de oficiais se queixando de ter de participar de um ato com Maduro”. Houve ainda outros casos neste período, repercutido pelos dois jornais, como a prisão do suspeito do atentado na Maratona de Boston, anunciada pela Polícia de Boston pelo Twitter; e um músico argentino que comentou pelo Facebook a gafe cometida pelo presidente do Uruguai numa declaração flagrada sobre a presidente da Argentina.

Este levantamento nos mostra que não houve uma redução considerável dos noticiários internacional nas últimas décadas, ao menos sob o aspecto mais objetivo, que é a quantidade de páginas dedicadas à editoria. Na *Folha*, a quantidade de páginas parece maior na semana composta de 2013, entretanto o número de textos coletados foi maior em 1993. Isto se deve ao fato de que, na semana composta de 1993, o jornal publicada uma coluna de notas e charges que somaram como “unidades de texto” coletadas.

Sobre os países mais citados pelas reportagens e notas, os Estados Unidos continuam sendo a “pedra no sapato” do noticiário internacional, como disse Natali (2004), contudo identificamos uma pequena queda da participação deste país nas notícias de 2013 comparada a 1993, nos dois jornais analisados. Por uma mudança global mais geral, é nítida a queda também, de modo mais significativo, de países como Rússia, França e Inglaterra. Em outra medida, por motivos diversos, países sulamericanos, como Argentina, Venezuela e Paraguai, além de Coreia do Norte e Irã se tornaram mais presentes.

Política continua dominando o noticiário internacional, porém com uma redução de 13 p.p. na *Folha* e de 18 p.p. no *Estadão*. Em compensação, os critérios de noticiabilidade mais recorrentes podem ser enquadrados nesta temática, como Governo, Conflito e Proeminência dos atores envolvidos.

Para o nosso estudo, ponto importante é a questão de quem assina os textos da editoria. O número de material assinado por correspondentes ou enviados especiais dobrou na *Folha* na semana composta de 1993 para a semana composta de 2013. Em compensação, no *Estadão* caiu 8 p.p. As agências assinam textos com bem mais frequência em 2013, no entanto, parece ser uma questão de política editorial, no sentido

do jornal decidir colocar ou não o crédito. Em 1993, nos dois jornais, havia um número bem maior de textos sem qualquer assinatura.

Se o espaço para opinião dos repórteres caiu, a *Folha* aumentou o espaço para articulistas assinarem colunas na editoria de internacional. Por outro lado, caiu em 11 p.p. o número de textos traduzidos da imprensa internacional pela *Folha*, enquanto este mesmo dado cresceu 22 p.p. no *Estadão*.

Por fim, alguns aspectos mais pontuais chamaram a atenção sobre o conteúdo analisado nesta Fase 2, no que diz respeito a tecnologias. Primeiro foi o fato da *Folha* publicar em 1993 uma coluna intitulada *Multimídia*, que nada tinha a ver com a tecnologia digital, mas sim com a publicação de notas sobre o que estava saindo na imprensa internacional, além de publicar outros formatos, como charges e infográficos. Enquanto que em 2013 o *Estadão* estava publicando uma coluna denominada *Websfera*, divulgando os principais temas abordados pela imprensa internacional em sites na web.

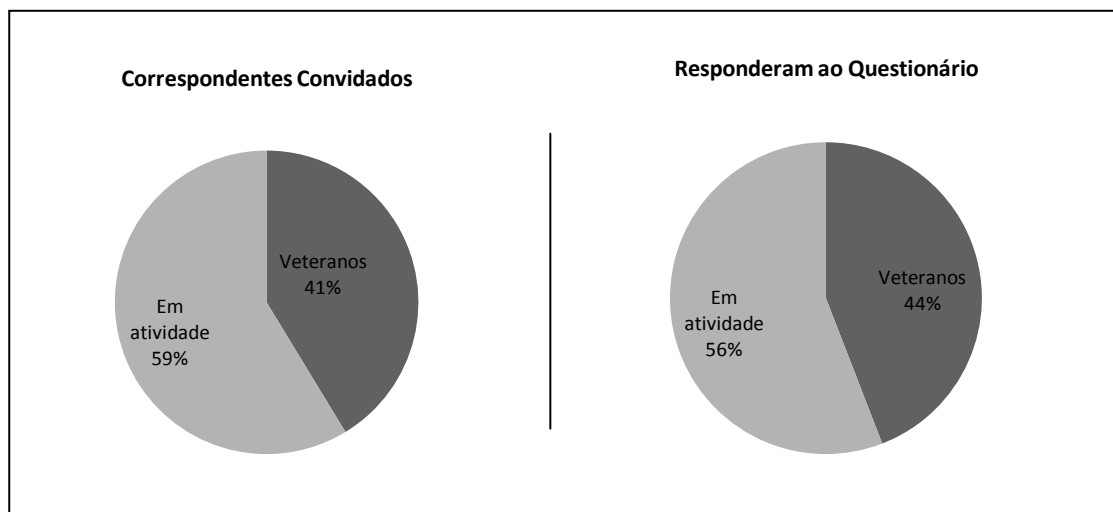
Em relação às fontes, duas últimas observações. Primeiro, o fato de encontrarmos, na semana composta de 1993, reportagens que citavam o próprio correspondente como fonte. Os textos neste caso não eram assinados pelos correspondentes, o que nos leva a supor que as informações foram passadas para redatores, por telefone, talvez. As barreiras tecnológicas naquele momento para o envio do material produzido, num curto espaço de tempo, poderiam ter propiciado isso. E, segundo, o uso de declarações feitas em redes sociais, já na semana composta de 2013, como fontes para as reportagens, numa clara presença das tecnologias digitais na prática jornalística contemporânea.

6. CARACTERÍSTICAS DOS CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS BRASILEIROS (FASE 3)

A distribuição quantitativa e geográfica realizada na Fase 1 (mapeamento da distribuição dos correspondentes brasileiros), permitiu-nos apenas identificar o nome e o meio de comunicação para o qual eles colaboram. A aplicação do questionário online (Fase 3) teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre quem são esses profissionais e como as carreiras se desenvolveram, do ponto de vista das características gerais. Como explicado no capítulo de procedimentos metodológicos, o objetivo foi complementar o levantamento de indicadores que pudesse colaborar para análise mais ampla do fenômeno pesquisado. Pelo questionário⁵⁷ aplicado, buscamos levantar as características pessoais dos profissionais, como gênero, etnia, estado civil, formação acadêmica, nacionalidade e naturalidade; informações sobre as trajetórias profissionais, como idade e tempo de carreira quando assumiram o posto de correspondente, qual cargo ocupava antes e qual passou (ou gostaria de passar) a ocupar depois da correspondência, situação financeira enquanto exerceram a função e quais atividades desenvolveram e para que tipo de mídia; e quais as competências os próprios profissionais julgavam como mais importantes para um jornalista que pretenda trabalhar na correspondência internacional.

Foram enviado 92 convites a jornalistas que são ou foram correspondentes em algum momento da vida profissional. Destes, 54 atuavam na função no momento da pesquisa e 38 ocuparam o posto em algum momento das carreiras (veteranos). O retorno de participação foi de 34 respondentes, o que corresponde a 37% do universo visado. Entre os profissionais que responderam ao questionário, 19 estavam atuando como correspondentes internacionais e 15 não mais.

⁵⁷ O modelo de questionário aplicado está apresentado no Apêndice I desta tese.

Gráfico 5. Distribuição da amostra

Fonte: elaboração da autora (Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais)

Em relação ao período em que atuaram, 12 assumiram o cargo de correspondente internacional pela primeira vez entre 1970 e 2000, enquanto 9 começaram entre 2001 e 2010 e 13 após 2010.

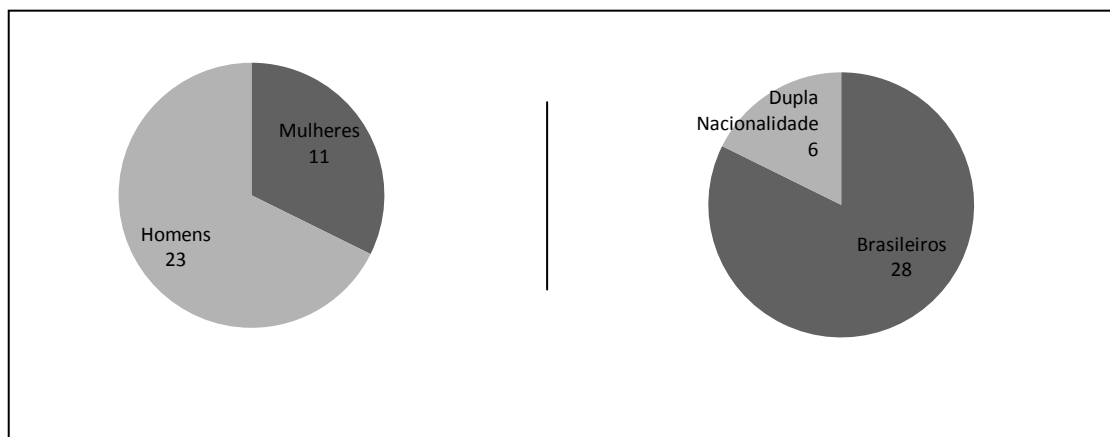
Entre os veteranos (que exerceram a atividade de correspondente no passado) listados e convidados a participar da pesquisa, apenas 26,3% eram mulheres, enquanto que entre os que ainda estavam na função esse percentual subiu para 42,5%. Esse cenário é coerente com o que observamos na revisão da literatura, como Silva (2011), que afirmou ser reduzido número de mulheres na correspondência internacional. A ampliação dessa participação vai ao encontro da própria feminização da imprensa brasileira (MICK; LIMA, 2013), além da conquista de direitos e o crescimento da participação da mulher na vida social de um modo geral. Entre os respondentes, a diferenciação também se confirmou: das 34 respostas, 11 foram de jornalistas mulheres.

No que se refere às nacionalidades, 28 dos entrevistados têm apenas nacionalidade brasileira, enquanto que 6 deles possuem dupla nacionalidade: quatro dos entrevistados também tem nacionalidade europeia, um é asiático e um é africano.

Resultado semelhante sobre a nacionalidade dos pais destes profissionais: 29 se declararam filhos de brasileiros e 5 afirmaram que ao menos um dos progenitores são de outra nacionalidade, que não a brasileira. Esse tipo de questionamento inicial teve como

propósito identificar se, na própria história de vida desses profissionais, já havia alguma origem internacional, contribuindo, por exemplo, para uma experiência anterior no exterior ou no domínio de outros idiomas.

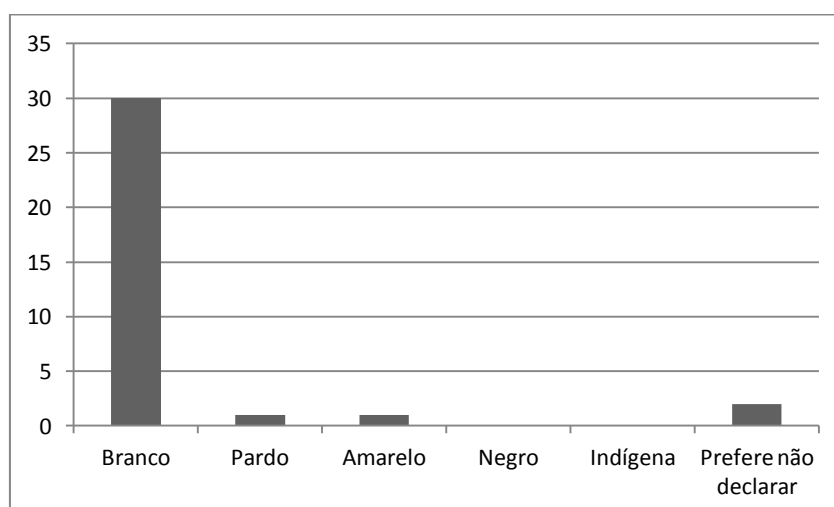
Gráfico 6. Perfil dos respondentes



Fonte: elaboração da autora (Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais)

Em relação ao grupo racial, dos 34 respondentes, 30 se declararam “brancos”, enquanto dois preferiram não responder, um se afirmou “pardo” e um “amarelo”. Esse predomínio do grupo “branco” (mais de 88%) é ainda superior aos 72% identificados na pesquisa de Mick e Lima (2013) sobre o perfil dos jornalistas brasileiros.

Gráfico 7. Perfil dos respondentes (grupo racial)



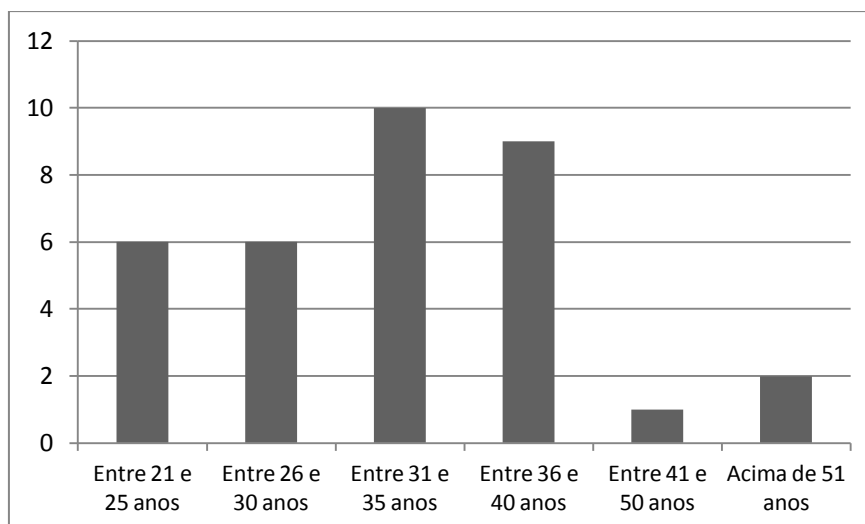
Fonte: elaboração da autora
(Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais)

Perguntados sobre a formação profissional, 28 afirmaram ter graduação em jornalismo, 5 em outras áreas e apenas 1 afirmou não ter nível superior. Entre os 34 respondentes, 15 não cursaram nenhuma pós-graduação, 7 são especialistas, 9 são mestres e 3 doutores.

Os jornalistas, enquanto grupo profissional, são reconhecidos por um intenso engajamento com a vida profissional (TRAVANCAS, 2011), ou seja, a atividade ocupa grande parte do tempo e com muita dedicação. São também identificados como “trabalhadores sem hora” (LE CAM, 2006), comprometidos com as intempéries dos acontecimentos, o que torna a rotina imprevisível. Com isso, conciliar a vida profissional com a pessoal pode ser um desafio, especialmente no caso dos correspondentes internacionais, quando a mudança para outro país e as longas rotinas diárias de trabalho (problemas com fuso horário, além de ser o único da equipe na região de cobertura) requer um sacrifício para toda a família, o que sugere que jornalistas solteiros e sem filhos poderiam ter maior facilidade para assumir um posto no exterior (SILVA, 2011). Entre os entrevistados, pouco mais da metade (19) afirmou ser solteiro no momento em que se tornaram correspondentes internacionais e 23 não tinham filhos nesta ocasião.

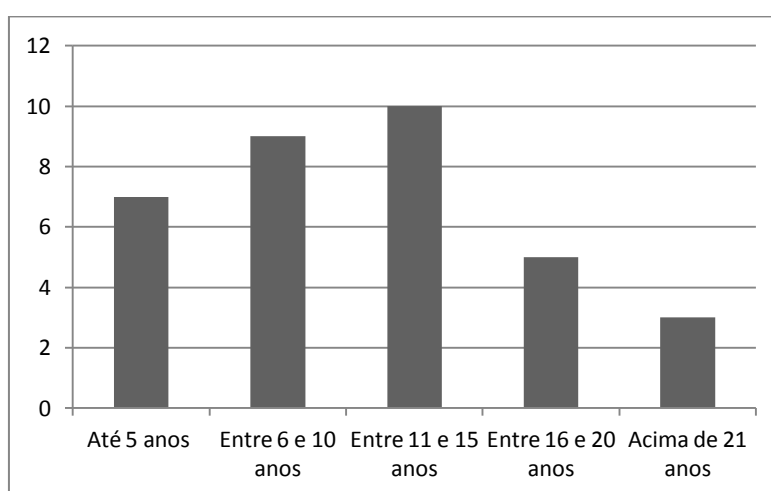
A faixa etária é outro fator considerado para analisarmos em qual momento de vida e carreira estes profissionais se tornaram correspondentes estrangeiros: 12 entrevistados afirmaram ter assumido a função antes dos 30 anos de idade; outros 10 afirmaram ter sido na faixa dos 31 aos 35 anos de idade; 9 entre 31 e 40; e 3 acima dos 40 anos de idade.

Entre os que afirmaram ter assumido a função antes dos 30 anos, 2 o fizeram na década de 1970, 1 nos anos 1980, 3 nos anos 1990, 2 na primeira década dos anos 2000 e 4 após 2010. Os números não permitem qualquer tipo de generalização. Tal fato remete ao encontrado por Hannerz (2004), ao investigar o perfil dos correspondentes norte-americanos: não há um padrão, um critério único que defina como e quando se tornar correspondente internacional. Há uma variedade grande de fatores que contribuem para isso, que vão desde oportunidades no ambiente de trabalho, a escolhas e condições de vida pessoais. Portanto, na pesquisa qualitativa, como veremos, interessará conhecer as trajetórias individuais que contribuíram para essa progressão de carreira.

Gráfico 8. Faixa etária dos jornalistas quando se tornaram correspondentes

Fonte: elaboração da autora
(Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais)

Independente da idade desses profissionais, o que podemos afirmar é que o posto de correspondente internacional foi assumido num estágio intermediário das carreiras. Dos que responderam a pesquisa, 16 declararam ter menos de 10 anos de carreira; outros 10 tinham entre 11 e 15 anos de profissão; e 8 mais de 16 anos. O Gráfico 9 mostra a distribuição entre os períodos.

Gráfico 9. Tempo de profissão jornalística ao assumir o posto de correspondente

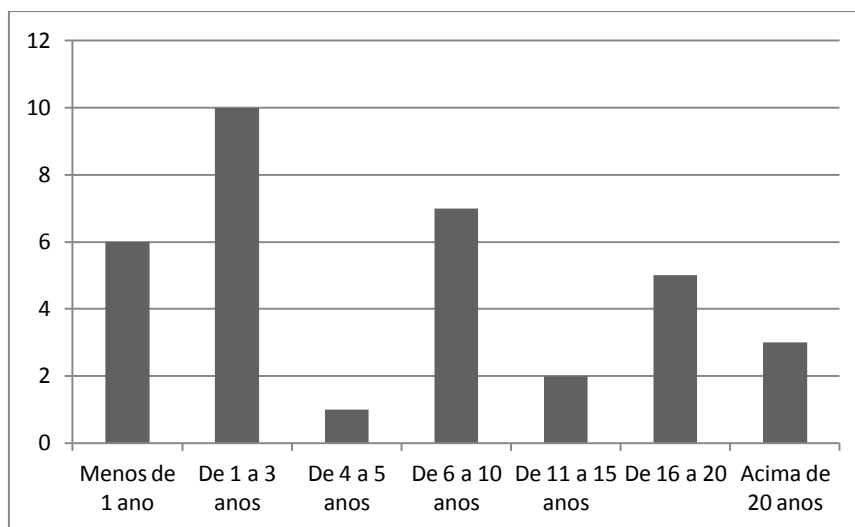
Fonte: elaboração da autora
(Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais)

Ainda sobre o desenvolvimento das carreiras, do ponto de vista de acúmulo e progressão de postos de trabalho (HUGHES, 1960; PEREIRA, 2012), 13 respondentes exerciam o cargo de repórteres antes de se tornarem correspondentes e 6 eram repórteres especiais; 6 eram editores; e 2 eram redatores. Com apenas 1 citação cada, apareceram ainda os cargos de editor-chefe, subeditor, pauteiro, secretário de redação, diretor de redação, âncora de rádio e *freelancer*.

Para os profissionais que não exercem mais a atividade de correspondente, perguntamos qual foi o primeiro posto de trabalho assumido ao fim desse período. Entre os veteranos (15 respondentes no total), 6 se tornaram repórteres especiais; 2 voltaram como repórteres; 4 assumiram a função de editor ou outro cargo de chefia; 2 mudaram de área, ainda dentro da Comunicação; e 1 se fixou como colunista. Estes dados sinalizam se o posto no exterior pode ser considerado uma “promoção” no sentido da progressão na carreira. Em linhas gerais, metade dos entrevistados voltou para exercer atividades ligadas à reportagem, enquanto menos de um terço passou para algum cargo de chefia e índice igual se manteve residindo no exterior.

Entre os que ainda exercem a atividade de correspondente (19 respondentes), a expectativa sobre qual atividade assumir depois mostrou que 3 não desejavam retornar para o Brasil e assim se manter como correspondentes no exterior; 5 gostariam de se tornar repórteres especiais e 1 de voltar como repórter; 4 tinham o desejo de mudar de área, mas ainda dentro da Comunicação; 2 de abrir o próprio negócio; 1 de se tornar editor ou assumir outro cargo de chefia; 1 de se tornar colunista ou comentarista; 1 de se tornar *freelancer* e trabalhar com independência; e 1 ainda não sabia.

Dos 34 jornalistas entrevistados, 16 exerceram a atividade de correspondente internacional por menos de três anos. Outros 7 estiveram no cargo por um período de seis a dez anos e 5 afirmaram ter vivido essa experiência por mais de 20 anos.

Gráfico 10. Tempo de atuação como correspondente

Fonte: elaboração da autora
(Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais)

O questionário procurou identificar algumas competências profissionais para o exercício da atividade. O domínio de ao menos um segundo idioma é fundamental para um jornalista que pretende se tornar correspondente internacional. Apenas dois dos entrevistados não indicaram o inglês como idioma de uso profissional. O espanhol também é dominado por 29 dos 34 entrevistados. O terceiro idioma mais utilizado é o francês (12), seguido pelo italiano (6), o hebraico (3), o árabe (3) e o alemão (1).

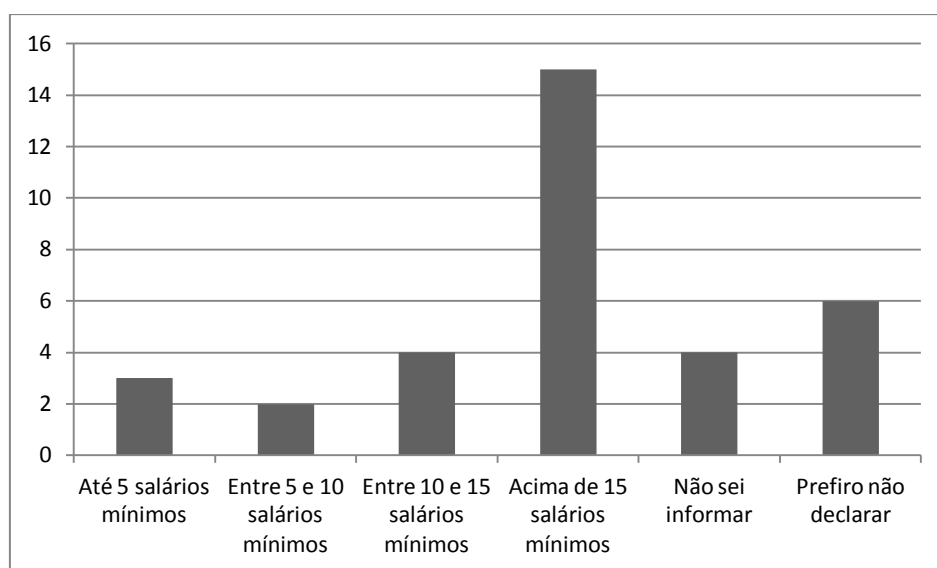
Perguntados sobre o tipo de mídia para o qual produziram enquanto exerceram a função de correspondente internacional, 25 afirmaram ter produzido em algum momento para jornais, 19 para televisão, 18 para internet, 15 para rádio, 11 para revistas e 8 para agências de notícias. Vale lembrar que alguns *stringers*, por exemplo, trabalham para veículos diferentes e as respostas abrangeram todo o período que o profissional esteve no exterior, nem sempre contratado pela mesma empresa. Além disso, jornalistas que pertencem a grupos de comunicação, especialmente no exterior, são demandados a produzir conteúdo noticioso ou opinativo para mídias diferentes da mesma corporação.

Isso também se refletiu na questão sobre o tipo de material que já tiveram que produzir ao longo da atuação no exterior. O texto jornalístico tradicional, informativo, foi resultado do trabalho de 32 respondentes; 19 afirmam já ter produzido algum

material em vídeo e 18 em áudio; 15 já foram demandados a escrever artigos opinativos; 13 tiveram que produzir fotografias em algum momento. Sobre a internet, 11 produziram conteúdos para blogs e 7 produziram conteúdos para redes sociais.

Entre os entrevistados, 10 afirmaram ter trabalhado para um único tipo de mídia, no caso, ou jornal ou televisão. O surpreendente é que todos estes iniciaram o trabalho como correspondente depois de 1991 e mais da metade já nos anos 2000, período crescente de integração com as mídias digitais. O questionário fechado não dá margem para desdobramento da questão, mas na realização dos pré-testes de entrevistas para esta pesquisa, os correspondentes ouvidos (MOURA; AGNEZ, 2012) disseram que a questão da multiplataforma, ou multimídia, apresentava-se como uma tendência forte, mas ainda não como uma realidade imediata. A questão foi melhor tensionada na fase das entrevistas (Fase 4).

Os jornalistas também informaram a faixa de renda e as condições trabalhistas ao qual estavam sujeitos durante o exercício da correspondência internacional. O Gráfico 11 apresenta a renda informada, em salários mínimos brasileiros da época em que atuaram. Entretanto, sabemos que a variação da economia nacional fez com que o salário mínimo representasse condições de vida mais ou menos elevadas, em determinados períodos da nossa história recente. Também condizemos que os jornalistas veteranos, que atuaram como correspondentes em décadas anteriores, poderiam simplesmente não se lembrar desses valores. Por isso, avaliamos como mais importante entender como eles se sentem ou se sentiam em relação ao padrão de vida no exterior.

Gráfico 11. Renda (em salários mínimos brasileiros da época)

Fonte: elaboração da autora
(Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais)

Questionados sobre o padrão de vida financeiro, enquanto correspondentes internacionais, 23 afirmaram que a remuneração era satisfatória para se viver em outro país, mantendo as mesmas condições que tinham no Brasil; 8 consideravam que o salário no exterior os permitia ter um padrão de vida menor do que tinham no Brasil; e 3 que esse padrão era elevado, portanto, maior que no país de origem.

Sobre a condição empregatícia mais frequente no período em que atuaram como correspondentes, 25 se declararam funcionários contratados de empresas de mídia brasileiras, 7 eram *stringer* e apenas 1 era *freelancer* e 1 era contratado por empresa de mídia estrangeira.

Antes de se tornarem correspondentes, 33 já tinham visitado algum país estrangeiro por alguma razão. Destes, 7 tinham viajado a lazer e 8 tinham feito coberturas fora do Brasil como enviados especiais, enquanto que 18 tinham morado fora do país, seja por motivos pessoais ou profissionais.

No momento em que se tornaram correspondentes internacionais, 23 entrevistados afirmaram ter mudado de país a convite de uma empresa de mídia nacional, enquanto que 4 foram morar no exterior para fazer um curso de aperfeiçoamento ou pós-graduação e aproveitaram o momento para produzir conteúdos jornalísticos, outros 3 se mudaram por motivos pessoais ou familiares e apenas 1

afirmou ter saído com o propósito de se tornar correspondente internacional ainda que independente.

Os próprios correspondentes puderam atribuir cargas de importância às competências que julgam necessárias para um profissional que exerça esta atividade. Pelos critérios apresentados, falar mais de um idioma é uma característica indispensável. Associa-se a isso a capacidade de adaptação e interesse por conhecer novas culturas, de trabalhar sozinho e a disponibilidade familiar e pessoal para se mudar de país. Repertório cultural e o conhecimento aprofundado do país no qual residirão são apontadas como competências complementares. Em relação à habilidade de lidar com tecnologias, 15 entrevistados julgam como muito importante, enquanto 12 acham importante e 7 pouco importante. Sobre a questão da experiência profissional, uma distribuição parecida se repetiu. O item mais controverso foi o que propõe que os jornalistas deveriam ser jovens e com o entusiasmo característico desta fase da vida profissional. A Tabela 7 apresenta, em número absolutos, como os próprios correspondentes avaliaram a importância de tais competências.

Tabela 7. Competências para exercer a atividade de correspondente

Competências	Muito importante	Importante	Pouco importante	Sem importância
Falar mais de um idioma	31	3	-	-
Ser jovem e com o entusiasmo dos primeiros anos de carreira	4	17	10	3
Ser experiente na profissão	16	12	6	-
Ter habilidade com as tecnologias	15	12	7	-
Ter um amplo repertório cultural	20	14	-	-
Ter facilidade de adaptação e interesse por conhecer novas culturas	26	8	-	-
Ter facilidade para se trabalhar sozinho	26	8	-	-
Conhecer a fundo a cultura e a história do país no qual trabalhará	12	18	4	-
Ter disponibilidade familiar e pessoal para se mudar de país	26	8	-	-

Fonte: elaboração da autora (Fase 3 – questionários online com correspondentes internacionais)

Para finalizar, buscamos identificar de qual região do Brasil os profissionais respondentes eram provenientes. Primeiramente, sobre o estado de nascimento, 13 respondentes são do Rio de Janeiro e nove de São Paulo, outros quatro de Minas Gerais, dois do Rio Grande do Sul e os seguintes estados apresentaram um correspondente: Espírito Santo, Goiás, Amazonas, Pará, Santa Catarina e o Distrito Federal. Mas ao informarem o último estado em que residiram antes de se mudar para o exterior, a concentração foi ainda maior: 16 em São Paulo, 11 no Rio de Janeiro, três no Distrito Federal, dois em Minas Gerais, um em Pernambuco e um no Rio Grande do Sul. Esta última resposta já era esperada, considerando a maior concentração de veículos – especialmente os chamados da “grande mídia” – nos principais eixos econômicos do país. O próprio levantamento sobre a distribuição dos correspondentes internacionais brasileiros hoje reafirmou este cenário. Apesar de veículos regionais, como o *Correio Braziliense* e o *Zero Hora*, de Porto Alegre, em algum momento já ter trabalhado com jornalistas no exterior, hoje prevalece a cobertura por parte, sobretudo, da imprensa do eixo Rio – São Paulo (NATALI, 2004).

7. ENTREVISTAS COM CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS (FASE 4)

Como exposto na apresentação dos procedimentos metodológicos relativos à Fase 4 da pesquisa (vide capítulo 2), a decisão pela realização de entrevistas levou em conta a percepção de que as identidades autodeclaradas e a consciência de si nos levariam a uma melhor compreensão de como se constitui a identidade profissional dos correspondentes internacionais. São os próprios atores que definem os papéis deles no processo jornalístico e as histórias individuais, que, em conjunto com as experiências e episódios de progressão na carreira, mostram-se instrumentos fundamentais para uma análise qualitativa do fenômeno em questão.

O questionário semiestruturado⁵⁸ foi testado em pré-testes de entrevistas em 2011 e aprimorados para que pudessem ser aplicados em definitivo nos dois grupos de profissionais ouvidos, assim denominados: Correspondentes Atuantes no Século XXI (jornalistas brasileiros na atividade de correspondente internacionais nos anos 2000) e Correspondentes Atuantes no Século XX (jornalistas brasileiros que atuaram na função entre os anos de 1970 e 1990).

Entre os principais pontos perguntados, procuramos conhecer as trajetórias individuais de cada entrevistado, desde formação à entrada no mercado de trabalho jornalístico e qual o percurso profissional até exerceram a correspondência internacional. Também buscamos nos relatos entender as rotinas de produção às quais estavam submetidos e como lidavam com a introdução de tecnologias, a gestão de recursos por parte das empresas de comunicação e as funções que desempenhavam. A proposta foi ainda de reconstruir os pontos de vista dos sujeitos sobre as próprias definições e valores relacionados à correspondência internacional, perspectivas para a área e como legitimavam a atividade.

A seleção dos entrevistados para a Fase 4 obedeceu alguns critérios gerais:

- Deveriam ser jornalistas brasileiros que atuam ou atuaram como correspondentes internacionais em algum momento das carreiras.

⁵⁸ O questionário semiestruturado (roteiro-guia) utilizado nas entrevistas da Fase 4 está apresentado no Apêndice II desta tese.

- O primeiro grupo foi formado por jornalistas mais jovens, em atividade recente no exterior. Neste caso, privilegiamos jornalistas em atuação na Europa, pela proximidade geográfica e pela maior possibilidade de realização de entrevistas presenciais, uma vez que fizemos a maior parte das entrevistas durante estágio de doutoramento na *Université Libre de Bruxelles*.
- Ainda neste primeiro grupo, buscamos diversificar os entrevistados, considerando o tipo de mídia para o qual trabalham (agências de notícias, jornais ou televisão) e buscando não repetir profissionais da mesma empresa, abrindo a possibilidade de se ouvir ao menos um profissional de cada um dos maiores veículos brasileiros.
- Para o segundo grupo, buscamos jornalistas brasileiros que tenham atuado como correspondentes internacionais nas últimas décadas do século passado (entre os anos de 1970 e 1990). Percebemos que alguns desses profissionais continuam em atividade no exterior, pois não retornaram ao Brasil.
- Em ambos os casos, contamos com a disponibilidade e interesse destes profissionais em colaborar com a pesquisa. O conflito de agendas e a imprevisibilidade da rotina diária de trabalho, especialmente no caso dos que estão na atividade, impediram que outras entrevistas fossem realizadas.
- Por fim, não havia um número restrito ou pré-definido de entrevistados. Por se tratar de um estudo qualitativo, consideramos as características do problema de investigação e a representatividade dos informantes selecionados intencionalmente, critérios definidos no curso da pesquisa (VERGARA, 2009). Além disso, interrompemos a realização de novas entrevistas a partir do que Flick (2004) chama de “saturação da amostra”, quando, depois de certo número de sujeitos entrevistados, novas entrevistas passam a apresentar uma quantidade de repetições no próprio conteúdo. Assim, fechamos a amostragem com oito correspondentes em atividade e sete correspondentes que concentraram a atividade no posto entre os anos 1970 e 1990.

Deste modo, neste capítulo serão apresentados os jornalistas entrevistados pela pesquisa e as análises decorrentes deste processo de investigação em torno do papel e da identidade profissional dos correspondentes internacionais brasileiros.

7.1. Apresentação dos entrevistados

Nesta seção apresentaremos uma breve biografia dos jornalistas que compuseram os dois grupos de entrevistados, a partir das informações fornecidas pelos próprios profissionais durante as entrevistas.

7.1.1. Primeiro Grupo: Correspondentes atuantes no século XXI

Bernardo Mello Franco

Correspondente da Folha de S. Paulo em Londres no período de novembro 2012 a setembro de 2013. Formou-se em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e começou na profissão em 2004, ainda como estagiário no *Jornal do Brasil*. Transferiu-se para *O Globo* e em 2007 se mudou para a sucursal do veículo em Brasília, para cobrir política nacional. Três anos depois foi contratado pela editoria de política da *Folha de S. Paulo* e foi trabalhar na redação em São Paulo. Tornou-se correspondente pelo jornal após ter se candidatado a um processo interno de seleção para a vaga de “bolsista”, tendo assumido o posto em Londres aos 29 anos. Como um curto período é característico da vaga, ficou 10 meses na capital britânica e retornou para o Rio de Janeiro, como repórter e colunista da mesma empresa.

Fernando Nakagawa

Correspondente da Agência Estado em Londres desde 2012. Formou-se em 2002 pela Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo. Especializado em jornalismo econômico, iniciou a carreira estagiando nos jornais *Gazeta Mercantil*, *Folha de S. Paulo* e *Valor Econômico Online*. Em 2006 foi trabalhar na redação da *Gazeta Mercantil* em Brasília, passou pela *Folha de S. Paulo*, também na capital do país, e em 2007 foi contratado pela *Agência Estado*. Em 2011 participou por seis meses de um intercâmbio de jornalistas pelo Programa Balboa na Espanha, quando estagiou no jornal *Cinco Días*, do Grupo Prisa, e no ano seguinte participou de uma seleção interna do *Grupo Estado* para a vaga de correspondente em Londres, mudando-se em novembro daquele ano, aos 32 anos.

Sérgio Utsch

Correspondente do *SBT* em Londres desde setembro de 2011. Mineiro, formou-se na Uni-BH nos anos 1990. No início da carreira teve experiências inusitadas, como trabalhar no jornal de uma funerária e no de um hospital psiquiátrico. Profissionalmente, passou pela rádio Itatiaia, pelo jornal *Hoje em Dia*, pela *TV Minas*, *TV Bandeirantes*, *TV Record* e a rádio *CBN*, ainda chegou a atuar um curto período em assessoria política. Entre 1998 e 2005 foi repórter da *TV Globo* e a partir de então foi para ao *SBT*, desde a criação do telejornal *SBT Brasil*. Teve uma ampla experiência como enviado especial, cobrindo grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, viagens presidenciais e conflitos em regiões com Israel e Honduras. Está em Londres desde 2011, quando assumiu, aos 37 anos, a vaga deixada pelo jornalista Marcelo Torres, que retornou para São Paulo.

Jamil Chade

Correspondente do jornal *O Estado de São Paulo* desde setembro de 2000 em Genebra. É formando em Relações Internacionais pela PUC/SP e é mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Genebra. Entrou no jornalismo pelo curso de *trainee* da *Gazeta Mercantil*, interessado em se mudar para Brasília para, na época, cursar uma pós-graduação na Universidade de Brasília. Fez o treinamento por seis meses e se mudou para a capital federal em 1999, trabalhando para o jornal por cerca de dois anos. Interessado em continuar os estudos no exterior, procurou por uma cidade que não tivesse muitos jornalistas brasileiros, quando se decidiu por Genebra. Aos 24 anos, já na Suíça, produziu conteúdos como correspondente *freelancer* para os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* por seis meses, quando foi contratado em definitivo pela publicação paulista. Entre 2003 e 2005 foi presidente da Associação de Correspondentes Estrangeiros na Suíça. Em 2011 publicou o livro “Rousseff”, em parceria com o jornalista Momchil Indjov, contando a trajetória da família da presidenta, e em 2014 lançou "A Copa como ela é", sobre os bastidores do evento no Brasil.

Letícia Fonseca

Correspondente da *Rádio France Internacional* em Bruxelas, mudou-se para a Europa em 1996. Mineira, estudou jornalismo no Rio de Janeiro nos anos 1980 e teve passagens pela *TV Manchete*, pela *TV Globo* e pela gerência de TV da *Fundação Roberto Marinho*, responsável pela grade educativa da *TV Globo*, produzindo programas como *Globo Ecologia* e *Globo Ciência*. A mudança para o exterior partiu de uma decisão pessoal, associada à possibilidade de estudar na Suécia primeiramente, quando tinha 33 anos. Morou em Luxemburgo e se transferiu para a Bélgica em 1998. Entre 1997 e 2011 fez coberturas jornalísticas para a *Globonews*. Durante todo este período no exterior, chegou a fazer trabalhos como *freelancer* para a *CBN* e os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, além da rádio *Netherlands* da Holanda.

Marcos Uchôa

Correspondente da *TV Globo* em Londres de 1996 a 2007, é correspondente da emissora em Paris desde 2010. Formou-se em Jornalismo, na Faculdade Hélio Alonso (Facha/RJ), em 1984, mas antes disso cursou um ano de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense e dois de Medicina na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Antes de ingressar na carreira jornalística, trabalhou na companhia aérea Air France no Aeroporto do Galeão, o que chegou a conciliar com o cargo de repórter na *TV Manchete*, o primeiro dele no jornalismo, por cerca de três anos. Depois de um curso de treinamento na emissora, foi contratado e já escalado para cobrir as Olimpíadas de Los Angeles, em 1984, e a Copa do Mundo no México, dois anos depois. Em 1987 foi cobrir férias na *TV Globo* e não saiu mais, permanecendo na cobertura esportiva, inclusive de grandes eventos. Em 1994 teve a primeira experiência como correspondente de esporte em Nova York, mas ao final da Copa do Mundo retornou para o Brasil. Porém, dois anos depois, tornou-se correspondente em Londres, aos 38 anos, especializado em esportes, sobretudo acompanhando a Fórmula 1. Entre 1998 e 1999 saiu da emissora, mas permaneceu em Londres, tendo retornado à TV em 2000, quando passou a cobrir outras áreas também, como guerras, catástrofes naturais e reportagens especiais, por exemplo. Retornou para o Brasil por três anos e assumiu o posto de correspondente em Paris, pela *TV Globo*, em 2010. Filho de um exilado político durante o regime militar, quando garoto viajou para visitar o pai em diversos

países (Itália, França, Polônia, Portugal e Estados Unidos), possibilitando uma experiência internacional precoce e o aprendizado de idiomas como inglês, francês, italiano, espanhol, russo e alemão.

Mauro Tagliaferri

Correspondente da *TV Record* em Lisboa de dezembro de 2008 a abril de 2013. Formado pela Universidade de São Paulo, em 1993, trabalhou na editoria de Esportes da *Folha de S. Paulo* entre 1993 e 1997 e depois mais um ano em Cotidiano. A área esportiva ocupou a maior parte do período em que atuou na *TV Globo*, entre 1997 e 2005, quando passou um ano no *SBT* e em seguida foi contratado pela *TV Record*. Em 2008, a emissora, aproveitando uma estrutura da *Record Internacional* em Lisboa, abriu um posto de correspondente, para o qual se candidatou. Exerceu a função por mais de quatro anos, aproveitando a experiência em grandes eventos esportivos para cobrir diversos tipos de acontecimentos por toda a Europa. A decisão de retornar para o Brasil teve razões pessoais e o interesse em experimentar novas áreas do jornalismo. Em janeiro de 2014 passou a integrar a equipe da agência de comunicação Approach, em São Paulo, aonde chegou com a missão de colaborar para a ampliação da oferta de produtos, sobretudo de conteúdos em vídeo, e para consolidar o núcleo de esportes da agência.

Vivian Oswald

Correspondente do jornal *O Globo* em Bruxelas de 2004 a 2007, em Moscou de 2007 a 2009, e em Londres desde fevereiro de 2013. Formada em jornalismo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1996, começou a trabalhar este ano na *Agência Jornal do Brasil*, cobrindo economia, e depois de dois anos se transferiu para a sucursal em Brasília. Em 1999 passou a trabalhar na mesma cidade para *O Globo*, como setorista de Ministério da Fazenda e Receita Federal. Em 2004 se mudou para Bruxelas, por razão familiar, e ficou por três anos colaborando para o mesmo jornal da capital europeia. Em seguida, morou dois anos em Moscou, quando também colaborou com a *Globonews*, a *CBN* e a *Rádio France Internacional*. Retornou para Brasília em 2009, como repórter especial de *O Globo* e assumiu em fevereiro de 2013, pelo mesmo veículo, o posto de

correspondente em Londres. Em 2011 publicou o livro “Com vista para o Kremlin”, contando a experiência na Rússia pós-soviética.

7.1.2. Segundo grupo: Correspondentes atuantes no século XX

Clóvis Rossi

Correspondente da *Folha de São Paulo* em Buenos Aires e em Madri nos anos 1980 e 1990. Com 50 anos de profissão jornalística, formou-se nos anos 1960 pela faculdade Cásper Líbero, de São Paulo. Iniciou a carreira na sucursal paulista do jornal carioca *Correio da Manhã*, teve passagens pela *TV Excelsior*, pela revista *Autoesporte* e, em 1965, transferiu-se para *O Estado de S. Paulo*, quando teve a primeira experiência de cobertura internacional durante o Golpe de Estado no Chile em 1973. No mesmo veículo exerceu os cargos de chefe de reportagem, editor de assuntos gerais, editor de futebol e assistente de editor-chefe e, dez anos depois, chegou a editor-chefe. Passou pela sucursal em Brasília do *Jornal do Brasil* e pela revista *IstoÉ*. Em 1980, já pela *Folha de S. Paulo*, ocupou pela primeira vez o cargo de correspondente internacional em Buenos Aires, até 1983, e viveu uma segunda experiência em Madri, em 1992, que durou nove meses. Venceu por três vezes o *Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos* e uma vez o *Prêmio Maria Moors Cabot*, da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia, Nova Iorque. É autor dos livros “Vale a pena ser jornalista?” (1986), no qual discute benefícios e desvantagens da profissão, e “Enviado Especial – 25 anos ao redor do mundo” (1999), uma coletânea de reportagens que produziu em países como Chile, Portugal e Israel. É repórter especial e colunista da *Folha de S. Paulo* e da *Folha.com*.

Moisés Rabinovici

Correspondente de *O Estado de S. Paulo* no Oriente Médio e nos Estados Unidos, nos anos 1970 e 1980, e em Paris pela revista *Época* na década de 1990. Com mais de 50 anos de jornalismo, o mineiro começou por acaso, aos 17 anos. Em 1962, numa atividade de arqueologia de um grupo escolar, ajudou a escavar um crânio de aproximadamente 10 mil anos, que seguiu para testes de carbono 14 nos Estados

Unidos. Na ocasião, o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, procurou-o para uma entrevista e publicou que o achado teria um milhão de anos: um erro de vários séculos e que, se verdade, afetaria a pré-história mundial. De imediato, as agências internacionais reproduziram o fato. Preocupado com a repercussão equivocada, o garoto foi até a redação e bradou: “Exijo a verdade além da ciência!”. Colocaram-no para escrever o desmentido e no dia seguinte já estava de emprego novo. Foi repórter de polícia do jornal *Última Hora*, passou pelo *Binômio*, pelo *Diário de Minas* e seguiu para São Paulo, para participar da criação do *Jornal da Tarde*, do *Grupo Estado*, onde exerceu diferentes cargos como repórter, repórter especial e editor. Em 1977 assumiu pela primeira vez o posto de correspondente internacional pela mesma empresa, em Israel, onde ficou até 1984. Um ano depois foi para Washington, onde passou seis anos também cobrindo conflitos na América Latina, como em El Salvador, no Panamá, na guerra Equador-Peru e nas eleições da Argentina e do México. Em 1997 se mudou para Paris, como correspondente da revista *Época*, onde ficou até o início dos anos 2000. Retornou para o Brasil e para o *Grupo Estado*, para o projeto do portal que unificaria os sites do *Jornal da Tarde*, *Estadão*, *Rádio Eldorado* e *Agência Estado*. Desde 2003 é diretor de redação do *Diário do Comércio*, de São Paulo. Criou para o jornal o projeto do site “MuCo – Museu da Corrupção”, vencendo o *Prêmio Esso de Jornalismo* em 2009, na categoria Melhor Contribuição à Imprensa.

Nelson Franco Jobim

Correspondente do *Jornal do Brasil* em Londres nos anos 1990. Formou-se na PUC/RS em 1977, começando a trabalhar na *Rádio Gaúcha* e, em seguida, no jornal *Folha de Tarde*, de Porto Alegre. Em 1982 fez uma viagem de mochila nas costas por toda América Latina, até São Francisco, nos Estados Unidos, que durou 11 meses. Na volta, mudou-se para o Rio de Janeiro e foi trabalhar na *Rádio Globo*, onde conquistou espaço para falar de assuntos internacionais. Em 1984 cobriu as Olimpíadas de Los Angeles, pela *TV Manchete*, e a Copa do Mundo de 1986 pela *TV Globo*. Em seguida se tornou editor de internacional do *Jornal da Globo*. Passou a atuar no *Jornal do Brasil*, em 1991, na criação do primeiro caderno de ecologia da imprensa nacional, mas no mesmo ano foi transferido para a editoria de internacional, onde ficou por mais três anos. Após esse período foi cursar pós-graduação em Londres, tornando-se colaborador do *Jornal*

do Brasil na Europa. A partir de 2001 passou a produzir conteúdos como *freelancer* para a *TV Globo*, a *Globonews* e o jornal *O Estado de S. Paulo*, retornando para o Brasil no final do ano seguinte. Tornou-se professor de jornalismo, entre 2008 a 2011 foi editor de internacional da *TV Brasil* e participa de alguns projetos como *freelancer*.

Sandra Passarinho

Correspondente da *TV Globo* em Londres nos anos 1970 e 1980. Começou o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da universidade foi fechado em 1969, por razões políticas, antes que terminasse. Naquele momento, aceitou o convite de um amigo para fazer um estágio no Departamento de Jornalismo da *TV Globo*. Já conciliando com a carreira, iniciou dois cursos de Comunicação, mas não concluiu nenhum. Depois do estágio, chegou a trabalhar como repórter e editora, realizou algumas coberturas na América Latina e um estágio em Nova Iorque, na *CBS News*. Em 1974 foi cobrir a Revolução dos Cravos, em Portugal e, no mesmo ano, recebeu o convite para abrir o escritório da emissora, em Londres, tornando-se assim a primeira correspondente da *TV Globo* na Europa. O objetivo era cobrir o continente europeu e, ocasionalmente o Oriente Médio e a Ásia. Depois de oito anos, ainda em Londres, saiu da empresa para cursar a graduação em Ciências Sociais, período em que colaborou para a *TV Manchete* e para o serviço brasileiro da *BBC Rádio*. Em 1985 retornou para o Brasil e para a *TV Globo*. Em 2001, tornou-se editora-chefe do programa *Espaço Aberto*, da *Globonews*, mas quatro anos depois voltou a fazer reportagens espaciais.

Cristiana Mesquita

Uma das jornalistas brasileiras com maior experiência na correspondência de guerra, fez carreira na imprensa internacional. Bailarina carioca, casou-se com um cinegrafista da *TV Globo* que, em meados dos anos 1970, foi transferido para o escritório da empresa em Londres. Em 1976, aos 19 anos, foi contratada pela *TV Globo* para fazer um pouco de tudo: de servir cafezinho a ajudar na produção. Diz ter aprendido muito observando o trabalho da jornalista Sandra Passarinho. No início dos anos 1980 teve uma curta passagem pela mesma emissora no Rio de Janeiro, como produtora da editoria de internacional e, em seguida, foi contratada pela agência internacional *Worldwide*

Television News como correspondente no Brasil, depois para a América Latina. Cobriu a guerra da Bósnia e a empresa a transferiu para Londres. Foi correspondente *freelancer* para diversas mídias internacionais e em 2004 foi contratada pela agência americana *Associated Press (AP)*. Antes, chegou a produzir conteúdos para o site da *CNN*, foi para frente das câmeras na cobertura da guerra do Afeganistão e na queda do presidente iraquiano Saddam Hussein, enviando material para a *TV Globo*. Em 2004 cobriu a Guerra Civil no Haiti pela *AP* e seguiu para se tornar correspondente da agência em Buenos Aires. No final de 2005 se mudou para Washington para comandar a editoria geral da América Latina e Caribe da *AP*, retornando para o Brasil no início de 2014, para assumir novos projetos.

Sílio Boccanera

Correspondente da *Globonews* em Londres. Após dois anos na faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trocou o curso pelo jornalismo, na mesma instituição, e começou a trabalhar no *Jornal do Brasil*. Após cinco anos na redação, mudou-se para os Estados Unidos para cursar um mestrado na Universidade do Sul da Califórnia, enquanto trabalhava como correspondente do mesmo jornal para a costa oeste dos Estados Unidos e a América Central. Em 1979 foi transferido para o escritório de Washington, onde ficou até 1982, quando foi contratado pela *TV Globo* para cobrir a Europa e ficar baseado no escritório de Londres. Saiu da *Rede Globo* em 1995, mas permaneceu na capital britânica, passando um ano no *SBT*, outros quatro no canal *GNT* e depois colaborando para a *Globonews*, o que ainda exerce. Atualmente participa de dois programas de análise de assuntos internacionais (*Sem Fronteiras* e *Milênio*) e colabora ocasionalmente para o *Observatório da Imprensa*, na *TV Brasil*. É autor do livro-reportagem “A Revolução da Nicarágua” (1979) e do romance “Jogo Duplo” (1997), no qual aproveitou para discutir eticamente o jornalismo objetivo com o sensacionalismo.

Carlos Eduardo Lins da Silva

Correspondente do jornal *Folha de S. Paulo* nos Estados Unidos nos anos 1980 e 1990. Iniciou a carreira aos 18 anos no *Diário de S. Paulo*, do grupo *Diário Associados*, onde trabalhou por cerca de oito anos. Formou-se jornalista pela Faculdade Cásper Líbero, de

São Paulo, em 1973. De 1975 a 1976 foi bolsista da Fundação Fulbright para realização de mestrado na Michigan State *University*, nos Estados Unidos, período em que exerceu pela primeira vez a atividade de correspondente internacional pelo mesmo grupo. De volta ao Brasil, tornou-se professor de jornalismo em 1977 e defendeu o doutorado em Comunicação pela Universidade de São Paulo, em 1984. Em paralelo, até este ano, trabalhou na revista *Raízes* como redator-chefe, quando assumiu o cargo de secretário de redação da *Folha de S. Paulo*. Entre 1987 e 1988 foi pesquisador sênior do Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington, onde concluiu a pesquisa em nível de pós-doutorado. Neste mesmo período foi correspondente da *Folha* nos Estados Unidos. No retorno ao Brasil, passou a diretor-adjunto de redação do jornal e em 1989 para ser o diretor de Planejamento e Recursos Humanos do grupo, até 1991, quando retornou para os Estados Unidos como correspondente sênior e permaneceu até 1998. Teve uma rápida passagem pela sucursal em Brasília e em 2000 participou da equipe que lançou o jornal *Valor Econômico*. Entre 2008 e 2010 foi ombudsman da *Folha*. Desde 2009 é presidente do Conselho Acadêmico do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da Universidade Estadual Paulista e professor do curso de pós-graduação em jornalismo da ESPM, desde 2011. Publicou 16 livros como autor ou organizador, além de tradutor. Entre os mais recentes estão “Correspondente Internacional” (2011) e “Julio Abramczyk, Médico e Repórter: Meio Século de Jornalismo Científico” (2013).

7.2. Correspondentes atuantes no século XXI: carreira e perspectivas profissionais

I. Perfil profissional

a) Características pessoais e histórias de vida

A etapa inicial das entrevistas (Fase 4) procurou descrever e apresentar os informantes, a partir de questões abertas na qual pudessem relatar a própria formação e como chegaram ao posto de correspondente internacional. Todos os profissionais

ouvidos neste grupo são graduados, quase todos em Jornalismo, exceto o entrevistado Jamil Chade, formado em Relações Internacionais. Entre as principais competências, o domínio de idiomas é evidente, com predominância do inglês e do espanhol.

Ao observar o todo, algumas particularidades se sobressaem, inclusive ressaltando algo que poderia ser entendido como peculiaridades do meio de comunicação para o qual trabalham. No geral, os entrevistados têm experiências focadas em um tipo de veículo, com maior grau de especialização ou no meio impresso, ou em televisão. Os repórteres de jornais, em média, assumiram o cargo de correspondentes mais jovens e também ficaram na função por períodos mais curtos de tempo. Na televisão, os profissionais ouvidos foram para o exterior em estágios mais avançados da carreira, com uma flexibilidade grande em relação ao tempo de permanência no exterior. Outro fato evidenciado: são todos profissionais oriundos do eixo Rio-São Paulo, tendo dois nascidos em Minas Gerais, mas que fizeram carreira em empresas dessas regiões; e outros quatro passaram por experiências nas sucursais dos veículos em Brasília.

Dentro das trajetórias individuais, por exemplo, o carioca Bernardo Mello Franco, da *Folha de S. Paulo*, tornou-se correspondente internacional aos 29 anos, no projeto de “bolsistas” do veículo, pelo qual jovens jornalistas da empresa passam por um processo de seleção para viver a experiência no exterior por um período limitado de tempo. A proposta inicial era de nove meses, mas ele acabou ficando dez meses em Londres. Carioca, é formado em jornalismo pela UFRJ e fala inglês e alemão. Especializou-se como repórter de política, sempre em jornais diários, com passagens pelo *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. Pelo *O Globo*, trabalhou por três anos na sucursal de Brasília, cobrindo política nacional, até receber a proposta de ir para a *Folha* cobrir as eleições presidenciais de 2010 em São Paulo, acompanhando os comitês e partidos políticos.

Antes de se tornar correspondente, nunca tinha trabalhado na editoria de Internacional, apenas tinha tido experiências de cobertura no exterior como enviado especial, uma vez para a Venezuela, acompanhando o então presidente Lula, e depois para a África do Sul, para cobrir o Fórum Social Mundial em 2011. Mas já havia manifestado interesse por temas internacionais antes mesmo de se formar, em 2004,

quando fez uma viagem por conta própria para Portugal e sugeriu pautas para a *Carta Capital* e *O Globo* sobre as comemorações dos 30 anos da Revolução dos Cravos.

Ao se candidatar ao cargo de correspondente, em seleção interna da *Folha*, o jornalista Bernardo Mello Franco desejou aproveitar o fato de ser solteiro, ainda sem filhos, para viver a “riqueza da experiência” de trabalhar no exterior, conforme conta:

Eu tinha recebido uma bolsa de estudos pra ser utilizada, caso eu faça (ainda posso usar, eventualmente) um mestrado no exterior, pois essa era outra opção que eu também tinha. Mas eu achei que a experiência como correspondente seria mais interessante pra mim do que a experiência de curso. Posso até estar enganado, depois me arrepender, etc. e tal... Mas acho que não vou não. E eu pensei em outra coisa: vou voltar para o Brasil e não sei o dia de amanhã, vai que eu case, tenha filho, tenha amarras que eu não tenho hoje e que me tornem mais difícil o deslocamento? Então, agora eu vi o cavalinho passando e montei! (FRANCO, 2013).

Correspondente também em Londres, o paulistano Fernando Nakagawa estava no cargo desde novembro de 2012, trabalhando pela *Agência Estado*. Assumiu a função por um contrato inicial de dois anos, podendo ser renovado por mais um e depois por mais um. O jornalista foi para a Europa aos 32 anos, acompanhado da esposa, também jornalista, sem filhos. A especialização dele sempre foi em Economia, com passagens pelas sucursais em Brasília da *Gazeta Mercantil*, da *Folha de S. Paulo* e da *Agência Estado*.

Com domínio do inglês e do espanhol, participou de um processo interno de seleção do *Grupo Estado* para o cargo de correspondente internacional: poderiam participar os jornalistas de qualquer empresa do grupo. Ao ser aprovado, apesar de pertencer à agência, a função abrange a produção de conteúdos para as demais plataformas. Já havia passado por uma experiência no exterior em 2011, na Espanha, quando participou de um estágio de seis meses num jornal espanhol pelo Programa Balboa de intercâmbio de jornalistas.

Em Genebra há 13 anos, o paulistano Jamil Chade se tornou jornalista a partir de uma oportunidade. Com formação em Relações Internacionais, pela PUC/SP, planejou um mestrado em ciências políticas na Universidade de Brasília. Para isso, buscou uma forma de se manter na capital federal e viu no processo de seleção de *trainee* da *Gazeta Mercantil* uma oportunidade, já que uma das vagas era para a sucursal. Participou de um

treinamento por seis meses na redação, em São Paulo, e depois seguiu para Brasília. Cobriu política pelo mesmo jornal por dois anos, até que desistiu do curso e resolveu alçar novos voos no exterior. Para continuar estudando fora do Brasil, precisaria, novamente, de meios para se sustentar. Estudou quais cidades poderiam despertar interesse de cobertura por parte de veículos brasileiros e ficou indeciso entre Bruxelas e Genebra, decidindo pela segunda. Naquele momento, aos 24 anos, ofereceu serviços de *freelancer* para o *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* e ambos aceitaram. Após seis meses na Suíça, o jornal paulista o contratou como correspondente para o quadro fixo.

Até então, como afirmou em entrevista para esta tese, Jamil Chade nunca tinha feito qualquer trabalho jornalístico no exterior, nem mesmo como enviado, a experiência havia sido somente de viagens a passeio. A facilidade com idiomas é uma competência que auxiliou na carreira, por falar inglês, francês, espanhol e alemão. Casou-se e se estabeleceu em Genebra desde 2000. Questionado, afirmou que ser correspondente não foi exatamente um “projeto de vida”: “Oportunidade, foi oportunidade, porque eu queria um avanço acadêmico maior, isso era o ponto primeiro, não era ‘Quero ser correspondente’, eu acho que ‘Quero ser correspondente’ é a oportunidade, não o motivo da ida” (CHADE, 2013).

Letícia Fonseca nasceu em Minas Gerais, mas nos anos 1980 foi estudar jornalismo no Rio de Janeiro. Consolidou a carreira trabalhando em televisão, primeiro na *TV Manchete*, depois na *TV Globo*. A última experiência no Brasil foi na *Fundação Roberto Marinho*, na gerência de TV, produzindo programas educativos como *Globo Ecologia* e *Globo Ciência*. Em 1996 foi estudar na Suécia, quando se casou com um jornalista Sueco, que atua na União Europeia. Morou um ano em Luxemburgo, mas desde 1998 reside em Bruxelas. Foi correspondente da *Globonews* por quase 15 anos, tendo saído da emissora em 2011. O objetivo foi “desacelerar um pouco”, pois, segundo ela, foram muitos anos na rotina exaustiva da correspondência. Desde então trabalha para a *Rádio France Internacional*, no serviço em língua portuguesa. Além do inglês e do francês, tem noções de espanhol e do sueco.

Repórter esportivo da *TV Globo* desde o final dos anos 1980, o carioca Marcos Uchôa registra uma vasta experiência em coberturas internacionais de grandes eventos, como todas as Olimpíadas e Copas do Mundo desde 1984. Formado em jornalismo,

durante os três primeiros anos de carreira conciliou o jornalismo com a atividade anterior, no serviço de *check in* da Air France no Aeroporto do Galeão. Filho de um exilado político durante o regime militar, passou a infância e a adolescência viajando para o exterior para visitar o pai.

E a gente viajou muito pra ver o meu pai. Isso foi nos anos 60, 70, que foi a minha infância e adolescência, e eu comecei a viajar sozinho na Europa com quatorze anos. Sempre tive um fascínio com o negócio da história, as coisas que estavam acontecendo, as coisas que eu via... Na minha primeira viagem, eu atravessei o muro de Berlim, eu era criança, e aquela coisa de tira todo mundo do carro, enfia vareta, e metralhadora, e campo de concentração em Varsóvia... Meu pai fez doutorado em Varsóvia e tinha vários lugares que a gente não podia brincar porque ainda tinha bomba, e aquela coisa de marca de tiro pra tudo quanto é lado. Então, eu sempre gostei de história, sempre li muito da área internacional, e continuei a fazer isso depois, lógico, sempre foi o meu dia a dia ler, então eu sabia muito, eu acompanho muito da área internacional (UCHÔA, 2013).

A especialização na cobertura esportiva garantiu ao jornalista Marcos Uchôa o posto de correspondente internacional no escritório da *TV Globo* em Londres, a partir de 1996, aos 38 anos. Depois de quase dois anos acompanhando a Fórmula 1, afastou-se da TV para passar mais tempo com a família, vivendo com a esposa e os três filhos a experiência no exterior. Esse afastamento durou pouco mais de um ano, quando retornou para a *Globonews* e, logo depois, para o quadro efetivo da *TV Globo*, com a condição de não ficar restrito ao Esporte, passando assim para Geral. Permaneceu em Londres até 2007, quando retornou para o Brasil, preocupado em dar aos filhos uma vivência maior na cultura nacional. Três anos depois foi transferido para Paris, onde deve ficar pelo menos até o final de 2014.

Marcos Uchôa afirmou em entrevista para esta pesquisa que a entrada no jornalismo foi “quase por acaso”, o que gostava mesmo era de viajar e o emprego na Air France era perfeito para isso. Ele avalia que a experiência de trabalhar no *check in* do aeroporto o ajudou na formação para a TV, por ter aprendido a lidar com situações de *deadline* apertado, de trabalhar sob pressão e contra o tempo. “Outra coisa que me ajudou é que eu sempre li muito, sempre gostei muito de ler, livro, jornal, desde criança que eu lia jornal, então é lógico que pra quem é curioso e pretende ser jornalista, essa questão da leitura e da língua é o mais básico” (UCHÔA, 2013). De fato, ele fala inglês, francês, italiano e espanhol, além de ter noções de russo e de alemão.

Paulistano, formado em jornalismo pela Universidade de São Paulo em 1994, Mauro Tagliaferri também se especializou na cobertura esportiva, primeiramente pela mídia impressa, com passagem pela *Folha de S. Paulo*, e depois pela *TV Globo*. Por oito anos esteve na emissora e cobriu grandes eventos esportivos internacionais. Em 2005, fez uma rápida passagem pelo *SBT* e seguiu para a *TV Record*. Em 2008, motivado pela vontade de viver novos desafios fora de São Paulo, candidatou-se a vaga de correspondente que estava sendo aberta em Portugal. A empresa já contava com a estrutura da *Record Internacional* em Lisboa e, diante da concorrência de outras emissoras, decidiu enviar um repórter para dividir a cobertura da Europa com o escritório de Londres. O entrevistado Mauro Tagliaferri aproveitou a experiência de coberturas internacionais e o domínio de idiomas como inglês, espanhol e italiano, para se arriscar na experiência. Mudou-se no final de 2008, aos 37 anos, com a família, e exerceu o cargo até meados de 2013, quando retornou para o Brasil e investiu em outras áreas de atuação.

O mineiro Sérgio Utsch estava em Londres há dois anos como correspondente do *SBT* na Europa. Com uma extensa carreira em emissoras de TV brasileiras e solteiro, assumiu o posto aos 37 anos. Depois de sete anos na *TV Globo*, transferiu-se em 2005 para o *SBT*, no projeto de reformulação do jornalismo da emissora, em busca de novas oportunidades e desafios. Antes disso, passou seis meses na Alemanha, por conta própria, e produziu uma série de reportagens ainda para a *TV Globo*. Em relação a idiomas, comunica-se em inglês e alemão. Acumulou uma longa experiência em coberturas por todo o Brasil e também internacional, como enviado especial, acompanhando agendas presidenciais, grandes eventos esportivos e regiões que passaram por conflitos. Quando se tornou correspondente, “já tinha musculatura de cobertura internacional e musculatura de jornalista” (UTSCH, 2013).

Repórter especializada em economia, a jornalista Vivian Oswald consolidou a carreira no jornalismo impresso, tendo passado, logo que se formou, pela *Agência Jornal do Brasil* e a sucursal dela em Brasília. Na capital federal, transferiu-se para *O Globo* em 1999, veículo para o qual trabalha até hoje. Carioca, formou-se em jornalismo e, ao mesmo tempo, em letras-inglês. Diz que sempre se interessou pela área internacional e o interesse por estudar idiomas reflete isso: além do inglês, fala francês, espanhol e um pouco de russo. “Sempre quis ser correspondente, desde que comecei a

estudar jornalismo, a minha monografia de final de curso foi sobre correspondentes estrangeiros” (OSWALD, 2013). A primeira experiência ocorreu aos 29 anos, quando se mudou com o marido diplomata para Bruxelas, em 2004. Consultou o veículo sobre o interesse de cobertura da região, e por três anos colaborou com o jornal da capital europeia. De lá, seguiu para Moscou, onde passou dois anos, e fez colaborações também para outros meios, como a *Globonews*, a *CBN* e a *Rádio France Internacional*. A experiência rendeu a publicação do livro “Com vista para o Kremlin”, no qual relata a vida na Rússia pós-soviética. Em 2009 retornou para Brasília, como repórter especial de *O Globo*, e desde o início de 2013 foi transferida pelo jornal para Londres.

Ainda que o trabalho de correspondente não tenha sido algo planejado desde o início da carreira, o que é comum é o interesse e a curiosidade de todos os entrevistados pelo cenário internacional. Além disso, o investimento no aprendizado de idiomas foi pessoal, uma busca individual por essa capacitação. Mostrou-se comum também a iniciativa por uma vivência internacional, ou por motivos familiares, ou com interesse em algum curso, mas sempre conciliando com algum trabalho de cobertura jornalística. Iniciativa foi algo presente na vida desses entrevistados, no sentido de sair do país e procurar veículos nacionais que poderiam estar interessados numa cobertura dessas regiões que visitaram ou moraram. Neste aspecto, os depoimentos remetem ao encontrado por Hannerz (2004), em estudo realizado com correspondentes norte-americanos: não há regras fixas ou um plano de carreira a ser seguido que determine como um jornalista se tornará correspondente internacional.

Por fim, há uma semelhança entre o percurso de parte dos entrevistados: os profissionais da mídia impressa vieram da cobertura de política e economia, todos com passagens por sucursais em Brasília, ou seja, uma experiência de trabalho já distante da redação-sede; já os profissionais da TV acumulavam uma experiência internacional como enviados, sobretudo em relação aos grandes eventos esportivos.

A face profissional da constituição das identidades, segundo Mucchielli (2009), é uma dimensão objetiva, que pode ser observada, como vimos nos depoimentos, pela trajetória e até mesmo currículo. A forma como os entrevistados se apresentam e reconhecem como se tornaram jornalistas e, dentro da profissão, correspondentes internacionais, sinalizam se isso fez parte de um projeto de vida, qual importância carrega e qual o significado deste modo no mundo deles de experiências.

b) Características profissionais ideais

E se eles estivessem responsáveis pela seleção dos próximos correspondentes? Quais características avaliam como essenciais para um profissional que deseja assumir a função? Ponto pacífico é o domínio de idiomas, ao menos o inglês, que é indispensável. Outro ponto que permeia essa visão das competências necessárias é a defesa de um profissional com as características de um “bom repórter”, como a curiosidade, o exercício da apuração, o “faro” por uma boa notícia, pois o correspondente vive disso, de “ir atrás” de histórias numa região de onde não é natural, com acesso por vezes limitado a fontes, sem uma equipe que o ajude em alguma parte do processo produtivo. Além disso, ele deve ser capaz de transitar por diferentes editoriais, já que ele não poderá se focar em uma ou outra especialização, mas cobrirá de política e economia internacionais, a esportes, ciência e tecnologia, cultura, conflitos, comportamento etc., afirmaram os entrevistados.

O entrevistado Bernardo Mello Franco resume: “Acho que o correspondente internacional, idealmente, é alguém que já teve experiência de reportagem no seu país e que a pessoa já tenha, se possível, até vivido fora da cidade dela em algum momento. Deve ter o espírito de ‘se virar’, de procurar as coisas, de autonomia, de enfrentar adversidades” (FRANCO, 2013).

O correspondente Jamil Chade também afirma que procuraria por um repórter:

Sabe quando não funciona o correspondente? Quando ele era um super editor, quando ele era secretário da redação, não é que não funciona, geralmente funciona porque o cara era uma pessoa muito boa, mas eu vou selecionar pra ser correspondente o repórter. Agora, claro, vamos lá, tem que falar línguas. Além disso, tem que ser um cara que não vê o trabalho como uma burocracia, deve ser um cara que não tem horário (CHADE, 2013).

A questão da dedicação e do comprometimento com a função é algo que se evidencia quando eles relatam a rotina e a dinâmica de trabalho: é preciso ter disposição e disponibilidade. Outra ideia exposta é de um profissional “safo”, uma pessoa com “jogo de cintura” capaz de lidar, às vezes, com imprevisto, com situações inesperadas e com autonomia. Vivian Oswald defende que ele tem que ter a capacidade de produzir pautas diferentes, variadas, não se limitando a um tipo só de assunto. “Deve saber

improvisar, ter um espírito mais descolado, alguém que eles [*a direção*] vejam que não é tão agarrado ali nas raízes, que pode sair, procurar coisas diferentes, descobrir”, diz, e essa capacidade de resolver as coisas por conta própria é necessária porque lá fora o jornalista tem uma infraestrutura menor do que quando está na redação do jornal.

Fatores como conhecimento geral e repertório cultural, uma postura de gestão e um grande conhecimento pelo Brasil também são apontados. “O jornalista tem que ter curiosidade, muito conhecimento geral, uma boa cultura geral, para ser capaz de mergulhar no assunto. Um correspondente completo tem que chegar ao estágio de poder ver o fato, se distanciar e analisar, isso é importante, o poder de crítica”, defendeu Letícia Fonseca.

Dentro desse conhecimento geral pode estar inserido o entendimento sobre o próprio país, a história, as características socioculturais, inclusive para fortalecer aquilo que é citado exaustivamente na bibliografia sobre o tema: o olhar nacional sobre os fatos, como afirma o correspondente Fernando Nakagawa:

Eu acho que o correspondente internacional tem que ser um cara que entende muito de Brasil, tem que ser um cara que entende muito o que é o Brasil, como as coisas funcionam no Brasil. As pessoas que cobrem Inter, por exemplo, elas são especialistas em assuntos internacionais e o correspondente não é isso, o correspondente tem de ter uma mirada brasileira, um olhar crítico brasileiro... O fato de você ter um olhar brasileiro é que te torna insubstituível nessa posição, porque senão eles poderiam contratar um gringo (...). Além de dominar outro idioma, a disponibilidade na vida pessoal é importantíssimo, porque você anula a sua vida pessoal praticamente. E mais: ter experiência como repórter é importante, a experiência de rua, de saber como que você vai atrás. Acho que uma importante característica é já ter morado no exterior, pode não ser trabalhando, mas morar um tempo no exterior tira o brilho de algumas coisas que podem atrapalhar – tipo certo deslumbramento (NAKAGAWA, 2013).

Em entrevista para esta tese, Mauro Tagliaferri afirmou apostar numa certa maturidade profissional, que capacite o correspondente a ser, também, um embaixador do veículo em outro país ou continente. “Eu acho que o cargo de correspondente é um pouco mais do que o simples exercício do jornalismo, o correspondente para a empresa é quase que um diplomata, ele é um representante da empresa no exterior, e eu não acho que esse seja um cargo pra ser exercido por Júnior” (TAGLIAFERRI, 2013). Além disso, a experiência em grandes coberturas é indispensável, associada à vivência de

viagens internacionais. Conforme relata, do profissional é exigido também um grande desprendimento e uma disponibilidade para pegar as malas e embarcar a qualquer momento, muitas vezes sem tempo sequer para parar e pensar. “Então, a coisa é assim, você tem que ter esse perfil de meio que de repente a sua vida virar de cabeça pra baixo” (TAGLIAFERRI, 2013). E um domínio cultural, ou pelo menos uma predisposição grande pra aprender as nuances culturais do local onde está, porque isso facilita muito na aproximação com as pessoas, com as fontes. Por fim, especialmente no caso da televisão, Mauro Tagliaferri afirma que é indispensável a habilidade de contextualizar bem os acontecimentos com o pouco tempo que a TV disponibiliza.

“O perfil desse cara tem que ser bem diversificado, e ele tem que gostar de ganhar o mundo”, resume o jornalista Sérgio Utsch. Dentro das características profissionais ideais, ele diz que não adianta ser só um jornalista bom, ele precisa ser um gestor, ser um profissional que saiba apurar, e que tenha “jogo de cintura suficiente pra usar, pra comprar uma passagem, um cara que eu possa confiar pra ter um cartão corporativo, está entendendo? Ele tem que saber gerenciar todo o trabalho”.

São muitas as exigências e não há uma fórmula de aprendizado, afirmou o entrevistado Marcos Uchôa. Ele diz que podemos nos questionar, mas é muito difícil que um curso superior ou qualquer treinamento que exista hoje numa empresa de mídia forme esse profissional diversificado. Na visão do jornalista, a formação do correspondente brasileiro, de uma maneira geral, é muito ruim.

Por que ela é muito ruim? Porque o repórter, de uma maneira geral, ele começa fazendo sua materiazinha local, dali ele vai crescendo, vai fazer uma matéria pro seu estado, depois uma matéria nacional, e a área dele ou é política, ou é assuntos gerais, ou é economia, ou é esporte, ou é cultura, mas a última coisa que tem a ver com o trabalho dele é a área internacional, é onde ele menos se dedica, menos lê, menos se importa, porque não tem a ver com a função dele. Então a leitura da parte internacional é uma coisa que depende muito do seu gosto pessoal, porque não é algo que lhe é exigido. Além da questão de falar idiomas, que é importante, super importante, mas a questão de você conhecer a história e acompanhar a história e a política internacional é algo que, na maioria dos correspondentes, é muito raro (UCHÔA, 2013).

Marcos Uchôa ainda sugere que as empresas de mídia deveriam preparar o profissional que assumirá este posto no exterior: confirmando o interesse pelo cargo, o

jornalista teria um período de tempo antes de embarcar para se preparar, “tipo dois anos antes”, e aprender o idioma, conhecer bem a história da região, ler livros sobre aquela realidade. “O resto, pra falar a verdade, eu acho que o correspondente não é muito diferente de um bom repórter no Brasil” (UCHÔA, 2013).

Dentro dessa reflexão sobre o perfil dos correspondentes internacionais, surge uma comparação entre o trabalho desenvolvido pelos profissionais da atualidade e figuras que marcaram os áureos tempos do jornalismo internacional brasileiro (NATALI, 2004), como Cláudio Abramo, Reali Júnior e Paulo Francis. Há de se considerar algumas características que envolviam o trabalho dos jornalistas daquela geração e o estágio de carreira, quando chegaram ao posto de correspondente, como também o contexto mundial e da própria sociedade brasileira. “Naquela época existia uma tensão, a pauta internacional estava realmente mais ‘quente’ do que hoje”, destaca Bernardo Mello Franco, que ressalta também a maior liberdade no texto que contavam aqueles profissionais, citando exemplos de textos adjetivados e ricos em ironia, como os de Paulo Francis.

Então, às vezes, isso caminhava pra ter um texto genial, muitas vezes engraçado, mas também esbarrava na falta de exatidão e de precisão da informação, que você tem que ter e que é exigida de um correspondente. Não posso falar que um cara levou vários tiros: levou 8, ou 10 ou 12 ou nenhum. Não posso dizer que um sujeito é vagabundo, que todo porteiro está dormindo... Essa época romântica do jornalismo, ainda muito adjetivado, que ainda sobrevivia de alguma forma no começo dos anos 80, já não existe (FRANCO, 2013).

Ao citar outros exemplos, em entrevista para esta tese, Bernardo Mello Franco também lembrou que, antes, os jornais investiam em reportagens internacionais sem a garantia imediata do retorno. São impressões pessoais, numa avaliação que compara as próprias experiências com o que viram e ouviram, até mesmo na relação com outros colegas de profissão, mas revela o quanto esses jornalistas enxergam a prática dentro do que conhecem da própria história do jornalismo brasileiro.

O jornalista Fernando Nakagawa, por exemplo, acha que hoje os correspondentes são mais pobres. “Pobres de formação, e de dinheiro também, obviamente, mas são mais pobres de informação, são mais novos”, explica ao analisar que os jornalistas que se tornavam correspondentes nos anos 1980 eram “os melhores

caras da redação”, mais experientes (NAKAGAWA, 2013). Em compensação, não tinha internet naquela época, o que na opinião dele faz toda a diferença, pois, assim, o correspondente recebia “carta branca” pra que ele acompanhasse a imprensa local e levasse o que era mais importante daquele país, com autonomia – eram quase “diplomatas da redação”. Para ele, “o correspondente de hoje tem que ser mais curioso, mais fuçador, pra pegar a minúcia da coisa, pra pegar o detalhe, porque é ali que a coisa vai ser diferente” (NAKAGAWA, 2013).

No passado, ao menos na visão de correspondentes em atividade nos anos 2000, os jornalistas eram mais autênticos e tinham mais espaço para trabalhar. O correspondente Jamil Chade oferece um exemplo:

Até uma coisa meio chata que, às vezes, ainda acontece, é só uma questão de dialogar, mas acontece: você propõe uma coisa e alguém lá na redação, não o editor, mas alguém, por medo, fala assim: “Ué, não estou vendo isso nas agências”. Aí você fala: “Ok, vamos lá”. É uma questão de dialogar, não é uma questão de você brigar com o cara, é uma questão de você falar: “Vem cá, não está vendo pelo seguinte, porque as agências, aqui em Genebra, não se interessaram ou não tinham ninguém pra cobrir esse evento sobre o Brasil”. Acho que no passado eles tinham mais espaço pra falar: “Não vou falar disso, eu vou falar daquilo”. Ou podia ser prestígio dentro do jornal, mas a realidade no fim da história era que ele tinha capacidade de moldar o que era a notícia internacional pro Brasil, essas pessoas tinham isso (CHADE, 2013).

Então, um aspecto era a experiência ou a maturidade profissional desses jornalistas no momento em que se tornavam correspondentes internacionais e, talvez por isso, o prestígio que desfrutavam para definir o que seria notícia daquela região que cobriam. Tem um fato tecnológico importante também, que mudou a forma como as redações podem e exigem saber o que está acontecendo no mundo. A entrevistada Letícia Fonseca defende a ideia de que, em décadas anteriores, não tinha o imediatismo de hoje e o correspondente assumia uma figura quase de um “super profissional”, o porta-voz e os ouvidos do veículo no exterior. Hoje, além da corrida contra o tempo, o número de produtores ou de fontes de informação ao redor do mundo aumentou muito, acirrando a concorrência.

Marcos Uchôa também relatou o que viu e vivenciou com a experiência na TV: no começo, até os anos 1980, a limitação era grande por causa do custo de gravação.

Era preciso economizar filme, priorizar, pensar antes de filmar. Nos anos 1980, ele observou um movimento que levou jornalistas já experientes no meio impresso para a TV, que passaram a fazer um uso maior das imagens. Contudo, na década seguinte se desenvolveu o modelo do correspondente que “empacota” a notícia com imagens de agências e grava a própria fala, apenas para dar a credibilidade e a sensação de que o repórter está cobrindo o assunto. Isso fez com que o correspondente sofresse uma exigência cada vez maior de produção diária de reportagens. “Mas essa transição realmente passou a fazer com que a gente, o correspondente, tivesse uma cobrança de render mais matérias e com o uso de imagem de agência, então, de certa maneira, ficou um trabalho menos laboral, menos rico, de menos presença” (UCHÔA, 2013). A estratégia também reduz, e muito, o custo de produção das emissoras de TV, com saídas e cinegrafistas, mantendo o status da empresa de ter um profissional assinando a notícia do exterior. Outro fator mais atual, que acomete principalmente os jornalistas de televisão, é a crescente transformação dos jornalistas em celebridades, o que para ele é muito grave, “porque a essência da celebridade é olhar pra dentro, é olhar pra si, e a essência do jornalista é olhar pra fora, é olhar para o outro” (UCHÔA, 2013).

Esse barateamento do processo de produção, sobretudo na televisão, pelas mudanças tecnológicas e pela adoção desses modelos, também possibilitou que mais empresas tivessem correspondentes no exterior. Até o final dos anos 1990, somente a *TV Globo* tinha escritórios fora do Brasil, porém hoje está cada vez mais fácil. Na visão do entrevistado Sérgio Utsch, um dos motivos de correspondentes se destacarem tanto no passado, na figura de nomes reconhecidos como os citados, deve-se, em parte, ao fato de serem poucos e hoje a presença desse tipo de profissional está bem mais pulverizada. “Hoje se você tem uma câmera pequenininha e um computador você tem um correspondente, que é coisa que não era possível naquela época” (UTSCH, 2013). Por outro lado, hoje existe “uma moçada que não tem tanta musculatura e já começa como correspondente, entendeu? Hoje é possível isso, coisa que anos atrás não era”, observa, também lembrando de reportagens que eram veiculadas em décadas passadas: para ele era possível ver uma preocupação maior com a informação, enquanto hoje a influência da audiência está cada vez maior, ou seja, numa preocupação de mostrar o que é de interesse do público, o que pode atraí-lo ou agradá-lo.

A partir das próprias experiências, os entrevistados objetivam as impressões daquilo que imaginam ser necessário para exercer a correspondência internacional. Claramente, eles relacionam esses fatores ao mundo de experiências em que vivem, em interação com outros atores (MUCCHIELLI, 2009). Entre as características ideais, eles apontam o domínio de idiomas e especialmente habilidades consideradas as de um “bom repórter”, valorizando a experiência de reportagens dentro e fora do Brasil. Estes deveriam manter o “faro” e a curiosidade por temas diversos, preparados para pensar em pautas de diferentes setores e com repertório para contextualizar os fatos para a audiência brasileira. Como lidam no próprio dia a dia, afirmam ser necessárias muita disponibilidade e dedicação por parte dos profissionais, incluindo certo grau de maturidade para trabalhar com independência. Chama atenção depoimentos que se repetem no sentido de relacionar a função do correspondente com a do diplomata, afirmando que os jornalistas nesta condição atuam como porta-vozes dos veículos para os quais trabalham e representantes das empresas, o que pôde ser observado na revisão de literatura (SILVA, 2011; WILLIAMS, 2011).

II. Rotinas

a) Dinâmicas diárias e equipes

A rotina diária de produção e a dinâmica de trabalho dos correspondentes indicam como eles interagem com os demais atores envolvidos na vida profissional deles e com o ambiente de atuação. Relações com as equipes na redação, com as fontes, as longas jornadas, a adoção de tecnologias digitais, entre outros aspectos, permite-nos conhecer o ponto de vista destes profissionais a partir das próprias visões.

Se os jornalistas já são reconhecidos como “trabalhadores sem hora” (LE CAM, 2006), com horário para começar o expediente, mas nunca para encerrar, reféns dos fatos, comprometidos com o relato dos acontecimentos, altamente engajados com essa responsabilidade (TRAVANCAS, 2011), a rotina de um correspondente é ainda mais exaustiva. O primeiro aspecto é o fuso horário, que irá variar de acordo com a região de cobertura, logicamente, e o período do ano, mas que de todo modo obriga o profissional

a estar de acordo com os horários de fechamento do jornal no Brasil e ao mesmo tempo com o dos acontecimentos e das fontes no país onde reside. Além disso, o correspondente quase sempre é o único da equipe naquele lugar, não tem com quem revezar, fazer escalas, ou solicitar apoio local.

Os correspondentes ouvidos nesta pesquisa (Fase 4), em atuação na Europa, oscilam em um fuso horário de três a cinco horas em relação ao Brasil. Os jornalistas de veículos impressos começam a trabalhar, em geral, no meio da manhã, com o trabalho de “peneira”, checando o que saiu na imprensa local, acompanhando as repercussões dos acontecimentos da véspera, por exemplo. Como na Europa estão num horário à frente, a equipe da redação no Brasil chega mais tarde. Entretanto, as versões atuais dos sites dos veículos demandam por notícias logo cedo, considerando que a parte da manhã é o período de maior acesso. Por outro lado, a jornada se estende noite adentro, devido aos horários de fechamento das edições impressas, período que o correspondente também precisa estar disponível para possíveis correções, cortes ou aumento dos textos.

A chamada “sinergia”, “convergência de mídias”, ao invés de abrir mais postos de trabalho, ela tem infelizmente servido – não digo só no Brasil, mas no mundo todo – para que o jornalista acumule mais funções com a mesma remuneração. (...) Então, no meu caso, eu não sou mais repórter só de impresso desde que eu cheguei aqui, a demanda do site é enorme, ela é desconectada dos horários da redação, então por conta disso você trabalha todos os dias por muitas horas. Porque o pico do site é de manhã no Brasil e o pico do jornal é a noite (FRANCO, 2013).

O relato do jornalista da *Folha* representa as demandas contemporâneas de produção para múltiplas plataformas, ainda que de forma inicial. Apesar dos padrões e fluxos do processo de produção das notícias, cada profissional se organiza para administrar a vida pessoal com as atividades profissionais.

Num dia normal de trabalho, ou seja, que não tenha um evento, uma cobertura específica ou uma entrevista marcada logo pela manhã, Bernardo Mello Franco relatou em entrevista para a pesquisa que começa a trabalhar por volta das 11h da manhã, portanto, um pouco mais tarde do que um jornalista britânico, pois ainda seriam 7h no Brasil (naquele período do ano). A tentativa é não exceder mais do que 12h diárias de atividade. O início é sempre pela leitura dos jornais, do noticiário local, e depois da grande imprensa brasileira. A partir disso, ele seleciona os assuntos que possam gerar

notícia para os leitores do jornal e envia um relatório por email para a editoria de mundo, os editores e os redatores, também para o secretário de redação, o chefe de redação e o editor chefe, ou seja, toda a cúpula do jornal é copiada neste email. Depois chegam as respostas, com as considerações sobre qual caminho seguir, sugestões de pautas ou apenas um aval para encaminhar o que ele próprio propôs.

Nos dias considerados “mais fracos”, sem um gancho mais definido de pauta, ele envia uma mensagem como “estou pesquisando tal assunto”. “Jornalista vive de publicar” (FRANCO, 2013). O interesse é sempre estar produzindo, publicando. Se não tem o *hard news*, procura por reportagens especiais, dedica-se à pauta que será publicada no final de semana, procura por curiosidades, aposta no *feeling* e não fica preso a nenhuma editoria.

Nesses nove meses de correspondência até aqui, eu publiquei em todos os cadernos da *Folha*. Em Poder muitos, Mundo principalmente, em Mercado também, publiquei na Ilustrada, na Serafina, no caderno de Turismo, na Ilustríssima, publiquei até na Revista São Paulo, que pelo próprio nome só publica coisas de São Paulo, mas falei sobre a experiência de transporte público em Londres, a questão urbana aqui também é interessante, rende matéria. Publiquei em Cotidiano também, sobre questões urbanas, acho que em todos os cadernos, até Ciência... Tudo (FRANCO, 2013).

Essa realidade de não ter muito bem hora para começar e menos ainda para terminar é comum a todos os entrevistados. Jamil Chade, do *Estadão*, disse começar por volta das 9h e ter dificuldade para encerrar antes das 23h. Vivian Oswald, de *O Globo*, também não tem horários precisos: “e você não sabe se naquela semana você está tranquila ou não” (CHADE, 2013).

A imprevisibilidade dos fatos e as demandas que surgem das diversas editorias do jornal fazem com que a rotina, de fato, não exista, como também explica Vivian Oswald: “Então os editores vão ligando pra você com as demandas deles, eles não sabem o que o outro editor te pediu e se você não souber se organizar bastante, eu acho que a palavra é bem organizar, você é atropelado por uma agenda boçal, porque é muita coisa” (OSWALD, 2013).

Mas apesar de cansativa, a rotina extensa não é apontada exatamente como um “problema”, mas sim como algo necessário, que faz parte da missão ou da tarefa dos correspondentes. Mais que isso, o “espírito de repórter” é constantemente instigado por

pautas diversificadas, desafiadoras, de grande visibilidade, muitas vezes associadas a momentos importantes da história mundial. A correspondente Vivian Oswald destaca que qualquer assunto requer um esforço de estudá-lo, de conversar com especialistas, e o fato de estar em Londres, por exemplo, uma região tão central, faz com que ela participe muitas vezes da cobertura de fatos de fora da Inglaterra, mas a partir da visão de pesquisadores ou especialistas britânicos. Foi o caso, no momento da pesquisa, da cobertura sobre a morte de Nelson Mandela: apesar de o fato ter ocorrido na África do Sul, muitas das fontes que comentaram a história e o legado estavam na Inglaterra.

Então, assim, é muito variado, e é super legal, porque você nunca tem um momento bobo, entendeu? Tem sempre uma coisa divertida pra fazer e é uma coisa que vai te instigando bastante, não são as mesmas matérias sempre, tem assuntos que você precisa se preparar, são assuntos difíceis, uns menos difíceis, mas todos eles te obrigam a botar o cérebro pra funcionar, até procurar um novo ângulo, diferente do Gillette Press, né? (...) E eu tenho fama de *workaholic* lá no jornal, então, assim, eu sou muito movida à novidade, acho que a maior parte das pautas hoje sou eu que ofereço, já era assim em Moscou, já era assim em Bruxelas, então eu sempre estou olhando... Tem uma colega que diz que eu vou à padaria comprar pão e que eu volto com uma matéria pro jornal, porque eu tenho muita mania de fazer e de olhar coisas diferentes, de achar que pode interessar e tal (OSWALD, 2013).

Em todos os casos, a área de cobertura do correspondente não estava restrita ao país em que habitavam. O posto em Londres da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, é o único fixo do veículo na Europa, o que obriga o profissional a ficar alerta ao que se passa em todo continente. Os deslocamentos podem ocorrer por demanda do próprio veículo, para cobrir acontecimentos importantes, como havia ocorrido no caso das eleições presidenciais na Alemanha em 2013 e a escolha do Papa Francisco, no Vaticano; ou por projetos de coberturas especiais, que podem partir do correspondente. O que irá definir a aprovação e o número de dias e equipe para a cobertura, além dos critérios de noticiabilidade, são os recursos financeiros.

“No mundo ideal, o correspondente propõe as próprias viagens, propõe viagens fora do calendário de eventos, para que possa fazer reportagens especiais, e com isso o jornal ganha uma matéria que nenhum outro jornal vai ter” (FRANCO, 2013). No mundo real, entretanto, o corte de custos acaba sendo decisivo na aprovação. Em alguns

casos, o orçamento e a compra de passagens pode ser feito pela redação no Brasil, em outros casos o correspondente faz as cotações para buscar alternativas mais baratas. Tem uma questão de gestão de recursos e prestação de contas que também faz parte das atividades de que ocupa este cargo.

A lógica para os deslocamentos é bem parecida em todos os veículos. No caso de jornais como *O Globo* e o *Estadão*, que conta com jornalistas em locais diferentes da Europa, pode haver uma distribuição entre os colegas que vai variar de acordo com a localização (quem está mais próximo geograficamente do episódio), o tema, a disponibilidade (quem está envolvido com outra cobertura ou não), as escalas e folgas, entre outros.

As características de cada mídia interferem na rotina diária e nas coberturas especiais desses profissionais, depreende-se pelas entrevistas da Fase 4. No caso do jornalista Fernando Nakagawa, da *Agência Estado*, a dia começa cedo, pois precisa acompanhar a abertura dos mercados. Depois da primeira nota econômica sobre isso, o processo de leitura da imprensa local também é necessária, o que muitas vezes resulta em notas apenas de tradução de idiomas, com sinopses da imprensa internacional, pontuando os temas tratados pelos principais jornais ou agências do mundo. A partir disso, ele próprio se pauta: analisa todo material recebido pelos serviços das agências de notícias e das bolsas de valores e identifica com quais temas pode contribuir, ampliar, oferecer um olhar brasileiro. “A ideia de ter alguém aqui é olhar esse noticiário, olhar esse contexto e produzir material diferente disso, é pra pegar nas entrelinhas o que diz respeito ao Brasil” (NAKAGAWA, 2013). Fora essa dinâmica diária, semanalmente (ou quase semanalmente), a *Agência Estado* realiza uma reunião de pauta coletiva, para se avaliar a situação da economia dos mercados.

Apesar de uma agência não ter um horário de fechamento, no geral, ele afirma conseguir “encerrar” o expediente por volta das 20h. Entre aspas porque ele afirma que nunca desliga o celular: “Nunca, nunca mesmo, eu fico numa *nóia* bizarra com isso” (NAKAGAWA, 2013). O trabalho remoto acontece 24h por dia, pois fica sob alerta, caso ocorra algum fato importante, repentino. Apesar de o foco maior ser a cobertura econômica, ele é um profissional do *Grupo Estado* e pode fazer coberturas de outras temáticas, como foi o caso do nascimento do “bebê real” (o filho do Príncipe William, o terceiro na linha de sucessão ao trono britânico). Situações como essa, no relato, “fogem

ao controle”, porque surgem demandas de várias editorias. “Tem um ditado que diz que cachorro que tem muito dono morre de fome, e eu sinto muito isso. Como eu não tenho um chefe aqui do meu lado, na sala do lado, eu tenho todos os chefes do mundo...”, (NAKAGAWA, 2013). O jornalista relata que pedidos de pautas, às vezes, surgem de diferentes editorias, sem que eles saibam em quais assuntos o correspondente está envolvido, se outras apurações já foram solicitadas ou quais são as prioridades para quem está na linha de frente.

O que é determinante também, no caso do correspondente de agência de notícias, é a necessidade de cobrir a agenda de autoridades brasileiras no continente. Esse é um tipo de serviço que as agências internacionais fazem, pela especificidade do país, mas a *Agência Estado*, no exemplo, cobre no formato de *highlights*, ou seja, com *flashes* instantâneos do que está ocorrendo no exterior, pela agenda oficial.

Toda essa rotina também irá variar no caso dos repórteres de televisão, dependendo inclusive da grade de programação. Em alguns casos, eles podem fazer entradas ao vivo ou por reportagens já nos telejornais da manhã, em outros casos estão disponíveis até o último jornal da noite. “É muito variável, sinceramente, é muito difícil dizer que você tem uma rotina. Eu tenho uma rotina só no sentido de que eu compro oito jornais e leio oito jornais todos os dias” (UCHÔA, 2013). O repórter relata que o primeiro trabalho é checar a situação geral do noticiário, que é o “dever de casa”. Se estiver acontecendo algo pela manhã, já pode gravar algo para o *Bom Dia Brasil*, tendo que acordar mais cedo. Mas, no geral, colabora com a reunião de pauta do *Jornal Nacional*, às 11h, para a qual envia sugestões, quando dispõe, que às vezes são aprovadas, outras não. Pela *TV Globo*, são quatro jornais diários, mais a área de esportes, à parte, e mais o dominical *Fantástico*; excepcionalmente pode surgir alguma demanda do *Globo Repórter*. “Tem dia que você vai acabar de trabalhar às duas horas da manhã, porque são 21h no Brasil, quando o *Jornal da Globo* está sendo finalizado”, mas além disso permanece acessível todo o tempo, de modo remoto ao menos.

A *TV Globo* tem escritórios em Nova York e Londres, mas no caso de Paris, Marcos Uchôa trabalha em casa. A equipe é composta ainda por um cinegrafista e uma produtora, mas todos atuam nas próprias residências e se encontram nas saídas para pautas ou viagens.

Em entrevista para esta pesquisa, Mauro Tagliaferri contou que dispunha da estrutura da *Record Internacional* em Lisboa, que cedia espaço físico, por exemplo, e dispunha de um cinegrafista como equipe fixa. A emissora paulista também tem escritório em Londres e a cobertura do continente é dividida entre os dois centros, de acordo com a localização, disponibilidade dos repórteres e o custo de deslocamento. Mauro Tagliaferri relatou que o trabalho começava logo cedo, por volta das 8h, já fazendo contato com a redação do *Fala Brasil*, porém ele podia produzir para toda a grade da *Record* e as prioridades mudaram algumas vezes ao longo do período que ficou no exterior, dependendo da chefia e dos focos de cobertura.

“Não, agora tem que atender o *Jornal da Record*, agora é a prioridade, se tiver fazendo qualquer outra coisa tem que parar pra ir pro *Jornal da Record*”, beleza. Aí o cara do jornal da manhã te ligava pedindo um negócio, aí eu falava: “Não, agora eu tenho que atender o *Jornal da Record*”. Aí o cara do jornal da manhã começava a se queixar pra chefia lá: “Ah, mas eu não tenho mais nenhum correspondente me atendendo, como é que é isso?”, e aí vinha a ordem: “Todos os correspondentes tem que atender o jornal da manhã também”. Aí ficava, bom, enfim, você imagina o limbo que isso criava (TAGLIAFERRI, 2013).

No geral, o trabalho de Mauro Tagliaferri também começava checando o material disponibilizado pelas agências, vendo quais eram as novidades, o que poderia “virar notícia” naquele dia. Depois das passagens rápidas pela manhã, às vezes produzindo um “povo fala” nas ruas, ele começava a produzir para o *Jornal da Record*, com variações entre períodos que demandavam mais, outros menos: em alguns momentos trabalhou-se muito em cima de notícias factuais, em outros a exigência maior era por reportagens especiais. Além das demandas de cobertura do esporte, até mesmo pela experiência que possui na área. De acordo com Mauro Tagliaferri, o expediente encerrava em torno das 21h, dependendo do fuso horário. Ficava, então, disponível até o jornal da noite fechar. Mas a longa jornada nunca foi uma reclamação:

Isso é normal, não me incomodava, de modo algum, porque dava pra administrar direito o tempo. Eu entendo que quem está no exterior, por toda a contingência, o volume de trabalho, questão de fuso horário, o fato de estar sozinho ali, ou é você ou é você, não tem outro jeito, então eu acho que isso faz parte do cargo (TAGLIAFERRI, 2013).

Entre as tarefas exigidas dos correspondentes ligados às emissoras de TV, a edição das reportagens não era uma delas. Em todos os casos, via de regra, o material era enviado bruto para a redação no Brasil, com o texto fechado, o roteiro enviado, as imagens encaminhadas pela internet (normalmente pelo sistema de *File Transfer Protocol* - FTP), mas a finalização feita pela equipe da redação.

O correspondente Sérgio Utsch, do *SBT*, trabalha de casa, sem cinegrafista fixo, podendo fazer contratações esporádicas, especiais. Ele contava naquele momento com uma espécie de produtor “faz tudo”, um jovem jornalista brasileiro, que vivia em Londres, e o ajudava com produções, às vezes até na captação de imagens, auxiliava em coberturas especiais, até mesmo durante viagens. A alternativa, segundo ele, estava funcionando muito bem: economicamente viável e num formato de parceria e aprendizado.

Em entrevista para esta tese, Sérgio Utsch contou que o dia começa como todos: com a leitura dos jornais, checando o “cardápio” de notícias das agências internacionais, acompanhando a imprensa nacional também. A partir disso, faz a “previsão do dia”, sugerindo reportagens ou notas cobertas. O principal “produto da casa”, segundo ele, que portanto tem prioridade quanto à cobertura, é o *SBT Brasil*. O papel de coordenação de internacional, segundo Sérgio, não funcionou muito bem, porque a profissional se tornou editora executiva e outras funções surgiram.

Eu acabo sendo hoje o cara mais experiente, o tiozinho de Inter, porque os editores todos são muito jovens. Estou no meio de em esforço pra tornar a editoria um pouco mais independente, pra gente conseguir ter uma comunicação melhor com as outras equipes, para que elas façam a ponte com os outros jornais, que por conta do horário eu não tenho essa possibilidade. Então eu acabo fazendo essa costura política daqui (UTSCH, 2013).

Entre as atividades diárias, Sérgio Utsch destacou muito o trabalho de bastidor do correspondente, que não aparece, inclusive: “Você está aqui se lascando, fazendo orçamento de passagem, às vezes fazendo uma prestação de contas em quatro moedas, e você tem que mandar isso tudo direitinho nos centavos, sabe? Eu poderia me organizar pra terminar mais cedo... Mas acabo indo até meia-noite, 1h da manhã” (UTSCH,

2013). Em paralelo, ele também conduz um blog pessoal⁵⁹, que estava em fase de remodelação de layout.

Sobre os 15 anos que trabalhou para a *Globonews*, Letícia Fonseca contou em entrevista para esta tese que o ritmo era frenético: iniciava no turno da manhã e às vezes ficava até o jornal das 22h. “Quer dizer, são cinco ou seis equipes que passam pela redação, mas o correspondente aqui é único, né? Num dia normal de trabalho, eu não via nem a cor do céu...”. A previsão de assuntos do dia era enviada pela redação na véspera e o trabalho era conduzido de casa, sem qualquer equipe, com saídas para participar de entrevistas ou coletivas. O formato adotado pela *Globonews* não tinha imagens no dia a dia dos correspondentes, eles entravam na programação por telefone, relatando fatos ou fazendo comentários. Conta ainda que a troca com a equipe da emissora no Brasil era boa, propunha muito as pautas e tinha uma boa aceitação da redação, porque a grade de uma emissora *all news*⁶⁰ exige um volume alto de notícias. Hoje, pela *Rádio France Internacional*, consegue organizar melhor o dia: também inicia por volta das 9h, lendo o noticiário internacional e relativo ao Brasil, e assim produz e grava as notícias que irão ao ar pela rádio e pelo serviço na *web*. De acordo com as demandas, também grava programas especiais. A redação está localizada em Paris e conta com cerca de 15 jornalistas brasileiros. Em paralelo, ela estava dividindo o tempo trabalhando numa pesquisa em acervos da Europa para um projeto futuro da *TV Globo*.

Há mais tempo no exterior, trabalhando sozinha, de casa, Letícia Fonseca afirma ser “triste” esse isolamento, “mas também é bom, por não participar da fofoca” (FONSECA, 2013). Ela diz que se acostumou a produzir no silêncio, sente falta do ambiente de redação, mas ao mesmo tempo gosta da liberdade que tem. “É um trabalho solitário o do correspondente, no entanto eu acho que o trabalho de jornalista, no geral, é meio solitário também, porque na hora que você está escrevendo, você está sozinho, entende?” (FONSECA, 2013).

Para outros correspondentes, o problema é a falta de *feedback*, de retorno da redação no dia a dia de produção. O correspondente pode cair numa espécie de “buraco negro”, com pouco contato com a redação e ainda suscetível à troca de equipes na redação (turnos), obrigando o correspondente a repetir, muitas vezes, o que já foi dito, o que está sendo trabalhado.

⁵⁹ Endereço: <http://sergioutsch.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 ago. 2013.

⁶⁰ Formato de emissoras de rádio e televisão que transmitem notícias sem interrupção.

É triste porque jornalista gosta de confusão, a gente reclama pra caramba, mas a gente gosta de trabalhar num lugar movimentado, barulhento, com um monte de gente, até por conta do que eu te falei: num ambiente com muita gente, você tem mais ideias do que num ambiente com pouca gente. Você discute mais, acho que é isso. E aqui você passa muito tempo sozinho, por conta própria. É real a falta de *feedback*. Ontem mesmo eu mandei três matérias e foram publicadas duas... É do jogo, não vou ficar reclamando. Você tem que reclamar em alguns momentos: quando há erro factual, o jornalista tem compromisso de não deixar o erro sair, estando o nome dele ou não. De fato tem isso, você tem muito pouco *feedback* (FRANCO, 2013).

Ao invés de “triste”, o correspondente Fernando Nakagawa afirmou ser mesmo “chato” trabalhar sozinho. Se por um lado não existe a presença direta do chefe, por outro lado provoca uma espécie de “carência”, necessidade de troca com os colegas.

O pior é não ter *feedback* das coisas, isso é muito ruim, pois não é porque sua matéria foi publicada, virou aba de página ou foi pra primeira página, ou é destaque lá no *top news* da agência, que isso quer dizer que eles estão felizes. Eu acho que pode melhorar, isso eu acho que é o ponto que mais me incomoda. O segundo ponto, essa coisa de não ter colegas é muito ruim, porque a redação é um dos ambientes mais divertidos, interessantes e curiosos do mundo, muita diversidade (NAKAGAWA, 2013).

Por outro lado, na visão de Fernando Nakagawa, apesar das longas rotinas diárias e desse isolamento, ele julga essa experiência no exterior como excelente, pois a agenda é mais flexível e o repórter tem a possibilidade de se pautar. “É muito interessante, porque você consegue, ao menos eu tento imprimir a minha marca nisso de tentar pegar mudanças mesmo que acontecem na economia e que são importantes ou não pro Brasil” (NAKAGAWA, 2013).

Apesar dos contatos com a redação no Brasil e a parceria com os demais correspondentes do *Grupo Estado*, Jamil Chade também destaca os prejuízos de se trabalhar isoladamente: “o jornal é diálogo, ninguém faz sozinho um jornal. Então a dificuldade de estar longe é real, de você acompanhar o que acharam da sua matéria, o que esperavam” (CHADE, 2013). Já Sérgio Utsch afirma gostar da solidão, de trabalhar bem assim, mas sente falta da possibilidade de discutir o jornalismo com outros jornalistas.

b) Relação com as fontes

No jornalismo, em qualquer editoria ou mídia, a relação com as fontes é um dos pontos primordiais, fundamental para apuração, levantamento de pautas, às vezes até de notícias com exclusividades (os “furos”). Um jornalista estabelece esses contatos com o tempo, com a cobertura setorizada, e a relação é mantida a partir das publicações, quando as fontes veem o que saiu nos jornais. É, sobretudo, uma relação de confiança.

Ao assumir um posto no exterior, o correspondente precisa construir esses contatos, num curto espaço de tempo e com algumas condições particulares. Primeiro, a diversidade de temas: se um dia cobre cultura, no outro pode migrar para economia, esportes ou ciência, por exemplo. Isso faz com que não haja qualquer constância no contato com essas fontes. Mais do que isso: muitas vezes essas fontes sequer conhecem o trabalho destes jornalistas, não acompanham as publicações e os veículos brasileiros raramente estão na lista de prioridades para uma entrevista. Podemos imaginar que, no Brasil, ao se apresentar como um repórter da *Folha de S. Paulo*, determinadas portas se abram, outra coisa bem diferente é fazer essa apresentação para uma autoridade ou um especialista em Londres.

A relação com as fontes para um correspondente é bem diferente que no Brasil. Por que eu estou falando isso? O que é uma fonte *strictu sensu*, a maneira tradicional de se imaginar uma fonte? É um sujeito com quem você conversa com regularidade, porque você cobre um assunto correlato à área que ele trabalha e ele te abastece constantemente com informações e bastidores do assunto que você cobre. Então, o repórter de política, não tem fonte no zoológico, mas o repórter de política tem fonte no Congresso, pode ter uma fonte na Polícia Federal, pode ter uma fonte no Ministério Público. Mas em todos os casos a relação entre o jornalista e a fonte se alimenta de publicação. No caso do correspondente, especialmente sendo de um país como o Brasil, que é um país periférico ainda, não dá pra gente viver com a ilusão de que somos uma prioridade pro formador de opinião daqui. Ou seja, eu não tenho nenhuma fonte no sentido parecido que a gente tem no Brasil (FRANCO, 2013).

O correspondente da *Folha* continuou a explicação afirmando que a fonte internacional não vê no repórter brasileiro nenhum “sentido útil”, quanto a ver a informação que fornece publicada e atingindo o público de interesse. Muito raramente

uma fonte no exterior vai ter acesso ao material publicado, então ela também não acompanha o trabalho daquele jornalista, nem mesmo quando ela é citada.

E a gente pula muito de galho em galho, os assuntos variam demais, eu não tenho uma cobertura sistemática, por exemplo, da política britânica. Então se você ouvir de um correspondente internacional que ele tem uma grande fonte, desconfie. O que você tem e deve se esforçar para fazer são contatos estratégicos, são contatos que podem te ajudar numa roubada, em áreas que sejam interessantes. Por exemplo: o Brasil tem uma representação diplomática em Londres. Eu procuro, além de ter ali o contato tradicional, padrão de imprensa, ter duas ou três pessoas na embaixada, tenho o celular, que eu ligo pra bater papo, são pessoas que eu encontro eventualmente numa coisa que envolva Brasil, a quem eu possa recorrer numa situação de dificuldade. Se amanhã atirarem em um novo Jean Charles brasileiro, se cair um avião com brasileiros... Eu tenho como ligar para pessoas conhecidas, fontes informais (FRANCO, 2013).

Então, o caminho parece ser o de cultivar contatos que sejam úteis e que possam levar eventualmente a outras pessoas. Podem ser assessorias de imprensa, às vezes são coordenadores de editoras que publicam autores importantes, ou alguém que trabalha na embaixada. O que é comum a todos os correspondentes é ter na imprensa estrangeira uma das principais fontes de informação. Tratam-se de fontes secundárias, mas fundamentais ou mesmo a única alternativa de ter acesso a determinadas informações. Colegas correspondentes e jornalistas locais acabam sendo parceiros, não no sentido de compartilhar “furos”, seria um contrassenso dentro do jornalismo, mas os colegas de profissão quase sempre apontam caminhos, ajudam a esclarecer alguns pontos.

Cada correspondente traça uma estratégia na hora de buscar as fontes. A do correspondente Fernando Nakagawa é não tentar o cargo mais alto dentro de uma companhia, por exemplo, mas um profissional intermediário, responsável por América Latina, que provavelmente se interesse em falar com uma agência brasileira. E ele diz que busca esses contatos mesmo não rendendo reportagem imediatamente, mas no momento que determinada organização tiver algo que diga respeito ao mercado brasileiro, provavelmente se lembrará dele, como já aconteceu.

Existem pessoas-chave, que fazem parte dos sistemas que os correspondentes cobrem, como, por exemplo, profissionais de embaixadas, assessores, representantes de entidades internacionais (como a Organização Mundial do Comércio, que tem sede em

Genebra), que precisam ser contatados semanalmente, para saber como “andam as coisas”, mesmo que a pauta não renda imediatamente. É o que afirmou Jamil Chade, que defende que algumas vezes é necessário disputar as fontes com os grandes jornais. Ele citou o caso da negociação entre Irã e Estados Unidos, intermediada pela ONU, cuja sede europeia também fica em Genebra: autoridades norteamericanas privilegiaram a imprensa dos Estados Unidos num encontro fechado, antes de liberar informações para os jornalistas estrangeiros. “Tem que insistir. Se não você tem que passar por aquela coisa constrangedora de estar num lugar, fazer uma matéria e ter que citar um outro jornal, porque você estava lá e não teve acesso à informação” (CHADE, 2013). Segundo ele, o fato de estar há 14 anos no mesmo lugar o ajuda a ser reconhecido por representantes diplomáticos, funcionários de entidades, entre outros casos, o que faz diferença na hora de estabelecer o contato com as fontes. Tem outro fator destacado por ele: no começo era muito difícil ter acesso a determinadas informações, mas isso se alterou com a mudança da posição do Brasil no exterior. “É nosso trabalho ensinar pra essas pessoas qual o impacto deles falarem para o Brasil” (CHADE, 2013). Esse impacto da mudança do Brasil no cenário internacional é percebido pelos demais correspondentes.

Aqui você tem que estudar o assunto, procurar um especialista, mas pra isso você tem que se apresentar, porque a pessoa não te conhece. O Brasil hoje em dia é um país muito mais importante na Europa, mas ainda assim você compete com jornais muito importantes que também querem a atenção das fontes daqui. Hoje em dia, se você diz que é do Brasil o governo britânico coloca a gente numa lista lá, volta e meia eles têm interesse em chamar jornalistas brasileiros pra matérias sobre investimentos ou pra mostrar algumas coisas mesmo (OSWALD, 2013).

A correspondente do jornal *O Globo* simplifica o processo e diz que o estabelecimento do contato com a fonte é bem parecido, em qualquer lugar. O repórter vai escolhendo, no processo de apuração, a seleção obedece a critérios semelhantes, como a autoridade e o conhecimento que a fonte detém sobre determinado assunto. O diferencial é o repertório cultural que o jornalista pode não compartilhar com a fonte. “A empatia é que vai ser diferente, ou o que você tem em comum e tal, você tem que se

esforçar mais porque você não tem a experiência cultural, a diferença do idioma, então às vezes tem uma barreira adicional” (OSWALD, 2013).

Até mesmo a maior emissora do país, uma das maiores do mundo, enfrenta dificuldades em algumas ocasiões. “A *TV Globo* hoje é bem mais conhecido do que foi quando eu comecei. No esporte, no futebol ainda mais, nós somos a *BBC*. Agora, se você quer fazer matéria de um país, por exemplo, de uma repartição do governo francês, e falar que é da *TV Globo* do Brasil, *sorry*, mas os caras não estão nem aí” (UCHÔA, 2013). O repórter defende que o correspondente deve, na verdade, ter uma capacidade de mergulhar num assunto com urgência e saber ler bem e pesquisar bem, e saber encontrar com quem você deve falar.

De acordo com o correspondente Sérgio Utsch, o mesmo se repete em Londres: dizer que é do *SBT* e nada é a mesma coisa. Ele afirma não ter fontes fixas, pelo simples motivo de não cobrir um assunto só, mas conta com algumas pessoas a quem recorre de vez em quando, como funcionários do Governo e de embaixadas. Ele dá outro exemplo: os especialistas, fontes tradicionais pela possibilidade de ajudar com análises e conjunturas, nem sempre podem ser usadas pela televisão como fontes presentes na reportagem, pela questão do idioma principalmente. O que ele normalmente faz é o contato telefônico, conversa com um professor de uma universidade, por exemplo, para ter o “calor da coisa”, e constrói o texto com a própria fala. Ele gosta de investir em personagens, aquelas pessoas que ilustram as reportagens, humanizam os acontecimentos. É importante inclusive considerando a audiência da emissora, voltada para as classes mais populares.

c) Tecnologias

Sabemos que toda nova tecnologia introduzida no jornalismo é passível de alterações do ambiente e das formas de lidar com a rotina. Foi assim desde a adoção dos tipos móveis, as melhorias das estradas e distribuição dos impressos, o surgimento das linotipos e das rotativas, das máquinas de escrever, do telégrafo, do próprio telefone e, posteriormente, a criação dos meios eletrônicos de comunicação, como o rádio e a televisão, a difusão da internet comercial e a adoção de microcomputadores pelas

redações e dos sistemas digitais de fotografia, edição e impressão, entre outros. O desenvolvimento de setores como telecomunicações e informática foram fundamentais para a comunicação a partir da segunda metade do século XX e amplamente absorvidos pela atividade jornalística.

Se foi assim no jornalismo como um todo, na prática e na rotina dos correspondentes internacionais o impacto da adoção das tecnologias móveis parece ter sido ainda maior. Acostumados ao trabalho com mobilidade, fora da estrutura das redações, a atividade sempre esteve associada ao desenvolvimento tecnológico, desde o tempo das cartas enviadas por navios (SILVA, 2011). Alguns dos nossos entrevistados, que se formaram entre as décadas de 1980 e 1990, viveram já dentro das redações essas transformações. Os mais jovens já iniciaram a carreira tendo as tecnologias digitais como realidade, mas enfrentam nos últimos anos o desafio da convergência e da produção em múltiplas plataformas.

Há mais de dez anos como correspondente de mídia impressa, o jornalista Jamil Chade lembrou em entrevista para a tese que alguém chegou um dia e comunicou: tinha que produzir também para o site. Apesar de considerar que esse é um caminho sem volta, ele questiona a visão mais simplista e generalizada de que a profundidade compete ao espaço do jornal, “mas você também pode dar na internet, é mentira que você tem que ser superficial na internet, de jeito nenhum, internet não é lixo, não é isso, a internet é rápida, unânime”. Ele disse ao ter uma fórmula sobre o que publicar na rede e o que “guardar” para a versão impressa, isso varia de caso a caso. A internet pode ser também o espaço do furo, ou outros darão a notícia primeiro. “Então, acho que você tem que ser muito, muito ágil. E a gente não tem saída, a internet é a nossa realidade, se você ficar achando que você vai escrever isso no papel amanhã... Eu, às vezes, peço pelo outro lado, eu prefiro não segurar a matéria pra amanhã” (CHADE, 2013). Ele acredita que o papel está com dias contados, ao menos no modelo que conhecemos hoje.

Agora, não é “o site matou o impresso”, mas vai matar, não tem outro jeito (...). O editor falou outro dia: “Saiu um negócio dos ingressos da FIFA”, e eu falei: “Me dá 10 minutos que eu te mando a matéria”. Aí eu mandei a matéria, e ele me escreveu de volta: “Você quer produzir essa mesma pra amanhã no jornal?”, eu não respondi, mas cara, não, isso é pra ir pro site agora, amanhã vamos pensar, vamos ver dessa matéria o que a gente consegue a mais pra dar amanhã. Ou quando é

uma coisa que você sabe que você tem, você guarda, você dá o grosso agora e amanhã você dá o diferencial. Eu, às vezes, peço achando que alguém pode ver também, e dou já na hora, e o pessoal: “Putz, você podia ter guardado pra amanhã”. Eu estou convencido: não tem que ter medo, tem que usar (CHADE, 2013).

Além das reportagens publicadas no site do *Estadão*, Jamil Chade também publica em média três *posts* por semana no blog⁶¹ que assina no portal do *Grupo Estado*, além de fazer entradas diárias, por telefone, na rádio do grupo. A produção de fotografia é mais rara, mas pode acontecer, pois a contratação de um fotógrafo para atuar no exterior é ainda mais rara. Os jornais impressos utilizam normalmente imagens de agências de notícias, ou fotos de divulgação, como, por exemplo, do fotógrafo da Presidência da República que acompanha a autoridade em viagens internacionais. Quanto à cobrança em relação ao correspondente, Jamil Chade conta que a produção de imagens ainda não é uma obrigação, mas eventualmente pode produzir sim. Além disso, as TVs lançadas na internet pelos grandes jornais, como é o caso do *Estadão*, tem exigido a produção de vídeos, ainda que de modo artesanal.

Ninguém te cobra foto ou vídeo, eles te perguntam: “Tem foto?”, entendeu? Ainda não perguntam: “Tem vídeo?”. Mas aí é outro erro. Tem vídeo? Tem vídeo, mas não na qualidade... Então não é uma obrigação ainda, mas não vai demorar. (...) As pessoas vendo notícia em casa não querem esperar amanhã pra saber, e o cara que entrar na internet não quer mais só ler o texto... Mas estamos na transição, a gente já tem o equipamento pra fazer tudo isso, mas a pessoa não está treinada ainda pra fazer tudo isso. (...) O problema não é a máquina, é você, você tirar foto. Eu adoraria que algum momento o jornal falasse “Vamos treinar todos vocês pra aprenderem a filmar, fotografar, pra editar e mandar”, ninguém me ensinou, faço com alguma frequência, mas tenho vergonha (CHADE, 2013).

Situação similar acontece na *Folha*. O correspondente Bernardo Mello Franco contou que em geral as fotos são compradas das agências internacionais, mas eventualmente, dependendo da pauta e da situação, pode ter fotos próprias publicadas. O lançamento da *TV Folha*, na web e com exibição na *TV Cultura*, tem gerado demandas para os repórteres por produtos audiovisuais. Nestes casos, pode ser

⁶¹ Blog *Direto da Europa*, por Jamil Chade. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/jamil-chade/>. Acesso em: 30 mai. 2014.

autorizada a contratação de um *freelancer* para a captação de imagens, porém, segundo os relatos, são trabalhos ainda “mambembe”, quase amadores, com equipamentos não profissionais, com deficiência na captação de áudio, por exemplo, nada que se equipare com o trabalho de uma emissora de TV.

Ainda há situações em que o próprio repórter se filma, com o uso de tripé ou no formato *selfie*, quando ele segura o *smartphone* e capta a própria imagem. A questão do treinamento para outra linguagem e formato parece ser mesmo uma dificuldade. “Eu não tenho boa dicção, sempre fui repórter de impresso, e não gosto, não gosto de aparecer. Não é da minha índole. (...) Mas não tem jeito, tem que fazer” (FRANCO, 2013).

A contratação de fotógrafos no exterior é algo realmente raro, isso foi confirmado entre todos os entrevistados. No caso da jornalista Vivian Oswald, ela diz que, no *hard news*, o uso de imagens de agências é praxe, mas em reportagens especiais ela própria produz as fotos, e gosta disso. Além dos textos para o jornal, também produz para o site do veículo, algumas notas para o blog dos correspondentes⁶² e para a edição vespertina disponibilizada para *tablets (Globo a Mais)*. Às vezes também produz algum vídeo para o site, ainda que pelo celular, de modo caseiro. No período que trabalhou em Moscou e colaborou para a *Globonews*, ela pôde ganhar mais experiência com a linguagem audiovisual. Em entrevista para a pesquisa, Vivian Oswald também conta que quando ainda trabalhava na sucursal de Brasília, o jornal ofereceu um curso para todos os repórteres para “explorar um pouco essa coisa de fazer vídeo, de você entrevistar a fonte ou de você fazer umas imagens de uma matéria que seja mais divertida para o leitor, pra colocar disponível na internet, eles ensinaram pra gente algumas técnicas” (OSWALD, 2013).

E todo material em audiovisual é sempre bem aceito pelo veículo, toda proposta de pauta é bem-vinda. “Eles sempre vão topa, porque é uma plataforma que é um diferencial, porque o site tem muita leitura, e o leitor gosta, quanto mais método visual melhor. Então você usa infográfico, usa foto, usa vídeo, o que aparecer você usa”, diz Vivian Oswald. Mais do que as novas plataformas de publicação, a jornalista destaca o

⁶² O site de *O Globo* publica o blog *Lá Fora*, no qual todos os correspondentes colaboram com notas ou relatos de suas experiências no exterior. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/lafora/>. Acesso em: 16 abr. 2014.

quanto a introdução das tecnologias modificou os processos jornalísticos, a produção, até a apuração e a redação

Devo essa capacidade de produzir matérias hoje graças a internet. É mais fácil de você ir atrás de uma fonte. Por exemplo, você tem um dicionário na ponta do dedo no celular... Você sabe do que você está falando mais depressa do que antes, tendo em vista que você é um grande generalista. Hoje você está dentro do ônibus e telefona pra três fontes pra aproveitar o caminho pra casa, já é um grande avanço, né? Só o telefone, sem falar da internet e tudo mais... Já escrevi muita matéria dentro do ônibus do meu celular, entendeu? No dedão mesmo. Claro que textos mais curtos, menos complexos (OSWALD, 2013).

Produzir fotos e vídeos também faz parte, ainda que eventualmente, do trabalho de Fernando Nakagawa, para o serviço *Broadcast* da *Agência Estado*. O processo é o mesmo: algo mais amador, feito por ele mesmo, gravando a si próprio. O vídeo é finalizado na redação no Brasil, que trabalha com uma agência de imagens. O jornalista também faz participações ao vivo na rádio do grupo, para comentar determinados assuntos. Ele conta que tudo que produz envia para a chefia direta e essa direção que seleciona o material que será comercializado pela *Broadcast*, que ficará disponível no portal do grupo, que será repassado para os serviços de noticiário curto (como de distribuição por SMS e letreiros de elevador), que será publicado com exclusividade pelo *Estadão* ou que será vendido para publicação nas mídias que assinam a *AE*.

O correspondente Fernando Nakagawa avalia que a internet, ou essa era da informação disponível a todo o momento e de todas as formas, mudou a natureza do trabalho jornalístico. Um dos pontos “chatos”, segundo ele, é quando o repórter propõe pautas e vê que alguém já publicou ou já falou sobre o assunto. Consequência disso, algumas vezes, é a transformação do correspondente num “redator de luxo”, colocando-o para produzir textos com base no que já foi publicado em outras mídias ou foi fornecido pelas agências internacionais. “Na mídia impressa isso ainda acontece, de você fazer cozidos. Cozido dá pra fazer de São Paulo, não precisa ter ninguém aqui” (NAKAGAWA, 2013). Quanto ao trabalho multimídia, de produzir em múltiplas plataformas, de atuar em diferentes linguagens, ele não vê problemas.

Eu acho que, assim como a função de repórter, a função de correspondente está passando por mudanças, porque a nossa produção está passando por mudanças. Eu lembro como ontem quando

começaram a pedir pra fazer... Ainda reclamam, obviamente, mas quando pediam pra fazer coisa multimídia a galera chorava, esperneava. Eu não vejo o menor problema de fazer isso. Eu penso assim: me mandaram cobrir o buraco ali, me mandaram cobrir o protesto ali, saí da redação e fui pra (*Avenida*) Paulista, eu to aqui, eu tenho que dizer pro meu leitor, pro meu ouvinte o que está acontecendo. Então eu vou falar da melhor forma que eu puder. (...) No meu caso específico, eu sempre escrevi texto, se eu falo no rádio vai ser muito pior do que todo mundo que fala aí, mas eu acho que o grosso da informação eu vou conseguir passar. Então não me incomoda muito. Outras coisas me incomodam muito mais numa redação, muito mais do que isso, a burocratização do trabalho me incomoda muitíssimo (NAKAGAWA, 2013).

A realidade dos profissionais que trabalham na TV é um pouco diferente, pela própria característica da mídia. A integração com outras plataformas não ocorreu do mesmo modo: os repórteres, em geral, ainda estão produzindo unicamente para a TV. Ainda que a emissora tenha um site, é o conteúdo da televisão que é adaptado para a web, sem demandar um conteúdo em “tempo real”, “minuto a minuto”. Há cerca de 20 anos na profissão, a jornalista Leticia Fonseca conta que viu todo o início do processo de informatização das redações. No começo, “era uma dificuldade fechar uma página, parecia uma coisa de outro mundo” (FONSECA, 2013). Contudo, ela afirma que no próprio trabalho não houve tanta influência das novas mídias, porque trabalha basicamente com programas de edição de texto. Pela *Globonews*, por exemplo, o texto era lido por telefone, o correspondente entrava no ar apenas com a voz, com o comentário e/ou a informação. A mudança ocorreu muito mais nos bastidores, do que na plataforma de distribuição de conteúdos. Um dos avanços, segundo ela, foi a possibilidade de enviar imagens pela internet, por sistemas como o FTP, além da facilidade de comunicação com a redação e com as fontes, para ler o noticiário de diferentes partes do mundo, entre outros. “Eu acho que todas essas novas linguagens, os novos formatos, só acrescentam pra gente” (FONSECA, 2013).

Com alguns anos de estrada e sempre com experiência de televisão, o jornalista Marcos Uchôa também passou pela transição entre o sistema de videotape U-Matic para o digital. Os equipamentos ficaram menores, mais leves, sem os custos das fitas, sem a necessidade do transporte físico desses materiais. A qualidade das imagens também melhorou muito. Mas na rotina de repórter, a multimídia e a convergência não são ainda uma realidade. “Eu não sabia bater à máquina, eu teclava muito mal até hoje, então eu

escrevia a mão” (UCHÔA, 2013), isso pra ele não era problema, já que boa parte do texto ele costuma construir já da rua, quando vai captando as imagens, ouvindo as pessoas. A diferença é que agora ele faz no computador, num editor de texto. Ele avalia que tecnologicamente, é claro, as coisas foram melhorando, mas a grande diferença foi a internet e o celular, o que facilitou muito os processos de apuração e produção. O benefício visualizado, entretanto, não limita a crítica à forma como o jornalismo tem sido feito.

Eu acho que muita gente hoje faz pesquisa na internet sem pouco ver onde você está pesquisando, quem que escreveu aquilo... E não lê livro! Eu acho que a questão mais básica pro jornalista, ainda mais de televisão, é a leitura, porque o trabalho de televisão, por estar ligado muito à imagem, é muito, muito ligado à imaginação. Para você contar uma coisa em um minuto e meio, você vai ter que tirar muita coisa, mais do que botar. (...) E imaginação é uma coisa que você adquire com leitura de livro. O filme que você vê é o filme que eu vi, não tem jeito, o filme é igual. Agora, no livro, quando você imagina aquela mulher, aquele velhinho, a tua imaginação não é a minha, você constrói a paisagem de uma maneira e eu construo de outra, há um espaço de pensamento, até porque você relê coisas, você para pra pensar, coisa que você não faz em filme, apesar de existir o pause ninguém faz isso no cinema, e no livro você faz, então você exercita a imaginação na leitura de livro de uma maneira que essa geração que já não é mais de livro, não é mesmo, lamentavelmente (...). Cada vez mais gente acha que dá pra ler na internet os melhores pedaços, não tem essa, não existe isso (UCHÔA, 2013).

Em entrevista para este trabalho, Mauro Tagliaferri também confirma que o compromisso, enquanto trabalhava para a *Record*, era unicamente para a TV. O site da emissora chegou a criar um blog⁶³ para ser abastecido com relatos dos correspondentes, mas não era uma obrigação, as colaborações eram espontâneas e eventuais. Como usava a estrutura da *Record Internacional*, ele diz ainda que a maior parte das imagens eram geradas para o Brasil por satélite e por fibra ótica, não dependia só da internet. Ele destaca as facilidades de comunicação trazidas pela web e pelo celular, a agilidade que isso gera, mas alerta quanto ao risco de propagação de boatos ou de um jornalista mais preguiçoso, com menos apuração. O volume grande de informações exige ainda mais pesquisa, e filtros. “Eu acho que a internet trouxe isso, trouxe um volume brutal de

⁶³ Blog *Correspondentes Internacionais*, da *TV Record*. Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/correspondentes-internacionais/>. Acesso em: 30 mai. 2014.

informações, uma possibilidade fantástica de comunicar, estar em contato com as pessoas, transmitir material, tudo isso é bárbaro, mas a quantidade de bobagem que vem junto... Tem que tomar cuidado também” (TAGLIAFERRI, 2013).

Esses repórteres de grandes emissoras ainda trabalham com cinegrafista e com a captação de imagens em alta qualidade, não há muito espaço para o trabalho artesanal, amador. Claro que há situações extremas, como num conflito, ou numa situação única, onde o que importa é a informação, a qualidade da imagem até pode ser comprometido com o uso de um *smartphone* ou uma câmera amadora, mas não é a regra. Também não é comum na imprensa brasileira o modelo “canivete suíço”, ou seja, do repórter que trabalha sozinho, filma a si próprio, utiliza o tripé ou coisa parecida. Sérgio Utsch diz que isso chega ser impossível:

Eu preciso de um cinegrafista, senão é humanamente impossível, se eles me pedirem pra fazer, ‘vai sozinho’, eu digo ‘sinto muito’, sozinho eu não faço. Na minha cabeça funciona o seguinte: OK, fazer passagem eu faço, não me custa, entendeu? Num aperto eu faço entrevista. Agora, matéria produzida não dá, não dá mesmo (UTSCH, 2013).

No *SBT*, o repórter também só produz para a TV, mas o jornalista Sérgio Utsch sugere uma integração maior com outras mídias.

Eu peço pra eles que isso aconteça, eu dou ideias, há tempos eu estou falando “Olha, vamos fazer uma página só de inter na internet, vamos bolar”. Essa demanda é minha, não é deles. Não é que eu quero mais trabalho, eu quero, eu gosto de trabalhar, eu gosto mesmo de trabalhar, e gosto de trabalhar bem, e eu acho que a gente tem muito mais pra mostrar do que aqueles minutinhos que entram no *SBT Brasil*. Eu acho que nós não somos só aquilo, inter não é só aquilo, eu acho que a gente tem uma e estrutura mal aproveitada (UTSCH, 2013).

Os depoimentos confirmam que a introdução das tecnologias digitais teve forte impacto nas rotinas de trabalho dos correspondentes internacionais, como indicaram Silva (2011) e Williams (2011), sobretudo nas etapas de transmissão dos conteúdos para as redações no Brasil e de apuração das notícias. Fica evidenciado também que o processo de convergência, até o momento, é maior nas mídias impressas em virtude da

internet, levando os profissionais a assumir diversas funções e a produzir para diferentes plataformas (KISCHINHEVSKY, 2009).

d) Definição do que são notícias

No dia a dia de um jornal, os profissionais desenvolveram uma série de critérios e competência para definir, na imprevisibilidade e diversidade de fatos cotidianos, aqueles que se tornarão notícias. Na dinâmica de uma redação, esse procedimento é rotineiro e envolve uma equipe, de repórteres que sugerem pautas, a pauteiros, ou produtores, editores e chefes de reportagem. No caso do jornal impresso, por exemplo, em geral ocorre mais de uma reunião por dia para discutir os temas, e essa organização poderá variar de acordo com a plataforma e periodicidade do veículo. Contudo, os correspondentes internacionais estão distantes das atividades da redação, trabalham em fusos horários diferentes, muitas vezes passam por trocas de turno da equipe no Brasil e permanecem em atividade. Uma das características que marcam esta função é justamente a autonomia em se pautar, em definir o que seria notícia para o jornal. Isso requer do profissional um profundo conhecimento do perfil do leitor brasileiro, e também da política editorial do veículo para o qual trabalha.

O principal ponto colocado por todos os entrevistados (Fase 4) é não se deixar influenciar: muitas vezes o que parece importante, ou muito importante para os jornais de Londres, por exemplo, despertará, quando muito, um interesse residual do leitor brasileiro. “Tudo que envolva brasileiro é notícia, especialmente se tiver morte no meio” (FRANCO, 2013). A frase resume o que é prioridade nesse tipo de cobertura: o enfoque nos temas que envolvem brasileiros só será dado por veículos nacionais, terão um destaque periférico, ou nenhum, para agências ou para a imprensa internacional. Esse olhar tem que se manter atento e é inevitável.

O jornalista da *Folha* ainda defende que o correspondente tem que manter a visão que não trabalha somente para a editoria de internacional e as propostas de pauta podem e devem contemplar todas as editorias. Se o profissional quer ver o texto publicado, tem “que usar de habilidade pra vender o teu material” (FRANCO, 2013). Bernardo Mello Franco ainda conta que a *Folha* é um jornal que, tradicionalmente,

estimula que os correspondentes cubram o factual. Outros jornais podem deixar o correspondente “mais solto” para reportagens especiais, diferenciadas, considerando que o *hard news* é contemplado pelas agências internacionais. Por um lado, todo repórter gosta da possibilidade de propor e ir atrás de assuntos diferenciados, mas cobrir o factual oferece maior visibilidade. “Lógico que todo o jornalista tem também o instinto e a vontade de cobrir os assuntos principais, mais importantes do dia, da semana. Então cobrir o factual também vai garantir que você tenha um bom espaço no jornal” (FRANCO, 2013). Ele também relata o impacto das novas tecnologias inclusive no processo de definição do que serão notícias.

Hoje em dia, qualquer editor da *Folha* com um *smartphone*, de casa, do trânsito, do restaurante, o cara está vendo o noticiário internacional. Às vezes o cara vê uma coisa que acha interessante, às vezes nem tão importante, mas que tem algum interesse pessoal, e te manda o *link* pra você correr atrás (FRANCO, 2013).

O correspondente Jamil Chade também percebe essa influência das tecnologias no volume e na velocidade com que as informações chegam à equipe no Brasil e que, assim, irá repercutir nas demandas de pautas para os correspondentes. Com mais de 13 anos de correspondência, ele afirma que, com o tempo, o profissional vai reconhecendo o que é de interesse maior para o jornal, o que a redação irá solicitar, e acha melhor se antecipar. Ele sabe que a notícia local, da Suíça, raramente será relevante para o Brasil e estabeleceu duas medidas para definir o que são notícias: primeiro, o que é relevante para o mundo, quase sempre envolvendo as nações que estão em evidência (como Irã e Estados Unidos, no momento da entrevista); e segundo o que é relevante para o leitor brasileiro. “O meu leitor está no Brasil, ele não é suíço, não é francês. Se você errar esse foco, e isso é sintomático, se você errar esse foco não vai ser publicado, entendeu? Então é um perigo que você tem que se controlar, pra não entrar numa história que parece gigantesca aqui e cair” (CHADE, 2013). Desde 2000, quando foi morar em Genebra, o leque de temas a serem trabalhados mudou bastante, conforme o próprio Brasil esteve envolvido em novos assuntos, ampliando a participação no cenário internacional.

Há casos também de pautas em colaboração, quando um repórter está cobrindo determinado assunto, talvez uma pauta especial, e recorre a informações da Suíça ou da

Europa. Jamil Chade afirma propor pautas em conjunto com colegas da redação, se isso possibilitar uma reportagem mais rica. “A única coisa que é certa é que o dia é imprevisível, todos os dias são imprevisíveis”, alerta, fazendo ainda uma advertência: “A [reportagem] especial não devia chamar especial, devia chamar obrigação, porque para o resto tem agência” (CHADE, 2013).

Visão parecida é compartilhada pelo correspondente da *TV Globo* em Paris, Marcos Uchôa: “Falo pro pessoal lá que eu acho mais importante a gente fazer uma matéria especial, viajar e mostrar uma realidade, do que ficar no factualzinho... O factual está na agência, está na internet, essa informação vai chegar ao brasileiro de várias maneiras” (UCHÔA, 2013). Ele diz acompanhar o *hard news*, mas não se prende tanto. O cardápio é oferecido para a equipe que está no Brasil, os editores, que, com base na oferta, decidirá o que é mais importante para aquela edição. O correspondente não deve se fixar no olhar de quem está fora, pois o que é importante no contexto internacional, naquele momento, pode não ser o mais relevante para o público brasileiro. Numa avaliação mais macro, “sem negar o que veio antes, mas é inegável que houve um salto muito grande a partir do Lula no Brasil no cenário internacional” (UCHÔA, 2013), diversificando, por um lado, os temas de interesse para o país, mas por outro ampliando o espaço no telejornal para assuntos especificamente nacionais, que tenham alguma relação direta com o Brasil.

Para a jornalista Vivian Oswald, do jornal *O Globo*, as reportagens nas quais trabalha buscam oferecer uma perspectiva brasileira aos fatos, mas os acontecimentos em si não precisam ter uma ligação direta com o Brasil. E apesar da experiência na cobertura de temas econômicos, isso não existe mais na cobertura internacional, quando “de tudo um pouco” é trabalhado pela repórter.

Tem coisas de turismo, tem assuntos de história, tem assuntos de economia, de política, tem um pouco de tudo mesmo. É óbvio que é mais fácil pra eu olhar um assunto de economia, mas não é mais fácil de olhar o assunto, é mais fácil pra eu escrever a matéria depois, porque o interesse que eu vou ter pelas novidades ele é mais ou menos o mesmo. Eu não tenho mais interesse, hoje, em economia do que eu tenho por outros assuntos. Eu adoro fazer matéria de cultura, então tem um show novo, tem um artista novo, tem um detalhe de alguma coisa que alguém falou que é legal, tem um restaurante diferente, tem assuntos da política interna deles aqui ou da política externa, se eu vejo que tem algum viés que a gente pode dar uma perspectiva

brasileira, normalmente eu mando pra eles [*equipe da redação*] (OSWALD, 2013).

O perfil do veículo e do público, conseqüentemente, é determinante. No caso da *Record*, por exemplo, o jornalista Mauro Tagliaferri relata que assuntos ligados a temas policiais sempre tiveram muito destaque, o que gerava para o correspondente uma dificuldade clara, pela falta de matéria-prima: os índices de violência na Europa são diferentes que no Brasil. Casos envolvendo brasileiros também eram prioridade. Durante o período que esteve em Portugal, a grande pauta que permeou todo o tempo foi a crise econômica no continente, entretanto, relata, “a simples questão econômica não emplacava” (TAGLIAFERRI, 2013), como os pacotes de austeridade, era preciso levar aquilo para o dia a dia das pessoas, destacando os conflitos, os problemas e conseqüências. Outro tema recorrente e que tinha destaque na emissora eram episódios ligados à Igreja Católica, como escândalos envolvendo padres, tendo ocorrido o fato maior da renúncia do Papa Bento XVI. Pontualmente, havia espaço para *soft news*, como “questões mais locais, curiosidades, coisas do cotidiano, alguma coisa de gastronomia, alguma coisa da economia local, eu fiz algumas coisas de energia renovável, por exemplo” (TAGLIAFERRI, 2013).

Essa postura de delimitação editorial, com um recorte da audiência, é observado também no *SBT*. Sérgio Utsch conta que, primeiro, deve considerar o que chamou de “boutique de fatos”, ou seja, o que está na vitrine, aquele factual que repercute e que é impossível fugir, como conflitos, guerras, grandes eventos. Depois vem o segundo caminho para emplacar uma pauta: “qual a roupa que eu vou oferecer pra essa matéria?” (UTSCH, 2013), ou seja, como defenderá o tema, como enquadrará o assunto para o público daquele veículo, como “venderá a pauta” para os editores. É importante, na opinião dele, manter o “olhar brasileiro”, tendo o nosso país e o repertório da audiência como diretriz. Por mais grandioso que seja o fato, ele afirma pensar: “o que isso interessa pro meu pai que está lá no interior de Minas, por que eu estou dizendo isso pra ele?” (UTSCH, 2013).

O correspondente Sérgio Utsch ainda conta que eventualmente acompanha a agenda de autoridades brasileiras na Europa, mas isso não costuma ser uma prioridade para a emissora. O que tenta normalmente fazer é aproveitar viagens oficiais para produzir reportagens especiais, sobre o lugar e a cultura local, por exemplo. Essa é uma

postura também adotada pelo jornalista Marcos Uchôa – o correspondente da *TV Globo* afirma ter o hábito de voltar sempre com “presentinhos de viagens” para vários editores, ou seja, desloca-se com um propósito de cobertura, mas retorna com outras produções que poderão se enquadrar em diferentes editorias.

Os repórteres são levados a exercitar especialmente o “saber de reconhecimento” (ERICSON; BARANEK; CHAN, 1987) para identificar fatos que têm potencial de se tornar notícia nos veículos para os quais trabalham. Conhecer a política editorial e o perfil do público são pontos fundamentais. Como foi citado de modo recorrente na revisão da literatura, a autonomia em se pautar (BRASIL, 2012; SILVA, 2011; NATALI, 2004) é negociada com as demandas que surgem com cada vez mais frequência por parte das equipes no Brasil. O que de fato é necessário é a flexibilidade em cobrir temas de diferentes editorias (BRITTO, 2004; UTZERI, 1989).

III. Carreira profissional

a) Sequência de postos de trabalho

No contexto das profissões modernas, portanto, menos estáveis, a noção de prestígio profissional no jornalismo está associada à progressão individual de carreira, quanto à sequência de postos de trabalho assumidos (HUGHES,1960) (HUGHES,1960). Reconhecemos que a função de correspondente internacional, apontada por autores e profissionais da área como o “topo” da carreira de repórter, chegou de modo diferente para cada um dos entrevistados.

O correspondente Marcos Uchôa, por exemplo, iniciou na profissão jornalística de forma pouco convencional, ainda conciliando com uma atividade fora da área, no setor da aviação civil. Com seis meses de trabalho na *TV Manchete*, já foi escalado para a cobertura de uma Olimpíada, um dos maiores eventos internacionais. Um dos fatores que contribuiu para isso foi o domínio de idiomas estrangeiros. Nem mesmo a entrada no segmento esportivo foi algo planejado: na seleção que fez para a *TV Manchete*, foi contratado junto com outra repórter; como uma das vagas era para esportes, ele assumiu por gostar ou ter um pouco mais de familiaridade do que a jornalista.

A carreira se desenvolveu sempre como repórter de televisão. A migração para a *TV Globo* iniciou na oportunidade de cobrir as férias de outro profissional, o que lhe rendeu uma contratação permanente e culminou com a saída em definitivo do emprego que mantinha em paralelo. A experiência na cobertura das Olimpíadas e depois da Copa do Mundo se multiplicou, tornando-o um repórter especializado em esportes e também com ampla experiência no exterior. O cargo de correspondente veio em definitivo em 1996, quando tinha 12 anos de profissão. Foi novamente o esporte que o levou a este cargo, mas também que o fez desistir por um tempo: cansado das constantes viagens cobrindo a Fórmula 1, pediu demissão e ficou quase dois anos parado, aproveitando a convivência com a família em Londres.

O jornalista Marcos Uchôa retornou para a própria *TV Globo*, mas insistiu que não queria mais ficar dedicado ao setor de esportes, e com isso migrou para Geral. Chegou à chefia do escritório da emissora em Londres, mas ainda se define como um repórter. Aliás, essa identificação com a reportagem, com o trabalho de “estar na rua”, de “ir atrás das notícias” é algo que se repete nas declarações da maior parte dos correspondentes entrevistados. Assim, ele voltou para o Brasil por três anos, permanecendo na reportagem de Geral, quando um novo convite surgiu para se tornar correspondente em Paris, função que ainda exercia no momento da pesquisa. Com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas em 2016 no Brasil, um novo retorno para o país é provável, mas não acredita que fique muito tempo.

Eu diria que a minha vontade hoje é de fazer um pingue-pongue, eu gostaria de voltar pro Brasil, encher o tanque sentimental, e depois sair de novo. [...] Eu gosto dessa coisa de estar na Suécia, depois em Saint Petersburg, eu acho legal essa coisa de conhecer gente diferente, culturas diferentes, ler livros pra caramba pra me preparar, pra pesquisar, pra entender, eu acho isso fascinante, acho isso um privilégio. Mas, por outro lado, eu acho que a vida no Brasil é muito melhor, as pessoas são mais alegres, são mais divertidas, você é mais feliz no Brasil (UCHÔA, 2013).

Apesar de não ter sido algo planejado, a correspondência internacional para o entrevistado Marcos Uchôa foi consequência de uma série de aptidões, experiências e características pessoais: a vida familiar enquanto jovem, que lhe possibilitou conhecer muitos lugares e aprender outros idiomas; o trabalho na companhia aérea e a paixão por viagens; mas, sobretudo, como ele próprio contou, o hábito da leitura, sempre presente,

ampliando o repertório cultural, o desejo de conhecer o outro, a capacidade de criar ligações entre os acontecimento e o que poderá se tornar notícia.

Então, eu sempre gostei de história, sempre li muito da área internacional, e continuei a fazer isso depois, lógico, sempre foi o meu dia a dia ler, eu acompanho muito da área internacional [...]. Como eu leio livros antes de viajar pra certos lugares, sei lá, Líbia, Afeganistão, qualquer lugar, eu leio muito, então é muito fácil... Se você lê muito você tem muita informação, você tem muita coisa que puxa muita coisa, você está passando num lugar e pensa que isso aqui tem a ver com tal coisa, entendeu? A minha mãe falava isso, que cultura é que nem um que quebra-cabeça, quanto mais pecinhas você tiver, mais você enxerga o todo. Então, quanto mais você lê, mais fácil é pra você trabalhar, e mais notícias você vê, e você enxerga como uma coisa pode ser interessante (UCHÔA, 2013).

O jornalista Mauro Tagliaferri também contou que a experiência de morar fora, de ser correspondente e passar um período no exterior eram vontade própria, mas não foi planejado. Já estava com 15 anos de profissão quando assumiu o posto em Lisboa, pela *Record*. Num momento em que não estava satisfeito com o trabalho em São Paulo, com as perspectivas profissionais naquele momento, aproveitou a oportunidade de uma nova vaga no exterior e toda experiência na cobertura internacional, sobretudo tendo participado de grandes eventos esportivos. Ao retornar para o Brasil, em 2013, decidi que queria mudar de área: afirmou não ser uma escolha fácil, mas estava disposto a encarar novos desafios. “Uma questão que eu observo muito hoje é que aquela informação mais relevante, que realmente muda as coisas e movimenta a vida, está muito mais fora dos jornais e das televisões do que dentro” (TAGLIAFERRI, 2013). A vontade de crescimento de mais autonomia resultou, ao voltar para São Paulo, num novo projeto junto uma agência de comunicação. “Mas se você volta pro rami-rami do dia-a-dia, aí é melhor procurar coisas que realmente façam você crescer profissionalmente, um projeto pessoal que te estimule nessa segunda metade da carreira, né?” (TAGLIAFERRI, 2013).

Repórter experiente, Sérgio Utsch também não se vê, neste momento, retornando para o Brasil para assumir o mesmo posto de repórter, na cobertura de cotidiano. O posto de correspondente foi assumido quando estava com cerca de 15 anos de profissão jornalística, já tendo realizado cobertura diversificadas por todo o Brasil e algumas também como enviado especial. O interesse por outros idiomas e pelo contexto

internacional foi algo natural, que o fez investir, por conta própria, numa primeira experiência de residir fora do Brasil, na Alemanha. A mudança de emissora em 2005, segundo o entrevistado Sérgio Utsch, já foi em busca de novas oportunidades, num desejo de se arriscar em algo diferente. No médio espaço de tempo, pensando no próximo passo da carreira, ainda se vê no exterior, mas a volta para o país de origem também teria que estar acompanhada de novas oportunidades.

Olha se você me perguntar “O que você gostaria?”, eu não gostaria de voltar pra reportagem no Brasil. Eu acho que eu encerrei um ciclo, encerrei bem encerrado, ganhei prêmios, fiz matérias de várias maneiras, matérias que me deixaram muito orgulhoso como repórter, dei a minha contribuição, mas eu não me vejo voltando, não me vejo saindo agora daqui, não me vejo voltando pro Brasil fazendo o que eu fazia antes. Se eu precisasse fazer, ok (UTSCH, 2013).

Numa projeção de carreira, Sérgio Utsch vê dois possíveis caminhos: ou ir para a bancada do telejornalismo, o que ele próprio não considera muito “a sua cara”; ou ir para a chamada “cozinha” do jornalismo, o espaço para produzir, pensar o novo. Afirmo que seria uma forma de aproveitar toda a experiência que vem conquistando no exterior, também como gestor, e o apreço para trabalhar com jovens profissionais, estabelecendo uma troca ou uma transferência de conhecimentos.

A ida para o exterior foi uma decisão pessoal, no caso da jornalista Letícia Fonseca, e ter ficado tanto tempo também envolveu uma condição familiar. Com cerca de dez anos de profissão, decidiu assumir a experiência internacional, a princípio, para continuar os estudos. Já tinha passado pela editora de internacional nas duas emissoras que trabalhou, mas a atuação fora do Brasil ainda era limitada a uma série de reportagens realizadas na França, como coordenadora de produção, pela *Fundação Roberto Marinho*. Durante todo o tempo, desde que se mudou para a Europa, manteve-se atuante no jornalismo, tendo participado do lançamento da *Globonews* e atuado na emissora por quase 15 anos. Hoje, no serviço em português da *Rádio France Internacional*, afirma que a mudança foi fundamental para “desacelerar o ritmo”, muito intenso, em virtude das longas jornadas de correspondente. Ainda que assuma novos projetos, até mesmo retorne para a cobertura de uma mídia nacional, o projeto pessoal, afirma, é permanecer na Europa por mais 10 ou 15 anos.

A mudança para o exterior também foi uma decisão pessoal e familiar para a jornalista Vivian Oswald. Jornalista há oito anos, setorista de economia em Brasília, aproveitou a transferência do marido diplomata para a Europa para se tornar colaboradora internacional do jornal para o qual trabalhava. A primeira passagem foi por Bruxelas, a capital Europeia, que durou três anos. Em seguida, foi para Moscou, sendo a única correspondente brasileira na região por dois anos. No livro publicado em 2011, onde relata a experiência na Rússia pós-soviética, ela admite ter saído triste da Bélgica, mas da Rússia, partiu devastada.

A Bélgica foi uma espécie de casamento por conveniência, amor pacato. A vida era calma, tudo funcionava, tínhamos o que havia de melhor ao alcance das mãos. A Rússia, apesar de todas as dificuldades diárias – levamos um semestre para nos adaptar aos novos códigos –, foi nosso romance tórrido, amor bandido (OSWALD, 2011, p. 20).

Na Rússia, além de colaborar com o jornal *O Globo*, experimentou novas mídias, como a *Globonews*, a *CBN* e a *Rádio France Internacional*. Quando retornou para Brasília, tornou-se repórter especial, entre 2009 e 2013, tendo sido transferida para Londres como correspondente fixa do jornal carioca. O desejo de se tornar correspondente, como já relatado, foi algo sempre presente para Vivian Oswald: o trabalho de conclusão de curso, na graduação, abordou o tema; ao mesmo tempo cursou letras-inglês, pois sempre gostou de investir em outros idiomas. A previsão, a princípio, era ficar por três anos em Londres, porém quando questionada sobre o futuro profissional, a paixão pelo exterior parece não ter esfriado, nem pela rotina da reportagem.

Eu não desgosto da ideia de ser correspondente internacional pra sempre. É claro que vai ter o momento que eu vou ter que voltar pro Brasil, mas cada vez mais eu tenho vontade de fazer mais matérias diferentes, menos do mesmo, entendeu? Então, vamos dizer que se eu voltar pro Brasil, se eu puder fazer matérias que não sejam só de economia, eu gostaria. Mas sempre como repórter (OSWALD, 2013).

Quando colaborou para a pesquisa, Bernardo Mello Franco estava se despedindo do posto de correspondente. O cargo foi assumido na condição de “bolsista”, modalidade criada pela *Folha de S. Paulo* para oferecer a experiência no exterior a

jovens profissionais, por um curto período de tempo. Apesar de ser repórter de política, sem passagens pela editoria de internacional, candidatou-se à vaga interessado na experiência no exterior. A oportunidade surgiu antes dos 30 anos, com oito anos de jornalismo e uma passagem pela sucursal de *O Globo* em Brasília. Já registrava no currículo algumas viagens internacionais como enviado especial, e ainda durante a graduação se aventurou numa viagem pessoal para Portugal, na qual produziu reportagens especiais para dois veículos brasileiros, que aceitaram as sugestões de pauta dele. O período de dez meses que passou em Londres, para ele, foi uma experiência de vida sem igual, profissionalmente talvez até maior do que a de um curso de formação complementar, como ele próprio avaliou. “Você não pode ir mal, mas se você for bem – e eu acho que tenho ido bem –, você volta tendo feito mais uma coisa, tem mais uma medalhinha no seu uniforme” (FRANCO, 2013). O retorno para o Brasil estava previsto para o mês seguinte à entrevista, para trabalhar na sucursal da *Folha* no Rio de Janeiro, provavelmente na editoria de política. Ainda não havia fechado as atribuições em definitivo, mas esperava ter espaço para sugerir reportagens especiais, até mesmo fora do Rio, pois avalia que, para um jornal de São Paulo, o espaço para os acontecimentos específicos de outro estado é limitado.

Os correspondentes Fernando Nakagawa e Jamil Chade, coincidentemente, também haviam passado por sucursais de jornais em Brasília, contudo com particularidades em cada história. Com quatro anos de profissão, Fernando Nakagawa se mudou para Brasília pela *Gazeta Mercantil*, teve uma passagem pela *Folha* e desde 2007 estava na *Agência Estado*, com foco sempre na cobertura de economia. Já havia buscado uma experiência internacional, de seis meses na Espanha, pelo Projeto Balboa, que incentivava o intercâmbio de jornalistas. Quando mais jovem, havia passado um mês na Inglaterra para estudar inglês. A oportunidade de assumir o posto de correspondente surgiu quando estava com dez anos de profissão, a partir de uma seleção interna no *Grupo Estado*. Com previsão inicial de ficar por dois anos em Londres, podendo ser renovado por mais um e depois por mais um, na progressão de carreira afirma não abrir mão da posição de repórter.

Me vejo de novo como repórter, me vejo mesmo, é o que eu mais quero. Pra ser bem sincero, eu não quero virar chefe, não quero ficar, não quero virar editor. [...] Acho sim que a experiência no exterior é

muito engrandecedora e a gente muda a maneira de ver as coisas, a respeitabilidade do profissional, enfim, mas isso não impede ou não diminui a importância de ser repórter, porque no fundo, no fundo, todo jornalista é repórter, e eu amo ser repórter, eu adoro ser repórter, é o que tenho vontade. [...] Se eu tivesse que voltar hoje pro Brasil, eu voltaria pra mesma mesa, pra fazer as mesmas coisas, porque eu acho que se eu voltar a fazer, eu vou cobrir buraco, vou cobrir buraco melhor, vou fazer Banco Central, vou fazer Banco Central de um jeito melhor (NAKAGAWA, 2013).

Quando o jornalista Jamil Chade foi para Genebra, tinha dois anos de profissão jornalística, sem nem mesmo ser formado na área. A carreira, portanto, não foi planejada: queria mesmo ir para a capital federal fazer mestrado e o curso de *trainee* da *Gazeta Mercantil* lhe pareceu uma boa forma de se manter por lá. Não satisfeito com a pós-graduação, decidiu tentar uma experiência internacional interessado numa melhor formação. Novamente, a atividade jornalística seria uma forma de sustento. Analisou qual região poderia despertar interesse de cobertura por parte de veículos brasileiros, e se mudou para Genebra com a proposta de *freelar* para dois jornais nacionais. Seis meses depois, estava contratado pelo *Estadão* e poderia, enfim, começar a estudar. Treze anos depois, afirma sem titubear:

Falando em identidade, hoje eu me identifico como jornalista. Eu não tenho a menor dúvida [...], se você não se sentiu jornalista depois de quinze anos... Eu me sinto tão jornalista que eu não quero ser editor, entendeu? Quero ser repórter, eu quero descobrir, eu quero estar lá. É isso que todos os dias eu falo: “Putá, que fantástico a nossa produção!”. Não é só o meio, é o nosso trabalho, e não é o trabalho “estar lá”, é descobrir, é contar a verdade, é contar uma decisão que foi tomada, é traduzir pro público o bastidor de uma coisa que eles só viram a pontinha do iceberg. É isso que eu gosto, é isso que é a minha profissão. Eu insisto: se todas as opções forem sempre dadas pra você, eu sempre vou escolher aquela que eu vou falar, aquela que você chega às 6h da manhã na porta pra ficar esperando o cara sair, porque é por essa profissão que eu entrei (CHADE, 2013).

Estabelecido na Suíça, já com família e filhos, afirma que se vê ainda em Genebra ao menos pelos próximos anos, mas sabe que nada é definitivo. “Eu acho que na minha idade não acabou o aprendizado. Voltaria para o Brasil... Eu sinto falta de não ter sido mais repórter no Brasil, entendeu?” (CHADE, 2013).

b) Prestígio profissional

Quanto ao prestígio decorrente do posto de correspondente, todos são unânimes em afirmar que existe, há um reconhecimento, entretanto qualquer glamour está muito mais na visão dos outros (colegas de profissão, público, leitores ou familiares) do que na realidade de quem exerce a função. Na opinião da jornalista Letícia Fonseca, a respeitabilidade por este profissional se deve, em parte, ao fato dele se tornar os olhos do veículo naquela região. “Ao mesmo tempo em que tem glamour, tem muita responsabilidade também” (FONSECA, 2013). O prestígio não decorre somente do fato de morar em outro país, mas pelo correspondente lidar com situações que não existem no dia a dia no Brasil. “Eu acho que mais do que glamour, é um certo prestígio de ser testemunha de determinados fatos” (FONSECA, 2013).

Testemunhar importantes fatos históricos, estar ao lado de grandes personalidades. O correspondente Jamil Chade diz que é difícil explicar para as pessoas que viajar com o Papa, ou participar da final de uma Copa do Mundo nada mais é do que realizar a obrigação profissional.

Agora, pode subir na cabeça dos outros, na sua não pode subir, porque você tem que trabalhar. Você não é expectador, você é um repórter. É claro que é glamouroso, é claro que é fantástico, só que você não pode deixar, pelo menos naquele dia, que aquilo... Não cara, vai trabalhar, mandar *flash* pro portal, entrar na rádio, fazer o Twitter, fazer o blog e mandar a matéria pra amanhã (CHADE, 2013).

Para o correspondente Marcos Uchôa, é lamentável que esse suposto glamour suba à cabeça de alguns profissionais. “Porque esse rótulo de correspondente que neguinho bota na testa, muita gente acha que é suficiente: ‘Eu fui pra Nova York, eu fui pra não sei onde, eu sou correspondente’, e aí o cara volta pro Brasil e fala ‘Não, esse tipo de matéria eu não faço mais’. Pô, eu acho que isso não tem nada a ver” (UCHÔA, 2013). Essa postura de alguns faz parte de um cenário maior, de jornalistas que se tornam celebridades, tornam-se a própria notícia. E um dos desdobramentos disso é a questão da aparência:

Eu não acho que seja a toa que você veja hoje nos novos repórteres cada vez mais rostos bonitos [...], passou a ser quase que um

requerimento pro cargo, e eu acho que tem consequências... Nessas condições, o Paulo Francis seria escolhido? [...] Eu acho que o jornalismo é sobre o outro, é você olhar pra fora, é você falar pras pessoas o que está acontecendo, não tem nada a ver com você (UCHÔA, 2013).

Exemplificando, ele conta que, logo depois da guerra do Iraque, muitas pessoas sugeriram que ele publicasse um livro, relatando as dificuldades que enfrentou. Ele não diz que nunca escreverá um livro, mas não viu relevância em divulgar as condições em que comeu ou dormiu durante o conflito, os perigos que viveu. Ele estava ali porque queria, com dinheiro no bolso e para ir embora a qualquer momento. Na opinião dele, esse destaque para o desconforto e os riscos do repórter tem a ver com a cultura de celebridade. O glamour do cargo de correspondente, completa, também está relacionado com o fato de que, historicamente, as pessoas eram premiadas com isso, “até porque antigamente esse ‘morar fora’ era em lugares glamourosos... E tem uma certa *viralatisse* nossa, brasileira, de achar que tudo que está lá fora é melhor” (UCHÔA, 2013).

Já o entrevistado Bernardo Mello Franco acredita que esse reconhecimento é reflexo da alta procura pelo posto, possível apenas para poucos. “Se tem muita gente querendo exercer uma função, é porque ela é muito prestigiada, importante...”. Entretanto, o status não foi estímulo para ele, mas sim a experiência de se viver e trabalhar em outro país. Exemplificando, ele contou um pouco do que viveu:

Aqui eu fiz a renúncia de um Papa que não acontecia há 400 anos, a eleição de um papa que vai viver mais não sei quantos, a morte da Margareth Tacher, que foi a política mais importante do Reino Unido depois do Churchill, tem viagens internacionais do presidente da república, conheci um monte de lugar, fui a Moscou e entrei no Kremlin, que não tem visitação turística... (FRANCO, 2013).

Porém, destaca Franco (2013), esse glamour aparente, quase sempre decorrente das possibilidades de cobertura, existe bem pouco no dia a dia do correspondente. Na verdade, “é uma ralação”, tem toda uma burocracia de prestação de contas, o profissional precisa fazer tudo sozinho.

Do lado de fora, o jornalista Fernando Nakagawa também tinha uma visão sofisticada do cargo de correspondente:

Porque as pessoas acham que você vai estar de férias, né? Eu entendo esse glamour porque quando eu estava na redação eu também falava: “O cara fica lá em Nova York, deve estar no Central Park agora”. Mas o trabalho em si é o oposto disso, absolutamente nada glamourizado. Glamour é quando você está, sei lá, no Banco Central e o presidente te encontra e fala: “Nakagawa vem aqui”. Porra, isso que é prestígio, o cara sabe quem você é, e ainda comenta: “Pô, aquela matéria que você escreveu lá”... Agora aqui você trabalha em casa, ninguém sabe quem eu sou, a gente tem que se esforçar pra explicar pra quem trabalha, é completamente ridículo isso (NAKAGAWA, 2013).

O repórter da *Agência Estado* tem outra visão do lado que confere algum prestígio ao cargo: com todas as dificuldades, até para ter acesso às fontes, o correspondente é a pessoa daquele veículo fora do país, então tem um glamour relacionado a ele poder escolher o jeito de ver o mundo. “E eu gosto muito, eu particularmente gosto muito disso, de ser um filtro, de terem confiado a mim, à minha visão de mundo” (NAKAGAWA, 2013).

Talvez no passado tenha existido mais glamour, especulou a correspondente Vivian Oswald. Isso porque o correspondente hoje não tem tanta infraestrutura, vive apertos financeiros, restrições para fazer coberturas. Além disso, existem todas as dificuldades naturais ao trabalho do repórter e o correspondente ainda tem que lidar com a diferença cultural.

É claro que você vai ter matérias que você se diverte, você vai fazer assuntos bacanas, vai entrevistar o Tom Hanks, como eu fiz recentemente, aí todo mundo acha o máximo, eu mesma acho o máximo. Agora, não é sempre que isso acontece. [...] Às vezes acham [*os colegas*] que é só filé mignon, só trabalho legal, e não é, você tem as mesmas pautas chatas que você faz no Brasil (OSWALD, 2013).

A questão do glamour é só pra quem vê de fora, pra quem exerce não é nem uma questão de cargo, é o exercício da função básica de jornalista, explicou o jornalista Mauro Tagliaferri. “O repórter não tem cargo, todo mundo tem cargo na carreira de jornalista, menos o repórter. O repórter só tem chefes, ele é um soldado” (TAGLIAFERRI, 2013). Para ele, se existe algum status em ser correspondente, ele acontece nos veículos que melhor prestigiam a função, usando as reais potencialidades de se ter um repórter experiente colhendo bons materiais no exterior.

Qualquer status ou sonho de glamour é “infinitamente menor do que o que as pessoas veem, sabe? Porque ninguém vê a minha rotina de trabalho aqui. Não é um mundo de plumas e paetês que as pessoas pensam, é difícil, é bem difícil”, afirma o correspondente Sérgio Utsch. Ele encarou o posto de correspondente internacional como um prêmio, um reconhecimento à própria história, que já existia de forma consolidada no *SBT*, mais do que uma promoção. “Porque se você for pensar em promoção, na verdade eu perdi espaço, hoje eu tenho menos espaço do que eu tinha antes, eu só estou numa situação, em tese, mais confortável”.

c) Recompensas e o valor da experiência

Considerando a privacidade dos entrevistados e a real importância da informação para a pesquisa, não questionamos valores de salários, por exemplo, mas foi interessante perceber os ganhos do posto de trabalho assinalados por eles próprios. Como “ganhos” entendemos qualquer forma de recompensa que tenha estimulado estes profissionais a aderir à função no exterior.

De um modo geral, as condições trabalhistas não obedecem aos mesmos critérios dos funcionários que estão no Brasil: a maioria trabalha como prestador de serviço ou assinam um contrato como pessoa física ou jurídica. No caso de jornalistas que faziam parte do quadro de empregados da redação, na condição de correspondente ele pode ser afastado com uma licença sem vencimentos e passa a receber no exterior por um contrato temporário. Isso significa que não há o recolhimento de benefícios como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou para a previdência, contabilizando como tempo de serviço. Alguns veículos ainda oferecem uma estabilidade no retorno ao Brasil, ou seja, a garantia do emprego de volta pelo mesmo tempo que ele ficou no exterior.

Quando o jornalista se muda por conta própria ou por interesses pessoais, a infraestrutura obviamente é montada por ele, como aluguel de moradia, computadores, entre outros. Quando o convite parte da empresa de comunicação, há uma verba de custeio para instalação, que pode vir acompanhada de uma “carta de apresentação”, para ser utilizada em casos que vão da solicitação de vistos, a credenciamentos em

coberturas, ou como apresentação para um locador, devendo tais providências ser tomadas pelos próprios profissionais.

Na maioria das vezes, além dos salários, os correspondentes recebem uma verba mensal para custeio de despesas, como assinatura de jornais, TV e internet, contas de celular e material de papelaria. Viagens para coberturas especiais também passam por uma aprovação de orçamento em separado, considerando deslocamento, hospedagem, alimentação e custos de produção, por exemplo. Em todas as situações, a prestação de contas é rígida – e um trabalho a mais, o de gestão, para os correspondentes.

Em nenhum dos casos identificamos qualquer remuneração extra ao salário. Por exemplo, se o jornalista tiver uma foto publicada ou produzir um vídeo, não há uma remuneração própria, por produção, mas está tudo previsto no escopo de trabalho dele. Ainda que seja possível viver fora do país com qualidade nessas condições, o controle dos gastos é algo permanente na rotina dos correspondentes internacionais. Além disso, alguns afirmam que a renda de jornalistas no Brasil lhes possibilitava um padrão de vida mais alto, com mais gastos de entretenimento, o deslocamento por automóvel (e não transporte coletivo), ou outras características.

Se o glamour é limitado, como vimos no item anterior, e os ganhos financeiros não são aparentes, o que leva o profissional a se manter como correspondente internacional? Quase sempre uma experiência – profissional e pessoal – de viver em outro país, associada às condições familiares que cada um dispõe ou organiza.

“Eu não vim pelo ganho financeiro, em absoluto, nem por status, eu vim pela experiência” (FRANCO, 2013). A possibilidade de participar de grandes coberturas, como o Conclave para a eleição de um novo Papa, as novas vivências culturais, a passagem pelo posto de correspondente que estará no currículo, além do momento de vida dele (solteiro e sem filhos) foram os estímulos para assumir o posto, afirmou Bernardo Mello Franco.

O correspondente Fernando Nakagawa exemplificou a mudança no padrão de vida: “Minha vida no Brasil era muito mais confortável, (...) fiquei mais pobre aqui, o padrão de vida mudou bastante. Não tenho carro, vou pra balada de madrugada e volto de ônibus” (NAKAGAWA, 2013). Entretanto, ao mesmo tempo, ele afirma que a experiência é excelente, “sua agenda é mais flexível, e você se pautar é muito

interessante”, porque permite ao repórter imprimir uma marca própria, ao tentar reconhecer nos fatos as nuances que são importantes ou não para o leitor brasileiro.

Os ganhos econômicos nunca são citados como um fator decisivo pela aposta na carreira internacional, o que essencialmente constitui o discurso dos entrevistados é a experiência como recompensa e o respaldo que aquilo lhe dará na carreira.

Você trabalha mais, você não ganha bem. Se falar assim: “Ah, você voltou mais rico do que você foi?” Não, eu voltei mais pobre do que eu fui, mas é uma experiência maravilhosa. [...] Então assim, glamour não tem, mas status tem. Eu acho que você volta tendo no seu currículo uma vivência no exterior, uma oportunidade profissional no exterior, o que não deixa de ser um sinal de que a empresa que você trabalhava apostou em você, confiava em você, e você tinha um diferencial pra isso, então algum status tem sim (TAGLIAFERRI, 2013).

Ir e se manter no exterior envolve uma série de decisões de caráter pessoal, para além do profissional e os ganhos financeiros. O jornalista Jamil Chade, por exemplo, foi em busca de uma formação superior numa grande universidade, associada à experiência em outro país. Hoje, com família constituída na Suíça, outros fatores pesam. Caso similar vive Letícia Fonseca, que também saiu do Brasil estimulada por uma formação complementar e, posteriormente, uma situação familiar também favoreceu a permanência na Europa.

Ou a relação com o ambiente internacional é algo que permeou a vida e os sonhos desses profissionais, antes mesmo de exercerem a carreira de jornalistas. O entrevistado Marcos Uchôa, por exemplo, passou a infância e adolescência viajando para o exterior, por questões familiares, aprendeu diferentes idiomas, se apaixonou por esse contexto cultural e histórico mais amplo. O gosto pelas viagens quase fez o jornalismo perder o profissional para a aviação civil. A oportunidade de atuar na maior emissora de televisão do país, conciliando com interesses familiares e com experiências de coberturas internacionais o fez ficar no jornalismo.

Vivian Oswald também sonhou com a experiência internacional e o planejamento começou ainda na graduação, ao cursar em paralelo ao jornalismo a faculdade de letras-inglês, como também ao se interessar em estudar mais sobre a rotina de correspondentes internacionais. O movimento de sair do Brasil, para acompanhar o marido diplomático, surgiu com a possibilidade de conciliar com a cobertura jornalística

que ela própria, num primeiro momento, sugeriu para o veículo no qual trabalhava. “Para o repórter é uma grande experiência, aliás, se você me perguntasse qual foi a minha melhor experiência como repórter eu diria que é ser correspondente” (OSWALD, 2013).

Por um lado, os jornalistas dos jornais impressos, sobretudo, estão diante de um aumento no volume de trabalho decorrente do processo de convergência tecnológica. Por outro, os correspondentes tradicionalmente trabalham com pouca estrutura, quase sempre de casa (SILVA, 2011; ARCHETTI, 2012), e ainda com uma remuneração que não engloba os benefícios de um trabalhador pela legislação brasileira. Isso pode caracterizar, em alguns casos, a precarização do trabalho dos jornalistas, conforme comenta Kischinhevsky (2009). Além disso, a redução dos custos por parte das empresas de mídia, identificada na revisão de literatura, ocorre no mesmo momento que muitos profissionais, jovens e qualificados, estão dispostos viver a experiência internacional estimulado não por uma questão financeira e sim pelas recompensas pessoais e profissionais que vislumbram no posto no exterior.

IV. Papéis assumidos no processo jornalístico

a) Tarefas e legitimação

No roteiro das entrevistas (Fase 4), levantamos também aspectos que nos trouxessem depoimentos em torno de reflexões como: Qual o papel do correspondente internacional, na visão dos próprios profissionais? Como eles se enxergam dentro do processo produtivo do jornalismo? O que legitima a existência e a manutenção desse posto de trabalho? O argumento do “olhar brasileiro” é decisivo para esta resposta: buscar nos fatos aquilo que interessa ao leitor do nosso país, que fará parte do universo de referências dele. O que concorre e desafia essa missão profissional são os cortes de custos, a capilaridade na distribuição dos correspondentes, a dependência do material de agências, a relação volume de produção *versus* qualidade, a aceleração do ritmo de produção e a demanda por material em múltiplas plataformas, a partir, sobretudo, do processo de convergência entre o meio impresso e a internet. Precisa ser considerado também que, entre os papéis desempenhados pelo correspondente internacional está o

de promotor da imagem do veículo, não só como uma espécie de “embaixador” no exterior, como também o de reforçar a credibilidade junto à audiência, exibindo a presença de profissionais “pelo mundo”.

Hoje os veículos todos podem publicar *The New York Times*, *The Washington Post*, e lá estão as grandes cabeças, ou no *Financial Times*... Eu acho então que essa coisa de entender, da análise, isso já tem, a diferença que se pode ter é essa mirada brasileira. O fato de você ter um olhar brasileiro é que te torna insubstituível nessa posição, porque senão eles poderiam contratar um gringo (NAKAGAWA, 2013).

Porém, o próprio jornalista Fernando Nakagawa ressalta o risco dos correspondentes serem transformados em “redatores de luxo”, sobretudo na mídia impressa: o profissional produz textos em cima do conteúdo disponibilizado pelas agências internacionais e outros veículos – um trabalho que poderia ser feito por qualquer redator da própria redação – apenas para que o jornal apresente um texto assinado por um correspondente, conferindo prestígio para o próprio meio de comunicação. Um risco também apontado por outros entrevistados.

Letícia Fonseca advertiu: “Pra fazer o que a agência faz, ela faz melhor...”, levando em consideração a estrutura e capilaridade das agências internacionais. O diferencial de ter um profissional próprio exercendo o papel de correspondente está em “escutar e escutar, criar, escutar as pessoas, um personagem, humanizar a notícia, quando você escuta a pessoa e aí depois você analisa isso, é interessantíssimo” (FONSECA, 2013).

O entrevistado Mauro Tagliaferri também concorda que é vital no trabalho do correspondente dar a dimensão do fato, do local onde está, e mostrar as consequências que aquilo vai ter depois no Brasil. “Se eu não conseguir fazer essa relação na matéria, perde um pouco o sentido de você estar fazendo uma matéria internacional”, comenta, já que o factual, o geral, até mesmo uma análise mais conjuntural do fato as agências fornecem, porém sem o referencial nacional. Entretanto, essa questão do “olhar brasileiro” não deve ficar só na esfera do discurso.

Acho que existe um discurso nesse sentido, o discurso está correto. Se você for falar com um editor ele vai te falar igualzinho ao que estou dizendo, tem que investir [*em correspondentes internacionais*],

queremos um olhar exclusivo... Só que, por vícios de produção, que ficam nessa dependência das agências, de pedir pro correspondente às vezes atuar como um redator no exterior, que é muitas vezes o que eu faço aqui, todos fazem... Você faz o trabalho com base nas agências ou na mídia local, baixa do site do parlamento o projeto de lei... Muito semelhante a um trabalho que poderia ser feito no Brasil, sem muita diferença (FRANCO, 2013).

O jornalista da *Folha* problematizou a relação entre o real e o ideal, entre aquilo que deveria ser o papel do correspondente e o que, na prática, ele executa entre as tarefas. Ele também faz uma análise lúcida de que o “trabalho do correspondente funciona mais ou menos como ondas”, pois há momentos nos quais o profissional está publicando todos os dias, com chamadas de destaque, às vezes até mesmo com reportagens de capa do jornal. “Você acha que é o cara e tal... Seu nome aparece na primeira página, sua matéria é manchete. De repente, estoura uma bomba no Oriente Médio, um cara fica resfriado na China, tem um acidente numa usina nuclear no Japão, aí a tua área de cobertura some do jornal” (FRANCO, 2013).

Nessa situação, para ele, o correspondente deve se conscientizar que por essas demandas e “temperaturas” do noticiário, ele enfrentará o fato de ter reportagens não publicadas, sofrerá com a falta de *feedback* da equipe e da chefia. A solução apontada é reconhecer que faz parte das tarefas pensar em editoriais diferentes, desenvolver um talento para “se virar” e buscar pautas que façam a diferença em relação ao material produzido pelas agências internacionais. “O que eu procuro fazer é sempre que possível estar nos locais, pra não ficar dependendo de agências, especialmente quando é aqui e, sempre que possível, dar uma coloração pessoal, de comparação com o Brasil, que seja, para que meu texto fique diferente do texto da agência” (FRANCO, 2013).

O correspondente internacional teria ainda o papel legitimado pela confiabilidade oferecida aos empregadores, por isso é ainda mais importante ter jornalistas qualificados para assumir a responsabilidade de cobrir temas de grande repercussão sem a supervisão direta da redação.

Se você olhar o nível médio dos profissionais que estão na Europa, é muito alto. São todos bons profissionais, não tem um correspondente fraco... Pode até ter por acidente, num lugar ou em outro. Nesse momento não tem. E por que isso? Porque os jornais precisam, é uma função importante, frequentemente vai ser manchete no jornal. Então não adianta você falar “vou contar com *freela*”. De repente o *freela* te

dá uma matéria errada, e aí? Então não é assim que funciona (FRANCO, 2013).

“Correspondente também cobre buraco de rua”, afirmou o jornalista Jamil Chade, ao reforçar que o papel desse profissional é como o de todo repórter. Aquele correspondente que poderia ficar em casa, cobrindo eleições pela televisão, “não dá mais”, porque aquela mesma emissora pode ser acompanhada pela redação no Brasil. Ele defende ainda que o dever é estar no local, para batalhar o acesso aos fatos assim como os grandes grupos de comunicação, como a *CNN* ou *The New York Times*, em qualquer cobertura, do buraco na rua às eleições presidenciais. “Qual a diferença que você faz, porque é que o jornal vai te mandar, o que tem de diferença entre você e a agência, né?” (CHADE, 2013). O correspondente, na visão do jornalista, tem como missão não repetir a agência, mas “surpreender o leitor”, para oferecer aquela informação que ele não conseguiria de outra forma. E reforça mais de uma vez: “Matéria especial eu vejo como obrigação” (CHADE, 2013).

Essa questão da redação no Brasil estar acompanhando a imprensa internacional ou o que está saindo pelas agências internacionais, pode confrontar inclusive o correspondente em atividade. Vivian Oswald conta que já se viu fazendo a cobertura de um conflito, estando no local, e passar uma informação para a equipe e ouvir: “Peraí, mas não é isso que eu estou vendo na Reuters. Aí você fala: Não, mas perai, você não me mandou pra cá? O que eu estou vendo é isso” (OSWALD, 2013). Na opinião dela, não se trata de uma desconfiança, o editor conhece e precisa confiar no repórter, a desconfiança talvez esteja na própria estrutura – se a repórter está sozinha naquele lugar, uma agência internacional de maior porte tem mais estrutura e profissionais à disposição. Para ela, o correspondente tem que ver a opção, o “cardápio” das agências e se questionar o que o material tem de diferente. É papel deste profissional:

Fugir um pouco do olhar das agências, dar um olhar brasileiro pras notícias que você está vendo, porque é muito simples você pegar uma notícia que está todo mundo acompanhando e ver como está todo mundo cobrindo, em vez de procurar seus próprios especialistas, em vez de procurar um novo ângulo, uma coisa assim (OSWALD, 2013).

O correspondente também deve ir além do que se pode pesquisar pela internet, isso faz a diferença na qualidade da cobertura, na opinião do entrevistado Marcos Uchôa. O baixo número de correspondentes no exterior e até mesmo a concorrência limitada (especialmente no caso das emissoras de televisão), comprometeria ainda mais essa qualidade. “Aqui fora o Brasil, lamentavelmente, tem pouco correspondente, pro tamanho do Brasil, pra força do país e da sua mídia, são poucos os jornais, e a verdade é que a internet, nesse aspecto, deixou jornalistas mais preguiçosos e mais avarentos os donos da mídia” (UCHÔA, 2013).

Deste modo, na visão dos próprios jornalistas entrevistados, que exerciam a atividade de correspondente internacional no início do século XXI, o papel deste posto profissional é como o de todo repórter – “ir atrás das notícias”, apurar os fatos – contudo, ele carrega diferentes responsabilidades. A primeira delas é a de buscar temáticas de cobertura diferenciadas, com foco em todas as editorias, sem uma equipe que lhe ofereça um apoio local. Isso exige uma grande autonomia e a confiança por parte dos superiores. Na dinâmica diária, o correspondente precisa ainda conciliar essa liberdade de atuação com as demandas que parte do próprio veículos, em grande parte vinculadas aos materiais divulgados pelas agências de notícias. Todos os entrevistados são enfáticos em afirmar que “não faz sentido o correspondente produzir o mesmo que as agências estão produzindo”: as agências têm uma capilaridade e uma estrutura maiores. Além disso, o esforço do jornalista no exterior deveria ser voltado justamente para buscar o diferente, aquele material que não está acessível a outras publicações, com enfoques variados, oferecendo, sempre, uma perspectiva brasileira, trabalhando com um referencial que é comum ao leitor. A imprensa internacional também está acessível para os jornalistas que atuam no Brasil e para o próprio público brasileiro. A abordagem que o correspondente é capaz de oferecer é o que pode ser único. Desta maneira que os entrevistados enxergam a atividade do correspondente dentro do processo jornalístico, legitimando a existência e a manutenção deste posto de trabalho.

b) Tendências futuras

Diante de todo um contexto de transformações, apontado ao longo deste trabalho, é relevante observar como esses profissionais vislumbram o futuro do correspondente profissional, no sentido de entender se este seria um posto ameaçado de extinção (ASH, 2010; SILVA, 2011) ou passando por um processo de evolução (HAMILTON; JENNER, 2004). Num curto período de tempo, a resposta é “ainda há espaço para este profissional”. Neste ponto, o objetivo foi reconhecer como os entrevistados definiam este “ainda há espaço” e o que legitimaria a atuação deste profissional.

O jornalista Sérgio Utsch, por exemplo, não acredita nesta extinção a curto e médio prazo, por dois motivos centrais: o primeiro é a necessidade que ainda existe de ter brasileiros cobrindo temas de brasileiros, tanto pela questão do idioma (especialmente importante no caso da TV), quanto pelo referencial cultural e pelo interesse dos veículos internacionais; e, segundo, o fato de que a existência dos correspondentes ainda é uma “coisa política para as empresas, é importante para as empresas terem representantes em Londres, em Nova York”, mesmo que esses representantes trabalhem “num sofazinho atrás de uma câmera” (UTSCH, 2013).

O prestígio para a mídia existe, mas na opinião do correspondente Marcos Uchôa é “o de menos”, para ele, é o “olhar” do correspondente que continuará fazendo a diferença. “Eu acho que é insubstituível” (UCHÔA, 2013). Vale a pena para o meio de comunicação manter um profissional o tempo todo em determinados locais e, ainda que em número limitado, na opinião dele, as empresas de mídia brasileira têm esta condição. “Eu acho que o Brasil hoje é super importante no mundo e o mundo é super importante para o Brasil. [...] O cara que cai de paraquedas, consegue cobrir um conflito, um desastre. Mas não a cobertura de conjuntura” (UCHÔA, 2013). A explicação é uma comparação com o *enviado especial*, como uma alternativa mais barata de deslocar jornalistas para coberturas específicas.

Acho muito louco a gente viver num mundo em que se reconhece que a globalização é o fenômeno, é um gênio que não volta pra garrafa, que é uma coisa que está aí, que o mundo da gente é influenciado pelo que está acontecendo fora e a gente do jornalismo achar que isso não tem que ser coberto do lado de fora... Eu diria que nunca foi tão importante um correspondente sob este aspecto. Não é o fato de

tecnologicamente a gente poder ter mais facilidades [*de acesso às informações*] que elimina a necessidade da pessoa no local (UCHÔA, 2013).

Nessa perspectiva que o jornalista traz, ele enfatiza a importância do lado cultural, ou seja, de ter brasileiros que contam histórias para brasileiros, que façam esse exercício de explicar, observar ou expor a globalização sem perder o olhar local. Por isso, inclusive, não acha adequado um correspondente ficar tantos anos num único lugar (como ele próprio, que passou 11 anos em Londres), para que ele não perca “um pouco da sua cultura, do seu freguês”. Assim, o correspondente deve manter uma “noção bastante razoável do que está rolando na cultura do seu país, em todos os aspectos” (UCHÔA, 2013).

Em entrevista para esta pesquisa, Mauro Tagliaferri pondera que esse futuro da correspondência dependerá do valor que o veículo de comunicação e, principalmente, as chefias darão para o noticiário internacional. Para ele, de fato isso está perdendo valor a cada segundo, uma vez que as empresas de mídia e as próprias equipes acreditam que é muito mais importante cobrir o “buraco de rua”, porque a “Dona Maria” só quer saber disso.

Se você tem editores e chefes e empresa que pensem que a gente está vivendo cada vez mais interligados, com questões mais complexas, e que é preciso você conectar tudo isso e explicar tudo isso, e contextualizar tudo isso, essas empresas ainda terão esses correspondentes. As empresas que ainda têm essa noção de que as relações são complexas e que precisam ser explicadas, e que é importante ter um cara teu lá, até porque esse cara vai te trazer informação estratégica de mercado, vai te ajudar a tomar decisões a nível internacional, vai te antecipar cenários que podem chegar ao Brasil, vai te contar de novidades que estão lá e que você pode adotar no seu negócio também... Sabe? É o que eu falei: o correspondente é um pouco diplomata também, ele tem que ter essa missão (TAGLIAFERRI, 2013).

A adoção de outras modalidades de cobertura em substituição aos correspondentes não são totalmente viáveis, como Marcos Uchôa citou no caso dos enviados especiais. O jornalista Mauro Tagliaferri comentou também a questão dos *freelancers*: ainda que existam mais jornalistas vivendo no exterior e que isso facilite para as empresas de mídia em alguns casos (por ser mais barato), isso não resolverá –

lembrando que no caso da televisão, onde o repórter de fato aparece, é mais difícil adotar esta estratégia. “A imprensa internacional não está descuidando totalmente do noticiário internacional, não está desvalorizando, está buscando outras formas de conseguir essa apuração. Aqui [*no Brasil*] não, aqui existe um descuido total, é pouco valorizado, pouco espaço, você não consegue contextualizar” (UCHÔA, 2013).

Mesmo considerando as características do meio impresso, o correspondente Bernardo Mello Franco argumenta que o jornal quer alguém em quem ele confie, comparando com a relação instável que se estabelece com um *freelancer*. Há outros dois fatores que, na opinião dele, ainda são determinantes: questões relacionadas ao idioma (é mais difícil encontrar nativos de outras partes do mundo que falem fluentemente o português, o que com o inglês poderia ser mais fácil, por exemplo); e o fato de que os veículos de comunicação “sempre verão como questão de prestígio para eles – não para o correspondente, mas para eles, diante do leitor deles – mostrar que tem gente no local” (FRANCO, 2013). E ele mesmo completa afirmando que o clichê “nada substitui o olhar de um repórter” se enquadra especialmente nas especificidades do correspondente e da manutenção desta função.

Eu acho que vai continuar existindo, o que eu acho que vai acontecer é que ele vai se transformar, e acho que alguns jornais têm sido mais habilidosos para perceber essa transformação. Para mim a transformação é: valorizar o olhar do jornalista, fazer com que esse jornalista possa ter mais autonomia nas decisões de pauta e propostas de matérias e eventualmente viagens, e que ele possa apresentar ao jornal material único, material exclusivo, diferente do que está nas agências. Não é a regra, mas é o ideal (FRANCO, 2013).

Falando sobre a realidade, o correspondente Fernando Nakagawa acredita que, dentro da crise do jornalismo tradicional, a posição do correspondente é talvez a mais ameaçada, em perigo de extinção, porque custa mais do que a média das outras vagas. Além disso, seria mais fácil de fazer cortes, “porque não é alguém que você vê todo dia, é mais um número. É mais fácil de cortar porque custa mais e está longe” (NAKAGAWA, 2013). Nessa perspectiva, ele afirma: “sim”, a função do correspondente tradicional pode ser questionada. A presença de jornalistas mais jovens no posto de correspondentes, com menores salários e por menores períodos de tempo já seria uma resposta a isso. A “salvação”, na opinião dele, está na combinação entre a

visão do país de origem, que o correspondente deve manter, e a acumulação de informações sobre a região de cobertura que só a experiência de viver lá possibilita.

A outra coisa que não pode ser ignorada é a acumulação de informação, informação não é algo contável, mas é fato que a possibilidade de se viver num país te permite acumular informação relacionada àquele lugar. Isso pode ser muito importante em alguns aspectos, então, para países importantes para o Brasil, como a Argentina, os Estados Unidos, ainda é essencial ter pessoas lá que possam acumular informação e em momentos-chave conseguir situar, explicar de uma maneira rápida e compreensível (NAKAGAWA, 2013).

Uma vez que a viabilidade econômica é parte da prática jornalística e, no momento atual, a realidade das empresas atesta pela impossibilidade de se manter correspondentes em diferentes regiões, talvez o caminho, na proposta do jornalista Fernando Nakagawa, seja mapear as áreas mais estratégicas para o Brasil e que não necessariamente são as mais tradicionais. E tudo isso se complementa com a competência do profissional que ocupa este cargo em ser criativo, em buscar novas abordagens e novos temas. “O problema é que ninguém sabe daqui cinco anos o que vai ser mais a redação” (NAKAGAWA, 2013). Nem mesmo no Brasil, considerando os avanços tecnológicos, os modelos de negócio das empresas de mídia, a precarização do profissional e a crise do jornalismo de um modo mais geral.

Para o correspondente Jamil Chade, a questão da extinção do correspondente internacional pode ser uma realidade mais próxima de grandes veículos internacionais, que há bastante tempo contam (ou contavam) com grandes equipes e escritórios no exterior. Isso pode ser uma realidade para os grandes jornais dos Estados Unidos ou da Europa. Não é o caso do Brasil, que ainda está na curva ascendente no que diz respeito à cobertura internacional. Com o crescimento do papel do país no cenário mundial o peso é outro: “Nós precisamos de gente fora. Não acho que vá muito mais longe do que o número que tem hoje, mas não vai ainda cair, isso que eu acho” (CHADE, 2013). E esse apelo internacional não está limitado à esfera política e econômica. Um exemplo foi a transferência do jogador de futebol Neymar para o Barcelona: o canal *ESPN*, especializado em esportes, estaria transferindo um correspondente para a Espanha, ainda que por um período indefinido de tempo, para acompanhar o atleta brasileiro.

O correspondente do *Estadão* em Genebra também lembra do que chama de uma postura “provinciana”, que se refere ao glamour ou prestígio, para a empresa de mídia, de manter jornalistas em algumas regiões. “Se fosse dono de jornal, continuaria investindo em correspondentes. É, mas que fizesse a diferença, eu não deixaria o repórter sem fazer especial, eu cobraria especial toda semana” (CHADE, 2013).

7.3. Correspondentes Atuantes no Século XX: experiência profissional e pontos de vista

I. Perfil profissional

a) Características pessoais e histórias de vida

A questão da identidade e do papel profissional dos correspondentes internacionais brasileiros no contexto de transformações na prática jornalística nos remeteu ao questionamento sobre estabilidades ou permanências e, deste modo, separamos os entrevistados em dois blocos como forma de organização da análise. No primeiro momento, os correspondentes internacionais em atuação nos anos 2000 mostraram que não há qualquer regra clara de progressão de carreira para que um jornalista assuma um posto de trabalho no exterior. Em comum, apareceram o interesse pela temática internacionais e uma parcela de iniciativa em buscar tal experiência, seja por conta própria, ou se candidatando a vagas abertas pelas empresas de mídia. Agora, as características pessoais e as histórias de vida descritas pelos correspondentes entrevistados (Fase 4) que concentraram a atuação entre os anos de 1970 e 1990.

Formado em jornalismo nos anos 1960 por uma faculdade paulistana, Clóvis Rossi consolidou a carreira no jornalismo impresso, com passagens pelos principais cargos de redação do *Estadão* e da *Folha de S. Paulo*. A experiência como correspondente surgiu aos 37 anos, já casado e com filhos, no início dos anos 1980, em Buenos Aires. Apesar de não ter sido planejado, o interesse pelo noticiário internacional o acompanhou desde os 13 anos de idade, quando acompanhou pelas páginas dos jornais a revolução húngara de 1956 contra a dominação soviética.

Naquela época o meu pai era assinante do *Estadão* e o jornal enchia páginas e páginas com noticiário sobre a Hungria, inclusive as contracapas dos cadernos de classificados eram todas de noticiário internacional. Aliás, a capa também, o noticiário internacional tinha uma importância, e eu fiquei sempre na minha cabeça com aquela ideia de que algum dia eu queria ser testemunha ocular da história, conhecer os locais, as pessoas que faziam os meios, os locais que eram notícia (ROSSI, 2013).

Ele também agradece ao pai por ter insistido que estudasse inglês, fundamental para a profissão. Os demais idiomas (italiano, francês e espanhol) foram sendo aprendidos ao longo da vida. Mas no início da carreira tudo que apareceu foi o noticiário nacional, até que em 1973, já trabalhando na redação do *Estadão*, o secretário passou perguntando quem estava com o passaporte em dia: o sinal positivo dele foi o suficiente para ser enviado para cobrir o Golpe de Estado no Chile. Aliás, a longa experiência como enviado o fez perceber diferenças entre as duas atividades: o correspondente tem um maior conhecimento sobre o país em que eles está baseado e a possibilidade de estabelecer relações com as fontes; já o enviado tem um “olhar curioso”, traz consigo um estranhamento, que pode ser interessante para a cobertura e para o leitor brasileiro. O correspondente na época em que atuou carregava ainda uma característica geral de se dedicar à análise e ao contexto dos fatos, mais do que ao relato meramente factual, afirma.

O entrevistado Clóvis Rossi avalia que uma mudança mais ampla nas redações brasileiras se reflete também no caso da cobertura internacional, no que diz respeito à economia de gastos: alguns postos no exterior deixaram de existir, por um lado, e, por outro, profissionais mais jovens (que são naturalmente mais baratos) passaram a ocupar essas posições – o que não necessariamente afete a qualidade da cobertura. “Essa geração de 30, 30 e poucos anos é mais preparada do que a minha geração, tem mais gente falando idiomas, há mais gente lendo coisas além do jornalismo, há mais gente com formação em outras escolas” (ROSSI, 2013). Uma possível queda na qualidade, na visão dele, decorre, de uma crise geral do jornalismo impresso, relacionada à dificuldade de se encontrar um modelo de negócio que possibilite ganhar dinheiro com a notícia na internet.

O interesse pelos assuntos internacionais levou o jornalista Sílio Boccanera, que atuava há cinco anos na redação do *Jornal do Brasil* no Rio de Janeiro, nos anos 1970, a se mudar para os Estados Unidos para cursar um mestrado. Conciliou com a cobertura no país até o início dos anos 1980, quando foi contratado pela *TV Globo* para assumir o escritório da emissora em Londres, onde vive até hoje. Teve passagens pelo *SBT* e pelo canal *GNT* e atualmente colabora para a *Globonews*.

Nos anos 1990, também pelo *Jornal do Brasil*, foi a vez de Nelson Franco Jobim se lançar a uma experiência no exterior para cursar uma pós-graduação. Com diplomatas na família, o olhar para fora do Brasil foi algo bem próximo do jornalista, que logo após a formatura se aventurou em uma viagem por toda América Latina e Estados Unidos. O interesse naturalmente o conduziu à cobertura internacional pelos veículos no qual passou posteriormente, como *Rádio Globo*, *TV Manchete* e *TV Globo*, cobriu Olimpíada e Copa do Mundo em 1984 e 1986 e no início da década seguinte se mudou para Londres, onde foi estudar.

A vida acadêmica também conduziu o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva para as primeiras experiências no exterior. Foram três passagens pelos Estados Unidos como correspondente: a primeira entre 1975 e 1976, pelo *Diário de S. Paulo*, quando recebeu uma bolsa de estudos para fazer o mestrado numa universidade americana; a segunda, já pela *Folha de S. Paulo*, entre 1987 e 1988, quando concluiu um pós-doutoramento em Washington; e a última passagem entre 1991 e 1998, quando exerceu o cargo de correspondente sênior pela *Folha* na capital norteamericana. A evolução profissional foi acompanhada de mudanças na vida pessoal, já que na primeira experiência como correspondente ainda era solteiro, na segunda foi com a esposa e na última já com os filhos. “Sempre tive muito desejo de viver fora do Brasil. [...] Sempre desejei ser correspondente, mas veio por vias transversais, não foi uma coisa assim, digamos, escalonada” (SILVA, 2014). Carlos Eduardo Lins da Silva tem a particularidade de ter conciliado a prática do jornalismo, ocupando os cargos mais altos numa redação, com a docência e a vida acadêmica. Além de cargos de direção, que ocupou na *Folha de S. Paulo* e no *Valor Econômico*, também foi por dois anos ombudsman da *Folha*, entre 2008 e 2010.

Com outros entrevistados, o acaso falou mais alto. A jornalista Sandra Passarinho, por exemplo, a primeira correspondente da *TV Globo* na Europa, entrou no

jornalismo e na cobertura internacional sem muito planejamento. No final dos anos 1960, quando o curso de Ciências Sociais da UFRJ foi fechado e os estudos, interrompidos, aceitou o convite de um amigo para estagiar no Departamento de Jornalismo da *TV Globo*. Em cinco anos, foi de repórter a editora, passou por um estágio em Nova York, e em 1974, a cobertura da Revolução dos Cravos, em Portugal, antecipou a ida para a Europa. Após oito anos na função, pediu demissão e permaneceu em Londres, onde enfim cursou Ciências Sociais, teve passagens pela *TV Manchete* e pela *BBC Rádio*, e em 1985 retornou para o Brasil e para a *Rede Globo*, onde permanece até hoje – sem abrir mão da vida de repórter, mesmo tendo exercido a função de editora e comandado um programa na *Globonews*.

A outra jornalista veterana entrevistada nesta pesquisa era bailarina quando, aos 19 anos, mudou-se com o marido cinegrafista transferido para trabalhar no escritório da *TV Globo* em Londres, nos anos 1970. Sem formação superior⁶⁴, Cristiana Mesquita aprendeu o ofício na prática.

Sandra [*Passarinho*] é minha guru, eu acho que se eu tenho alguém pra culpar, além do meu marido cinegrafista, por estar nessa profissão, é a Sandra, porque é uma tremenda repórter e era um prazer trabalhar com ela. E eu fui aprendendo assim, olhando em cima do ombro dela o que ela estava fazendo, outros correspondentes com quem eu trabalhei também, e foi assim que começou (MESQUITA, 2013).

Sem muitas oportunidades para trabalhar como bailarina em Londres, começou a colaborar no escritório exercendo diversas atividades, de servir café a ajudar na produção. Retornou para o Rio de Janeiro no início dos anos 1980 e teve uma curta passagem pela *TV Globo*. A carreira dela se consolidou na imprensa internacional, tanto como correspondente no Brasil, quanto no exterior, e está entre os jornalistas brasileiros com maior experiência na correspondência de guerra. Para isso, ela avalia que o espírito de aventura que tem e um jeito meio “safó”, comum a todo brasileiro, colaborou bastante.

⁶⁴ A falta do diploma em Jornalismo teria atrapalhado Cristiana Mesquita a trabalhar no Brasil, para empresas brasileiras, enquanto vigorou a exigência do diploma de nível superior para o exercício da atividade jornalística.

É um preparo emocional, um preparo psicológico pra cobrir isso, [...] enfim, meu espírito de aventura, de estar preparada pra lidar com problemas e resolver, eu acho que eu era a pessoa indicada pra fazer esse tipo de trabalho. Não é só o conhecimento da guerra que eu tinha, eu me preparava, eu estudava quem eram as pessoas principais (MESQUITA, 2013).

O entrevistado Moisés Rabinovici contou ter entrado no jornalismo aos 17 anos, desmentindo uma notícia, como contou. O garoto, que foi à redação desmentir uma informação errada publicada pelo jornal *Última Hora*, sobre uma atividade do grupo escolar do qual participava, sentou para escrever a correção e assim entrou no jornalismo. Naquele tempo, “era jornalista aquele que tinha pendor literários”, diz Rabinovici (2013), afirmando ter aprendido o ofício na prática, nos anos 1960. Segue no jornalismo impresso por mais de 50 anos. Em 1967, trabalhando no *Estadão*, ele pediu licença ao jornal para ser voluntário na Guerra dos Seis dias em Israel. Como o conflito durou poucos dias, quando chegou já havia terminado, mas permaneceu no país por um ano trabalhando como agricultor. “Tinha tudo pra querer ser correspondente, mas eu fui camponês, eu fui agricultor, foi uma experiência única na minha vida plantar lá no deserto” (RABINOVICI, 2013). Dez anos depois ele voltou a Israel como correspondente de fato, onde ficou até 1984, retornando para o Brasil por pedido pessoal. Um ano depois embarcou para Washington, onde ficou por seis anos, também pelo *Estadão*.

A última experiência como correspondente de Moisés Rabinovici, entre tantas outras como enviado especial, foi entre 1997 e 2000 em Paris, pela revista *Época*. Ele conta que parou de fazer coberturas internacionais no atentado em Nova York, em 2001, quando estava de volta ao *Estadão*. Ele estava pronto para embarcar, quando a chefia pediu que ele ficasse no Brasil e compartilhasse a experiência internacional com a redação.

Eu não gostei muito disso, porque eu gosto de ação, gosto de encontrar os amigos que eu conheci em todos esses lugares, é muito divertido você revê-los, mas eu fiquei, passei todos os meus cadernos, anotações, para o repórter que foi e que se tornou viajante do Estadão como eu era, mas depois eu me consolei, fiz boas matérias no Brasil (RABINOVICI, 2013).

O jornalista Moisés Rabinovici, desde 2003, é diretor de redação do *Diário do Comércio*, de São Paulo. Ele fala francês, inglês, espanhol, português e hebraico, o que o ajudou ao longo da carreira internacional. No primeiro período como correspondente, viajou solteiro, mas na consequência compartilhou a vida fora do Brasil com a família.

Num comparativo com o primeiro grupo de entrevistados, observamos que aqui também parte dos profissionais buscou esta experiência internacional por conta próprio, como por meio de cursos no exterior. Um diferencial é o fato de profissionais que se tornaram correspondentes no século XX terem exercido cargos de chefia no Brasil antes da transferência. Outro aspecto é que em nenhum caso foi citado qualquer processo seletivo das empresas de mídia para a vaga fora do país, como mais recentemente identificamos em jornais como *Folha e Estadão*.

b) Características profissionais ideais

Tendo participado de diversas seleções para correspondentes internacionais, o jornalista Clóvis Rossi não acredita que haja qualquer qualidade específica que leve o cidadão a ser designado correspondente, além das características mais gerais, como falar bem o inglês, pelo menos, e ter interesse pelos temas internacionais, o que pode ser algo bem genérico. “Num país continental, como o Brasil, seus habitantes olham pra dentro muito mais do que pra fora”, disse Clóvis Rossi (2013), ao relacionar com o interesse dos próprios jornalistas com o cenário internacional. Ele também desconhece qualquer tipo de plano de carreira implementado por veículos brasileiros que treine ou forme os profissionais para assumir este posto em algum estágio da vida. O principal problema, neste sentido, seria a contratação de não brasileiros para a função:

No *Estado*, quando eu comecei a trabalhar lá, havia o critério de que todos os correspondentes estrangeiros eram da nacionalidade do país onde trabalhavam. Mas aí eu comecei e, quando tive a função de chefia, contratei brasileiros como correspondentes internacionais, quebrando o paradigma. Eu acho um erro grave, que felizmente foi depois corrigido (ROSSI, 2013).

Dominar pelo menos a língua inglesa também é apontado pelo jornalista Moisés Rabinovici como competência fundamental para um jornalista que almeje o posto de

correspondente. Além disso, deve ter bem desenvolvidas as principais características de um bom repórter, deve ter *background*, ou repertório, se preparar para as pautas, não se pode chegar sem saber nada para uma entrevista. Ter um bom texto também é primordial, ainda mais nos dias de hoje, afirma, quando o conteúdo muitas vezes vai direto para a internet sem passar por qualquer revisão. Isso se complementa com a habilidade de olhar um acontecimento por diferentes ângulos e encontrar aquilo que ninguém viu.

Tem que ter tenacidade, tem que ter esperteza, principalmente esperteza somada a criatividade, porque só assim você vai descobrir uma brecha nesse tsunami de informações que ninguém fez, e então você vai se destacar. Sem essa sensibilidade do novo, que é o que está escondido, que ninguém viu, é o que conta hoje em dia, porque fazer mais do mesmo não tem sentido, mesmo que você escreva o melhor texto do mundo, mas se ali não tiver um avanço na informação, pra quê, né? (RABINOVICI, 2013).

Ter bem desenvolvidas as competências que definem um bom jornalista de um modo geral é, na opinião da entrevistada Cristiana Mesquita, o tipo ideal de profissional que poderá assumir a correspondência internacional: “uma enorme curiosidade, uma insaciável curiosidade quase, e você tem que ter um desprendimento também” (MESQUITA, 2013). Desprendimento para se deslocar rapidamente para outro lugar, para outros temas e pautas, e sempre procurar olhar a notícia com um olho “meio estrangeiro”, isto é, não só procurando a perspectiva brasileira. Ela afirma que adora a ideia de ser um pouco turista também nos lugares aonde chega, mas com a visão de um “turista qualificado”, para passar por lugares onde pessoas passam todos os dias e perceber coisas que elas não percebem.

A jornalista Sandra Passarinho defende que o profissional deve ter um desapego a rotinas e não ser um burocrata, “daqueles que chegam na redação e querem uma pautinha pronta pra eles” (PASSARINHO, 2014), o que ela reforça ser uma verdade para qualquer jornalista. Falar línguas é essencial e ter a capacidade de se desdobrar para assuntos tão diversos quanto política, economia, religião, ciência, artes etc., estando disposto a suprir os interesses das diferentes editorias. “Penso que uma formação nas áreas de Ciências Sociais e Humanas é muito importante no exercício da

profissão. E tratar os assuntos do ponto de vista das pessoas comuns também, não apenas de porta-vozes, ou dos que estão no poder” (PASSARINHO, 2014).

Os entrevistados reafirmam a definição mais clássica de correspondente internacional: é um repórter de assuntos diversos em uma cidade que não é a dele (UTZERI, 1989), pois o “correspondente ideal” é definido pela maioria como aquele que tem o perfil de um jornalista comum. O correspondente é um jornalista e por isso tem que as qualidades essenciais deste profissional, acrescidas de um conhecimento e de uma curiosidade pelo mundo maior do que os que não exercem ou exercerão esta função.

Então eu acho que as qualidades pra se tornar um correspondente são as qualidades necessárias pra qualquer jornalista: curiosidade, desprendimento, não querer ficar preso à rotina, ter disponibilidade, estar disposto a fazer sacrifícios pessoais, jornadas longas de trabalho, e tem que ter conhecimento de outras línguas e um conhecimento geral sobre política internacional e assuntos de outros países (SILVA, 20140).

Na visão do ex-correspondente Carlos Eduardo Lins da Silva, não necessariamente um bom repórter no Brasil é um bom correspondente internacional, se ele não tiver, além de um “bom inglês”, ou uma língua que fale no país em que ele estiver trabalhando, e se ele não tiver conhecimento de geopolítica, uma ideia da cultura e da economia do país onde ele estiver, ou pelo menos disposição pra conhecer tudo isso.

História também é um conhecimento apontado como fundamental pelo jornalista Nelson Franco Jobim, especialmente dos países por onde o correspondente fizer cobertura. O profissional deve ainda se interessar por política internacional e também por economia internacional, em função da globalização. “Esta interface entre política e economia é hoje um dos maiores desafios do correspondente internacional, fazer esse trânsito entre as duas áreas, além de toda a área cultural, que é a mais charmosa, mas depende da sua especialização” (JOBIM, 2013). Para ele, a literatura pode ser um caminho importante para a formação desses profissionais, por revelar muito da psicologia e da cultura de um povo. “O grande desafio do noticiário internacional é sempre entender o que significa aquilo e qual a importância que aquilo tem para o

Brasil. Ter muito mais conhecimento geral, uma boa formação, é fundamental porque vai cair tudo quanto é tipo de peixe na sua rede” (JOBIM, 2013).

II. Rotinas

a) Dinâmicas diárias e equipes

No primeiro grupo entrevistado, as longas rotinas diárias de trabalho são citadas como frequentes na vida do correspondente, porém compreendidas como naturais ao cargo, até mesmo necessárias. As tecnologias digitais estão totalmente absorvidas nos processos de produção e impactam na autonomia dos profissionais, cada vez mais demandados pela equipe no Brasil. Outra característica é a permanência no exterior por períodos limitados de tempo, exceto no caso de jornalistas que se estabeleceram com família no exterior.

Os correspondentes internacionais que compõem o grupo dos atuantes no século XX têm em comum o fato de terem vivido períodos longos nesta função ou em mais de um país. Além disso, as viagens internacionais, para cobrir diferentes eventos, em diversos países, foi uma constante. O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva ocupou o posto sempre nos Estados Unidos, mas por três períodos diferentes, totalizando mais de 10 anos na função. Pelo volume de informações geradas e a importância deste país para o Brasil, ele conta que a “área de cobertura” dele esteve concentrada nesta região. Diariamente, ele se recorda, considerando o fuso horário, o dia de trabalho começava com a leitura de jornais – assinava quatro ou cinco publicações diferentes, num período em que ainda não existia a internet, e “assim que desse” ele falava com a redação no Brasil, normalmente por telefone, próximo ao horário de pauta do jornal, no final da manhã. O diálogo se dava com todos os editores, dependendo dos temas mais importantes do dia, e com o secretário de redação em alguns casos. “Eu escrevia pra todas as editorias, tenho muita matéria registrada em Geral, Cotidiano quando eu estava na *Folha*, Esportes até, eu nunca tinha escrito esporte até a Copa do Mundo de 1994... Mas principalmente economia internacional” (SILVA, 2014). Ele ainda lembra que, num curto período de tempo, trabalhou no escritório da *National Press*, entretanto, na maior parte do tempo que exerceu a função de correspondente trabalhou de casa. As

saídas dependiam das pautas, se houvesse algum evento ou uma entrevista agendada, por exemplo. Trabalhar em casa, na visão dele, tem a “vantagem” (entre aspas mesmo) de estar o tempo inteiro com a família, mesmo que muitas vezes precisasse sacrificar o convívio pelo excesso de atividades, principalmente em termos de férias: “correspondente não tem férias, é muito difícil conseguir tirar férias quando você é a única pessoa do jornal no país” (SILVA, 2014).

Nos dois períodos que trabalhou como correspondente, Clóvis Rossi descreve em entrevista à autora uma diferença considerável na rotina diária de trabalho em virtude do próprio cenário vivido pelos dois países onde esteve. No final dos anos 1970, a Argentina passava por fortes agitações, não só pela questão política em si, no contexto de ditadura, como pela econômica e toda questão dos direitos humanos.

Eu sempre me envolvi com a cobertura da questão dos direitos humanos, então não tinha rotina, era correr atrás do que estava acontecendo, um dia era a crise na economia com o dólar, outro dia era a pressão nas margens da praça, e os correspondentes acompanhavam sempre, sempre, no pressuposto, certo ou errado, de que serviríamos um pouco de escudo protetor pra elas, porque teoricamente a ditadura teria mais medo de reprimi-las na presença de correspondentes estrangeiros (ROSSI, 2013).

Os contatos com a redação por telefone eram regulares, às vezes várias vezes ao dia, porque o espaço disponível para publicação era grande – ele conta, por exemplo, que durante a Guerra das Malvinas ele escrevia no mínimo uma página inteira por dia. “Não havia toda essa necessidade que há hoje de uma sintonia fina das pautas que vocês quer fazer, não havia uma disputa tão ferrenha por espaço porque o espaço era bem mais elástico, a tipologia era menor, menos imagens...” (ROSSI, 2013).

Já a Espanha, no início dos anos 1990, não estava em crise. Neste momento, o jornalista Clóvis Rossi conta que teve uma rotina mais organizada, que era basicamente acompanhar o noticiário, não só o espanhol, mas o noticiário europeu, uma vez que a proposta da *Folha* não era ter um correspondente só na Espanha, mas ter um correspondente para a Europa baseado na Espanha. Muitos acontecimentos justificaram a colocação do profissional naquele país: 1992 era o ano das Olimpíadas de Barcelona, o ano do centenário do descobrimento da América e da Exposição Internacional de Sevilla. Ali a questão do fuso horário tinha um impacto maior na dinâmica de trabalho,

maior que na Argentina, então ele enviava o “cardápio” de pautas para a redação escolher. Num cálculo rápido, Clóvis Rossi arriscou que ele próprio se pautava com bem mais frequência, em comparação com as demandas que vinham da redação, a uma proporção de dez para um.

Tanto na Argentina, quanto na Espanha, o ex-correspondente Clóvis Rossi trabalhou em casa e sozinho, sem equipe, como fotógrafos. Ele brincou afirmando que até tem inveja de alguns correspondentes hoje que tem um assistente fixo, uma pessoa que resolve pequenas questões, ajuda principalmente com tradução, a chegar a determinados lugares, agendam entrevistas ou servem até mesmo como motoristas ou guarda-costas, em regiões de conflito. “Eu acho um luxo, mas acho até que está muito certo” (ROSSI, 2013).

Acompanhar o noticiário diário é algo que não parece ter mudado muito entre os dois grupos entrevistados, a diferença estava na plataforma tecnológica e na velocidade. O jornalista Nelson Franco Jobim recebia na porta dele uma “pilha de jornais” enquanto esteve em Londres e, quando não tinha compromisso na rua, como eventos ou entrevistas, chegava a passar até quatro horas lendo as notícias, acompanhando o que saía nas emissoras de TV e nas rádios locais e, até o horário da reunião de pauta no Brasil, enviava uma longa pauta de tudo o que achava interessante, especialmente política e economia, mas também alguma coisa de cultura. Trabalhava mesmo de casa, mas “quando eu tinha compromisso, levava aquela pilha de jornais e ia tentando pensar em pautas pelo caminho” (JOBIM, 2013).

As entrevistadas Sandra Passarinho e Cristiana Mesquita concordam que um correspondente internacional não tem rotina fixa. No caso de Sandra Passarinho, que inaugurou a correspondência da *TV Globo* na Europa, nos primeiros tempos a preocupação foi colocar o escritório para funcionar e o trabalho era desenvolvido por ela e um cinegrafista, fosse em Londres ou nas viagens pelo continente, já que não tinham assistente nem produtor. Os contatos com a emissora no Rio de Janeiro eram regulares, por telefone ou pelo telex da *UPITN*, uma agência de notícias que prestava serviços para a *TV Globo*.

Já Cristiana Mesquita afirma que essa falta de rotina do correspondente internacional está relacionada à imprevisibilidade e variedade de fatos que lhe cabem cobrir.

Não vai ter rotina, por isso que é um trabalho muito especial. Na verdade, o cara que trabalha como correspondente internacional ele é o cara da geral glorificado, da geral que fala línguas, porque você vai fazer uma matéria de economia num dia, de moda no outro, de esporte no outro, enfim, você é aquela pessoa que sabe de tudo um pouquinho. É o típico jornalista da geral, que sai pra fazer o que tiver que fazer naquele dia (MESQUITA, 2013).

Ela ainda comenta sobre os bastidores, como os correspondentes na maioria das vezes trabalha de casa, a cena é ele ali, de pijama, tomando o café enquanto checa as notícias do dia, liga para as pessoas que contribuem com o trabalho dele, fala com outros jornalistas para, assim, ir construindo as propostas de pauta que deverão ser negociadas com a redação, considerando o que vem proposto pela equipe também.

A jornalista Cristiana Mesquita afirma gostar particularmente do trabalho em agências de notícias, quando não há a figura do repórter e o produtor assume todo o trabalho de reportagem. Então, fazia parte da rotina sair com o cinegrafista, produzir as informações e imagens, escrever e editar e, por fim, transmitir. “Então o trabalho do produtor na agência é o trabalho do repórter, a gente só não fica em frente à câmera” (MESQUITA, 2013). Assim, ela costumava sair com equipe, pois não gosta de sair sozinha: “eu acho que duas cabeças pensam melhor que uma, e eu adoro televisão justamente pelo trabalho de equipe, mas se for preciso eu faço [*sozinha*] também” (MESQUITA, 2013).

Ainda em atividade no exterior, o jornalista Sílio Boccanera lembra que a rotina era mais intensa quando começou como correspondente nos Estados Unidos, porque envolvia a cobertura factual do dia a dia, e isso implicava viajar muito. Hoje, com o trabalho jornalístico mais analítico, ele diz que viaja menos e tem mais controle do próprio tempo. Com os avanços das tecnologias para a produção das notícias e comunicação com as equipes, ele destaca outra diferença, que é o fato de não precisar ir diariamente ao escritório da empresa. “A redação no Brasil se comunica mais regularmente com o correspondente no caso de cobertura factual diária, até porque precisa ajustar rigidez de tempo, assegurar atualização e coordenar com o trabalho de outros” (BOCCANERA, 2013). Já no trabalho mais analítico, como os programas que faz atualmente para a *GloboNews*, a redação no Brasil se mantém mais distante. “Faço

meu trabalho sozinho e entrego pronto, submetendo-me às restrições de tempo” (BOCCANERA, 2013).

b) Relação com as fontes

No geral, dentre as entrevistas (Fase 4), fica evidente a importância da imprensa internacional como fonte para os correspondentes brasileiros, nos dois grupos entrevistados, não numa situação unicamente de aproveitamento de material, mas especialmente para a construção das pautas e, às vezes, por ter acesso a determinadas fontes locais que poderiam ter restrições para atender um jornalista de um veículo brasileiro. O jornalista Nelson Franco Jobim avalia que hoje deve estar mais fácil estabelecer alguns contatos, dada a maior visibilidade do nosso país no contexto internacional: “o Brasil virou um dos queridinhos, hoje até menos um pouco com a economia crescendo menos, mas com certeza o Brasil virou um país importante” (JOBIM, 2013). Nos anos que passou em Londres, ele recorda que as fontes que tinham mais interesse em falar para o público brasileiro eram os profissionais dos centros financeiros, como analistas de banco ligados de alguma maneira ao Brasil, além de especialistas e membros de universidades.

O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva viveu várias situações em que ouviu, ao pedir uma entrevista com algum político americano, respostas do tipo “não tenho muitos eleitores pra governador no Brasil”. “Então você não é prioridade, né?” (SILVA, 2014). Mas, por outro lado, também havia políticos que tinham interesse pelo Brasil e que acabavam se tornando fonte. “E a minha experiência, não sei se ainda é assim, a minha experiência é de que as autoridades americanas sempre foram muito mais abertas pra falar com jornalistas de qualquer lugar do que as autoridades brasileiras” (SILVA, 2014). Para o trabalho dele, as fontes mais frequentes eram as que tinham interesses profissionais ou até mesmo pessoais no nosso país, como na Casa Branca, no Banco Mundial, no Fundo Monetário Internacional e no próprio Congresso Americano. A sorte também ajudou algumas vezes. Ele contou que uma vez pegou uma lista de contatos de autoridades americanas, que eram distribuídas para jornalistas, e ligou para a secretaria

do tesouro. Quando pediu para falar com o secretário, a voz do outro lado respondeu: “*Speaking*”. O próprio secretário atendeu e lhe concedeu uma entrevista.

c) Tecnologias

As diferenças mais marcantes na rotina de trabalho dos correspondentes internacionais, em diferentes períodos de tempo de acordo com o grupo de entrevistados, sem dúvida estão relacionadas à introdução de novas tecnologias. Nos dois momentos, em Buenos Aires e em Madri, a situação foi bem diferente sob este aspecto para o jornalista Clóvis Rossi. No período que passou na Argentina, nos anos 1970, não tinha internet, nem computador ou televisão a cabo. Ele recorda que não tinha nem sequer naquela época discagem direta a distância internacional (DDI), somente algumas poucas centrais de telefone do centro da capital, instaladas para a Copa do Mundo de 1978, que faziam chamadas diretas para o Brasil. “Então você tinha que pedir pra telefonista pra poder transmitir os teus textos ou então enviá-los por um aparelho que você talvez tenha ouvido falar, mas nunca tenha visto na sua vida, que é o famoso telégrafo” (ROSSI, 2013). Já na Espanha, quase 15 anos depois, embora a redação no Brasil ainda não estivesse totalmente informatizada ou com acesso à internet, ele recebeu de presente em 1992 um disquete com um serviço que permitia conexão com a internet. De todo modo, nos dois casos, “era um desespero, às vezes de noite, para transmitir o material” (ROSSI, 2013). Do ponto de vista da produção de conteúdos, Clóvis Rossi afirma que nunca foi multimídia, nem mesmo fotografias produzia, as quais, no geral, eram compradas de agências de notícias.

Os profissionais que começaram no jornalismo em décadas anteriores, como alguns que fazem parte desta pesquisa e que entraram na profissão ainda na década de 60 do século passado, precisaram se adaptar a toda transformação tecnológica que invadiu as redações brasileiras e o jornalismo de um modo geral, sobretudo a partir dos anos 1990. “Nós somos dinossauros”, afirmou Moisés Rabinovici (2013) em entrevista à autora, lembrando que durante os primeiros oito meses de correspondência em Israel precisava ir ao escritório da *Reuters* para, ele próprio, transmitir os textos para o Brasil. Depois disso, teve um telex funcionando em um dos quartos do apartamento onde

morava. Ele ainda recorda da primeira vez que viu uma coisa esquisitíssima que era metade telex e metade computador, em um centro de imprensa em Genebra, durante uma conferência de desarmamento do Líbano.

Logo depois surgiu o que a gente chamava de marmita, um computador que funcionava a pilha normal e, quando acabava, você colocava pilha nova e continuava. A memória era guardada em fitas cassetes. Ele era feito pra jornalistas, custava 300 dólares, e com ele você transmitia de qualquer telefone público de Israel (RABINOVICI, 2013).

No primeiro período que foi correspondente nos Estados Unidos pelo *Diário de S. Paulo*, o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva enviava as reportagens que produzia pelos correios, o que demorava cerca de cinco dias para chegar à redação. Os textos normalmente eram publicados aos finais de semana, então ele escrevia no final de semana anterior, postava na segunda-feira e o material chegava à tempo para ser editado para o domingo seguinte. Isso porque ele teve problemas com o telex, por falta de pagamento. O laptop que recebeu nos anos 1980 foi o primeiro da *Folha de S. Paulo* e, nesta segunda fase, as reportagens já eram enviadas por fax para o Brasil. Somente na terceira fase como correspondente que a internet foi decisiva, especialmente para o envio do material.

A internet, para o envio de matérias, sem dúvida, foi muito forte, mas também a pesquisa foi um ponto forte, quando se solidificou. Porque quando eu comecei o trabalho, na década de 1990, a internet ainda estava engatinhando, então você não conseguia fazer pesquisa na internet com o Google ou um similar. Eu me lembro que a gente contratava um serviço, era uma coisa absolutamente sensacional, pra época, porque a gente dava umas palavras chaves e esse serviço fazia uma busca no Congresso, nos documentos do governo e nos mandava numa espécie de teletipo, nos mandava todas as matérias, os assuntos em que apareciam aquela palavra-chave (SILVA, 2014).

Com o avanço da internet, a pesquisa foi ainda mais facilitada por buscadores, como o Yahoo!, inicialmente. Depois, ele conta, os jornais americanos começaram a disponibilizar o conteúdo na web. “Eu me lembro que o primeiro que eu usei foi o *Los Angeles Times*, que tinha o melhor serviço de busca de suas próprias matérias ali por 1996, 1997” (SILVA, 2014). A partir daí, a pesquisa também mudou demais, pois até

então ainda se usava muitos livros e publicações impressas, tipo dossiês. Carlos Eduardo Lins da Silva ainda lembra que no *National Press Building* havia uma biblioteca que oferecia uma ótima infraestrutura, onde os jornalistas passavam horas buscando informações. “Então eu acho que as duas fases do trabalho que mais mudaram com a tecnologia, que eu peguei, foi primeiro a transmissão de matérias e, segundo, a pesquisa” (SILVA, 2014).

Em entrevista para a pesquisa, Nelson Franco Jobim disse que nos primeiros anos como correspondente, já no início de 1990, a maior dificuldade tecnológica era enviar as reportagens, porque o sistema de computador ainda não funcionava direito no *Jornal do Brasil*. No começo da internet, por volta de 1995, ele usava a ferramenta essencialmente para ler notícias e pesquisar algumas informações, mas a internet era discada, muito lenta, e os textos permaneceram sendo enviados por fax durante um período. Apesar do *Jornal do Brasil* ter sido um dos pioneiros no Brasil a lançar uma versão online, em meados daquela mesma década, Nelson Franco Jobim conta que sempre trabalhou com um prazo flexível, sem a urgência e a pressão do “tempo real” da web.

Quem também viveu esta transição de tecnologias foi o correspondente Sílio Boccanera, que se recorda da adoção do computador no início dos anos 1990, ainda de forma rudimentar, mas já permitindo a troca de textos e mensagens com a redação no Brasil. “O processo se acelerou e a mudança maior ocorre hoje na capacidade de enviar som e imagem via internet, a custo zero” (BOCCANERA, 2013), especialmente no caso das emissoras de TV, para as quais a tecnologia digital derrubou o custo de transmissão em viagens, pois deixou de ser necessário contratar o custoso tempo de satélite ou mesmo os serviços de uma emissora local para realizar a transmissão das imagens. “O custo de telefonia também baixou e o uso do celular permite contato contínuo entre redação e correspondente, para o bem, como a possibilidade de atualização constante, e para o mal: o repórter não descansa” (BOCCANERA, 2013).

O aumento no volume de trabalho também é percebido pela jornalista Cristiana Mesquita. “O conteúdo que a gente faz não mudou, o que mudou foi o número de vezes que a gente faz por dia, porque hoje em dia você não tem mais um *deadline* como você tinha antigamente, se você pensar em mídia que é 24 horas por dia, então você tem vários *deadlines* durante o dia” (MESQUITA, 2013). Trabalhando sempre com a

produção para a TV, mesmo nas agências internacionais para as quais trabalhou, ela destaca as mudanças tecnológicas na captação das imagens e na transmissão, que antes era pelo caro serviço via satélite, o qual se pagava por minuto – isso já acabou também. Portanto, houve uma aceleração da produção e o aumento significativo no volume de materiais produzidos e transmitidos. No caso do trabalho das agências, Cristiana Mesquita exemplifica com o fato de que, há oito anos, ela recebia de quatro a cinco reportagens da América Latina por dia, em dias muito ocupados. Hoje chegam entre 10 e 12, porque os equipamentos de produção também estão mais baratos, então a AP tem *freelancers* e *stringers* em todas as partes, que estão produzindo muito mais porque é muito fácil produzir e enviar.

Você tornou o trabalho muito mais dinâmico, mas eu ainda não tenho certeza se é melhor. É um jornalismo muito de reação, você reage às coisas que simplesmente estão acontecendo, ao invés de um jornalismo em que você planeja, que você pensa, que você busca os elementos todos pra contar a história e fazer uma boa história. Ainda tem gente fazendo isso, mas são poucos (MESQUITA, 2013).

Na avaliação da correspondente Cristiana Mesquita, a introdução das tecnologias trouxe outra consequência, que foi a criação de repórter que trabalha sozinho e utiliza um kit de equipamentos para ele próprio se filmar, gravar e editar. Isso é perigoso do ponto de vista da qualidade da cobertura, pois funciona em alguns casos, mas na maioria não. Por exemplo, pode dar certo numa reportagem mais simples, em que o repórter precisa fazer algumas imagens na rua, mas já não funciona numa cobertura de guerra, quando o jornalista precisa estar atento a tudo.

d) Definição do que são notícias

O critério de noticiabilidade de um fato, inclusive na editoria internacional, é sempre uma combinação de importância e interesse dos leitores/telespectadores, conforme a avaliação dos editores e dos correspondentes, explica o jornalista Silio Boccanera. Para ele, não deixa de ser um julgamento subjetivo, mas estes profissionais são pagos para fazer essas escolhas, com base na experiência que possuem. “Nem

sempre acertam, mas quando examinamos as primeiras páginas dos jornais do mundo a cada dia, percebemos como são parecidas as escolhas” (BOCCANERA, 2013). A relação entre o noticiário factual e o exercício de análise é fundamental, pois os correspondentes precisam noticiar os fatos, mas também explicá-los e analisá-los para melhor compreensão do público. As páginas dedicadas ao jornalismo informativo devem ainda ser completadas pelas páginas editoriais, das opiniões de comentaristas com variadas tendências políticas. É dessa forma, na visão dele, que o leitor/espectador se informa, faz as próprias escolhas, toma decisões, especialmente num contexto internacional, que passou por tantas transformações nas últimas três décadas.

Dois grandes impactos na cobertura internacional no Brasil foram o esgotamento da ditadura militar (e sua censura) e o fim da Guerra Fria. No caso do Brasil, o fim da censura ironicamente diminuiu espaço e tempo de cobertura internacional, porque as restrições à cobertura de assuntos internos no período ditatorial resultavam em maior cobertura internacional, para “tapar buraco”. Assuntos brasileiros cresceram mais no noticiário, a política interna e suas convulsões passaram a ter mais espaço/tempo.

A cobertura internacional pós-Guerra Fria tornou-se menos maniqueísta, menos preto-e-branco. A ascensão da China trouxe um protagonista novo no cenário mundial. Novos governos na América do Sul geraram novo interesse pelos vizinhos. O mundo árabe está em ebulição. A crise financeira assola a Europa. A Rússia pós-comunista se transforma em autocracia-cleptocracia. A lista é longa (BOCCANERA, 2013).

Na hora de definir quais fatos se tornarão notícias, é preciso equilibrar aquilo que vai ter maior índice de leitura e o que é importante, explica o entrevistado Nelson Franco Jobim. Ele que atuou como correspondente no pós-Guerra Fria, afirma que a partir de então o noticiário internacional ficou cada vez mais ligado e dependente dos fatores econômicos das relações internacionais, pelo menos até o 11 de Setembro, quando ocorreu um retorno da atenção para as questões de segurança e defesa. Ele conta que, no tempo em que estava na função, propor uma pauta mais diferenciada para o jornal dependia de muita argumentação junto à equipe que estava no Brasil que, desconfiada, esperava pela chancela de uma grande agência de notícias para apostar em determinados temas. “Nesse caso, ele [*o jornal*] perdeu um ou dois dias que a gente podia ter dado a notícia antes dos outros. Mesmo assim, meu foco era muito nisso, em

novas análises, novas interpretações, novas coisas que possam não ter saído ainda no Brasil” (JOBIM, 2013).

Na *Folha de S. Paulo*, o jornalista Clóvis Rossi conta que nunca ficou restrito a acompanhar somente o *hard news*, pois tinha muito espaço também para notícias de esportes, teatro, música, entre outros. Novamente comparando com os dois lugares onde atuou como correspondente, ele diz que na Argentina a tensão do período, os sucessivos acontecimentos ligados à ditadura, à crise financeira e aos problemas com os direitos humanos deixavam o noticiário bastante condicionado ao factual. Enquanto que na Espanha, a situação permitia uma cobertura mais planejada, por um lado, e, por outro, direcionava o trabalho para fatos mais imediatos em toda a Europa. “Não era obrigatório que a notícia tivesse vínculo com o Brasil. Havia sempre, no caso da Argentina havia sempre a tentação de você jogar com a redemocratização argentina como mais um exemplo para o Brasil” (ROSSI, 2013).

Ao avaliar o noticiário internacional no Brasil das últimas décadas, ele julga que “hoje está ridículo, hoje matéria internacional está reduzida a sua expressão mais simples, pobre, porque a crise toda [*dos jornais*] obrigou a cortar espaço, obrigou a cortar gente, tem menos correspondente, enfim, hoje está uma pobreza franciscana, no mal sentido de pobreza franciscana” (ROSSI, 2013). Uma coisa está diretamente relacionada à outra: redução de espaço corresponde à redução de qualidade, já que no noticiário internacional é imprescindível explicar melhor os fatos, contextualizar e oferecer possibilidades de interpretação.

Conhecer os leitores do veículo é fundamental na hora de definir quais acontecimentos serão noticiados e ter passado um longo tempo dentro da redação, inclusive com cargos de chefia e com acesso a pesquisas sobre o perfil do público ajudou o ex-correspondente Carlos Eduardo Lins da Silva a ter uma ideia bastante próxima sobre quais eram os interesses do leitor da *Folha de S. Paulo*, e era isso que norteava as escolhas dele. Ele confirma que não havia uma exigência para que os fatos tivessem uma vinculação direta com o Brasil e havia espaço tanto para o *hard news* quanto para o *soft news*. “Eu sempre gostei de fazer *hard news* também, então eu tentava fazer as duas coisas” (SILVA, 2014). Ele relata que no dia a dia não costumava usar materiais de agências, quem fazia isso era a redação em São Paulo, e as fontes eram

dele diretamente, procurando misturar com um trabalho de pesquisa que fazia com a imprensa local.

No caso da televisão, Sandra Passarinho afirma que atualidades eram prioritárias, a chamada “cobertura do noticiário do dia”. Os fatos internacionais noticiados eram principalmente os de maior destaque no mundo inteiro, por estarem ocorrendo em países mais importantes naquele momento, ou por algum valor intrínseco, como, por exemplos, eleições na França ou em Portugal, grandes desastres ou atentados. E havia, ocasionalmente, os fatos de interesse especificamente brasileiro, como visitas presidenciais ao exterior. Em paralelo, também faziam reportagens sobre atualidades gerais, não apenas os fatos do dia, como assuntos culturais ou de comportamento.

A jornalista Cristiana Mesquita viveu na maior parte da carreira uma situação diferente dos demais entrevistados: como trabalha para veículos internacionais, conhecer o público era algo bastante relativo. No caso das agências internacionais, existe ainda o fato de ter o conteúdo comercializado para empresas de mídia dos mais variados países. “Esse é o grande desafio na verdade, eu tenho que ter sempre, mesmo na época em que eu trabalhei no Brasil, a visão internacional. Uma coisa que pode ser de enorme interesse no Brasil, pode não ter interesse nenhum em nenhum outro lugar do mundo” (MESQUITA, 2013). As notícias são pensadas para interessar não só ao nosso cliente no Japão, como o cliente no Uruguai, é complicado. O correspondente, neste caso, trabalha em cima do que acredita ser de grande apelo. Ela dá o exemplo de uma notícia em que uma família em São Paulo criava um tigre dentro de casa – esse tipo de curiosidade interessa a todo mundo. Com os recursos disponíveis e o próprio tempo de profissão, é possível conhecer até certa medida o perfil geral desses clientes. Além disso, a agência separa os serviços entre *hard news* e entretenimento, portanto, os assuntos são escolhidos dentro dessas características.

III. Carreira profissional

a) Sequência de postos de trabalho

No primeiro grupo de entrevistados (Fase 4), como vimos, todos ocupavam cargos na reportagem quando se tornaram correspondentes. Os profissionais de televisão estavam na fase intermediária da carreira, em torno de 10 a 15 anos de profissão. Os jornalistas dos meios impressos eram um pouco mais jovens, entre dois e oito anos de carreira, e em comum todos haviam passado por sucursais dos jornais em Brasília, portanto, acumulavam uma experiência de trabalhar fora da sede.

Entre os profissionais do segundo grupo, quando se tornou correspondente internacional pela primeira vez, em 1977, o jornalista Clóvis Rossi, aos 34 anos, já tinha ocupado o cargo de editor-chefe e era repórter especial da *Folha de S. Paulo*. O primeiro cargo de chefia chegou cedo na carreira, aos 23 anos já era chefe de reportagem no *Estadão*. A experiência internacional, como já relatado, começou por acaso, na cobertura do Golpe de Estado no Chile, quando o jornal em que trabalhava precisava de um repórter com o passaporte em dia para a viagem. Foi enviado especial diversas vezes logo nos anos que se seguiram, para cobrir a Revolução dos Cravos, em Lisboa, o processo de independência das colônias africanas de Portugal, a transição espanhola para o regime democrático, entre outros. “Eu devo ter até o recorde de cobertura de transições para a democracia em toda a América Latina, Brasil, Uruguai” (ROSSI, 2013). Ele afirma que teria passado mais tempo em Buenos Aires e, do ponto de vista de carreira:

Voltar poderia ter sido um passo atrás... Era sim, mas por sorte eu voltei quando começaram os comícios das Diretas Já, o que tornou a coisa divertida, bem divertida, então não deu tempo de ficar traumatizado, ficar complexado, entrar em depressão, não deu tempo porque o trabalho era frenético (ROSSI, 2013).

O retorno para o Brasil, quando estava em Madri, foi uma decisão do veículo: apesar de ter ido para passar mais tempo, as mudanças no cenário brasileiro, com o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, exigiu a experiência do repórter. “Nessa profissão raramente dá tempo pra você curtir muito traumas ou alegrias, nem o

bom nem o ruim” (ROSSI, 2013). Com 50 anos de carreira, Clóvis Rossi se mantém na ativa como colunista e repórter especial e diz que ainda não enjoou, não deu vontade de parar, porque nessa área sempre tem alguma coisa de novo para ver e fazer.

Também com mais de cinco décadas no jornalismo, o entrevistado Moisés Rabinovici é do tempo em que não precisava de curso superior para exercer o jornalismo. O incidente sobre a atividade de arqueologia do colégio colocou o jovem mineiro para dentro da redação. Quando se tornou correspondente, tinha vivido por um ano em Israel como camponês, num período de licença do jornal. “Eu não me sentia capaz, eu achava muito difícil trabalhar no exterior, eu não via como. Fui pra Israel uma vez e, por acaso, eu conheci o Nahum Sirotsky, que era o correspondente do *Estado*, (...) achava impressionante o trabalho dele” (RABINOVICI, 2013). Na carreira, já tinha vasta experiência como repórter, tinha participado da criação do *Jornal da Tarde* e exercido cargos de chefia. Ele relatou alguns dos episódios marcantes que viveu na publicação do *Grupo Estado*:

Passei para repórter especial, fui editor, fiz pauta para o jornal todo, depois voltei a editor, eu editei Cidades. Na época dos grandes incêndios, nós ganhamos os dois Prêmios Esso. E fui, até que um dia na redação, em 1977, me perguntaram “Você toparia ir pra Israel?” Eu respondi: “Já fui”. E eles disseram: “Olha, é só pra ir cobrir a paz, vai lá e cobre a paz”. Poderia estar lá até hoje, né? Porque a paz não foi alcançada (RABINOVICI, 2013).

Depois de sete anos, passou um ano de volta ao Brasil, para “reciclagem”, como definiu, e recebeu um novo desafio: “ir para Washington esperar a negociação da dívida do Brasil. Então fui, e foi mais fácil do que a paz, porque a dívida foi paga, mas foi outro mundo pra mim, eu passei a cobrir de Washington os conflitos na América Latina” (RABINOVICI, 2013). Em 1997, ele aceitou a proposta da *Revista Época* para ser correspondente em Paris, já nos preparativos para a Copa do Mundo que estava sendo organizada. Ele disse que aceitou pensando no sonho de trabalhar nos cafés parisienses, numa publicação semanal que, supostamente, não teria o mesmo ritmo de um jornal diário. Acabou tendo que cobrir a África toda e o Oriente Médio. Retornou para o Brasil em 2000, quando recebeu o convite do *Grupo Estado* para participar do projeto que unificaria em um único portal todos os veículos da empresa. A carreira de repórter internacional se encerrou nos atentados de 11 de Setembro de 2001, quando o

próprio jornal pediu que ele ficasse no Brasil e incumbiu profissionais mais jovens da cobertura, levando o ex-correspondente Moisés Rabinovici a compartilhar a experiência que adquiriu na cobertura internacional com estes profissionais. “Vivi todas essas situações e hoje estou aqui, dirigindo um jornal que tem um grupo de leitores fixos, (...) e é um jornal interessante, é irreverente, ele é o resumo do que eu aprendi na minha vida até agora” (RABINOVICI, 2013).

Outra que entrou no jornalismo por acaso foi Sandra Passarinho. O estágio na TV Globo evoluiu e, cinco anos depois, embarcava para ser a primeira correspondente da emissora na Europa. Antes, havia passado por um estágio na *CBS News*, em Nova York. “Não foi nada programado. Aproveitei a oportunidade que surgiu, quando a empresa decidiu abrir um posto jornalístico em Londres. Eu gostava de viagens, de livros, era uma curiosidade nata, falava línguas, e estava apaixonada pela profissão. Pensando bem, era a pessoa certa, no lugar certo, na hora certa” (PASSARINHO, 2014). Permaneceu um período em Londres afastada da emissora, estudando, e retornou para o Brasil para continuar na reportagem. Ela disse que nunca deixou de ser repórter, mesmo quando ocupou um cargo de chefia, no programa *Espaço Aberto*, da *Globonews*: “Esta experiência me serviu para conhecer o outro lado do balcão, porém a reportagem é a minha prioridade, a raiz da profissão, creio, e não largo esse osso” (PASSARINHO, 2014).

O desejo em viver uma experiência internacional levou o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva a procurar oportunidades. O caminho primeiro foi por uma bolsa de mestrado nos Estados Unidos, quando negociou com o jornal no qual trabalhava a ida para lá e a colaboração, mas ele mesmo avalia que essa primeira experiência como correspondente foi meio amadora: “eu morava em Michigan, estudava quase que o tempo todo e escrevia pro *Diário de S. Paulo* conforme as coisas iam acontecendo, reportagens e eventualmente entrevistas” (SILVA, 2014). O segundo ciclo, já pela *Folha*, também foi conciliando com a vida de pesquisador, mas já foi em Washington, onde teve condições de fazer trabalhos mais importantes jornalisticamente. Avalia que a experiência plena na cobertura internacional foi nos anos 1990, quando já era correspondente sênior e pôde exercer a função por tempo integral. Estes períodos coincidiram com a própria evolução e sequência de postos de trabalho na profissão: “Eu era muito jovem, eu fui para os Estados Unidos com 21 anos da primeira vez, eu só

tinha sido repórter antes disso. Da segunda vez eu fui como secretário de redação e na terceira vez eu já tinha sido diretor de redação, diretor de recursos humanos, aí eu já era sênior” (SILVA, 2014). Os postos de trabalho que seguiram cada retorno ao Brasil também representaram promoções: da primeira vez, voltou como editor no *Diário de São Paulo*; da segunda vez ele retornou e virou diretor na *Folha*; e da terceira vez foi participar do lançamento do *Valor Econômico*, também como diretor. Carlos Eduardo Lins da Silva ainda exerceu a atividade de professor universitário e de ombudsman por dois anos da *Folha*.

A experiência na docência também faz parte da carreira do jornalista Nelson Franco Jobim, depois dos oito anos que foi correspondente em Londres. A saída do país foi motivada por interesse próprio, tendo a pós-graduação como caminho inicial, conciliada com a atividade jornalística. Antes disso, em 1984, foi cobrir as Olimpíadas de Los Angeles pela *TV Manchete* e, na volta, saiu da editoria de esportes e foi para internacional. Dois anos depois, na *TV Globo*, o caminho se repetiu: trabalhou na Copa do Mundo do México e na sequência passou para o noticiário internacional. Ele conta que teria ficado mais tempo na Inglaterra, mas a situação financeira em 2002 se agravou, quando o *Jornal do Brasil* já estava em crise avançada e *freelar* para outros veículos brasileiros estava complicado, por causa da desvalorização do Real frente à Libra Esterlina, encarecendo muito os serviços. No retorno ao Brasil, além de professor, trabalhou por três anos como editor de internacional da *TV Brasil*, lançou um blog e escreveu um livro. Hoje em dia também faz *freelas* ocasionais.

Os jornalistas Silio Boccanera e Cristiana Mesquita permanecem como correspondentes internacionais, ainda que tenham exercido diferentes funções no exterior. Silio Boccanera foi mais um que saiu do país para fazer mestrado nos Estados Unidos, quando tinha apenas cinco anos de profissão no jornalismo impresso, e conciliou com o posto de correspondente, primeiramente para o *Jornal do Brasil* e, posteriormente, como repórter da *TV Globo* em Londres. Ele deixou a *Rede Globo* em 1995, mas permaneceu em Londres, teve uma passagem de um ano pelo *SBT*, outros quatro anos no canal a cabo *GNT* e depois começou a colaborar para a *Globonews*, o que faz até hoje. “Continuei na Europa porque o trabalho por aqui me agrada, as propostas de retorno que surgiram ao longo dos anos não me interessaram, então fui ficando...” (BOCCANERA, 2013).

Cristiana Mesquita entrou no jornalismo pelo escritório da *TV Globo* em Londres, como assistente, ajudando a fazer “de tudo um pouco”, como ela própria relatou. A falta de diploma superior dificultou que ela trabalhasse em veículos brasileiros depois disso. Fez carreira em agências internacionais, atuando tanto no Brasil quanto em diferentes países, boa parte do tempo como *freelancer*. Está na *Associated Press* desde 2004 e de 2006 a 2013 ocupou o cargo de Diretora para a América Latina, em Washington. Sempre esteve envolvida com a produção para TV e se define como produtora, pois é o que mais gosta de fazer. No início de 2014 ela estava retornando para o Brasil: “Vou continuar trabalhando pra *AP* e espero fazer outros projetos também, com outras empresas, e vamos ver. Eu estou indo para o Brasil pra voltar pra rua, depois de oito anos de chefe aqui no *desk*, eu não aguentava mais, preciso de rua!” (MESQUITA, 2013).

b) Prestígio profissional

Os depoimentos apresentados no primeiro grupo, em resumo, atestam que o prestígio profissional decorrente do posto de correspondente internacional está mais na visão de outros atores do que na vida dos próprios correspondentes, que afirmam ter um dia a dia exaustivo e nada glamouroso. Esse reconhecimento estaria mais na fantasia em torno de morar fora do Brasil e também na importância histórica e mundial dos fatos que os correspondentes têm a oportunidade de acompanhar.

Profissionais experientes, os entrevistados deste segundo grupo conhecem bem o prestígio que o posto de correspondente confere, até mesmo como inspiração para que aspirassem esta função. “Quando eu ainda não era, eu invejava os que eram correspondentes, eles tinham a mais alta conta, como se eles fossem seres extraordinários. Depois que você conhece é que você vai ver que são seres humanos como quaisquer outros, com defeitos e qualidades”, disse Rossi (2013), que afirma ter imaginado essas coisas, talvez porque essas pessoas estavam num lugar que ele gostaria de estar, porque já tinha interesse pelo noticiário internacional. Mas quando o sonho se tornou realidade, ele afirma não ter tido tempo de se preocupar com essa história de glamour, porque se é correspondente 24 horas por dia, o jornalista tem que estar sempre

ligado: “Não dá pra você desligar nunca, eu não ficava preocupado em saber o que os caras estavam achando ou deixando de achar do meu status, da minha posição, nunca me preocupei com isso” (ROSSI, 2013).

O prestígio pode ser considerado também pelo fato do posto ser visto, no Brasil, como uma espécie de prêmio ou promoção dentro da carreira, ainda que isso seja mais um mito do que uma realidade.

Certo ou errado, o trabalho como correspondente sempre foi percebido sob certo prestígio, um avanço na carreira, exigindo formação profissional mais ampla. A realidade não é bem assim e o trabalho de repórteres no Brasil tem enorme importância, mas o mito persiste. E se alguém tem interesse pela área internacional, claro, a atuação como correspondente é o caminho mais atraente (BOCCANERA, 2013).

A entrevistada Sandra Passarinho concorda que o cargo de correspondente era visto como um prêmio aqui no Brasil, “era como embarcar para uma vida glamourosa no circuito Elizabeth Arden – Paris, Londres, Roma, Nova Iorque, numa época em que poucos brasileiros viajavam para o exterior” (PASSARINHO, 2014). E isso reforçava o que Nelson Rodrigues definia como o “complexo de vira-latas” dos brasileiros, em julgar que a vida no exterior e tudo que fosse de fora teria mais valor.

Se havia algum glamour para as pessoas que viam de fora, pra quem estava no dia a dia da atividade não existia nenhum. “Você era qualquer outro, nos países em que você estava não havia nenhum privilégio” (RABINOVICI, 2013). No período que morou em Israel, o jornalista Moisés Rabinovici conta que a única vantagem de ser um estrangeiro era ter o direito a comprar tudo em *freeshop*, ou seja, livre de impostos. Contudo, o trabalho em si era desgastante. Por causa do fuso horário, exemplifica, precisava trabalhar a noite, não podia ter uma programação cultural neste horário. Na opinião dele, quem imagina qualquer status relacionado, não sabe o tanto que o correspondente trabalha.

As pessoas podem achar que é glamouroso, em parte, por causa dos filmes, em parte por causa do fato de que viver fora do país é considerado uma coisa melhor que viver no país, por muita gente, “em parte porque a correspondência acaba sendo exercida por pessoas mais carimbadas na profissão, em geral o correspondente é um jornalista que adquiriu um patamar de conhecimento pra si maior do que o jornalista

que fica na redação na sede”, explica o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, que completa afirmando que a função de correspondente tem sim momentos do glamour, mas muito frequentemente não tem nenhum, “como tudo na vida acaba virando uma rotina e tem muitas situações em que é extremamente chato” (SILVA, 2014).

Viver em grandes centros econômicos e culturais é realmente fascinante para muita gente. Londres, por exemplo, com toda a história, arquitetura imponente, sendo uma das principais metrópoles do mundo, atrai o interesse de muita gente. Em entrevista à autora, Nelson Franco Jobim afirma que o estimulava a ideia de contar para os brasileiros um pouco do que acontecia no resto do mundo a partir de Londres, com o charme imperial, a história, o passado majestoso e todo o cosmopolitismo.

Eu me lembro de uma colega do *Jornal do Brasil* que dizia: “Um dia eu ainda vou assinar Juliana de tal, de Paris”. Esse é o sonho de muita gente, ter uma carreira internacional e ser correspondente numa dessas grandes cidades. Tem um charme, uma áurea o fato de você ter sido, até quando eu chego na sala de aula e falo pro alunos que estive em Londres, as pessoas admiram (JOBIM, 2913).

Enfim, o jornalista Nelson Franco Jobim avalia que seja uma coisa que só soma pontos no currículo do jornalista e, por esse ponto de vista, é uma coisa realmente positiva.

Entretanto, a entrevistada Cristiana Mesquita defende que a correspondência internacional é para pessoas absolutamente “sem ego”. No caso dela, trabalhando para agências, as reportagens sequer são assinadas por ela, pois os veículos usam o material de forma que pareça que é deles. Logicamente, ela afirma perceber esse prestígio que a atividade carrega, mas avalia que não se trata apenas ao fato de se viver no exterior, pois se deve também ao tipo de reportagem que é produzida lá fora.

Meu trabalho sempre foi anônimo no Brasil e a partir do momento que você começa a fazer trabalho em guerras, as pessoas acham que é: ‘Uau, nossa, está cobrindo guerra’. Eu estou cobrindo matéria, por acaso é a notícia que está acontecendo nesse determinado lugar onde tenho que estar (MESQUITA, 2013).

A correspondente Cristiana Mesquita encerra falando que, avaliando bem, não entende porque as pessoas valorizam tanto o trabalho no exterior se, quando se abre um

jornal – brasileiro, ainda mais – a parte dedica ao noticiário internacional é diminuta, mesmo na televisão o espaço é bastante reduzido.

c) **Recompensas e o valor da experiência**

Como viemos relatando, os jornalistas do grupo dos correspondentes do século XX manifestaram especial interesse pelos assuntos internacionais, ainda que a oportunidade no exterior tenha sido por acaso, uma oportunidade, ou algo buscado, como pela possibilidade de estudar em outro país. Não falamos em salários, porque, como já explicamos, julgamos ser uma informação dispensável para o estudo, que apenas iria expor a vida dos entrevistados. Entretanto, percebemos que ao menos parte destes profissionais já acumulavam a experiência em cargos de chefia nas redações na maioria foram transferidos como funcionários dos veículos para os quais trabalhavam. Alguns viajaram com famílias, mas todos trabalharam com uma infraestrutura limitada, quase sempre sozinhos, de casa, com pouco recurso tecnológico. Mesmo a jornalista Sandra Passarinho, que foi atuar no escritório da TV Globo em Londres, o fez no período de inauguração e foi justamente para construir uma estrutura que não existia.

A recompensa, ou seja, aquilo que os estimulou a ocupar o posto, seguiu três linhas de justificativa: a experiência em si, pessoal até, de viver em outro país, imerso numa outra cultura, por vezes com a realização de um sonho; a possibilidade de cobrir temas de grande repercussão, entrevistar importantes personalidades e testemunhar fatos históricos; e, por último, a tal “estrelinha no uniforme”, encarando a correspondência como uma promoção e a possibilidade de enriquecer ainda mais o currículo.

A estes três aspectos, a correspondente Cristiana Mesquita ainda soma certo “espírito de aventura”, acumulando uma vasta experiência na correspondência de guerra. Ela viveu, inclusive, um grande período cobrindo eventos como estes, como *freelancer*, atuando para veículos americanos, televisões inglesas ou agências internacionais. A pouca estabilidade traz como vantagem a possibilidade de se envolver com projetos diferentes, como exemplifica com o caso da AP: “eles fazem contrato pelo qual me dão um número X por ano que eu tenho que estar à disposição deles, e o resto eu posso fazer o que eu quiser, normalmente é o mínimo possível” (MESQUITA,

2013). Isto a estava estimulando a retornar ao Brasil no momento da entrevista, deixando um cargo de direção, o qual ocupou por oito anos em Washington. O combustível, segundo ela, também é a reportagem e a vontade de “estar na rua”.

O jornalista Nelson Franco Jobim reconhece que a vivência no exterior foi uma das mais ricas da vida, mesmo que, ao final, tenha lhe rendido alguns problemas financeiros. “Como experiência profissional sem dúvida foi o auge da minha carreira, não tenho a menor dúvida” (JOBIM, 2013).

Também o ex-correspondente Clóvis Rossi afirma que foi um período muito rico na vida, principalmente o que passou na Argentina: “Eu não queria voltar, tive que voltar por situação econômica, pela desvalorização da moeda brasileira na época, pois ficou caro demais para o jornal. Embora o salário não tivesse mudado, precisava de mais dinheiro brasileiro pra pagar o mesmo salário, e aí me chamaram de volta”, diz Rossi (2013), enfatizando que teria ficado pra sempre na Argentina se não fossem tais situações.

IV. Papéis assumidos no processo jornalístico

a) Tarefas e legitimação

Quando questionados sobre qual seria o papel a ser desempenhado pelos correspondentes internacionais, no processo noticioso, o grupo dos correspondentes atuantes no século XX reforçou a defesa do “olhar brasileiro” sobre os fatos internacionais. “Não porque os fatos sejam diferentes do que se apresentam aos colegas estrangeiros, mas porque o correspondente brasileiro pode inseri-los num contexto que o leitor/telespectador brasileiro compreenda melhor e possa fazer comparações” (BOCCANERA, 2013).

O correspondente deve ir além do noticiário das agências de notícias e fazer um trabalho mais personalizado, com ângulos que ele escolhe e com um texto mais “saboroso” do que o das agências, já que elas se dirigem a todo mundo e o correspondente fala para um público específico. Esta é visão da entrevistada Sandra Passarinho. “É fascinante aprender de perto como os outros vivem e, ao mesmo tempo,

ser capaz de extrair dessas culturas o que é mais interessante para o seu país. Esse é um desafio do correspondente, bem como evitar comparações simplórias entre países ou povos” (PASSARINHO, 2014).

Esse “olhar brasileiro” é idealizado, mas o jornalista Moisés Rabinovici avalia que cada vez mais o que vê nas editorias internacionais são notícias que se aproveitam do volume de informações que circulam atualmente, com cada vez mais facilidade, e o correspondente acrescenta alguma coisa da cidade em questão para “dizer que esteve lá”, algo bem parecido com o que poderia ser feito do Brasil mesmo. “É claro que no momento em que uma bomba pega um brasileiro é preciso de um correspondente lá, porque as agências não têm o menor interesse em cobrir só isso. É aí que as coisas mudam” (RABINOVICI, 2013). Trata-se, neste caso, da visão brasileira de um acontecimento com um brasileiro, mas hoje ainda tem a opção de contratar um *stringer* ou um *freelancer*, que “não falta em nenhum lugar”.

Hoje é difícil você separar, trabalhar com tanta informação que você recebe, tem blogueiros, tem jornais. No meu tempo o jornal dependia de mim, esperava eu voltar do fronte e se eu não voltava ficavam lá “O que aconteceu com ele? O que houve?”, porque era comigo que a coisa ia acontecer, eu ia dar o plano geral do fronte, as cores, o que aconteceu, as agências eram muito genéricas. Eu não vejo como, por mais que eu quebre a cabeça pra imaginar um papel assim par os correspondentes nos dias de hoje (RABINOVICI, 2013).

Em entrevista para esta tese, Moisés Rabinovici relata outro episódio para ilustrar essas mudanças no papel dos correspondentes internacionais: durante a guerra Peru – Equador, ele esteve no Peru, mas depois uma televisão e um jornal equatorianos entraram em contato com a direção do *Estadão* para questionar porque só estavam com correspondente cobrindo um dos lados do conflito. Então foi enviado para o Equador. Porém hoje, nas guerras, ou até mesmo nas negociações econômicas, as decisões estão cada vez menos no local dos conflitos. “Hoje os jornalistas econômicos sabem mais de economia aqui do que estando lá, porque criaram as suas fontes, tem os seus links, recebem na hora em PDF tudo” (RABINOVICI, 2013).

O jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva avalia que outra dificuldade que o correspondente enfrenta atualmente é que houve uma diminuição do espaço para o noticiário internacional. Paralelo a isso, houve uma espécie de uma substituição, o leitor

não depende mais dos veículos brasileiros para ter acesso às informações do exterior, porque hoje em dia todos conseguem isso diretamente nos veículos internacionais. “Eu leio *The New York Times* hoje mais depressa do que eu lia quando eu morava lá” (SILVA, 2014). Então o leitor que é interessado por temas internacionais, hoje depende muito menos dos veículos brasileiros.

Ele ainda avalia que, apesar de todas essas mudanças, a maneira como se faz jornalismo internacional na imprensa brasileira ainda é muito conservadora, “como se não tivesse mudado nada ao longo desses 30, 40 anos, e por isso eu acho que é tão insatisfatório” (SILVA, 2014), pois não faz sentido hoje o jornal diário, a revista semanal, dar a notícia para o leitor como dava antigamente. “Então eu acho que, mais do que nunca, e mais do que em outras sessões do jornal, é necessário interpretação, contextualização, olhar nacional para o noticiário internacional, e isso ainda ocorre pouco, pelo menos a meu ver” (SILVA, 2014). O papel do correspondente, neste sentido, é ainda mais importante do que nas décadas anteriores, como afirma, porque antes o leitor podia se satisfazer com as notícias das agências traduzidas no Brasil e agora isso nem é mais necessário, ele pode ir direto à fonte do veículo americano, europeu, porém, nesses veículos, eles não encontrarão a visão brasileira do fato.

A mesma avaliação é compartilhada pelo jornalista Nelson Franco Jobim, que também julga que o papel do correspondente é, sobretudo, dedicar-se à análise e à interpretação das notícias, já que o factual está totalmente acessível pela internet.

Eu sou muito crítico em relação ao noticiário que sai no Brasil. Quando eu comecei a ler jornal, eu sou de 1954, as primeiras páginas dos jornais brasileiros eram só de noticiário internacional, parecia que o que acontecia no Brasil não era importante, [...] e o noticiário era feito na base do “corte e cola”, cortava-se da agência de notícias. Depois é que, com as editorias internacionais, começaram a juntar, “ah vamos pegar a matéria da *Associated Press*, *UPI*, da *France Press* e fazer o nosso próprio texto”. Então a função do correspondente era o que tinha de charme no jornal, pois não tinha aquele texto pasteurizado de agência (JOBIM, 2013).

Continuando nessa avaliação histórica, Nelson Franco Jobim afirma em entrevista à autora que o segundo momento em que o noticiário mudou fundamentalmente foi com o fim da Guerra Fria, porque naquela época era muito mais fácil explicar o mundo pela polarização capitalismo *versus* comunismo. A outra importante mudança foi a tecnológica digital, que nos permite ler jornal de onde

quisermos e possibilitou que o jornalista ouvisse fontes de qualquer parte do mundo, a custo zero.

Isso torna o correspondente muito mais repórter, na medida que ele realmente tem que ir além das fontes abertas. Ao mesmo tempo, o nosso desafio é como analisar o excesso de dados, peneirar aquilo que é útil ou não, e aí você precisa de uma boa formação cultural para entender, para saber para que lado você vai correr no meio da confusão (JOBIM, 2013).

O quesito formação do correspondente é importante também porque ele tem o papel de “ver o bosque”, enquanto o repórter no Brasil olha apenas as árvores. A metáfora usada pelo jornalista Clóvis Rossi é para explicar que na cobertura do noticiário nacional, o jornalista é setorizado, ele se especializa em determinados temas ou setores. Já ao correspondente cabe a missão de cobrir de tudo, portanto, de ver o “bosque inteiro”. “Essa é a grande vantagem, te dá uma amplitude de visão que você não tem no Brasil. correspondente não, cobre cinema, música, teatro, polícia, tudo que cai na rede é peixe” (ROSSI, 2013).

b) Tendências futuras

Entre os profissionais do primeiro grupo, a defesa da importância de se manter um mediador brasileiro entre os acontecimentos internacionais e a audiência aparece como principal justificativa para que a correspondência internacional se mantenha no jornalismo brasileiro. Parte dos entrevistados também acredita que a extinção do posto poderia ser algo mais próximo da mídia internacional, sobretudo dos países desenvolvidos, mas o Brasil estaria na curva ascendente, até mesmo em virtude do crescimento da atuação do país no cenário internacional. Além disso, eles apostam de que a grande imprensa nacional ainda investiria nesse tipo de cobertura estimulada pelo prestígio que manter uma rede de repórteres no exterior lhe confere.

Neste segundo grupo de entrevistados, o jornalista Clóvis Rossi defende um futuro para a correspondência internacional dentro do jornalismo, uma vez que, diante da quantidade alucinante de informações que circulam na internet, é cada vez mais necessário alguém que recolha tudo isso e “dê um certo sentido, uma certa organização,

uma certa história, um certo contexto, uma certa perspectiva de consequências, enfim, alguém precisa fazer esse trabalho e ninguém melhor do que o correspondente ou o enviado especial” (ROSSI, 2013). Entretanto, pela lógica empresarial, ele vê que ter um correspondente já está sendo um luxo para a maior parte dos veículos. “Mas nada, nada substitui a presença de um repórter no local dos fatos, em termos de qualidade” (ROSSI, 2013), isso mesmo com toda a possibilidade que temos agora de ficar sabendo o que se passa no mundo, pela internet ou assistindo a TV a cabo, a emissoras estrangeiras.

Se o problema é custo, aí é um luxo realmente, mas acho que é a política suicida. Você reduz os custos sacrificando a qualidade, você vai perder leitores, perdendo leitores você vai perder anunciante e vai se cumprir a profecia de que a mídia impressa vai acabar acabando. [...] A minha expectativa, a minha torcida, a minha reza brava é que em algum lugar do mundo se descubra como ganhar dinheiro com notícias na internet. Quando isso acontecer, vai ser o céu, porque não vai ter o custo da impressão mais, vai ser tudo digital, e não vai ter mais o custo de distribuição também (ROSSI, 2013).

A atual importância do Brasil no contexto internacional, segundo ex-correspondente Clóvis Rossi, é outro fator que valoriza também o jornalista brasileiro. O Brasil não é mais só Pelé e café, ou samba, é também Amazônia, progresso econômico, miséria, carnaval etc., tudo isso que dá ao país uma face muito mais reconhecível e, conseqüentemente, o jornalismo também passa a ser mais reconhecido, tem mais possibilidade de acesso e se torna ainda mais necessário, “porque os interesses dos brasileiros não são jogados só em Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro, mas também em Bruxelas, em Washington, em Nova York, em Genebra” (ROSSI, 2013).

Ainda assim, na opinião do entrevistado Sílio Boccanera, a extinção do correspondente já está ocorrendo, apesar do papel ser o de sempre: “dar a seus leitores/telespectadores o ‘olhar nacional’ para os eventos no exterior, levando em conta a história, o grau de conhecimento, os interesses e até as manias de quem lê, ouve ou vê o que se passa no mundo” (BOCCANERA, 2013). Pelo que acompanhou, o correspondente Sílio Boccanera conta que entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, as redações no Brasil investiram muito no uso de correspondentes no exterior. Ele recorda que, nesta época, o *Jornal do Brasil* mantinha doze correspondentes pelo mundo, inclusive em locais menos usuais, como Johannesburgo e Moscou. Os altos custos e as crises financeiras na imprensa brasileira foram tornando esse quadro mais

difícil de sustentar. Era também um período em que os veículos precisavam dos correspondentes para conseguir informações básicas e de interesse específico do Brasil, além do que as agências informavam. Hoje, a internet permite à redação se informar com mais facilidade sobre o que se passa no exterior, inclusive realizar entrevistas à distância. “As oportunidade diminuíram, mas ainda permanece a vantagem de ter um olhar brasileiro no exterior para informar o público. Resta convencer as empresas a investir no setor. E cabe aos profissionais se qualificarem, tanto no aprendizado de idiomas quanto no acompanhamento do que se passa fora do Brasil” (BOCCANERA, 2013).

A cobertura internacional *in loco* depende do investimento que a empresa pode ou deseja fazer nessa área e essa não é uma realidade apenas das emissoras nacionais. A jornalista Sandra Passarinho lembra que mesmo grandes empresas, como a *CNN* e a *BBC*, que dispõem de escritórios e correspondentes em diversas partes do mundo, com muito mais recursos que os veículos brasileiros, também estão fazendo cortes. “A tendência no mundo inteiro é adotar equipes reduzidas que exerçam múltiplas tarefas” (PASSARINHO, 2014). Contudo, ela acredita que:

Não se pode fazer reportagens sentado numa sala com um computador e aparatos digitais apenas. As informações geradas a partir de blogs, que se multiplicam, devem ser muito bem examinadas, sob pena de se divulgar erros, por exemplo. E erros têm ocorrido volta e meia para lembrar a empresas estabelecidas que não adianta chegar na frente para divulgar uma informação falsa. A presença de um jornalista no local onde o grande fato ocorre sempre dará mais credibilidade à cobertura, seja ela escrita, radiofônica ou televisada. Atualmente, frente aos custos, as escolhas ficam mais restritas (PASSARINHO, 2014).

O jornalista, não somente na função de correspondente, é necessário para discernir entre o que é informação de interesse público e o que é apenas uma informação qualquer, além de saber como divulgá-la, afirma Sandra Passarinho em entrevista à autora. Os profissionais, na visão de Sandra Passarinho, estão vivendo “tempos difíceis”, pelo estreitamento do mercado de trabalho e por desafios de um mundo digital que ainda não é completamente conhecido. “Não creio que a profissão vai acabar, mas vai ser diferente” (PASSARINHO, 2014). No caso específico do jornalismo internacional, ele se tornou muito caro para as empresas e é sabido que

várias delas eliminaram postos de trabalho no exterior. É grande a utilização de material das agências e cada vez mais comuns contratos com jornais estrangeiros, para a publicação de artigos selecionados. Ao mesmo tempo, continua avaliando, o noticiário nacional cresceu muito a partir da redemocratização do Brasil, e o interesse da população é cada vez maior pelos assuntos domésticos. “Só realmente os grandes assuntos do exterior chamam a atenção do telespectador médio. Mas creio que de qualquer forma a correspondência sempre atendeu mais aos interesses da parcela esclarecida da população” (PASSARINHO, 2014).

Questionada sobre o futuro da correspondência internacional, a jornalista Cristiana Mesquita também direciona para a realidade do jornalista profissional, em todas as áreas.

Eu acho que existe sim, mesmo que não seja a mesma coisa. Por exemplo, quando comecei, a *ABC* tinha um escritório gigantesco em Londres, a *CBS* tinha escritórios em Paris, Roma, mas esse pessoal vivia quase como embaixadores, com várias regalias, grandes escritórios, e isso tudo foi desaparecendo ao longo do tempo por uma questão de custos e uma questão de você realmente poder ter outras maneiras de conseguir as notícias (MESQUITA, 2013).

No caso das agências internacionais, a entrevistada Cristiana Mesquita acredita que o posto de correspondente internacional continuará existindo por muito tempo, pois é o negócio delas. “Eu acho que a grande competição aí é com o jornalista local ou o que a gente chama dos *stringers*” (MESQUITA, 2013). Ela torce para que os jornalistas continuem indo até os locais para fazer as reportagens, pois o olhar profissional sobre a notícia não será dado pela testemunha. O exemplo é vivido dentro da própria *AP*, que diariamente recebe vídeos da Síria ou de outros lugares, com o aviso: “Olha só o que aconteceu”. Mas isso tumultua, pois o período de averiguação pra ver de onde veio aquele vídeo, o que ele realmente está mostrando, quando ele foi gravado, quem é a pessoa que gravou, que interesses há por trás da pessoa que gravou aquele vídeo, é um trabalho enorme, pois ao contrário a agência não divulga, não porque todo mundo está divulgando. A correspondente Cristiana Mesquita diz ser interessante a existência de vídeos amadores, “é uma coisa genial”, isso de todo mundo ser um pouco repórter, desde que isso esteja combinado com um jornalismo profissional, que fará essa averiguação, que vai usar essa imagem ou essa informação dentro de um contexto

maior. “Realmente não são muitas as empresas hoje em dia que têm condições de manter escritórios fora do país permanente, mas eu acho que as grandes empresas vão continuar fazendo isso, pelos menos enquanto elas existirem, que também é outra incógnita” (MESQUITA, 2013).

Retomando o contexto brasileiro, o jornalista Nelson Franco Jobim diz que o correspondente é fundamental, porque oferece um olhar nacional sobre o mundo. E no momento em que o Brasil é uma das maiores potências mundiais, ou pretende ser, esse ponto é ainda mais necessário, apesar de saber que talvez ele não seja mais uma figura permanente do jornalismo, ameaçado como toda a produção de notícias em função da queda da publicidade, que abrange principalmente os meios impressos.

O grande desafio do jornalismo na era da internet é saber como vamos ter uma renda suficiente pra manter um jornalismo de qualidade. O bom jornalismo tem que sobreviver, independente, é uma questão de democracia, e o correspondente é um desses personagens, é o sujeito que vai lá no exterior, o sujeito que vai lá na guerra mostrar o que as partes em luta certamente tem a esconder (JOBIM, 2013).

Para o jornalista Moisés Rabinovici, pensar no futuro é mais do que difícil, é misterioso, pois a discussão se estende até mesmo sobre a sobrevivência do jornal, quanto mais sobre a vida do correspondente.

Eu me sinto muito feliz por ter existido num tempo em que o correspondente era testemunha, e ele descrevia o que ele tinha visto com toda a honestidade possível. Agora não sei, é tanto influxo de informação, tanto plágio, uma salada, que é preferível você estar aqui no Brasil juntando isso, lendo antes de ser publicado (RABINOVICI, 2013).

Já ao nível de articulista, tudo vale a pena, pois para o factual, não é possível “vencer as agência” ou os jornais dos próprios locais do fato. “Porque hoje em dia o que vale é singularidade, a mesmice está aí, você pega os jornais de hoje e todos estão no mesmo caminho, mesmas matérias, tudo igual. Mas o que tiver aquela notícia que ninguém tem, esse aí tem leitor” (RABINOVICI, 2013). O caso, segundo ele, não é “forçar a barra” para ser o único a dar determinada a notícia, isso não vai mais acontecer, é você ter um viés único que explica o que está acontecendo e em que nível, e é o que fará no jornalismo que o papel do correspondente sobreviva.

7.4. Leitura dos dados e diálogo entre as fases da pesquisa

O relato dos entrevistados (Fase 4), com as histórias de vida e a reconstrução dos pontos de vista destes profissionais a partir das práticas e significados, leva-nos a compreender o nosso objeto de investigação mais amplo, no que se refere à identidade profissional dos correspondentes internacionais brasileiros num contexto de transformações.

Tomando por base a pesquisa de Mick e Lima (2013), a respeito do **perfil** dos jornalistas brasileiros, identificamos que entre os correspondentes brasileiros há uma predominância da cor branca (88% dos respondentes do questionário online). Já o processo de feminização no conjunto maior dos jornalistas brasileiros é evidente, entre os correspondentes a mudança é percebida, porém em menores índices, pelo que percebemos entre os que responderam à pesquisa quantitativa (Fase 3 – questionários online com correspondentes brasileiros).

Nas entrevistas com correspondentes (Fase 4), de acordo com os critérios de seleção dos entrevistados, incluímos apenas duas mulheres em cada um dos grupos. No caso dos correspondentes atuantes no século XX, realmente tivemos maior dificuldades em identificar nomes e contatar mulheres que tenham exercido a correspondência em décadas anteriores. Silva (2011) explica esta situação, alegando que as redações sempre tiveram preferência em deslocar jornalistas homens, por questões familiares, pelas quais supostamente as mulheres teriam menos disponibilidade de se desvencilhar, ou então por uma questão de riscos envolvidos em algumas coberturas, como é o caso de guerras e conflitos.

Entre os correspondentes atuantes no século XXI, o jornal *O Globo* era o único que apresentava um número expressivo de mulheres entre os correspondentes, especialmente na Europa, porém, como a proposta era diversificar o número de meios de comunicação, tivemos dificuldade de entrevistar mais mulheres pelos outros veículos. *SBT*, *Record*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* dispunham, no continente Europeu, apenas de repórteres do sexo masculino. A *TV Globo* contava com uma correspondente em Londres, com a qual não conseguimos contato, mas os demais jornalistas mesmo no escritório em Londres, em Portugal ou em Paris eram homens. Incluímos, então, uma jornalista que foi da *Globonews*, no momento da pesquisa estava

trabalhando para a *Radio France Internacional* e que atuava por mais de 15 anos em Bruxelas.

Em relação à renda, a maior parte dos jornalistas brasileiros, de acordo com a pesquisa de Mick e Lima (2013), recebe até cinco salários mínimos – 50% entre os homens e 65% entre as mulheres. Entre os correspondentes que responderam o nosso questionário online (Fase 3), 44% afirmou receber mais de 15 salários mínimos. Contudo, devem ser observadas questões relativas à variação cambial. Neste caso, julgamos mais importante a definição que eles deram para o padrão de vida: 68% disseram que a remuneração era satisfatória para manter a vida no exterior, 23% que a remuneração possibilitava manter um padrão de vida menor ao que tinham no Brasil; e 9% afirmaram manter um padrão de vida elevado no exterior.

No caso das entrevistas (Fase 4), não falamos de números e salários, mas analisamos as formas de recompensas ao trabalho a partir dos pontos de vista dos próprios correspondentes. A maioria afirmou não ter “ficado rico”, em alguns casos eles confirmaram o fato de ter no exterior um padrão de vida até menor do que mantinham no Brasil. Eles citam, entretanto, que o posto de trabalho lhes rende muito mais do que dinheiro ou status, trata-se da experiência adquirida, que nem é somente profissional, mas também de vida – a oportunidade de viver outra cultura, conhecer determinados lugares, estar em contato com personalidades mundialmente reconhecidas. É a chance para um jornalista de assinar grandes reportagens, que possivelmente terão destaque nas publicações. Acrescenta-se ainda uma “medalhinha no uniforme”, para utilizar uma expressão do entrevistado Bernardo Mello Franco, ou seja, um currículo enriquecido por ter passado por este posto de trabalho, significa que os empregadores confiaram a estes nomes a tarefa de ser os representantes daquele veículo em outro país ou continente.

Podemos estabelecer uma ponte com a proposta de Hughes (1963) de estudar as profissões a partir do conceito de **mandato** ou **autorização** (*license*), pois é particularmente interessante aos jornalistas e mais especificamente na condição de correspondentes internacionais. O processo de legitimação da atividade jornalística abrangeu as tentativas de exigir para si a autorização de estar em determinados lugares e ouvir certas pessoas, o que não seria possível à maioria dos cidadãos. Eles então se colocam como essa ponte, como mediadores entre os fatos do mundo e a sociedade.

Estes profissionais teriam assim a autoridade de definir quais acontecimentos ou personalidades mereceriam se tornar notícia. Entre os correspondentes isto ficou evidenciado: eles estão onde a maior parte das pessoas e dos demais jornalistas não poderia estar (como o Kremlin, na Rússia, ou testemunhando um fato raro que é a eleição de um novo Papa). Os correspondentes estão diante de chefes de Estado, de grandes artistas e celebridades, dentre outros.

Conhecedores dos processos de produção da notícia e dos “saberes” que determinam a prática jornalística (ERICSON; BARANEK; CHAN, 1987; TUCHMAN, 1999), os veículos de comunicação confiam a eles a responsabilidade de uma maior autonomia em definir o que será noticiado e como. O que observamos, a partir da revisão da literatura e confirmada pela pesquisa de campo, é que, com o avanço das tecnologias, essa autonomia tem sido cada vez mais questionada, uma vez que a redação no Brasil tem condições de saber, às vezes até antes do correspondente que está lá no local do fato, o que está acontecendo, somente acompanhando os canais de televisão internacionais, as agências de notícias, os sites de outros veículos, as redes sociais, etc. É importante observar que acompanhar os despachos das agências internacionais sempre foi praxe da editoria de internacional e isto é citado nos dois grupos de entrevistados. O que mais precisamente a internet permitiu foi a aceleração e o volume de informações que passaram a chegar nas redações e nos celulares de repórteres e chefias.

Ainda que com uma autonomia reduzida, os correspondentes internacionais mantêm um prestígio reconhecido dentro e fora da categoria e isso nos permite um novo paralelo com o pensamento de Hughes (1960): ele também afirma que, ao contrário das profissões estáveis, como medicina e engenharia, nas quais o prestígio está intrínseco, nas profissões modernas o prestígio aparece como resultado de percursos individuais, como é o caso do jornalismo. Neste sentido, as histórias de vida e o desenvolvimento da **carreira** dos entrevistados foram particularmente interessantes de se conhecer.

Na Fase 3 da pesquisa (questionários online com correspondentes brasileiros), os indicadores levantados nos forneceram elementos que auxiliaram na compreensão da Fase 4, de entrevistas. Entre estes indicadores, observamos que mais de um terço dos respondentes assumiram o cargo de correspondente antes dos 30 anos, enquanto um percentual pouco menor o fizeram entre 31 e 35 anos, ou seja, 64% assumiu o cargo

antes dos 35 anos, o que supõe algo entre 10 e 15 anos de profissão jornalística, em média. Entre os mesmos, a maior parte declarou ter menos de 10 anos de profissão e o segundo período mais citado foi entre 11 e 15 anos de jornalismo.

A absoluta maioria dos que responderam aos questionários online (Fase 3) era repórter ou repórter especial antes de se tornarem correspondentes. Na pesquisa de campo (Fase 4 – entrevistas com correspondentes internacionais), vimos que os profissionais se tornaram correspondentes também em uma etapa intermediária de carreira, entre os oito e 15 anos de profissão, isso nos dois grupos entrevistados. Os casos em que o jornalista foi para o exterior com menos de cinco anos de carreira aconteceram por iniciativas individuais, de pessoas que buscaram sair do país para complementar os estudos ou por motivos pessoais. No grupo dos correspondentes mais jovens, atuantes no século XXI, todos estavam em cargos relacionados à reportagem. Entre os correspondentes atuantes no século XX, vimos alguns casos de profissionais que já haviam passado por cargos de chefia dentro das redações no Brasil.

Em contrapartida, parece-nos que no passado o caminho para se tornar correspondente era basicamente dois: os profissionais buscavam a experiência internacional individualmente, com a oportunidade de estudar em outro país e conciliar com a prática jornalística; ou eram convidados pelas empresas para fazer isso. Esse convite considerava fatos como o domínio de um idioma estrangeiro ou a simples condição de estar com o passaporte em dia, como aconteceu com o entrevistado Clóvis Rossi na cobertura do Golpe de Estado no Chile, em 1973. Havia também a condição da correspondência como um “prêmio”. No grupo dos jornalistas que assumiram o posto mais recentemente, um terceiro caminho surgiu: os processos seletivos dentro dos grupos empresariais, permitindo aos jornalistas se candidatarem às vagas fora do Brasil.

Apesar da tentativa de organizar os caminhos de acesso ao posto de correspondente internacional, no caso do jornalismo brasileiro, por meio de semelhanças entre as histórias de vida, confirma-se o que Hannerz (2004) observou em relação à imprensa norteamericana: há uma variedade de fatores que levam um profissional a assumir e se fixar neste posto de trabalho, a regra é justamente não haver regras. Ainda mais que não existe um “plano de carreira” que garanta que, se o jornalista seguir tal formação, ou passar por determinados cargos, ou tiver certo tempo de exercício profissional, ele chegará ao posto de correspondente internacional.

Entre os entrevistados que atuaram como correspondentes no século XX, o período de tempo a se passar fora do país foi maior, coincidentemente ou não. O correspondente “ia ficando”, como disse o jornalista Sílio Boccanera, e o retorno dependia do desejo pessoal ou das condições financeiras do veículo. No grupo dos atuantes no século XXI, os períodos já são menores, com a proposta de gerar uma maior rotatividade entre os profissionais. Exceto no caso dos jornalistas Letícia Fonseca e Jamil Chade, que se estabeleceram na Europa até por um ponto de vista familiar, e Marcos Uchôa, que chegou a passar 11 anos em Londres.

Compreender as profissões por uma lógica do poder, como propõem Eliot Freidson e Magali Larson (FREIDSON, 1996; FIDALGO, 2005; CHAMPY, 2012), também se mostrou válido ao nosso objeto de estudo, por entender como dinâmico o processo de obtenção de um estatuto profissional a partir de discursos ideológicos que procuram construir estratégias de legitimação social deste estatuto enquanto material simbólico.

Como Freidson (1996) sugere, é indispensável entender como o jornalismo se **profissionalizou** dentro de um contexto histórico e político brasileiro. A exigência de um diploma superior para o exercício profissional vigorou entre o final dos anos 1960 e 2009, e mudou a forma de ingresso na profissão. Os entrevistados Moisés Rabinovici e Sandra Passarinho, por exemplo, ingressaram no jornalismo ainda na década de 60 do século passado, quando o próprio Rabinovici (2013) define que “se tornavam jornalistas aqueles que tinham pendores literários”. No final dos anos 1970 e início dos 1980, Cristiana Mesquita afirmou ter enfrentado dificuldades em se estabelecer em veículos brasileiros por não ter a formação superior. Mais tarde, alguns jornais contornaram esta situação oferecendo cursos de *trainee* para jovens universitários que desejassem seguir a profissão – foi por este caminho, por exemplo, que o entrevistado Jamil Chade entrou no jornalismo.

Os correspondentes internacionais estão entre os jornalistas que investem numa formação continuada. Como vimos, a saída do país em muitos casos esteve relacionada à continuação dos estudos por meio de uma pós-graduação. Pelo levantamento de indicadores (Fase 3 – questionário online com correspondentes brasileiros), a maioria absoluta dos respondentes tinha formação superior em jornalismo e poucos declararam uma formação em outra área e 3% apenas não tinham curso superior. Quanto à pós-

graduação, 20% tinham alguma especialização, 26% cursaram o mestrado e 9% o doutorado. Na pesquisa de Mick e Lima (2013), sobre o perfil mais amplo dos jornalistas brasileiros, 98% tinham formação superior, entretanto, o percentual de profissionais que cursaram uma pós-graduação era de 40% - ou seja, menor do que identificado por esta pesquisa entre os correspondentes que responderam ao questionário.

Dentro da subdivisão da qualificação dentro das atividades profissionais (FREIDSON, 1996), o jornalismo no Brasil se apresenta entre uma *especialização criteriosa* (que não pode ser realizada de forma mecânica) e uma *especialização criteriosa teoricamente fundamentada*, cuja formação está baseada em conceitos e teorias abstratas que não podem ser passados exclusivamente pela prática, mas são organizados em uma formação de sala de aula. Isso mudou ao longo do tempo. Além das universidades, as empresas jornalísticas, principalmente os jornais impressos, passaram a investir a partir dos anos 1990 em cursos complementares, como os de *trainee*.

Contudo, as entrevistas com correspondentes (Fase 4) suscitaram a percepção de dois momentos em que esses tipos de formação se mostram falhos na visão dos próprios correspondentes: primeiro, não há qualquer tipo de formação específica para o profissional que assumirá este posto; e mais recentemente a questão da multimídia e da produção em múltiplas plataformas. No primeiro caso, tanto a aprendizagem de idiomas quanto a profundidade do conhecimento relativo aos temas internacionais dependem de gostos pessoais e são resultado de iniciativas individuais. Lembrando que os correspondentes estão cada vez mais imersos em um cenário globalizado que demanda que eles saibam cada vez mais, sobre mais assuntos (WILLIAMS, 2011).

No segundo, as novas demandas às quais os jornalistas estão submetidos, principalmente os da mídia impressa, mostram uma prática ainda amadora, de profissionais que se declararam pouco ou nada conhecedores de múltiplas linguagens, com interação entre a audiovisual, a impressa, a fotográfica e a infográfica, por exemplo. Portanto, um treinamento que eles não receberam especificamente em sala de aula e que o mercado de trabalho ainda não contempla. O caminho é o da experimentação, de tentativa e erro.

Freidson (1996) sinaliza que o treinamento vocacional dos ofícios ocorre dentro do mercado de trabalho, enquanto que nas profissões ele é conduzido fora do mercado de trabalho. No jornalismo brasileiro, em específico, essa delimitação não é precisa, pois em alguns casos, como nos cursos de *trainee* e no dia a dia das redações, os conhecimentos são passados no mercado de trabalho, ainda que a formação tradicional, em sala de aula, mantenha-se pelo ensino superior – contudo, sem exigência do diploma para o exercício profissional.

Este ponto reafirma o quanto o jornalismo não se configura como uma profissão de fronteiras rígidas e claramente definidas, recuperando o conceito do jornalismo como uma “profissão de fronteira”, de Ruellan (1993). Essa flexibilidade permite ao jornalismo ir se adaptando a novas realidades tecnológicas e empresariais, por exemplo.

Isso não diminui a condição do jornalismo enquanto mecanismo de prestígio, poder e renda na sociedade brasileira (LARSON, 1977 apud CHAMPY, 2012), pois existe uma dinâmica econômica, de reserva de mercado, e também uma ordem simbólica de constituição de um status social do jornalismo e dos correspondentes, enquanto um grupo seletivo dentro da categoria. A noção de prestígio, ainda que na imaginação de outros atores, sinalizada pelas entrevistas com correspondentes (Fase 4), confirma este ponto. Além disso, a “recompensa” buscada por estes profissionais demonstra a valorização de ter no currículo a experiência internacional, a vivência de outra cultura, o domínio de idiomas e as relações com fontes de poder e prestígio.

Dubar (1999) apontou a existência de três modelos de **valorização profissional**. Entre eles, o *modelo de artífice* explica como que dentro do jornalismo essa valorização pode se dar a partir da identificação a um posto de trabalho. Dentro do que observamos sobre os sentidos de prestígio, glamour e status, reconstruídos a partir da visão dos entrevistados, verificamos que esta identificação ocorre de fato.

O glamour, como ficou evidenciado na Fase 4 (entrevistas com correspondentes internacionais), é algo muito mais percebido pelos outros atores que compõem o campo jornalístico: colegas de profissão, jovens que almejam o cargo, o público que imagina o que é viver em outro país e que prestigiam o veículo, que se beneficia disso ao se diferenciar dos demais ao declarar possuir uma rede de jornalistas ao redor do mundo.

No entanto, este glamour é bem menos sentido por quem está na função, vivendo condições de controle de gastos, trabalhando da residência, sem colegas ou chefias com

quem possam trocar informações e ideias, com dificuldades para estabelecer fontes no território internacional. O prestígio, então, é algo da esfera simbólica e não material. Ele pode estar associado ao “charme” de se viver em países em estágios de desenvolvimento diferentes do Brasil; à oportunidade de testemunhar grandes eventos históricos e de ter contatos com personalidades reconhecidas mundialmente; ao resultado que a passagem pelo posto representa no currículo dos profissionais; à confiança atribuída pelos empregadores para que eles exerçam a atividade com certa autonomia; e, por fim, à visão de que isso pode ser um “prêmio” a repórteres que exerciam bem a própria função no Brasil.

Tudo isso pode ser relativizado pelo fato da importância que o noticiário internacional tem ganhado na imprensa brasileira. A visão dos profissionais dos dois grupos é de que esse espaço diminuiu. Na nossa análise de conteúdo da *Folha* e do *Estadão*, o dado mais objetivo do número de páginas não mostrou isso, mas precisaríamos avaliar mudanças gráficas, por exemplo, que aumentaram o tamanho dos caracteres e o espaço para fotos e ilustrações, por exemplo. No volume total de textos coletados, em número absoluto, entre 1993 e 2013 houve certa estabilidade. Entretanto, são apenas dois veículos. De um modo geral, o que autores (NATALI, 2004; SILVA, 2011) e profissionais entrevistados sinalizam é que houve uma queda geral do espaço destinado ao noticiário internacional e um “empobrecimento” dos textos.

Em veículos como *SBT* e *Record*, por exemplo, que tem um recorte de audiência mais voltado para as classes média e baixa, os correspondentes relataram que a notícia internacional está condicionada à visão que o veículo tem do próprio público, dando prioridade a fatos mais pontuais, como crimes, ou curiosidades culturais, em detrimento da notícia mais politizada ou econômica, que exigiria uma contextualização maior. Este cenário é comentado pelos entrevistados Mauro Tagliaferri e Sérgio Utsch no grupo dos correspondentes atuantes no século XXI.

Nos demais veículos, sabe-se que o leitor da editoria de internacional é restrito, formado por pessoas de maior nível intelectual, com mais estudos, interessadas no noticiário diferenciado (NATALI, 2004). Então, a atividade do correspondente, apesar do prestígio citado, pode ser na prática consumido por uma parcela reduzida da população brasileira. Essa relação é importante porque vai ao encontro do pensamento dos empresários do setor: altos investimentos requerem bons retornos. Os grandes

jornais e emissoras de televisão, que estão voltadas para parcelas mais altas da sociedade, ainda poderão investir na manutenção de correspondentes internacionais preocupados em manter uma parcela desse público. Essa relação entre alto investimento e reduzido público leitor é apontado por pesquisadores como possível motivo para a redução no quadro de correspondentes na imprensa norteamericana e inglesa (MOORE, 2010; WILLIAMS, 2011).

Surge daí outro ponto colocado pelos entrevistados do grupo dos correspondentes atuantes no século XX: com as novas tecnologias, esse leitor interessado no noticiário internacional, pode ler jornais, análises e relatórios direto na fonte, ou seja, acessando diretamente produtores internacionais de informação ou a própria imprensa internacional, por exemplo. O que então a imprensa nacional pode realmente oferecer de diferencial para este público?

Além da redução no espaço destinado para a cobertura internacional, outro ponto abordado se refere ao “empobrecimento” do texto desta seção. Os correspondentes mais jovens, do grupo dos atuantes no século XXI, atribuem isso a três fatores, em resumo: no passado, os jornalistas que se tornavam correspondentes eram mais experientes, os “melhores da redação”; eles tinham mais autonomia para trabalhar nos textos, mais espaço para comentários, inclusive; e eram menos presos ao modelo informativo de precisão e objetividade. Em contrapartida, quando avaliam o próprio trabalho, este grupo sinalizou na contemporaneidade tendências em transformar o correspondente da mídia impressa em “redator de luxo”, por reescrever notícias a partir de materiais de agências e da imprensa internacional, e o da mídia televisiva em um “empacotador” de notícias a partir de imagens fornecidas pelas agências internacionais.

Os correspondentes do século XX, que fazem uma análise macro da cobertura internacional por parte da mídia brasileira das últimas décadas do século passado, comparada com que estava sendo feita na segunda década do século XXI, trazem alguns destaques importantes. Por um lado, na opinião de entrevistados deste grupo, os correspondentes da contemporaneidade são mais bem preparados, falam mais idiomas, já viajaram para o exterior, nem que seja a passeio, têm mais acesso a informação e sabem lidar com as novas tecnologias. Por outro, também destacam um “empobrecimento” no jornalismo internacional brasileiro. Alguns depoimentos enfatizam a redução de espaço destinado a esta cobertura e de pessoas trabalhando, de

correspondentes, como avaliou o jornalista Clóvis Rossi. Carlos Eduardo Lins da Silva, outro entrevistado, também julga a editoria muito conservadora, mesmo diante de tantas transformações tecnológica e nas relações internacionais. A importância parece estar, na visão de entrevistados deste grupo, mais no prestígio de se dizer que “esteve lá” do que na qualidade mesmo da cobertura, ressaltando que na contemporaneidade é ainda mais importante a contextualização dos fatos.

Relacionamos estes depoimentos ao observado na análise das editorias de internacional da *Folha* e do *Estadão* (Fase 2), quando observamos que, há 20 anos, os correspondentes pareciam ter mais liberdade para exercer o jornalismo opinativo e desenvolver comentários sobre a conjuntura internacional, diferente do observado na cobertura de 2013, quando dos jornalistas estavam aparentemente mais presos aos fatos.

O “olhar brasileiro” é a expressão mais recorrente citada na tentativa de legitimação e defesa de um **papel** a ser desempenhado pelos correspondentes internacionais no presente e ainda mais num futuro próximo. Este seria um exercício em prol do que Hannerz (2004) trata por *cosmopolitismo*, ou seja, caberia aos correspondentes a tarefa de nos oferecer aparatos conceituais e referenciais para “ler” os fatos internacionais, no contexto de uma nova ordem global, a partir de referências que são comuns aos leitores/espectadores.

Na análise do conteúdo publicado nas editorias de internacional da *Folha* e do *Estadão* (Fase 2), vimos que os correspondentes estão assinando bem mais textos (o dobro) na *Folha* em 2013, se comparado a 1993, e no *Estadão* estão assinando um pouco menos. Os correspondentes não produzem apenas para esta editoria, mas é o principal espaço de vazão do conteúdo produzido. Com mais ou menos textos assinados, percebemos que o espaço para a opinião e a interpretação de quem está presenciando os fatos está mais reduzido. Assim como os demais setores do jornalismo moderno, a correspondência internacional precisa obedecer a critérios de precisão e de apresentação de dados como sinônimo da realidade. Ainda que façam um exercício de contextualização, estão ligados ao fato.

No caso da televisão isso é ainda mais difícil: os entrevistados ouvidos pela pesquisa reclamam da dificuldade justamente de fazer esta contextualização tão necessária no noticiário internacional levando em consideração o formato das reportagens para a TV que, no jornalismo diário, no geral, é de poucos minutos.

Já na mídia impressa, os correspondentes estão diante de uma rotina tão acelerada e exaustiva, que essa etapa de interpretação pode ficar comprometida: demandas que surgem de várias editorias, ao mesmo tempo; atrelamento às agendas e ao factual; por vezes são colocados na posição de “redatores de luxo”, apenas para o jornal apresentar que tem um correspondente assinando o texto, que poderia, por sinal, ser produzido da redação no Brasil; precisam cuidar de prestação de contas ou orçamentos de viagens, numa atividade mais de gestão; precisam escrever para blogs e abastecer o site de notícias; e fazer participações em emissoras de rádio, pensar em recursos audiovisuais para o site, saber se tem foto para aquela informação ou produzir uma. Sem falar na falta de *feedback* da chefia e de interação com os colegas da redação. Como então parar e produzir boas análises com essa pressão e escassez de tempo?

Em relação ao *hard news*, a imprensa brasileira não teria como concorrer nem com as agências internacionais, que contam com uma estrutura bem maior no mundo inteiro; e nem com a imprensa local, pois, por exemplo, um jornal americano cobrirá em maior profundidade, com mais acesso a fontes e mais profissionais, um fato que ocorra nos Estados Unidos.

Os entrevistados dos dois grupos destacaram a importância do correspondente brasileiro se dedicar a reportagens especiais, buscar o viés diferenciado e enriquecido pelo “olhar brasileiro”. O jornalista Jamil Chade foi um dos que mais frisou que “especial deveria ser obrigação”, cabe aos jornais despertarem para isso.

Pela lógica da produção jornalística, o factual, o mais atual, de maior impacto, tem prioridade de cobertura. O veículo pode considerar a questão do prestígio como prioridade, por ter um jornalista próprio assinando o material como “Fulano de Tal, de Londres”. O jornalista, por outro lado, que vive de materiais publicados, também quer assinar a reportagem de maior destaque, que possivelmente será manchete, como o assunto “mais quente” do dia. A questão se torna então como equilibrar estas demandas com a reportagem especial, com aquele “material único”, diferenciado.

Outro aspecto diz respeito à **gestão** dos veículos: o controle de custos é uma constante na vida destes profissionais. O corte no número de postos no exterior ou os orçamentos limitados para viagens, a falta de recursos para contratar serviços de fotografia ou captação de imagens, entre outros, são questões apontadas como primordiais na hora de discutir uma possível extinção dos correspondentes

internacionais. Ainda mais que os produtores de informação se multiplicam, numa velocidade crescente, tornando-se mais fácil ter acesso a notícias internacionais, portanto, como alternativas à figura do correspondente internacional (HAMILTON; JENNER, 2004).

Porém, por outro lado, a oferta de jornalistas brasileiros que se mudam para o exterior por conta própria é cada vez maior, são profissionais interessados em todas aquelas recompensas, que não estão relacionadas diretamente a salário. São profissionais motivados, com bom repertório cultural, que dominam idiomas, estimulados pelo que a experiência de viver em outro país pode propiciar e dispostos a abrir mão de benefícios trabalhistas ou de uma estrutura que quem trabalha no Brasil dispõe. E este profissional tem grande produtividade, com uma carga horária estendida e com as facilidades tecnológicas para produção e envio de conteúdos, eles oferecem um volume alto de material todos os dias. Claro que os correspondentes “custam mais caro” que um jornalista no Brasil – o salário tem que ser dimensionado em relação à moeda local e há uma despesa de infraestrutura mínima – porém, o modelo adotado é mais barato e mais cômodo para os jornais, com jornalistas trabalhando de residência e situações nas quais eles se mudam por vontade própria.

Entre as várias colocações dos entrevistados a este respeito, uma frase do jornalista Marcos Uchôa chama atenção: “a internet tornou os jornalistas mais preguiçosos e os donos de jornal mais avarento”. Se os produtores de informação não se dispõem a gastar mais recursos em busca da notícia, por que o leitor gastaria? Com as facilidades de acesso às mais variadas informações, o que leva uma pessoa a pagar para ter acesso a uma notícia internacional? Retornamos à relação que é base da imprensa comercial: qualidade, credibilidade e lucro (RIGHETTI; QUADROS, 2009). Reduzir em qualidade para crescer em lucro, pode comprometer a credibilidade e, portanto, perderá o retorno junto à audiência.

A rede de relações que definem a organização social do trabalho é definida por Harold Becker como “mundo social”. O **mundo** dos correspondentes brasileiros leva ao extremo aquilo que Travancas (2011) pontua como sendo uma realidade para o grupo dos jornalistas: dedicação exaustiva e comprometimento da vida pessoal. A disponibilidade da vida pessoal, até certo sacrifício da família – e o quanto as mulheres foram preteridas por conta disso –, o desprendimento em relação ao tempo e à

localidade, as longas jornadas diárias, a dificuldade de se programar férias, a dependência em relação à “temperatura” do noticiário, o trabalho remoto *fulltime*, potencializado pelas tecnologias móveis. Tudo isso é declarado pelos entrevistados, sobretudo do grupo dos atuantes no século XXI, como algo que faz parte da função, portanto, sem reclamações ou sem visualização de alternativas. É fato consumado. E ao definir o papel dos correspondentes internacionais esta característica é elencada por novatos e veteranos – precisa ser uma pessoa disponível, não pode ser um “burocrata”.

A *identidade reivindicada* está diretamente associada à posição do repórter – apesar da correspondência internacional representar um posto específico de trabalho na carreira internacional, ao se definir, ao tomar consciência de si, o que determina é o reconhecimento da figura do repórter. Tanto veteranos permaneceram na reportagem especial por anos, mesmo após o período áureo como correspondentes, como jornalistas que estão na atividade declaram querer continuar com a função da reportagem. Esta reivindicação é negociada com a *identidade atribuída* pelos demais atores com os quais o jornalista se relaciona (LE CAM, 2006), como colegas da profissão, os donos dos jornais e o público, entre outros. De fora, alguns dos entrevistados até admitem o quanto imaginavam que o correspondente era um privilegiado, alguém que estava de “férias permanentes” num lugar onde muitos gostariam de estar.

O mundo dos correspondentes também é caracterizado, como comentamos, pela solidão e pelo isolamento, com pouco *feedback* por parte das chefias e colegas. Não compartilham do “clima da redação” e não interagem com outros profissionais, como fotógrafos, equipe da arte, pessoal da limpeza, gráficos, produtores, recepcionistas etc. As relações são mantidas exclusivamente com editores e com a cúpula do jornal. Os **recursos tecnológicos** foram imprescindíveis também nesta questão de relacionamento com a equipe: entre os atuantes do século XX, o telefone, o telégrafo e até mesmo os correios são citados como mecanismos para trocas de ideias e materiais. Na contemporaneidade, a internet e as tecnologias móveis, por meio de *smartphones* e computadores portáteis, são os diferenciais.

Outros correspondentes, mesmo que de mídias concorrentes, acabam se tornando colegas ou até fontes de algumas informações, no caso da imprensa internacional. Eles se ajudam na contextualização de alguns fatos ou informando sobre determinados eventos, segundo relatam os entrevistados. Isso é o que Silva (2011) citou como “tribo”

dos próprios correspondentes, que se unem nesse cenário de isolamento. Entre os correspondentes entrevistados, ficou evidenciada a dificuldade em se definir quem são os “colegas de trabalho”. No caso dos profissionais de televisão, há a figura do cinegrafista ou de um produtor. Para os profissionais da mídia impressa, o isolamento é total. Apesar dos correspondentes de outros veículos se tornarem os amigos e fazerem parte da rede de cooperação, não se configuram colegas de trabalho no sentido de atuar em conjunto.

Da mesma forma, outros correspondentes do mesmo veículo no continente acabam sendo os colegas mais próximos. Por exemplo, o entrevistado Jamil Chade afirmou ter um diálogo constante que os outros dois jornalistas do *Grupo Estado* na Europa, a fim de aprofundar em pautas ou delimitar coberturas. O mesmo se repetiu nas falas dos correspondentes Marcos Uchôa e Mauro Tagliaferri, que dividiam a cobertura do continente europeu com outros jornalistas das mesmas emissoras. Com a redação no Brasil, os contatos ficam restritos à internet, na maioria das vezes, e com a alta cúpula do jornal, relatam. Exceto em situações pontuais, quando poderiam trabalhar em alguma pauta em cooperação com informações levantadas do Brasil.

A imprensa internacional é uma das principais fontes dos correspondentes brasileiros. O perigo disso é já passar para o público brasileiro uma informação filtrada previamente e/ou fazer um trabalho que estaria acessível a qualquer redator do Brasil mesmo. Williams (2011) chama atenção para um destes pontos, ao afirmar que os correspondentes não necessariamente nos oferecem uma visão mais cosmopolita do mundo, uma vez que eles próprios são predominantemente consumidores de uma mídia anglo-americana.

A relação com as fontes, que estão entre os principais atores que compõem o mundo dos jornalistas, precisa ser reaprendida no exterior. Vimos que é bem diferente um jornalista se apresentar como sendo da *Folha de S. Paulo* numa cobertura em Brasília ou em Londres. Cada correspondente mostrou traçar uma estratégia para ter acesso a informações, que raramente será diretamente com a fonte primária do acontecimento – a menos que tenham brasileiros envolvidos. Por um lado, os jornalistas brasileiros precisam se adaptar ao referencial cultural da fonte, por outro, talvez seja necessário brigar para ter acesso a determinadas fontes e informações, como exemplificou o entrevistado Jamil Chade: cabe aos correspondentes defender a

importância de se falar para o público brasileiro, no contexto em que o país cresce em importância no cenário internacional.

Percebemos nisso uma das principais características dos profissionais que exercem a atividade de correspondente: ampla capacidade de argumentação. Trata-se de um exercício permanente de convencimento, seja para convencer editores da importância de determinadas pautas, seja para convencer fontes a falar com o público do veículo.

Esta definição das competências ideais para um jornalista que deseja se tornar correspondente internacional fez com que os entrevistados objetivassem uma visão de si próprios. Na visão dos mais jovens e dos veteranos, estes profissionais precisam dominar idiomas; ter um repertório cultural; conhecer os assuntos internacionais; ter facilidade para migrar entre várias editorias, de um tema para outro; ter iniciativa e ser independentes, para trabalhar com a autonomia e a responsabilidade que o cargo exige; devem assumir uma postura também de gestor e algumas vezes de “embaixador” do veículo na região. Tudo isto, sem perder o melhor do “faro de repórter”, portanto, com as mesmas características que definem um “bom repórter”, que é ter curiosidade, saber ir atrás das informações, apurar e reportar na forma mais explicativa para o público. Além de fatores pessoais, como disponibilidade familiar, desprendimento e certo desapego. Logo, eles são *os melhores dos melhores*.

Não apenas a “elite da elite”, como apontou Silva (2011), no sentido que, se os jornalistas já fazem parte de uma camada privilegiada da população brasileira, os correspondentes são ainda mais refinados. Sim, isso se confirmou, uma vez que estes profissionais aprenderam vários idiomas ou até tiveram algumas experiências internacionais por conta própria. Isso, infelizmente, ainda não é acessível a maior parte da população brasileira. Porém mais que isso, os correspondentes são definidos por eles próprios, ainda que inconscientemente, como *os melhores dos melhores* no sentido da produção da notícia, do repertório e do posicionamento que precisam assumir diante do processo noticioso.

Esta se mostra como uma das **estratégias identitárias**, no sentido de afirmar uma vitória identitária de grupo, nos moldes do que definiu Kastersztein (1990). O caminho foi o de afirmar uma estrutura identitária que é transversal aos dois grupos entrevistados, que correspondem a duas gerações de correspondentes brasileiros: são

profissionais que dispõem de muitas competências, são capazes de atuar com autonomia, entendem de temas variados e seriam a ponte entre os brasileiros e os fatos internacionais por dispor de conhecimento e de um repertório comum à audiência. Ao mesmo tempo em que eles pertencem ao grupo profissional dos jornalistas, eles buscam por processos de *singularização* (KASTERSZTEIN, 1990) como tática de defesa, para própria afirmação e manutenção do posto.

São estes os profissionais ameaçados de extinção. É claro que estamos falando, por enquanto e dentro do escopo da pesquisa, de um cargo – não falamos do fim do jornalismo como um todo, uma vez que profissionais qualificados podem e devem continuar atuando mesmo que em outros postos de trabalho.

A convergência, que se apresentou maior na mídia impressa, parece um caminho sem volta. De acordo com os depoimentos (Fase 4 – entrevistas com correspondentes), quem vive o período de transição está aprendendo na prática como produzir em linguagens diferentes e para múltiplas plataformas. A internet é festejada como ferramenta de comunicação – com fontes e com a redação no Brasil, facilitando a produção e o envio de materiais. O desafio parece ainda ser a questão da linguagem e, sobretudo, da aceleração do tempo e da exigência por produtividade, ainda que isso comprometa a qualidade.

Toda a conectividade possibilitada pela internet gerou ainda outro elemento no cotidiano dos correspondentes: um monitoramento maior por parte da redação no Brasil e demandas das diferentes editorias. Tendo “nenhum e todos os chefes ao mesmo tempo”, como disse o entrevistado Fernando Nakagawa, ele recebe pedidos de pautas de todas as editorias, a qualquer momento, tendo que lidar com a administração do tempo e também com as reclamações e possíveis descontentamentos. Este é um problema que poderia ser minimizado com uma melhor gestão dos que atuam na cobertura internacional, mas os profissionais da redação também estão em número menor, acumulando funções e na corrida contra o tempo.

Segundo depoimentos dos correspondentes que atuaram no século XX, eles assumiam bem mais o papel de representantes do veículo no exterior e não sofriam com a pressão do “tempo real”, havia mais espaço e períodos maiores para as produções. Como não era o imediatismo o que vigorava, havia mais tempo e expectativa pelas análises conjunturais. A dificuldade maior era para enviar os conteúdos, textos ou

imagens, então a quantidade de produção era menor, o que não representa qualidade. O contato com a redação era estabelecido por telefone, o que os correspondentes da contemporaneidade declararam fazer bem pouco, como relatou o jornalista Bernardo Mello Franco, uma vez que o e-mail passou a ser a principal ferramenta de comunicação. Pela falta de tempo e pelas facilidades tecnológicas, reduziu-se a possibilidade de conversar mais detalhadamente sobre pautas, de trocar ideias, de receber *feedback*, de discutir melhor uma conjuntura, como foi comum entre os depoimentos dos atuantes no século XXI.

Todo o cenário analisado corresponde ao que Mucchielli (2009) define por crise de identidade, como sendo a dissonância entre as convicções internas e as relações com o ambiente exterior. Logo, o que se define no discurso de legitimação como papel e importância do correspondente internacional, na prática da mídia brasileira o “empobrecimento” comentado tem levado a perturbações e dificuldades de autorreconhecimento e de conseqüente reconhecimento social. Dubar (1999) também fala desta crise como um mal decorrente de momentos de mudanças, de indefinições, quando o referencial do passado está rompido, não é suficiente para definir o presente, e o futuro ainda não se estabeleceu.

O exercício de analisar quais as **tendências futuras** para a correspondência internacional sinaliza estratégias de defesa de uma identidade desafiada. Em busca de uma vitória identitária, este processo se desencadeia quando os sujeitos se utilizam da estrutura identitária atual para se fazer aceitos, reconhecidos e valorizados (KASTERSZTEIN, 1990). Os correspondentes internacionais brasileiros se apresentam numa fase de *conformação* na estratégia identitária, entre o ambiente externo e as opiniões internas sobre o que deveria ser o papel deste posto profissional, relação esta claramente tensionada pelo que reconstruímos dos pontos de vista dos entrevistados. Em alguns momentos, eles parecem agir taticamente pela *assimilação* dessas mudanças, julgando como inevitáveis, como a aceleração do tempo de produção, as longas jornadas e a convergência entre múltiplas plataformas, podendo levar ao esquecimento de características históricas e culturais próprias da atividade (KASTERSZTEIN, 1990).

Estamos falando de uma identidade coletiva, quando processos psicológicos individuais irão interagir com ações de grupos, estratégias de legitimação, reserva de um mercado de trabalho. O caminho que está sendo seguido pelos correspondentes

brasileiros segue o proposto por Lipiansky, Taboada-Leonetti e Vasquez (1990), de num primeiro momento o sujeito agir a partir da definição de si próprio, no intuito de afirmá-la, seguido por uma ação dinâmica de negociações de significados.

O principal argumento para a defesa da manutenção dos correspondentes internacionais está no “olhar brasileiro” sobre os fatos, o qual seria “insubstituível”. Informar o mesmo que uma agência de notícias, na declaração dos entrevistados, não justifica a manutenção de um correspondente. É sabido que os interesses do Brasil não são mais decididos somente no país, pela nova conjuntura internacional de interdependência e de atuação no contexto global. Ao longo do trabalho, encontramos declarações que afirmaram que a interpretação e a contextualização nunca foram tão necessárias. Na fala de Moisés Rabinovici podemos reconhecer até mesmo uma mudança no entendimento do que é ou será o “furo jornalístico”: o caminho é cada vez menos um jornal (independente da plataforma) ser o único a dar uma notícia, o que ele deve buscar é um viés único, aquilo que só a interpretação e as fontes diversificadas, para além das fontes abertas e acessíveis a todos igualmente, podem oferecer.

Além do “olhar brasileiro” sobre os fatos, os entrevistados ainda visualizam o prestígio que o correspondente internacional oferece aos grandes veículos brasileiros e, por isso, o posto ainda teria uma sobrevida, ao menos em médio prazo. O equilíbrio estará entre o prestígio e até onde isso oferecerá um retorno lucrativo, um desafio que se apresenta ao futuro do próprio jornalismo, como um todo, que é incerto num contexto de transformações, ora conjunturais, ora estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos contribuir para a compreensão do jornalismo contemporâneo enquanto campo profissional, trazendo como recorte a carreira dos correspondentes internacionais. A estratégia de se analisar os contextos históricos e culturais no desenvolvimento das profissões, como sugere Freidson (1996), foi adotada no intuito de nos aprofundarmos na realidade do jornalismo brasileiro no processo de profissionalização e de legitimação social ao reivindicar para si um estatuto próprio.

A autonomia do profissional sobre o leigo, no caso do jornalismo, não parece ancorada no “ideal de serviço” proposto por autores funcionalistas, mas sim no domínio de saberes específicos, como selecionar fatos que têm o potencial para serem transformados em notícias, como proceder e como narrar tais acontecimentos, ancorados por princípios deontológicos do campo profissional. Disso advém a autoridade que o jornalista dispõe para estar em determinados lugares e falar com determinadas pessoas, o que lhe confere visibilidade e poder social, não necessariamente vinculados a qualquer poder econômico, por exemplo.

A noção de um profissionalismo de fronteira, apresentada por Ruellan (1993), também se confirma no caso do jornalismo brasileiro, por não se configurar como uma prática que tenha fronteiras precisas, e no caso do correspondente internacional isso traz reflexões complementares, foi o que pudemos constatar. O autor aponta as estratégias para reserva e controle do mercado profissional. Primeiramente, a formação de futuros membros, que pode ser por meio de cursos superiores ou outras formas de treinamento. No Brasil, desde 2009, o diploma universitário não é mais obrigatório para o exercício do jornalismo, o que não reduziu significativamente a procura pelos cursos na área (RENAULT, 2012), apesar de ainda ser cedo para análises mais profundas sobre tal impacto.

No caso dos correspondentes internacionais, identificamos na pesquisa a exigência de uma formação complementar que não é ensinada nem nas escolas de jornalismo e nem pelas empresas de mídia, como o ensino de idiomas e a preparação para lidar com outras culturas e com o contexto internacional.

O controle da atividade é outro aspecto, por meio da delimitação do que compete ou não aos profissionais da área. Isso também se mostra impreciso no jornalismo

brasileiro, tanto em relação ao acesso à profissão como na integração de novas práticas, como no caso do jornalismo impresso, observado nos depoimentos dos correspondentes internacionais, que passam a incorporar novas práticas em virtude da convergência midiática: produzir fotos e vídeos, conteúdos para sites e blogs e comentários ou reportagens para rádios. A isso se complementa a conquista de novos territórios, o acúmulo de novas tarefas e a ampliação do mercado de atuação.

A identificação de um indivíduo a um grupo profissional contribui para as referências psicossociais e para a análise da própria identidade do sujeito (MUCCHIELLI, 2009). A profissão exercida representa um papel fundamental nas nossas identidades sociais, conferindo status, reconhecimento e reputação (FREIDSON, 1996; CHAMPY, 2012). Como um conjunto de significações, a identidade compreende uma realidade ao mesmo tempo física, concreta, e subjetiva, construída a partir do “mundo de experiências” no qual os atores sociais estão imersos. Assim, nesta pesquisa, procuramos nos aproximar das experiências vividas pelos correspondentes internacionais brasileiros, em períodos distintos de atuação.

A identidade profissional dos jornalistas tem forte vinculação ao grupo, num processo de assimilação e interiorização dos valores profissionais, como defende Le Cam (2006). É a identificação dos correspondentes com as práticas jornalísticas que os ligam ao grupo maior do jornalismo e esta se mostrou muito forte em relação à figura do repórter.

Ruellan (1993) aponta que o mito do repórter mediador esteve na base da identidade profissional na área, mas, na opinião do autor, o desenvolvimento do jornalismo moderno e a ampliação dos campos de atuação fez com que cada atividade adotasse características próprias.

Mesmo com todas as particularidades da correspondência internacional, a estrutura identitária vinculada ao trabalho do repórter foi transversal aos dois grupos de entrevistados (Fase 4). Tanto quando eles próprios expressaram a consciência de si (que papel desempenham e o que gostariam de fazer depois da experiência internacional, por exemplo), quanto no momento em que apontaram quais seriam as características ideais para um correspondente internacional: o ponto mais recorrente foi as habilidades de um “bom repórter”. Ter experiência de reportagem no Brasil, manter a curiosidade, o “faro” pela notícia, não ser um burocrata e “ir para a rua” foram as expressões mais citadas.

O mundo social dos correspondentes internacionais, nas experiências dos dois grupos entrevistados, sugerem profissionais altamente comprometidos com as atividades que desenvolvem, tendo o jornalismo uma importância grande em suas vidas, como também identificou Travancas (2011) em relação ao mundo dos jornalistas brasileiros. A correspondência leva este ponto ao extremo, por exigir longas jornadas, comprometer a vida social e sacrificar, em alguns aspectos, as relações familiares, como relatado em depoimentos que destacaram a dificuldade de se tirar férias, as consequências do fuso-horário e as tentativas de se conciliar com a vida em família.

Há, portanto, semelhanças entre as estruturas e estratégias identitárias entre os dois grupos de correspondentes, mesmo diante de mudanças na prática profissional e nos enfoques da cobertura internacional. Concluímos assim que os dois grupos, que marcam duas gerações de correspondentes internacionais brasileiros, mais se aproximam do que se distanciam, quando o assunto é identidade profissional. As diferenças mais observadas foram em relação às rotinas e às trajetórias individuais.

Como frisamos, não há um padrão na carreira para que possamos delimitar como e porque um jornalista se torna um correspondente internacional, assim como Hannerz (2004) identificou em estudo junto à imprensa norteamericana. Alguns aspectos pontuais, no entanto, podem ser destacados e com particularidades que marcam as características de cada tipo de mídia, especificamente o jornal e a televisão, que são os veículos nacionais que mais mantêm jornalistas no exterior.

Os jornalistas que se tornam correspondentes no Brasil, em geral, são profissionais que se interessam por temas internacionais, seja por influência familiar, seja por aptidão pessoal; muitos buscaram a experiência internacional por conta própria, especialmente por meio de cursos de pós-graduação. Entre os correspondentes atuantes no século XX, alguns exerceram cargos de chefia, ainda que bem jovens, antes de assumirem o posto no exterior. Estes também foram mais objetivos ao definir competência para quem deseja se tornar correspondente: ser um bom repórter e ter autonomia.

Entre os correspondentes atuantes no século XXI, os profissionais de televisão estavam em fase intermediária de carreira e acumulavam a experiência de reportagem em grandes eventos internacionais. Os repórteres da mídia impressa vieram da cobertura de política e economia, todos com passagens por sucursais, e com menos de dez anos de

carreira. No passado, o período de permanência era mais flexível, não era pré-determinado, enquanto na atualidade os veículos limitam a permanência no exterior – exceto no caso de profissionais que se estabelecem com famílias no exterior, casando com estrangeiros, por exemplo.

As trajetórias individuais nos ajudam a compreender como a progressão de carreira colabora para a construção de uma identidade profissional e o prestígio que isso carrega. O modelo de valorização profissional do artífice, apresentado por Dubar (1999), explica o posto de correspondente internacional como um “operário especializado” num determinado ramo da atividade. Neste caso, a valorização se dá pelo resultado e a identificação a um *posto de trabalho*.

O posto de correspondente carrega ainda valores que são reconhecidos socialmente, como a visibilidade (muitas reportagens são capas de jornais, representam prestígio para os veículos nos quais trabalham), a proximidade com autoridades e personalidades mundialmente conhecidas, ou a coragem daqueles que cobrem conflitos (NEVEU, 2006). Eles se relacionam diretamente com diferentes poderes, tanto das fontes como das chefias mais altas dentro da redação.

Assim como Adghirni (2013) apontou, há uma incoerência entre toda a importância do trabalho de correspondente que os próprios entrevistados relatam e o “empobrecimento” que se percebe no conteúdo do noticiário internacional. A redução do espaço para a temática e do número de profissionais no exterior estariam contribuindo para esta perda de qualidade.

Estudos comprovam que este fenômeno está ocorrendo, talvez até mais fortemente, na imprensa da Inglaterra (MOORE, 2010) e dos Estados Unidos (WILLIAMS, 2011), países que foram pioneiros na cobertura internacional. Lá, os altos custos para manter escritórios em outros países não estariam sendo compensados pela baixa procura da audiência por esse tipo de informação. Além disso, a emergência de novas formas de cobertura do noticiário internacional, atreladas ao desenvolvimento tecnológico, oferecem alternativas à figura do correspondente tradicional (HAMILTON; JENNER, 2004).

O Brasil, entretanto, traz particularidades. Uma delas é o idioma, o que torna mais difícil a contratação de material produzido por mídias locais ou de jornalistas estrangeiros. Além disso, o país está ampliando a atuação no cenário internacional,

aparece como uma nova potência econômica e reconhecido pelas relações internacionais, assim, os interesses dos brasileiros podem estar sendo cada vez mais decididos em outras partes do mundo, o que exigiria a maior presença de jornalistas brasileiros para este tipo de cobertura.

Por outro lado, desde a reabertura política, nos anos 1990, o noticiário dos veículos brasileiros tem se voltado bem mais para aspectos nacionais, como observamos na revisão de literatura (NATALI, 2004; SILVA, 2011) e nos depoimentos dos correspondentes que viveram essa transição, como a Sandra Passarinho e o Clóvis Rossi. A restrição do público brasileiro interessado no noticiário internacional, apontado como as pessoas de maior escolaridade (NATALI, 2004) limitaria os investimentos das empresas nacionais. A audiência pode ser menor, mas é de qualidade, com maior poder de consumo e englobando formadores de opinião. Vimos pelo relato dos correspondentes veteranos que essa parcela da população passou a ter acesso diretamente à imprensa estrangeira com facilidade, por meio da internet, e os jornais nacionais precisam oferecer algum diferencial para manter estes leitores/espectadores.

Numa percepção mais geral, decorrente da interação com os profissionais dos dois grupos entrevistados, a qualidade da cobertura internacional está relacionada a “talentos individuais”, no sentido de que são os próprios jornalistas, altamente comprometidos com a própria atividade, buscam pautas diferenciadas, enfrentam as demandas das redações, muitas vezes sem organização, precisam argumentar e justificar as ideias para fontes e chefias, saem para uma cobertura e retornam com mais de um material, pensam em temáticas para as mais variadas editorias. Não só querem ver o material que produzem publicado, mas parecem querer aproveitar ao máximo a experiência na cobertura internacional.

Dois caminhos se cruzam nesta análise, o da convergência tecnológica e o da precarização. A primeira se mostrou mais efetiva entre os profissionais da mídia impressa, com uma integração maior entre plataformas e veículos dos grupos empresariais, ainda que de forma amadora, como as experiências de TV nos portais dos jornais. Para os profissionais de televisão a questão tecnológica se mostra mais determinante nos bastidores, para as etapas de apuração e, principalmente, transmissão dos materiais. No outro ponto, a precarização se apresenta por meio de contratos

informais de trabalho, da falta de estrutura física e equipamentos e do acúmulo de funções. Os dois caminhos parecem irreversíveis e uma tendência maior para o futuro.

Na questão das tendências futuras e da manutenção do posto de correspondente internacional, foi unânime a defesa da importância do “olhar brasileiro” sobre os fatos internacionais, oferecendo para a audiência um repertório que lhe é compreensível, com recortes, análises, conjunturas, exemplos e tudo o mais que seja necessário para explicar os acontecimentos. Esses depoimentos sugerem um papel para a correspondência enquanto promotora de um cosmopolitismo passivo (HANNERZ, 2004), ou seja, de despertar no público brasileiro um desejo de interagir e mergulhar em outras culturas, no sentido de se voltar para o outro. No contexto da globalização, é interessante essa posição de ponte mediadora entre o global e o local.

Contudo, Williams (2011) questiona o quanto o próprio olhar dos correspondentes tem uma perspectiva cosmopolita ou não, uma vez que eles se baseiam essencialmente na imprensa das nações hegemônicas. Isso se confirmou entre os entrevistados dos dois grupos, até mesmo por estarem localizados na maioria dos casos na Europa ou nos Estados Unidos. As agências internacionais mais reproduzidas pela mídia brasileira continuam sendo a *Reuters*, a *AFP* e a *AP*, e a imprensa internacional é fonte para as reportagens que são produzidas mesmo do exterior, como observamos pelos depoimentos (Fase 4) e pela análise das editoriais de internacional da *Folha* e do *Estadão* (Fase 2). O mapeamento da distribuição dos correspondentes brasileiros em 2013 (Fase 1), inclusive, mostrou que a concentração destes profissionais ainda se mantém nos Estados Unidos, na Europa, principalmente França e Inglaterra, e depois Argentina e Israel, que tradicionalmente atraem a cobertura da imprensa brasileira.

Isso nos permitiria até mesmo questionar o conceito de globalização para a mídia brasileira. Apesar dos movimentos internacionais e do novo espaço ocupado pelo Brasil nas relações exteriores, como discutido no capítulo 4, o que constatamos é ainda um conservadorismo em relação às abordagens e polos de cobertura. Esse possivelmente seria um dos indicadores para futuras pesquisas a respeito do jornalismo internacional brasileiro e as contribuições (ou não) para um maior cosmopolitismo, nos moldes do que sugere Hannerz (2004).

Concluimos que se alterou a prática e a rotina do profissional, o modo de ter acesso e também de transmitir as notícias. O correspondente, que exercia

fundamentalmente o papel de apurar e distribuir informações de diversas regiões, fomentando uma rede de comunicação, é agora apenas mais um elemento nesse amplo cenário, que impõe à atividade diversos desafios. Este cenário de tensão coloca em perspectiva as estratégias de legitimação profissional, na defesa de um estatuto próprio, a autoridade do profissional e até mesmo o monopólio do jornalista sobre o mercado de trabalho.

Há um contraponto a ser observado: no momento em que os países estão cada vez mais interdependentes e economia, política e cultura estão organizadas sobre uma perspectiva transnacional, menos espaço ou um menor interesse são manifestados em relação ao noticiário internacional. Será que o público brasileiro realmente não tem interesse pelas notícias do exterior? As camadas mais baixas da população só querem saber do “buraco da rua”, como exemplificou um dos entrevistados? Ou a forma que esses fatos estão apresentados é que não estão conectados com a realidade dessas pessoas? E o público interessado de fato no noticiário internacional ainda busca essa informação na mídia brasileira, uma vez que tem fácil acesso à imprensa internacional ou outras fontes de informação? Não chegaremos a tais respostas neste estudo, tanto que não nos dedicamos a estudos de recepção, mas o questionamento gera uma inquietação interessante para ampliar a reflexão sobre o papel dos correspondentes internacionais no processo noticioso, inclusive como possibilidade para estudos futuros.

Por fim, avaliamos que estejam ocorrendo transformações no papel desempenhado pelos correspondentes internacionais, porém, a partir do que levantamos especialmente nesta pesquisa, constatamos que há uma estabilidade na estrutura identitária que é transversal às duas gerações de correspondentes entrevistados, quando eles definem as características ideais e expressam o papel deste profissional no processo jornalístico.

Assim, constatamos que, por um lado, as rotinas foram alteradas, com grande impacto da introdução das tecnologias digitais. Os correspondentes brasileiros também se mostram mais jovens, assumem o posto numa fase inicial ou intermediária da carreira, tendo exercido a função de repórter anteriormente. São também cada vez mais exigidos a produzir em outras plataformas, com enfoque mais informativo e com menos espaço para o comentário. No caso da mídia impressa, esta face mais opinativa pode

estar dedicada aos blogs e colunas publicadas agora na internet, mas esta afirmação exigiria outro estudo mais focado.

Ainda que diante dessas transformações, a estratégia em busca de uma vitória identitária adota estruturas do passado e segue o que explica Kastersztein (1990): pela *diferenciação*, os correspondentes brasileiros procuram novas condutas, novos espaços de atuação e conformam as convicções interiores com o ambiente externo, por exemplo, quando aceitam as longas jornadas de trabalho e a adoção de novas tecnologias como “naturais” à atividade, necessárias até, criando novas dimensões de julgamento e de valores. Pela *visibilidade social*, apostam no reconhecimento que a correspondência internacional confere, por meio do prestígio que o posto gera ao profissional e do prestígio que o profissional no exterior gera para o veículo. Enfim, pela estratégia da *singularização*, consciente ou inconscientemente, os correspondentes defendem porque são insubstituíveis.

O trabalho de pesquisa contribuiu para uma reflexão acadêmica a respeito da carreira dos correspondentes internacionais e no contexto do jornalismo internacional brasileiro, o que ainda é pouco explorado. A escassez de bibliografia específica e de estudos mais sistematizados deixaram a área dependente de relatos memorialistas e da saudação ao trabalho de profissionais que se destacaram. Em alguns casos tal destaque ocorreu em virtude de um perfil intelectual de parte destes intelectuais, que foram reconhecidos pelos textos acurados e por um trabalho pioneiro, ou até mesmo pelo exotismo dos lugares visitados e das pautas construídas.

As diferentes fases da pesquisa tiveram o propósito de levantar dados até então inéditos no Brasil, como a distribuição dos correspondentes vinculados às empresas de mídia nacionais (Fase 1). Apesar do propósito de atuar para a construção de indicadores, a análise de conteúdo de dois dos maiores jornais do país (Fase 2) possibilitou uma aproximação com o produto do trabalho de parte destes profissionais. com a análise comparativa entre dois períodos de tempo (semanas compostas nos anos de 1993 e 2013), no intervalo de 20 anos, pudemos visualizar melhor aquilo que parte da revisão de literatura apontava, sobre possíveis transformações e enfraquecimento do jornalismo internacional na imprensa nacional.

Em outra medida, o questionário online (Fase 3) nos permitiu ampliar o olhar sobre o modo de acesso à correspondência internacional, as características pessoais, as

competências exigidas e as demandas profissionais às quais estão submetidos. Ir a campo, por meio das entrevistas (Fase 4), foi uma forma de identificar as estratégias identitárias destes profissionais, à luz de um percurso teórico-metodológico que tem propósito diferente do relatos memorialistas.

Concluimos que o correspondente internacional compartilha de uma identidade profissional de grupo. Apesar de alguns autores sugerirem fatores de diferenciação (RUELLAN, 1993; NEVEU, 2006; SILVA, 2011), por meio do status, da coragem e de certo elitismo, o que encontramos nesta pesquisa foi um forte grau de identificação com a figura do repórter, centro do discurso originário do próprio jornalismo.

A crise de identidade e a possibilidade de extinção do cargo, apregoada por diversos autores, não aparece de modo claro ou definitivo nos dados da pesquisa. Por meio das estratégias identitárias identificadas, e relatadas no capítulo 7, os dois grupos de correspondentes sinalizam manter uma mesma forma de definição e tomada de consciência de si, do seu papel profissional. O reconhecimento à valorização do posto de trabalho e a importância que a atividade ocupa em suas vidas é transversal às duas gerações.

Concluimos que as mudanças, portanto, parecem ser de caráter mais conjuntural do que estrutural, vinculadas às rotinas, abordagens, infraestrutura e tecnologia, e não aos discursos legitimadores e estruturantes da profissão. Destacamos, contudo, que tais resultados são indicativos, como um estudo qualitativo e de acordo com a amostra analisada, ele não se propôs a ser representativo estatisticamente.

Esperamos ter contribuído para os estudos acerca da identidade profissional no jornalismo brasileiro, ao estabelecer um diálogo entre abordagens psicossociais da estrutura identitária com os processos de socialização. A problematização em torno da carreira dos correspondentes internacionais nos permitiu tencionar o jornalismo enquanto profissão, no que se refere a saberes específicos e rotinas produtivas, à autoridade profissional, ao prestígio como resultado das trajetórias individuais e à noção de carreira enquanto um processo de sucessão de conquistas e postos de trabalho ocupados.

Por outro lado, ainda retomando as chaves conceituais, articulamos questões ligadas à identidade profissional com a busca pela definição do próprio lugar no mundo, com dedicação de tempo e comprometimento da vida pessoal, associando tais questões

às condições de grupo e à busca, ainda que inconsciente, de um reconhecimento social. O mundo de experiências destes profissionais correspondentes internacionais está intimamente ligado às condições burocráticas às quais estão submetidos e a autoconsciência está relacionada com os processos sociais em que o sujeito está envolvido. Perturbações e incertezas mostraram desencadear estratégias identitárias de defesa, numa definição de si também a partir da representação para os outros, por meio dos papéis desempenhados seja no processo jornalístico, seja na reputação social, na busca por uma valorização profissional.

BAHIA, Ana Lúcia Alves; RIGUEIRA, Marina Rigueira Carlos e. **Internet e reconfiguração da prática jornalística: a editoria internacional nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e em seus respectivos portais**. Universidade Fumec, 2010. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-jornalismo_bahia.pdf. Acesso em: 05 mar. 2014.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BITTAR, Danielle Tristão. O poder da assessoria de comunicação nos momentos de crise, 2012. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bittar-danielle-o-poder-da-assessoria-de-comunicacao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2013.

BOCCANERA, Silio. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por e-mail, 03 set. 2013.

BOMFIM, Ivan. Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 13, n. 25, jul-dez 2012, pp. 29-36.

BOUDON, Raymond. **Os métodos em sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

BOYD-BARRETT, Oliver (editor). **News agencies in the turbulent era of the Internet**. Barcelona: Government of Catalonia, 2010.

BOWMAN, S. WILLIS, C. **We Media**. How audiences are shaping the future of news and information. Stanford: The Media Center at The American Press Institute, julho 2003. Disponível em: http://www.hypergene.net/wemedia/download/we_media.pdf. Acesso em: 08 jun. 2013.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Da Ciência ao Mercado**. A Informação em Tempo Real. [Tese de Doutorado] Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação, Universidade de Brasília, 2000.

BRASIL, Antonio. Cobertura internacional. O fim dos velhos correspondentes. **Observatório da Imprensa**, ed. 641, 10 mai. 2011. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_fim_dos_velhos_corresponde. Acesso em: 14 mar. 2012

BRASIL, Antônio. A construção da imagem do Brasil no exterior. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 19, n. 3, pp. 775-794, set./dez. 2012

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia**. De Gutenberg à Internet. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BRIN, Colette; CHARON, Jean; BONVILLE, Jean. **Nature et transformation du journalisme**. Théorie et recherches empiriques. Quebec: Les Presses de L'Université Laval, 2007.

BRITTO, Denise Fernandes. O papel do correspondente internacional na editoria exterior. In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais...** Porto Alegre, 2004.

CAMILLERI, Carmel; KASTERSZTEIN, Joseph; LIPIANSKY, Edmond-Marc; MALEWSKA-PEYRE, Hanna; TABOADA-LEONETTI, Isabelle; VASQUEZ, Ana. **Stratégies identitaires**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

CANCLINI, Nestor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CARR-SAUNDERS, A. M.; WILSON, P. A. **The Professions**. Oxford: The Clarendon Press, 1933.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CASTRO, Renata. **Jornalismo Internacional: a mudança na editoria Inter nos últimos 50 anos**. (Monografia de graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

CHADE, Jamil. Entrevista concedida à Luciane Agnez, Genebra, 06 nov. 2013.

CHAMPY, Florent. **La sociologie des professions**. 2a. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Antônio G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2. Ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

DEUZE, Mark. What is journalism?: Professional identity and ideology of journalists reconsidered. **Journalism**, v. 6 (4), pp. 442-464, 2005.

DEUZE, Mark. The professional identity of journalists in the context of convergence culture. **Observatorio Journal**, v. 7, pp. 103-117, 2008.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. Salvador: EDUFBA, 1999.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, pp. 62 – 83.

DUBAR, Claude. **La socialisation**. Construction des identités sociales et professionnelles. Paris : Armand Colin, 1999.

DUBAR, Claude. Trajectoires sociales et formes identitaires. Clarifications conceptuelles et méthodologiques. **Sociétés contemporaines**, n°29, 1998. pp. 73-85. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/socco_1150-1944_1998_num_29_1_1842#. Acesso em: 08 abr. 2014.

EPOPEIA do jornalismo, A. Um compromisso com a sociedade, com a civilização e com a História. **Jornalistas & Cia**, Ed. Especial 7, 10 abr. 2008. Disponível em: <http://www.jornalistasecia.com.br/edicao especial07.htm>. Acesso em: 30 out. 2013.

ERICSON, R. V.; BARANEK, P. M.; CHAN, J. B. L. **Visualizing deviance: a study of news organizations**. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, Letícia. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por Skype, 08 out. 2013.

FONSECA, Virgínia P. da Silveira. A importância da memória na constituição da identidade do jornalista contemporâneo. **ECO-Pós**, v.12, n.1, janeiro-junho 2008, pp.157-169.

FONSECA, Virgínia P. da Silveira; KUHN, Wesley Lopes. Jornalista contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, pp. 57-69, julho/dezembro 2009.

FRANCO, Bernardo Mello. Jornal português adota fundo para empresas financiarem reportagens. **Folha de S. Paulo**, Mercado, quinta-feira, 22 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/125207-jornal-portugues-adota-fundo-para-empresas-financiarem-reportagens.shtml>. Acesso em: 20 set. 2013.

FRANCO, Bernardo Mello. Entrevista concedida à Luciane Agnez, Londres, 28 ago. 2013.

FREIXO, Adriano de.; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago; ALVES, Vágner (org.). **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

GILBOA, Eytan. The CNN Effect: The Search for a Communication Theory of International Relations. **Political Communication**, 22, 2005, pp. 27–44.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOLZIO, Derval G. A formação dos jornalistas diante dos novos suportes midiáticos e do fim da obrigatoriedade do diploma. **Cultura Midiática** - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba, ano II, nº 2, jul/dez/2009.

GOMES, Mimito. **Impressões do Brasil**. Rio de Janeiro: Grupo Machline, Sharp Sid Digibanco, 1987, 1 cassete vídeo (VHS) (102 min.).

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**. Ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GONÇALVES, Williams. Panorama da política externa brasileira no Governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano de.; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago; ALVES, Vágner (org.). **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, pp. 11-50.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano**. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. 2. Ed. Buenos Aires: Paidós, 2005.

GUIMARÃES, Manuel Marcos. Sociologia do Jornalismo: o caso Brasil. In: NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. O conceito de profissão: algumas considerações a partir do trabalho policial. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. **Anais...** UNICAMP, Campinas, 1 a 5 de setembro de 2003.

HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, estórias e "estórias"**. Lisboa: Veja, 1999, pp. 224-248.

HAMELINK, Cees J. A política de comunicação global. **Logos** 28, Ano 15, 1º semestre 2008, p. 10-25.

HAMILTON, J. M.; JENNER, E. Redefining foreign correspondence. **Journalism**, 5(3): 2004, pp. 301-321.

HAMILTON, John Maxwell. In the Foothills of Change. **Columbia Journalism Review**, 20 mar. 2009. Disponível em: http://www.cjr.org/essay/in_the_foothills_of_change_1.php?page=all. Acesso em: 18 set. 2013.

HANNERZ, Ulf. **Foreign news**. Exploring the world of foreign correspondents. Chicago: The University of Chicago, 2004.

HARGREAVES, IAN. Is There a Future for Foreign News? **Historical Journal of Film, Radio and Television**, 20.1, mar. 2000. Academic OneFile. Disponível em: <http://go.galegroup.com.ez54.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA61759113&v=2.1&u=capes58&it=r&p=AONE&sw=w>. Acesso em: 23 set. 2013.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1992.
HUGHES, Everett C. Professions. **Daedalus**, Vol. 92, N° 4, The Professions, 1963, p. 655-668. Published by: The MIT Press on behalf of American Academy of Arts & Sciences. Disponível em: <http://www.jstor>. Acesso em: 22 out. 2013.

HUGHES, Everett C. The Professions in Society. **The Canadian Journal of Economics and Political Science**, Vol. 26, N° 1, fev. 1960, p. 54-61. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/138818>. Acesso em: 22 out. 2013.

JOBIM, Nelson Franco. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por Skype, 13 dez. 2013.

KASTERSZTEIN, J. Les strategies identitaires des acteurs sociaux : approche dynamique des finalités. In: CAMILLERI, Carmel et al. **Stratégies identitaires**. Presses Universitaires de France, 1990, pp. 27-41.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Convergência nas redações: mapeando os impactos do novo cenário midiático sobre o fazer jornalístico. In: RODRIGUES, Carla (org.). **Jornalismo online: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Editora Sulina, 2009, pp. 57-74.

KOCHER, Bernardo. Os BRICs no Governo Lula. In: FREIXO, Adriano de.; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago; ALVES, Vágner (org.). **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, pp. 157-178.

KUREČIĆ, Petar; BANDOVIĆ, Goran. The Contemporary Role and Perspectives of the BRIC States in the World-Order. **Electronic Journal of Political Science Studies**, vol. 2, no. 2, jun. 2011.

LE CAM, Florence. **L'identité du groupe des journalistes du Québec au défi d'Internet**. [Tese de doutorado]. Université Laval / Québec, Université de Rennes 1 / France, julho 2006.

LE MOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**. Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LESSA, Mônica; GAVIÃO, Leandro. Política externa, mídia e propaganda nos governos Lula da Silva (2003 – 2010). In: FREIXO, Adriano de.; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago; ALVES, Vágner (org.). **A política externa brasileira na era Lula: um balanço**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, pp. 51-69.

LEWIS, Dannika. Foreign Correspondents in a Modern World. The past, present and possible future of global journalism. **The Elon Journal of Undergraduate Research in Communications**, vol. 1, n° 1, 2010.

LIPIANSKY, E. M.; TABOADA-LEONETTI, L.; VASQUEZ, A. Introduction à la problématique de l'identité. In : CAMILLERI, Carmel et al. **Stratégies identitaires**. Presses Universitaires de France, 1990, pp. 7-26.

LIVINGSTON, Steven. **Clarifying the CNN Effect: An Examination of Media Effects According to Type of Military Intervention**. Boston: President and Fellows of Harvard College, 1997.

LOPES, Maria I. V. de. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V. de; MARTINO, L. C. (orgs.) **Pesquisa empírica em comunicação**. Livro Compós 2010, São Paulo: Paulus, 2010, pp. 27 – 49.

LOS MONTEROS, Guillermo Garcia Espinosa de. Periodismo Internacional, Corresponsales y Testimonios sobre el Extranjero. **Foro Internacional** n° 152-153, Cidade do México: Hemeroteca Virtual/UNAM, 1998.

MAIGRET, Éric. **Sociologie de la communication et des médias**. 2a. Ed. Paris : Armand Colin, 2013.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista**. O desafio das tecnologias e o fim das ilusões. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Márcia. **As mudanças nas rotinas de produção das agências de notícias com a consolidação da internet no Brasil**. [Dissertação de Mestrado] UnB, 2005.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. História do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MATHIEN, Michel. Le journalisme de communication : critique d'un paradigme spéculatif de la représentation du journalisme professionnel. **Quaderni**, n° 45. Figures du journalisme: critique d'un imaginaire professionnel. Automne 2001, pp. 105-135.

MATTELART, Armand. **A mundialização da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

MERTON, Robert K. The Functions of the Professional Association. **The American Journal of Nursing**, Vol. 58, No. 1, janeiro 1958, pp. 50-54. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3461366>. Acesso em: 21 out. 2013.

MESQUITA, Cristiana. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por Skype, 31 dez. 2013.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel (org). **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MOORE, Martin. **Shrinking World**. The decline of international reporting in the British press. Media Standards Trust, 2010.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**. O fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. O mito libertário do jornalismo cidadão. **Comunicação e Sociedade**, vol. 9-10, 2006, p. 63-81.

_____. **Pensando contra os fatos**. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOURA, Dione O.; AGNEZ, Luciane F. A atuação dos correspondentes internacionais e os impactos da era digital: uma sondagem. In: 9º. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

_____. Corresponsales internacionales: problematización en torno a la era digital y el periodismo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, Año 9, n.17. São Paulo: ALAIC, 2º sem. 2012, pp. 278-288.

MUCCHIELLI, Alex. **L’identité**. 7ª. Ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

NAKAGAWA, Fernando. Entrevista concedida à Luciane Agnez, Londres, 29 ago. 2013.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Roberto de Castro. **Crises empresariais com a opinião pública**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2002.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. As notícias sem jornalistas. Uma ameaça real ou uma história de terror? In: **Brazilian Journalism Research**. vol. 6, nº 1, 2010.

OLIVEIRA, Ana Maria Rodrigues de. **Imprensa e globalização: tendências atuais do noticiário internacional no Brasil**. Belo Horizonte: Fumarc/PUC Minas, 1998.

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Profissão jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia**. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Unesp. Bauru, novembro, 2005.

OLIVEIRA, Paulo Rafael Boeira. **Crescimento, progresso Técnico e convergência nos BRIC: 1963-03**. [Dissertação de Mestrado] PUC-RS, 2009.

OSWALD, Vivian. **Com vista para o Kremlin**. A vida na Rússia pós-soviética. São Paulo: Globo, 2011.

OSWALD, Vivian. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por Skype, 11 dez. 2013.

PALACIOS, Marcos. Convergência e Memória: Jornalismo, Contexto e História. **Matrizes**. USP, Ano 4, N° 1, jul/dez/2010, p. 37-50, 2010. Disponível em: http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/157/pdf_188. Acesso em: 10 jan. 2011.

PALMER, Michael. William Russel, du « travelling gentleman » au « special correspondent », 1850-1880. **Le Temps des médias**, n° 4, pp. 34-49, semestre 1 de 2005.

PARSONS, Talcott. The Professions and Social Structure. **Social Forces**, Vol. 17, No. 4, maio 1939, pp. 457-467. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2570695>. Acesso em: 15 out. 2013.

PASSARINHO, Sandra. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por e-mail, 07 jan. 2014.

PAVY, Didier. Profession: correspondant étranger à Bruxelles. **Les cahiers du journalisme**, n. 12, p. 214-226, 2003.

PEREIRA, Fábio Henrique. O mundo dos jornalistas: aspectos teóricos e metodológicos. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v.32, n.2, pp. 217-235, jul./dez. 2009.

_____. **Jornalistas-intelectuais no Brasil**. São Paulo: Summus, 2011.

_____. Possibilidade de aplicação do conceito de carreiras profissionais nos estudos sobre jornalismo. In: PEREIRA, Fábio ; MOURA, Dione ; ADGHIRNI, Zélia. **Jornalismo e sociedade**. Teorias e metodologias. Florianópolis : Insular, 2012, p. 81-98.

PUFF, Jefferson. **Correspondentes Internacionais na Sociedade da Informação** [Monografia de Graduação] Universidade do Vale do Itajaí, 2005.

RABINOVICI, Moisés. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por Skype, 15 dez. 2013.

REESE, Stephen D. Journalism and Globalization. **Sociology Compass**, 4/6, 2010, pp. 344–353.

RENAULT, David. O jornalismo sem diploma e o mercado de trabalho. In: PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia. **Jornalismo e sociedade**. Teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012, pp. 99-119.

REY, Alain. **Le Petit Robert Micro**. Dictionnaire d'apprentissage de la langue française. 3. Ed. Paris : Le Robert, 2013.

RIGHETTI, Sabine; QUADROS, Ruy. Impactos da internet no jornalismo impresso. **ComCiência**. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. 24 nov. 2009. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=48&id=602>.

ROCHA, Sara de Melo. **Brazilian Correspondents in Europe: Careers, Routines, Networks, News Coverage and Role Conceptions**. [Dissertação de Mestrado] Graduate School of Communication, Universitait van Amsterdam, Amsterdam, 2013.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 2007.

ROSSI, Clóvis. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por Skype, 04 dez. 2013.

RUELLAN, Denis. **Le professionnalisme du flou**. Identité et savoir-faire des journalistes français. Grenoble : Press Universitaires de Grenoble, 1993.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43 (1), pp. 138-169, 2000.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. II, n° 1, 1° semestre de 2005.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Correspondente internacional**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por Skype, 07 mar. 2014.

SILVA JÚNIOR, José Afonso da. Legado e espólio das agências de notícias para o jornalismo na web. In: XVI ENCONTRO DA COMPÓS. **Anais...** Curitiba, 2007.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**. Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999, pp. 91-100.

SOUZA, Patrícia de Castro. **João do Rio**: o repórter com alma de *flâneur* conduz a crônica-reportagem na *belle époque* tropical. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

STOCKINGER, Gottfried. **A sociedade da comunicação**. O contributo de Niklas Luhmann. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2003.

TAGLIAFERRI, Mauro. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por Skype, 24 set. 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo**. Coimbra: Minerva, 2000.

_____. **Teorias do jornalismo**: porque as mídias são como são. v 1. Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Teorias do jornalismo**: porque as mídias são como são. vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 4. Ed. São Paulo: Summus, 2011.

TUCHMAN, Gaye. Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected. **The American Journal of Sociology**, Vol. 79, No. 1. The University of Chicago, jul. 1973, pp. 110-131.

_____. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. Ed. Lisboa: Vega, 1999, pp. 74 – 90.

UCHÔA, Marcos. Entrevista concedida à Luciane Agnez, por Skype, 21 nov. 2013.

UNESCO. **Many Voices, One World**. Towards a new more just and more efficient world information and communication orders. New York: Unesco, 1980.

UTSCH, Sérgio. Entrevista concedida à Luciane Agnez, Londres, 30 ago. 2013.

UTZERI, Fritz. Do outro lado do mundo. In: RITO, L.; ARAÚJO, M. E.; ALMEIDA, C. J. M. de; **Imprensa ao vivo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, pp. 145 – 162.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de coleta de dados em campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WANG, Georgette; SERVAES, Jan. Introduction. In: WANG, Georgette; SERVAES, Jan; GOONASEKERA, Anura. **The New Communications Landscape**. Demystifying Media Globalization. London and New York: Routledge, 2000.

WILLIAMS, Kevin. **International journalism**. London: Sage, 2011.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZINGARELLI, Megan E. **The CNN Effect and the Al Jazeera Effect in global politics and society**. Master of Arts in Liberal Studies. Faculty of the Graduate School of Continuing Studies and of The Graduate School of Arts and Sciences. Georgetown University. Washington, april 2010.

**APÊNDICE I:
QUESTIONÁRIO ONLINE COM CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS
(FASE 3)**

Pesquisa "Correspondentes Internacionais Brasileiros"

Ao responder este questionário, você estará colaborando com o estudo “Papel e identidade profissional dos correspondentes internacionais brasileiros”, uma pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, conduzida pela doutoranda Luciane Agnez, sob a orientação da Profa. Dra. Dione Moura.

O questionário tem como público alvo jornalistas BRASILEIROS que atuam ou já atuaram como correspondentes internacionais em algum momento de suas carreiras.

Trata-se de um estudo inédito no Brasil, por objetivar traçar um perfil dos correspondentes internacionais brasileiros, e por isso sua colaboração é tão importante.

Se você for responder a este questionário, uma observação: por questão de escopo e metodologia, estamos considerando neste trabalho os jornalistas que atuam ou atuaram como "correspondente internacional" (o profissional que reside em outro país para fazer a cobertura jornalística para algum(s) veículo(s) durante determinado período de tempo) e NÃO como "enviado especial" (o profissional que é deslocado para outro país para fazer uma cobertura pontual, de algum evento específico).

Informamos que sua identidade será preservada.

A veracidade das informações é de extrema importância para a validade da pesquisa.

Você levará menos de 10 minutos para responder ao questionário.

O questionário poderá ser respondido até o dia 19 de janeiro de 2014.

Agradecemos a sua colaboração!

Luciane Agnez e Dione Moura

Sobre o seu sexo:

- Feminino
- Masculino

Você tem dupla nacionalidade?

- Não, minha única nacionalidade é brasileira

- Sim e minha segunda nacionalidade também é sulamericana.
- Sim e minha segunda nacionalidade é da América Central.
- Sim e minha segunda nacionalidade é norteamericana.
- Sim e minha segunda nacionalidade é europeia.
- Sim e minha segunda nacionalidade é asiática.
- Sim e minha segunda nacionalidade é africana.
- Sim e minha segunda nacionalidade é da Oceania.

Sobre a nacionalidade dos seus pais:

- Meus pais são de nacionalidade brasileira.
- Ao menos um dos meus pais não é de nacionalidade brasileira.

A qual grupo racial você pertence?

- Branco
- Preto
- Pardo
- Amarelo
- Indígena
- Prefiro não declarar

Você cursou o nível superior?

- Não.
- Sim, em Jornalismo.
- Sim, em outra área.

Você cursou alguma pós-graduação?

- Não.
- Sim, especialização.
- Sim, mestrado.
- Sim, doutorado.

Você era casado quando se tornou correspondente internacional?

- Sim
- Não

Você tinha filhos quando se tornou correspondente internacional?

- Sim
- Não

Você exerce atualmente a função de correspondente internacional?

- Sim
- Não

Em qual período você começou a atuar como correspondente internacional?

- Antes de 1960
- Entre 1961 e 1970
- Entre 1971 e 1980
- Entre 1981 e 1990

- Entre 1991 e 2000
- Entre 2001 e 2010
- Após 2010

Qual era sua faixa etária quando você se tornou correspondente internacional?

- Menos de 20 anos
- Entre 21 e 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Entre 41 e 50 anos
- Acima de 51 anos

Quanto tempo de profissão jornalística você tinha quando iniciou seu trabalho como correspondente internacional?

- Menos de 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Entre 11 e 15 anos
- Entre 16 e 20 anos
- Acima de 21 anos

Ao todo, quantos anos você atuou (ou atua) como correspondente internacional?

- Menos de 1 ano
- De 1 a 3 anos
- De 4 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- Acima de 20 anos

Em quais países você já atuou (ou atua) como correspondente internacional?

(Obs.: É possível assinalar mais de uma resposta)

- Argentina
- Venezuela
- Estados Unidos
- Inglaterra
- França
- Espanha
- Portugal
- Alemanha
- Itália
- Bélgica
- Japão
- China
- Israel
- Rússia
- Outro:

Exceto o português, quais idiomas você domina em condições de utilizá-lo em sua atividade profissional como correspondente internacional?

(Obs.: É possível assinalar mais de uma resposta)

- Inglês
- Francês
- Espanhol
- Alemão
- Árabe
- Japonês
- Russo
- Chinês
- Outro:

Para qual tipo de mídia você produziu (ou produz) conteúdos jornalísticos enquanto correspondente internacional?

(Obs.: É possível assinalar mais de uma resposta)

- Jornal
- Revista
- Televisão
- Rádio
- Agência de notícia
- Internet
- Outro:

Que tipo de material você mesmo produziu (ou produz) durante sua atividade de correspondente internacional?

(Obs.: É possível assinalar mais de uma resposta)

- Texto jornalístico
- Fotografia
- Vídeo
- Áudio
- Artigo opinativo
- Infográfico
- Conteúdo para blog
- Conteúdo para redes sociais
- Outro:

Qual a sua faixa de renda durante o período em que atuou (ou atua) como correspondente internacional?

(Obs.: Em salários mínimos brasileiros da época)

- Até 5 salários mínimos
- Entre 5 e 10 salários mínimos
- Entre 10 e 15 salários mínimos
- Acima de 15 salários mínimos
- Não sei informar
- Prefiro não declarar

Sobre o seu padrão de vida financeiro, enquanto correspondente internacional, como você se sentia (ou se sente)?

- A remuneração era (é) satisfatória para se viver em outro país, mantendo as mesmas condições que tinha no Brasil.
- A remuneração me permitia (permite) ter um padrão de vida elevado, melhor do que tinha no Brasil.
- A remuneração me permitia (permite) ter um padrão de vida menor do que tinha no Brasil.

Qual a condição empregatícia mais frequente no período em que atuou (ou atua) como correspondente internacional?

- Jornalista contratado para a produção regular de reportagens para uma empresa de mídia brasileira.
- Jornalista contratado para a produção regular de reportagens para uma empresa de mídia estrangeira.
- Stringer (colaborador fixo de um veículo nacional ou estrangeiro, mas sem um contrato formal de trabalho).
- Freelancer (profissional que produz reportagens para qualquer veículo e é remunerado por reportagem publicada).
- Outro:

Antes de se tornar correspondente internacional, você já tinha vivido a experiência de morar em outro país?

- Não, nunca tinha morado em outro país e nem viajado para conhecer regiões fora do Brasil.
- Não, nunca tinha morado em outro país, mas já tinha viajado a passeio (turismo) para conhecer regiões fora do Brasil.
- Não, nunca tinha morado em outro país, mas já tinha viajo para regiões fora do Brasil a trabalho, como enviado especial, para fazer alguma(s) cobertura(s) jornalística(s).
- Sim, eu já havia morado fora do país por motivos pessoais e familiares.
- Sim, eu á havia morado fora do país para aprender outro idioma.
- Sim, eu já havia morado fora do país por motivos profissionais.

Quando começou sua atividade de correspondente internacional, em que condições você se mudou de país?

- A convite de uma empresa de mídia nacional para exercer a atividade de correspondente internacional.
- A convite de uma empresa de mídia estrangeira para exercer a atividade de correspondente internacional.
- Por motivos pessoais e familiares.
- Para fazer um curso de aperfeiçoamento ou pós-graduação.
- Por um projeto pessoal de me tornar correspondente internacional independente.

Qual o último cargo jornalístico que você ocupou no Brasil antes de se tornar correspondente internacional?

- Repórter
- Repórter especial

- Pauteiro
- Produtor
- Chefe de reportagem
- Secretário de redação
- Editor
- Diretor de redação
- Colunista
- Freelancer
- Atuava em atividades extrarredações
- Outro:

Qual atividade profissional você passou a exercer imediatamente após de ter deixado de ser correspondente internacional?

(Obs.: Essa questão deve ser respondida unicamente pelos profissionais que não exercem mais a atividade de correspondente internacional)

- Repórter
- Repórter especial
- Editor ou outros cargos de chefia
- Colunista ou comentarista
- Professor ou outras atividades ligadas à área acadêmica
- Abri o meu próprio negócio
- Tornei-me independente, freelancer
- Mudei de área de atuação, mas dentro da Comunicação
- Mudei de área, deixei de trabalhar com Comunicação
- Não retornei ao Brasil e me mantive como correspondente internacional
- Outro:

Que atividade profissional você gostaria de exercer após deixar de ser correspondente internacional?

(Obs.: Essa questão deve ser respondida unicamente pelos profissionais que exercem a atividade de correspondente internacional atualmente)

- Repórter
- Repórter especial
- Editor ou outros cargos de chefia
- Colunista ou comentarista
- Professor ou outras atividades ligadas à área acadêmica
- Abrir o meu próprio negócio
- Tornar-me independente, freelancer
- Mudar de área de atuação, mas dentro da Comunicação
- Mudar de área, deixar de trabalhar com Comunicação
- Não retornar ao Brasil e me manter como correspondente internacional até o final da carreira
- Outro:

Na sua visão, qual o grau de importância das características abaixo para se exercer a atividade de correspondente internacional:

Competências	Muito importante	Importante	Pouco importante	Sem importância
Falar mais de um idioma	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ser jovem e com o entusiasmo dos primeiros anos de carreira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ser experiente na profissão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter habilidade com as tecnologias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter um amplo repertório cultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter facilidade de adaptação e interesse por conhecer novas culturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter facilidade para se trabalhar sozinho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecer a fundo a cultura e a história do país no qual trabalhará	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter disponibilidade familiar e pessoal para se mudar de país	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Você é natural de qual estado brasileiro?

Qual o último estado brasileiro no qual residiu antes de se tornar correspondente internacional?

Espaço para comentários sobre alguma questão anterior ou sobre o trabalho dos correspondentes internacionais:

**APÊNCIDE II:
ROTEIRO-GUIA DAS ENTREVISTAS (FASE 4)**

- Por favor, informe seu nome completo, idade e tempo de profissão como jornalista.
- Resumidamente, como se desenvolveu sua carreira de jornalista até assumir a função de correspondente internacional?
- Há quanto tempo está na função de correspondente internacional neste veículo?
- Já exerceu essa atividade em outros veículos?
- Por quais países já passou? Em qual está atualmente? Desde quando?
- Como define a função do correspondente internacional? (Desafios e atrativos)
- Qual a rotina diária da editoria? (Horário de pauta, fechamento, distribuição de tarefas, etc.).
- Como os correspondentes internacionais, alocados em outros países, com fuso horário diferente, participam dessa rotina?
- Faz parte da rotina da sua editoria a publicação de conteúdo também no ambiente online?
- Na sua visão, o que representa a adoção de tecnologias digitais para o funcionamento da editoria? Por exemplo, alguma política de monitoramento da internet? Alguma restrição? Os profissionais precisam fazer uso de smartphones, precisam estar “conectados” todo o tempo?
- No caso dos correspondentes, quais atividades lhe competem? Eles produzem exclusivamente o conteúdo textual? Como funciona a produção de imagens?
- Em que nível e de que forma ocorreu a introdução das tecnologias digitais nas suas atividades profissionais?
- Como interferiram na rotina dos repórteres correspondentes e no fluxo de notícias?
- Na sua opinião, assumir a função de correspondente internacional considerado uma forma de promoção? Percebe-se algum status entre os profissionais da equipe, ou uma forma saudável de ambição para se chegar a essa posição? (No sentido de “crescimento na carreira”)

- Depois que o correspondente retorna do seu período no exterior, qual a perspectiva de carreira para ele? Volta a ser um repórter? Quais os seus planos?
- O que te motivou a assumir esta atividade? Tratava-se de um projeto pessoal ou aproveitou uma oportunidade que surgiu?
- Pelo que conhece do campo de atuação, qual foi o “período áureo” da correspondência internacional para os veículos brasileiros?
- Quais são as exigências para que se exerça a função de correspondente internacional?
- Qual o tempo médio de permanência de um correspondente fora do país? Há um período pré-determinado?
- Na sua percepção, quais as diferenças no perfil dos correspondentes que atuavam até a década de 1990, e os que estão no cargo atualmente?
- Pelo seu veículo, como estão distribuídos os correspondentes? (Quantos? Em quais países?)
- Como se dá a decisão do país onde o veículo terá um correspondente alocado?
- Quais atributos um fato internacional deve ter para ser coberto pelo seu veículo? Ou seja, quais os critérios de noticiabilidade para a editoria?
- Na sua visão, os acontecimentos internacionais são pautados de um modo mais factual (características do fato) ou por uma cobertura mais analítica e conjuntural?
- O ordenamento global (relações internacionais nos últimos 20 anos) e a emergência de novos atores internacionais impactou ou tem impactado na cobertura dos temas internacionais? De que modo? Pode exemplificar?
- Alguns autores chegam a afirmar que o correspondente internacional tradicional (aquele contratado de um veículo que reside por um período em outro país) estaria ameaçado de extinção, sobretudo por conta dos altos custos e da adoção das tecnologias digitais, que possibilitam uma “conexão” com um mundo todo sem sair do lugar. Você acredita nesta possibilidade?
- Se não, qual seria ainda hoje (ou no futuro) o papel dos correspondentes internacionais?